

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

RAFAEL ALVES ROSSI

**As Revoltas de Escravos na Roma Antiga e o seu impacto sobre a Ideologia e a Política
da Classe Dominante nos Séculos II a.C. a I d.C.:**

Os casos da Primeira Guerra Servil da Sicília e da Revolta de Espártaco

Niterói

2011

RAFAEL ALVES ROSSI

**As Revoltas de Escravos na Roma Antiga e o seu impacto sobre a Ideologia e a Política
da Classe Dominante nos Séculos II a.C. a I d.C.:**

Os casos da Primeira Guerra Servil da Sicília e da Revolta de Espártaco

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social; Setor Temático de História Antiga e Medieval.

Orientador: Prof. Dr. CIRO FLAMARION CARDOSO

NITERÓI

2011

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer ao meu orientador, o Professor Ciro Flamarion Cardoso, por ter me auxiliado nesta pesquisa desde os tempos de Graduação, quando iniciei o estudo do tema para uma comunicação que apresentei nas Jornadas do CEIA e que depois se tornou o assunto da minha monografia, tendo optado por dar continuidade e a aprofundar essa pesquisa agora na dissertação. As discussões francas, a disponibilidade para tirar minhas dúvidas e a fornecer materiais sempre que eu necessitava e a liberdade que me foi dada pelo Professor Ciro para desenvolver as minhas idéias, além de rever, criticar e ajudar-me a embasar melhor os meus argumentos tornaram realmente possível que eu conseguisse concluir este trabalho, espero que com êxito.

A Professora Sônia Rebel de Araújo também merece um agradecimento especial por ter me ajudado e fornecido materiais desde a época da monografia e agora também na dissertação, tendo feito valiosas críticas na minha Qualificação e auxiliado novamente com a bibliografia e com suas sugestões. Além disso, sempre estive à disposição para sanar quaisquer dúvidas que eu apresentasse e fazer sugestões para melhorar a pesquisa em curso.

Agradeço também à Professora Norma Musco Mendes que disponibilizou materiais, fez sugestões e criticou o trabalho para o seu aperfeiçoamento.

Agradeço a todos os meus amigos, estudantes, funcionários e professores da Universidade Federal Fluminense, que compartilharam comigo angústias e felicidades, conquistas e expectativas e que estiveram comigo nesta jornada.

Agradeço à minha família e aos meus amigos e a todos aqueles que, de alguma maneira, fizeram parte desta trajetória, direta ou indiretamente.

Por fim, agradeço com todo amor e carinho à minha companheira de vida, a minha esposa Pâmela, que sempre me apóia em tudo o que faço e que nesse caso não foi diferente, emprestando-me sempre os seus ouvidos, quando eu queria comentar com alguém próximo sobre o trabalho e que sempre com sua inteligência e sensibilidade criticou de forma construtiva a pesquisa realizada. Devo agradecer-lhe também por sempre ter se prontificado a me ajudar sem reclamar, com seu companheirismo e amizade.

RESUMO

O tema central do presente estudo é o significado das rebeliões de escravos para a sociedade romana dos séculos II a.C. a I d.C. Na conjuntura de crise da República Romana eclodiram grandes revoltas lideradas por grupos de escravos que portavam armas, mas que tiveram a participação majoritária dos escravos rurais dos *ergástulos*, num período de grande afluxo de cativos para os domínios romanos. Na Sicília estourou a Primeira Guerra Servil, que teve como líder um escravo doméstico chamado Euno. Tanto nesta rebelião quanto na famosa Revolta de Espártaco, os líderes dos movimentos eram, ao mesmo tempo, chefes políticos, militares e religiosos, cumprindo a religião o papel de um programa, sendo um fator de coesão dos grupos. A mobilização dos escravos antigos atingiu o seu nível máximo nestas insurreições, impactando a classe senhorial, forçada a rever algumas de suas práticas, regulando-se as relações entre senhores privados e escravos através do Estado, em especial no regime do Principado, que concedeu alguns direitos sociais aos trabalhadores escravizados da Itália e das províncias. No entanto, a maior conquista dos escravos rebeldes foi no plano simbólico. Embora persistisse a ambiguidade nas relações escravistas, algo inerente às mesmas, e ainda que a teoria da escravidão natural de Aristóteles não fosse exatamente o paradigma da maioria dos senhores romanos. A atitude de intelectuais do mundo romano do período republicano, como Catão, reproduzia uma forma de ver os escravos como meras mercadorias. A humanidade dos escravos é reconhecida nos textos de Plutarco e de Apiano, manifestando-se de maneira sempre contraditória, entretanto, mas ainda assim significativa. Diodoro culpou os senhores sicilianos pela opressão excessiva sobre os escravos, gerando ódio e revolta entre os mesmos. No Principado, o discurso de Sêneca acerca da humanidade dos escravos aparece como uma das principais visões de mundo da classe dominante. Assim, as revoltas produziram uma fissura no discurso ideológico dominante, forçando a classe senhorial a criar e articular novas formas de dominação político-ideológica sobre os subalternos, tendo sido o paradigma escravista republicano superado e substituído por novos discursos e paradigmas. Os escravos antigos não chegaram a desenvolver uma genuína consciência de classe, mas alcançaram um certo grau de consciência, não sendo nunca classe para si, mas saindo, sem dúvida, de uma situação pura e simples de classe em si, manifestando a sua relação de antagonismo com seus senhores, através de lampejos de consciência que levaram ao desenvolvimento de um sentimento de classe que permitiu sua organização e mobilização em grandes insurreições, numa revolução política com a tomada do poder de Estado na Sicília, ainda que com a manutenção do regime escravista e do estabelecimento de uma monarquia de tipo helenística, e numa fuga coletiva insurrecional, como foi o caso da revolta liderada por Espártaco. Desse modo, a idéia de uma inferioridade natural dos escravos foi posta em xeque, refletindo-se nos textos dos intelectuais romanos. O método comparativo foi empregado neste trabalho para que os exemplos da escravidão na América colonial iluminassem os problemas levantados para a escravidão antiga.

Palavras-chave: Guerras Servis Romanas; Guerras Civis Romanas; Modo de Produção Escravista; Ideologia; Fugas para Fora; Sentimento de Classe.

ABSTRACT

The focus of this study is the significance of the rebellions of slaves to the Roman society of the second century BC to AD in a crisis environment of the Roman Republic hatched revolts led by large groups of slaves who had guns, but who had the majority share of rural slaves of Ergastula, during a large influx of slaves for the Roman domains. In Sicily the First Servile War broke out, which was leading a household slave named Euno. Both this rebellion as in the famous revolt of Spartacus, the leaders of the movements were at the same time, political leaders, military and religious, religion fulfilling the role of a program, a factor of cohesion among the groups. The mobilization of former slaves reached its maximum level in these uprisings, impacting the master class, forced to revise some of their practices, regulating the relations between masters and slaves through the private state, especially in the regime of the Principality, which gave some social rights to the slave workers from Italy and the provinces. However, the greatest achievement of the rebel slaves was at the symbolic level. Although the ambiguity persisted in the slave relationships, something inherent to them, and that the theory of natural slavery to Aristotle was not exactly the paradigm of most Roman overlords. The attitude of the intellectuals of the Roman world of the republican period, as Cato reproduced a way to see the slaves as commodities. The humanity of the slave is recognized in the writings of Plutarch and Appian, manifesting itself in an ever contradictory, however, but still significant. Diodorus blamed excessive oppression Sicilian lords over slaves, generating hatred and anger between them. In the Principality, the discourse of Seneca about the humanity of slaves appears as one of the major worldviews of the dominant class. Thus, the riots have produced a fissure in the dominant ideological discourse, forcing the master class to create and articulate new forms of political and ideological domination over the underlings, was the paradigm of slavery Republican overcome and replaced by new discourses and paradigms. The former slaves did not get to develop a genuine class consciousness, but they reach a certain degree of consciousness and never class for itself, but leaving no doubt a situation of pure and simple class itself, expressing its relationship antagonism with their masters, through flashes of consciousness that led to the development of a sense of class that allowed their organization and mobilization in large uprisings, a political revolution to seize state power in Sicily, even with the continuance of the slave and the establishment of a Hellenistic type of monarchy, and an escape insurgent collective, as was the case of the revolt led by Spartacus. Thus, the idea of a natural inferiority of slaves was put in check, reflecting on the texts of the Roman intellectuals. The comparative method was used in this work to the examples of slavery in colonial America illuminate the problems to ancient slavery.

Keywords: Roman Servile Wars, Roman Civil Wars, slave mode of production; Ideology; Leak Out; Sense of Class.

SUMÁRIO

Introdução – 7

Capítulo 1: A anatomia do escravismo antigo – 18

Introdução – 18

1 – Uma análise comparativa da escravidão – 19

2 – A História como um campo de possibilidades – 32

3 – Economia e Política na Antiguidade – 37

4 – O Eco das Fontes – 42

5 – A Lanterna da Teoria – 52

6 – A Arma do Método – 58

Conclusão – 62

Capítulo 2: Roma: O Império do Mediterrâneo – 63

Introdução – 63

1 – Luta de Classes na Antiguidade – 65

2 – Guerras Civis em Roma – 67

3 – A Primeira Revolta de Escravos na Sicília – 91

4 – Sicília Rebelde – 113

Conclusão – 118

Capítulo 3: A Rebelião Escrava e o Sonho Possível de Liberdade – 122

Introdução – 122

1 – As Formas de Resistência Escrava – 124

2 – O Tratamento Conferido aos Escravos no Mundo Romano – 134

3 – A Revolta de Espártaco – 139

4 – A Revolta de Espártaco na Historiografia Soviética – 158

5 – O Impacto das Rebeliões Servis na Visão de Mundo e na Política da Classe Dominante Romana – 161

6 – Euno e Espártaco: O Prometeu Escravo – 164

Conclusão – 169

Conclusão – 171

Fontes – 180

Bibliografia - 180

INTRODUÇÃO

O texto a seguir não pretende ser um monumento em homenagem e em honra dos grandes homens. A história objeto desta pesquisa não se configurou como um relato de grandes feitos; não é uma história de grandes conquistas. Aquele que buscar certezas não as encontrará aqui. Trata-se de um trabalho baseado na trajetória dos explorados e dos oprimidos e parte do ponto de vista. Esta é uma história necessariamente fragmentária. A História é escrita pelos vencedores. Olhá-la com os olhos dos vencidos, dos de *baixo*, dar-lhes voz, é algo extremamente difícil, na medida em que, na sua maior parte, as fontes existentes foram produzidas pela classe dominante. Em se tratando de História Antiga, isso é ainda mais verdadeiro. A verdade dos fatos deve ser procurada nas entrelinhas; os fatos, reconstituídos a partir de suas pegadas e lacunas; o discurso dos oprimidos, formulado nos silêncios, nas brechas do discurso da classe dominante. A visão dos vencidos deve ser projetada a partir das imagens que aqueles que venceram pintaram, formando o todo com os traços firmes do solo por onde marchas de desvalidos forjaram sua superfície, vestígios daqueles que foram silenciados. No presente caso, no objeto de nossa análise – as revoltas de escravos na Roma antiga – mais do que só recortar o tema, é preciso de certo modo esculpi-lo. E se quisermos penetrar fundo no âmago das contradições daquela sociedade, precisaremos cavar os túmulos sem lápide dos anônimos que verdadeiramente fizeram parte desta história, daqueles que se rebelaram contra o destino e desafiaram os limites de seu tempo, agarrando-se a uma oportunidade, apostando na possibilidade de ter uma vida em liberdade, em um tempo em que isso era uma jóia rara e um privilégio social.

De todas as rebeliões de escravos da Roma antiga, a mais famosa foi a de Espártaco. Eternizado no filme épico de Stanley Kubrick – *Spartacus* – o herói, líder desta revolta, aparece para nós como um grande libertador, como o anunciador da libertação geral da humanidade, mesmo que tenha pertencido a um tempo em que isto era objetivamente impossível. O filme é uma produção hollywoodiana do ano de 1960 e foi filmado e exibido no contexto da Guerra Fria, num momento em que o mundo estava polarizado pela luta política e ideológica entre capitalismo e socialismo, na trilha da luta do proletariado por um mundo mais justo e igualitário, sem exploradores. Em 2004 foi feita uma refilmagem do clássico numa versão para a TV, o que prova que, mesmo em outro contexto político, continua atual a memória de um herói dos desfavorecidos, da luta do oprimido contra o opressor, do explorado contra o explorador. O cinema permitiu que esta mensagem chegasse às mais amplas massas

no mundo todo. É ao conhecimento do público leigo, até daqueles que nunca estudaram ou entraram em contato com uma fonte histórica relacionada ao tema, a fabulosa odisseia dos escravos pelos campos italianos da República romana e sua batalha de vida e de morte contra os seus senhores. Mas este já era um tema de grande interesse dos militantes socialistas no início do século XX. A figura de Espártaco simbolizava a luta pela liberdade e a luta contra a exploração. Inspirando o movimento socialista da época da Revolução Russa de 1917, os comunistas que rompiam com a II Internacional durante a Primeira Guerra Mundial denominaram o seu movimento de Liga Spartacus, fundada em 1915 por Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, na Alemanha. Essa geração de militantes revolucionários foi profundamente influenciada pela revolta de escravos da Antiguidade na construção de uma teoria da história que fizeram. Assim, depois da revolução socialista na Rússia, feita por operários e camponeses, liderada pelo Partido Bolchevique, e suas principais lideranças políticas daquele momento, Lênin e Trotsky, nos anos que se seguiram, os historiadores soviéticos estudaram o tema desde o início da revolução, atravessando todo o período stalinista, o que influenciou profundamente as hipóteses e interpretações do significado daquele movimento, mantendo-se objeto de interesse de diversos pesquisadores também no período posterior ao governo de Stálin na URSS. A historiografia soviética produziu uma imagem da revolta de Espártaco que encarava aquela rebelião como uma verdadeira revolução e como parte de um processo mais amplo que culminou na queda do Império Romano, no que foi considerado por Mishulin e Kovaliov como a segunda fase da revolução que, unindo escravos, colonos e bárbaros, levou ao desmoronamento do mundo antigo e surgimento do feudalismo. Neste esquema, a revolta de Espártaco encaixar-se-ia no que foi por estes historiadores considerado como a primeira etapa dessa revolução. As diferenças existentes no interior da historiografia soviética será parte da exposição do último capítulo. Esta insurreição escrava também foi retratada pela literatura moderna. O romance de Howard Fast, *Espártaco*, foi publicado em 1952, contando a história dos escravos rebeldes da Roma antiga e de sua luta contra a aristocracia romana, e serviu para popularizar a Revolta de Espártaco, inspirando o filme homônimo de Kubrick. Howard Fast foi autor de vários romances de conteúdo político e atuou junto de sindicatos e de movimentos antifascistas, tendo sido preso durante o McCartismo. Em 1953, ele recebeu o Prêmio Stálin da Paz.

A revolta de Espártaco tem despertado por gerações a imaginação e o interesse de artistas e de historiadores. E merece ser reexaminada sempre à luz das novas interpretações e atualizada em suas abordagens e conclusões. Além desta, a Primeira Revolta de Escravos da

Sicília, liderada por Euno, será analisada em comparação com o processo similar mais famoso. Discutir as semelhanças e diferenças entre estas duas revoltas, as maiores da Antiguidade clássica, deve ser o primeiro passo de um trabalho que pretenda avançar nas análises até então produzidas pela historiografia. É útil empregar o método comparativo, traçando um paralelo entre a escravidão moderna e a escravidão antiga, de modo que a primeira ajude a iluminar os pontos obscuros da segunda, precisando as semelhanças e diferenças existentes entre estas duas estruturas sociais que guardam similaridades entre si, mas que também distam no espaço e no tempo, o que, portanto, exige o maior cuidado possível no sentido de evitar qualquer anacronismo. Cabe ainda enumerar outras revoltas de escravos ocorridas na Antiguidade, estudá-las no contexto geral de luta política entre as frações da classe dominante e de modificações profundas no modo de produção escravista, com a generalização do escravo-mercadoria nas lavouras e com a mudança do padrão agrário com o surgimento do latifúndio. Com isso, pretendemos analisar o significado destas rebeliões de escravos para a sociedade romana, desde suas consequências sobre a organização social e política de Roma até as conquistas e limites das lutas dos escravos antigos. Essa discussão é permeada pelo debate teórico acerca da consciência de classe das classes sociais subalternas nas sociedades pré-capitalistas e dos limites históricos determinados por cada época e estrutura econômica vigente, demarcando a possibilidade histórica da revolução. A historiografia soviética encarou, em geral, esses movimentos como sendo revolucionários, o que foi fortemente contestado pela historiografia ocidental. Trataremos desta discussão visando classificar corretamente cada um desses movimentos rebeldes para uma compreensão mais exata de seu significado histórico.

Esta não é uma história de elementos inertes, de peças de museu e realidades fixas e imutáveis. Também não é uma interpretação unicamente particular e mais um entre tantos discursos. É o discurso de uma realidade em movimento e que se aproxima dela ou se propõe a isso, pelo menos. Não se trata aqui de relatar simplesmente o que aconteceu. Tampouco se trata de fazer uma história do passado que se subordine inteiramente aos objetivos do presente, pondo a nu os limites estruturais da sociedade estudada no sentido de uma luta que efetivamente pudesse levar a cabo a abolição da escravidão, o que só se mostrou viável nos Tempos Modernos, não sendo esta uma questão que estava colocada para os homens da Antiguidade romana. Uma análise contrafactual de determinados pontos para levantar questões acerca dos cenários que estavam colocados como possíveis para os homens concretos e reais daquele contexto histórico é de grande valia. As possibilidades destes

movimentos, no entanto, devem ser percebidas naquilo que efetivamente pode ser cientificamente inferido por nós. Tentamos perceber aqui a janela histórica que se abriu no contexto de crise do sistema republicano romano e de consolidação do modo de produção escravista e que permitiu a eclosão de insurreições de escravos numa dimensão nunca antes vista, situando sempre estes acontecimentos numa análise que enxergue a história como um campo de possibilidades e que busque interpretar as oportunidades e as escolhas que estiveram colocadas no passado e como a percepção destes problemas pelos homens do tempo estudado influenciou de forma decisiva as suas ações. Desse modo, podemos pôr em relevo as alternativas de fuga da Itália que estiveram colocadas para o exército espartacano, primeiro pelo norte e depois pelo sul, rumo à Sicília, e concluir que a vitória daquela revolta era possível, não a de uma alternativa que não foi proposta por aqueles homens e mulheres, ou seja, a abolição da escravatura, mas a possibilidade de obter a liberdade pela fuga coletiva, recuperando cada indivíduo a sua liberdade individual, retornando ao seu país. Além disso, podemos redimensionar o significado de suas escolhas e o papel que elas cumpriram no insucesso da rebelião, bem como na ferocidade com que o exército romano reprimiu aquele movimento, justificada pelo perigo de se apresentar como um exemplo negativo para os demais escravos do império, encorajando-os à fuga, sendo, portanto, necessárias medidas enérgicas que pacificassem os campos italianos.

Na análise das revoltas de escravos na Roma antiga, utilizaremos como ferramenta teórica o marxismo. Acreditamos ser esta ferramenta válida e no debate em questão a mais adequada para projetar luz sobre a realidade daquela sociedade, permitindo-nos um entendimento maior dos conflitos e contradições da situação estudada. O uso correto dos conceitos necessários para a análise é de extrema importância e, por isso, este debate conceitual será devidamente apresentado, com a exposição de cada conceito e sua aplicação no presente trabalho. O conceito de *modo de produção*, por exemplo, é chave para respondermos à questão do por quê das revoltas de escravos da Sicília e de Espártaco não terem se convertido em revoluções, apresentando uma alternativa societária, uma solução para a crise da República. O conceito de *formação econômico-social*, que nos permite a análise particular, específica e objetiva da economia escravista romana, suas etapas e seu desenvolvimento, será devidamente desdobrado na parte da pesquisa dedicada a isso e nos fornecerá subsídio para um estudo mais rico e aprofundado do tema. Além disso, debruçar-nos-emos sobre os conceitos de *classe social*, *consciência de classe*, *classe em si* e *classe para si*, assim como outros termos, entre eles *ideologia* e *estrutura de sentimentos*, no que se

refere à análise específica das classes sociais subalternas. Sabemos que somente as classes dominantes alcançaram uma verdadeira consciência de classe na Antiguidade e procuraremos nesta dissertação abordar o quanto isso interferiu no curso da luta dos subalternos, que sofriam a influência da ideologia da classe dominante que atuava no sentido de desagregar aqueles movimentos rebeldes, ao mesmo tempo que os escravos rebeldes formavam uma classe na sua luta por liberdade, desenvolvendo algum grau de consciência, através de lampejos de consciência que se manifestavam na situação extrema da luta aberta (fato raro na Antiguidade). Se por um lado os escravos antigos nunca tiveram uma genuína consciência de classe, não se conformando numa classe para si, por outro, desenvolveram um sentimento de classe, uma identidade entre si (coletiva), que servia para separar o “nós” do “outro”, sendo o outro o inimigo, aquele que os prendia em suas correntes. O entendimento dos fatores envolvidos nestes eventos, auxilia-nos na elaboração de uma conclusão o mais satisfatória possível acerca do processo que levou fatalmente à derrota dos escravos rebeldes, selando o seu destino e o daquela sociedade para sempre.

O contexto das revoltas também será abordado como condição básica de seu entendimento. Ao olharmos para o período em que se desenrolaram os levantes dos escravos de Roma, percebemos um ambiente de transformações em curso e de crise da antiga estrutura política e social. Nos séculos II e I a.C. modificações profundas no interior da sociedade romana provocaram abalos severos na superfície. As transformações pelas quais passou o modo de produção escravista em Roma acentuaram as contradições daquela sociedade, levando mais tarde à crise da República. É neste contexto que se inserem as grandes revoltas de Euno e Espártaco. Mas não podemos compreender em sua totalidade os fenômenos que são objeto deste estudo apenas com uma análise de conjuntura. Uma análise que privilegie a longa duração, numa perspectiva mais estrutural, é previamente necessária neste caso. Assim, estudando o processo de maneira mais global, recuando um pouco no tempo, tendo como ponto de partida o século IV a.C. com a aprovação – provavelmente nessa época – da Lei Petélia Papíria, que estabeleceu a abolição das dívidas dos camponeses e a proibição de escravizá-los, por serem cidadãos romanos, até o século I d.C. ao analisarmos a difusão do discurso estoico que fundamentava a nova ideologia dominante para a sustentação do regime imperial e escravista. Em suma, se por um lado o nosso estudo estará centrado no período dos séculos II-I a.C., estabelecendo um corte cronológico que abarque a crise da República Romana e de eclosão das grandes rebeliões servis, por outro, só é possível compreender o processo ora exposto na longa duração, tentando captar a totalidade deste

processo histórico específico em todos os aspectos e em cada etapa de seu desenvolvimento. O impacto e as consequências dessas rebeliões são parte integrante e fundamental deste trabalho; e uma periodização que parta de uma abordagem mais detalhada do século II a.C. e que se estenda até o início do Principado, no século I d.C., foi considerada a mais adequada.

Queremos penetrar em cada camada do objeto abordado e seguir numa sequência lógica o caminho a ser perseguido pelo nosso raciocínio, compreendendo passo a passo o tema escolhido, de acordo com o recorte feito. Começamos falando do símbolo que se tornou Espártaco. Aqui o desafio é chegar o mais perto possível do homem que foi Espártaco, do homem que foi Euno, do homem que foi Crasso, do homem que foi Pompeu, Júlio César, Otávio e os irmãos Graco: os homens de carne, osso e sangue que fizeram essa história, que tomaram parte nessa tragédia, que protagonizaram o drama da existência humana, numa luta de vida e morte entre escravidão e liberdade. O chão em brasa por onde marcharam, caminharam e lutaram, entre outros, Crasso, Euno e Espártaco e seus dramas, conjugando personagens, enredo e cenários numa narrativa que desnude os problemas apontados pela pesquisa. Esta tragédia foi encenada no palco do grande Império do Mediterrâneo. O contexto destas revoltas é o da conformação deste grande império e os conflitos sociais gerados por uma transformação econômica, política e geográfica ou geopolítica de tal magnitude. Uma história de homens notáveis, dos grandes líderes aos anônimos que fazem a História. A história de suas lutas, seus sonhos, suas lágrimas, seus pensamentos, seus sentimentos. Uma história feita por idéias e músculos. Uma história de limites e possibilidades. O uso da teoria aqui cumpre o papel fundamental de desvelar o conteúdo social real presente nas obras e, não somente, aquilo que era pretendido pelo autor, orientado por sua ideologia, pela sua visão de mundo, e com essa iluminação, com a lanterna da teoria, podemos ver mais claramente o desenrolar do movimento real destes acontecimentos extraordinários. Neste texto, pretendemos que cada capítulo seja como uma camada e que a cada página o leitor possa ir mais fundo, penetrando no âmago da sociedade escravista romana, para compreender o panorama e as contradições daquela sociedade. Somente assim a tarefa de expor em sua exatidão o processo que envolveu os personagens que povoam os relatos estudados de uma maneira realmente científica será cumprida. A divisão dos capítulos seguiu essa lógica, portanto, sendo o capítulo I uma exposição acerca das fontes, métodos e da própria teoria, na perspectiva do materialismo histórico e do método comparativo, utilizando como fontes Catão e Plutarco, compreendendo o modo de produção escravista antigo, a base estrutural da sociedade romana e o palco em que foram travadas as maiores demonstrações de

luta de classes na Antiguidade, denominando este capítulo de **A anatomia do escravismo antigo**. O capítulo II chamar-se-á **Roma: o Império do Mediterrâneo** e será nele que o leitor poderá examinar o contexto em que se deram as revoltas servis, utilizando Apiano e Diodoro nestas páginas, abordando, dentro da conjuntura de luta política entre os Gracos e a nobreza senatorial e posteriormente entre *optimates* e *populares*, a revolta de escravos da Sicília, dando ênfase à revolta de Euno, o primeiro ensaio de uma grande rebelião de escravos, com desdobramentos impressionantes como a conquista do poder político na ilha pelos rebeldes. O seu exemplo impulsionou outros levantes de escravos, todos reprimidos, e foi seguido de duas grandes rebeliões em um espaço de tempo relativamente curto – a revolta de Aristônico e a Segunda Revolta da Sicília. No capítulo III, chamado **A rebelião escrava e o sonho possível de liberdade**, a análise da resistência escrava em todas as suas dimensões aparece como o eixo norteador de todo o capítulo, que discute ainda o tratamento conferido aos escravos no período estudado e a maior revolta de todas – a revolta de Espártaco. Travando um diálogo permanente com as fontes, alternando entre Apiano e Plutarco e debatendo as interpretações e as posições político-ideológicas destes dois autores, demarcando suas diferenças, mas situando a ambos num mesmo campo, que comungava de uma determinada visão de mundo, por pertencerem a uma mesma classe social, o que, naturalmente, tem reflexos em suas análises históricas e filosóficas e em seus textos literários, e, desse modo, traçar, em linhas gerais, a sequência dos acontecimentos e a forma como eles foram pensados e reconstruídos pela classe dominante romana no período do Principado, para que possamos reinterpretá-los à luz do nosso tempo e de pesquisas históricas recentes.

As fontes levantadas para este trabalho foram os textos de Apiano e Plutarco, presentes na coletânea de Thomas Wiedemann, *Greek and Roman Slavery*, onde temos *Crasso*, das *Vidas Paralelas*, de Plutarco, e *Guerras Civis em Roma*, de Apiano, sobre a revolta de Espártaco, e os relatos de Diodoro sobre a revolta de escravos da Sicília também presente na

mesma coletânea¹. Na Tese de Sônia Rebel de Araújo² também podemos encontrar as mesmas fontes traduzidas, assim como no trabalho de Ciro Flamarion Cardoso, na coletânea de fontes e comentários críticos em *Trabalho compulsório na Antiguidade*³. A obra *De Agri Cultura* de Catão é da mesma coletânea, onde pode ser encontrada a obra de Varrão, numa tradução para o inglês feita por William Davis Hooper⁴. Neste caso específico, a falta de tempo apenas nos obrigou a excluir Catão. Na obra de Peter Garnsey, *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*⁵, encontramos fragmentos de Aristóteles e Sêneca, com suas posições divergentes sobre a escravidão, com a defesa de Aristóteles da teoria da escravidão natural, a teoria mais acabada acerca da escravidão, produzida na Antiguidade, e a reflexão de Sêneca, séculos mais tarde durante o Principado, sobre a necessidade de se estabelecer uma relação harmônica entre senhores e escravos, sem uma defesa do fim da escravidão, mas ponderando sobre a brutalidade excessiva empregada pelos senhores e condenando tal atitude, reivindicando, e isso é o mais importante, a humanidade dos escravos. Ao analisar as fontes, pudemos

1 WIEDEMANN, Thomas . *Greek and Roman Slavery*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1981.

2 ARAÚJO, Sônia Regina Rebel. *A Visão dos Letrados sobre Rebeliões de Escravos no Mundo Romano: Uma Abordagem Semiótica de Fontes Literárias. Volumes I e II*. 1999. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1999.

3 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Trabalho Compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

4 HOOPER, William Davis . *De Agri Cultura*. Londres: William Heinemann Ltd., 1979.

5 GARNSEY, Peter . *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. Nova Iorque. Cambridge University. Press, 1996.

encontrar o reconhecimento da humanidade dos escravos nos textos de Apiano, mas principalmente em Plutarco. O autor de *Crasso* em um dado momento reconhece o valor dos escravos rebeldes, sua coragem na luta ao enfrentarem os romanos. Essa breve observação do autor assume grande importância para a nossa pesquisa, levando-nos a conclusões interessantes e que parecem se confirmar se contextualizarmos o momento do texto, no Principado, e as mudanças ocorridas nos planos social, político e ideológico, sendo a filosofia estoíca bastante difundida nos primeiros séculos do regime imperial, combinada com o reconhecimento de alguns direitos aos escravos. Sendo assim, desenvolvemos a nossa hipótese com base nessas observações. A ambiguidade presente na visão da aristocracia a respeito do escravo e da escravidão se manifesta em diversos trechos das obras dos principais autores utilizados nesta pesquisa, que retratam as revoltas, que são Apiano, Plutarco e Diodoro. O texto de Apiano também é utilizado a partir da tradução de Antonio Sancho Royo⁶. Passagens de Catão e Tácito também são extraídas do livro de Fábio Duarte Joly – *A escravidão na Roma antiga*⁷.

A hipótese central desta pesquisa é que, apesar de terem sido derrotadas militarmente, as grandes revoltas servis da Roma antiga serviram para pôr em xeque a teoria da escravidão natural, a visão do escravo como simples animal ou coisa, representada no discurso oficial, e mais do que isso, a própria afirmação da inferioridade dos escravos presente mesmo naquele discurso, que já relativizava a posição mais rígida da teoria aristotélica, provocando mudanças no discurso da classe dominante e na sua forma de perceber os escravos, produzindo mesmo uma fissura no plano ideológico, por se tratar, pela primeira vez, da afirmação patente na realidade da humanidade desses homens brutalmente escravizados, não se podendo mais, apesar dos esforços feitos no sentido de reafirmar essa suposta inferioridade natural dos escravos pelos ideólogos da aristocracia romana, impedir que os escravos obtivessem essa importante vitória simbólica. Talvez não possamos falar de uma substituição em caráter

⁶ ROYO, Antonio Sancho . *História de Roma II: Guerras Civiles (libros I e II)*. Madri: Editorial Gredos S.A., 1985.

⁷ JOLY, Fábio Duarte . *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

absoluto da teoria da escravidão natural de Aristóteles pelo discurso estóico, visto que os escravos continuaram a ser mercadorias e a serem encarados como tal, mas foi produzida uma fissura (talvez este seja o termo mais preciso) no discurso ideológico da classe dominante. E aquilo que já era percebido no plano individual, nas relações diretas entre determinado senhor e determinado escravo, nas relações concretas, particulares – que o escravo era um ser humano –, com as vitórias do exército espartacano sobre o exército romano e a tomada do poder de Estado na Sicília pelos escravos rebelados era alçado para a esfera pública e admitido nas obras históricas, filosóficas e literárias, apresentando as demonstrações de coragem e inteligência das lideranças dessas revoltas e em muitos casos, como afirmou tímida e rapidamente Plutarco, a própria base desse exército, os soldados recrutados entre os homens mais brutos, da classe mais baixa, os trabalhadores das lavouras, os escravos dos ergástulos, mesmo que depois os autores reafirmassem o caráter dos escravos, segundo a visão elaborada pelo discurso escravista, descrevendo o que estes escritores interpretaram como indisciplina, destacando os elementos que poderiam enfatizar a superioridade do exército romano de cidadãos e de homens livres. Esta ambiguidade, portanto, permanece, mas a brecha conquistada nos próprios relatos da classe dominante, que nos permitiu escrever uma história do ponto de vista dos escravos a partir destas linhas de reconhecimento de sua humanidade e capacidade de organização é o que pretendemos pôr em destaque⁸.

Por fim, é importante dizer que esta pesquisa tem uma história e uma trajetória, tendo se iniciado como uma comunicação ainda nos tempos de graduação e tomado a forma de uma monografia anos mais tarde, até que, enfim, corporificou-se nesta dissertação de mestrado. Sendo assim, trata-se aqui de uma síntese daquilo que já foi pesquisado e exposto também em outras ocasiões, com as conclusões possíveis até o momento a esse respeito. É fundamental destacar que esta não pode e nem tem a pretensão de ser uma obra definitiva acerca do tema. É apenas uma releitura de um assunto de conhecimento do público leigo, ainda que superficial, e que guarda um histórico de debates bastante fecundo e que nos serve de ponto de partida para a presente discussão, havendo importantes referências na historiografia soviética, interpretações tanto no campo weberiano ou de autores influenciados por Weber quanto no marxismo ocidental e que permitem a construção de um texto repleto de referências

⁸ Desenvolveremos essa discussão para a comprovação de nossa hipótese ao longo do trabalho, partindo do texto de Plutarco, *Crasso*, apud WIEDEMANN, Thomas, op. cit.; ARAÚJO, op. cit.

valiosas. Desde já, pedimos desculpas pela quantidade excessiva de citações que se seguirão nas próximas páginas, mas sendo a análise do discurso a única ferramenta de que dispomos neste caso e algumas explicações acerca da teoria sejam necessárias para a construção de uma linguagem comum sobre o assunto a partir desta perspectiva e abordagem, torna-se inevitável citar textualmente quase que cada autor.

A proposta de mostrar a trajetória de homens que foram legados ao esquecimento é a essência do que é realmente fazer uma história das bases, do ponto de vista dos vencidos, e uma crítica da história, ou pelo menos da história oficial e das verdades contidas nas fontes. É importante salientar que além do *método comparativo*, utilizaremos o *método estruturalista genético* de Lucien Goldmann na análise dos textos⁹. Devo mencionar ainda a referência a Finley e Bradley, assim como Sônia Rebel de Araújo e Ciro Cardoso para o desenvolvimento deste estudo. Moses Finley, dedicado pesquisador da escravidão, afirmou que em toda a história existiram somente quatro grandes revoltas de escravos: as duas da Sicília, a revolta de Espártaco e a revolução de escravos negros do Haiti. As três primeiras, ocorridas na Antiguidade, foram derrotadas; e a última, ocorrida no período de revoluções burguesas, de desenvolvimento do capitalismo e de propagação das idéias iluministas, foi vitoriosa. Desse modo, assim como a escravidão moderna, o escravismo colonial, serve para projetar luz sobre problemas referentes à escravidão antiga, a resistência dos escravos na América pode ressignificar as rebeliões de escravos da Antiguidade e todas as demais formas de resistência. Se é verdade que se aprende mais com as derrotas do que com as vitórias, então estamos no caminho certo. Sem falar no prazer do desafio, do quebra-cabeças que retrata a própria essência do que é a História: um quebra-cabeças com peças faltando. E por isso, precisamos reconstruir os fatos, reconstruir mentalmente as peças que faltam, num exercício de lógica e imaginação. É exatamente disso que se trata no trabalho em questão.

9 GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1976.

CAPÍTULO I

A ANATOMIA DO ESCRAVISMO ANTIGO

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”
(Karl Marx)

INTRODUÇÃO

Assim como é impossível construir as paredes e o teto de uma casa sem antes construir a sua base e as colunas que a sustentam, devemos começar a nossa análise pelo estudo da estrutura social em que se desenrolaram as revoltas de escravos da antiga Roma. Neste capítulo, dedicar-nos-emos a sentir o chão em que pisamos antes de tratar dos diversos seres que sobre ele transitam e que neste espaço interagem. Isto não significa paralisar a realidade, congelá-la como numa fotografia. A realidade é um movimento contínuo e toda análise séria tem que levar a todo instante este eterno devir em consideração e perceber todo o conjunto de relações existentes, captando a totalidade e não uma ou outra parte isoladamente, sob pena de não compreendermos sequer a pequena parte estudada com tanto afincamento e tão intensamente.

Partiremos de um nível macro de análise e utilizaremos ainda o método comparativo para que possamos compreender toda a complexidade da estrutura social em questão. É nesse sentido que uma exposição, mesmo que breve, do escravismo colonial e sua comparação com o escravismo antigo é de grande valia para o completo entendimento das ações dos homens e mulheres que lutaram e sonharam neste capítulo da história, relacionando o escravismo antigo com a escravidão moderna, buscando, através de padrões, semelhanças, mas também das diferenças e especificidades, compreender melhor uma sociedade que nos deixou menos vestígios que as sociedades escravistas coloniais.

Uma exposição do quadro teórico e metodológico a ser utilizado faz-se essencial no sentido do estabelecimento de um diálogo claro entre autor e leitor, travando as polêmicas com base no pleno conhecimento dos pressupostos desta pesquisa, isto é, a escolha das fontes,

o que elas informam e o que silenciam, bem como o ponto de vista adotado na confecção deste trabalho e na consecução dos resultados obtidos mediante a confrontação da hipótese com os relatos de Plutarco, Apiano, Diodoro e Aristóteles. Desvendar as falhas que se perpetuaram pela memória coletiva do povo romano e que se refletiram de alguma maneira na história oficial dos autores da época e dos modernos historiadores que interpretaram aqueles eventos, tendo como referência uma concepção de mundo de uma classe social, uma visão de mundo expressa pela pena de seus literatos e ideólogos, é a tarefa a qual nos propomos, traçando para tanto um plano de trabalho a ser apresentado neste momento.

1 – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ESCRAVIDÃO

Em primeiro lugar, em se tratando de um estudo sobre a escravidão é impossível para um brasileiro não ter como primeiro reflexo comparar o escravismo antigo com aquele que existiu aqui no período colonial até o final do século XIX. Talvez este ato quase instintivo, provocado pelas referências existentes em nossa memória social, na memória coletiva de nosso povo, nas nossas tradições e quem sabe até no nosso inconsciente, tenha algo a nos dizer e a acrescentar à nossa pesquisa.

Jacob Gorender escreveu um importante trabalho sobre o escravismo colonial¹⁰, elucidando diversas questões acerca de nossa história e demarcando, ao mesmo tempo, as diferenças desta estrutura social para com todas as outras que haviam existido até então na Europa. A esse respeito, o autor destaca a originalidade deste modo de produção, absolutamente novo, e das implicações disso na diferenciação das formações sociais das colônias americanas para com a escravidão grega e romana ou para com o feudalismo europeu. Gorender apresenta as três hipóteses elencadas por Marx diante de um processo de conquista de um povo por outro em que haja uma diferença marcante entre seus modos de produção. No trecho a seguir, o autor refuta as três possibilidades apresentadas por Marx no que se refere ao caso brasileiro, refutando a hipótese de que o Brasil poderia ser uma síntese dos modos de produção das tribos indígenas que habitavam este território e daquele existente

10 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

em Portugal. Também não foi uma continuidade do modo de produção feudal predominante na Metrópole, nem representou a manutenção do modo de produção dos povos originários, afirmando uma outra possibilidade para o caso específico das colônias escravistas da América:

*“Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo e do difusionismo. Não que o escravismo colonial fosse invenção arbitrária fora de qualquer condicionamento histórico. Bem ao contrário, o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo sócio-econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. Deste determinismo de fatores complexos, precisamente, é que o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas da história humana. Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em sequência “regular” ao comunismo primitivo, nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas.”*¹¹

Sendo assim, Gorender afirma que o escravismo colonial era “*um modo de produção historicamente novo*” e que não se tratava de uma repetição do escravismo antigo agora em outro ambiente. O último tem características próprias e se insere num contexto bastante distinto daquele do período da conquista e colonização da América.

A validade de uma análise comparativa entre duas estruturas sociais diversas e separadas no tempo e no espaço, estando sempre presente o risco do anacronismo, é alicerçada pela própria necessidade da aplicação do método nesses estudos, tendo em vista a escassez de dados e fontes de vários tipos, a exclusividade dos escritores da classe dominante enquanto autores dos textos que relatam a história romana e a ausência de vestígios arqueológicos em casos cruciais para que tivéssemos algo o mais próximo possível de uma certeza.

Desse modo, podemos considerar legítimo o recurso às analogias entre a escravidão antiga e moderna, desde que sejam observadas as respectivas diferenças existentes entre ambas. Araújo segue ainda nesta linha de raciocínio no trecho seguinte, aplicando na prática, em sua própria pesquisa, condensada em sua tese, o método comparativo para desvendar os segredos da escravidão antiga à luz das observações e dados pertinentes à escravidão moderna, mais abundantes e em larga medida válidos:

¹¹ GORENDER, Jacob, op. cit., p.54

“Quais as características mais relevantes deste sistema, pertinentes tanto à escravidão antiga quanto moderna, decorrentes daqueles traços acima apontados como centrais – o escravo é uma propriedade, e como tal está sob o poder e vontade do senhor, o que é facilitado pelo fato de se tratar de um estrangeiro desprovido de laços culturais e familiares – e que poderiam causar reações mais ou menos extremadas dos escravos? A primeira, sem dúvida, é a falta de liberdade de movimentos, o que levava a graus variados de aprisionamento, até o limite de trancá-lo nos ergástulos. A segunda, importava em não dispor de controle sobre seu trabalho: ele não influía ou deveria influir, sobre o que era produzido e como se produzia, pois teria que obedecer aos ditames do senhor ou de seus prepostos. Ser explorado, não dispor dos frutos de seu trabalho, é a terceira característica, uma decorrência lógica das anteriores. Pelo fato destes dependentes escravos responderem com o corpo a todas as ofensas, e para distingui-los dos livres, era necessário que fossem degradados fisicamente, tanto pelos castigos físicos rotineiros, quanto pelo fato de, na Antiguidade, seu testemunho em juízo ser tomado sempre sob tortura, e também porque os escravos eram considerados, sempre, disponíveis para relações sexuais.”¹²

O historiador Fábio Duarte Joly aponta também, nesse sentido, para os recursos e perspectivas relativos às pesquisas sobre as sociedades escravistas e sobre a escravidão. Tendo a sua atenção centrada nos estudos acerca da sociedade escravista romana, não deixa de perceber o escravismo num contexto mais amplo, o que abre a possibilidade de que sejam traçadas analogias úteis na obtenção de respostas que não podem ser fornecidas somente pela análise das fontes dos escritores antigos. No primeiro capítulo de seu livro *A escravidão na Roma antiga* Joly escreve:

“É quase consenso atualmente, no campo dos estudos históricos, que a Itália antiga, sobretudo entre os séculos III a.C. e II d.C., fez parte, ao lado da Grécia clássica, do Brasil, do sul dos Estados Unidos e do Caribe inglês e francês entre os séculos XVI e XIX, do restrito grupo de sociedades escravistas. De acordo com o historiador Moses Finley (1991, p.84-5), uma sociedade é genuinamente escravista quando a escravidão se torna uma instituição essencial para a sua economia e seu modo de vida, no sentido de que os rendimentos que mantém a elite dominante provêm substancialmente do trabalho escravo.”¹³

Isto significa que, ao contrário do que preconizava uma visão evolucionista que ganhou grande adesão de inúmeros intelectuais diante da forte influência política e teórica do stalinismo, principalmente no período da Guerra Fria, de que o escravismo seria a primeira etapa de desenvolvimento de todas as sociedades de classes, seguida pelo feudalismo até o

¹²ARAÚJO, op. cit., pp.152-153

¹³JOLY, op. cit., p.11

capitalismo e, por fim, o socialismo, numa lógica linear, a escravidão existiu enquanto modo de produção em algumas poucas sociedades ao longo de toda a história. Muitas sociedades, em vários continentes, contextos políticos e econômicos e épocas contaram com escravos na produção ou com a existência de uma parcela da população que fosse escrava, mas sociedades onde a mão-de-obra escrava exerceu papel fundamental na produção da riqueza social e na produção da riqueza e reprodução e manutenção do poder e do modo de vida da classe dominante foram raras. E ainda assim, o escravismo antigo existiu enquanto modo de produção somente na Grécia e em Roma, enquanto o que existiu no Brasil, no sul dos Estados Unidos e no Caribe foi um modo de produção distinto, também escravista, mas diferente do modo de produção escravista antigo. Isto não quer dizer que o modo de produção escravista colonial não guarde similitudes com o seu parente distante e ancestral em termos históricos e cronológicos – o escravismo antigo – possibilitando um estudo comparativo entre os dois modos de produção.

Perry Anderson descreve o mundo greco-romano como um produto da escravidão antiga, estando um e outro ligados de modo absolutamente inseparável. Para ele, a Antiguidade grecorromana também era essencialmente mediterrânea, sendo o mar que leva este nome a estrutura básica e profunda de todo o seu desenvolvimento e civilização. Enquanto se observarmos a escravidão moderna é o Atlântico o palco de todo o comércio de mercadorias e tráfico de escravos, o espaço que liga aquele mundo formado por metrópole e colônia, o Império Romano teve como palco de suas guerras e batalhas heróicas, a sua expansão e o estabelecimento de sua civilização, a solidificação de sua cultura e seu comércio, de sua economia e relações sociais, o mar Mediterrâneo, sendo a escravidão a base de todas as relações econômicas do império, aquela que garantia todo o esplendor da Cidade Eterna. E é justamente isso que diferencia Roma de todas as civilizações do Oriente e do Ocidente anteriores à sua conquista, como nos informa o referido autor:

“(...)O modo de produção escravo foi uma invenção decisiva do mundo grecorromano, que constituiu a base definitiva tanto para suas realizações quanto para seu eclipse. A originalidade deste modo de produção deve ser sublinhada. A escravidão em si tinha existido sob várias formas através da Antiguidade no Oriente Próximo (como aconteceria mais tarde em outros lugares na Ásia); mas ela sempre fora uma condição juridicamente impura – tomando com frequência a forma de servidão por débitos ou de trabalho penal – entre outros tipos de servidão, formando simplesmente uma categoria muito baixa num continuum amorfo de dependência e falta de liberdade que se estendia bem acima na escala social. Também nunca foi o tipo predominante de apropriação do excedente nas monarquias pré-helênicas: era um fenômeno residual que existia à margem da principal força de trabalho rural. (...) O Mundo Antigo nunca foi contínua ou ubiquamente marcado pela predominância do trabalho escravo. Mas suas grandes épocas clássicas, quando floresceu a civilização da

Antiguidade – a Grécia, nos séculos V e IV a.C., e Roma, do século II a.C. ao século II d.C. –, foram aquelas em que a escravidão era maciça e generalizada, entre outros sistemas de trabalho.”¹⁴

Devemos integrar o escravismo antigo num contexto mais amplo de um conjunto de formas de trabalho compulsório dominante na Antiguidade. O trabalhador livre existia na Antiguidade, sem dúvida, mas é das diversas formas de trabalho dependente que advinham as riquezas das aristocracias, desde o Egito dos faraós até a Roma dos generais e imperadores. Vale lembrar que o tema central desta pesquisa é o estudo, não de qualquer forma de trabalho compulsório, servidão ou mesmo escravidão, mas da escravidão-mercadoria, em que o escravo é propriedade de um senhor e está a ele submetido, sendo esta força de trabalho utilizada em larga escala naquela sociedade. No Egito antigo, mesmo os trabalhadores que podiam ser considerados livres estavam submetidos à corveia real, sendo trancafiados à noite numa prisão local e devendo desempenhar um trabalho específico de maneira compulsória a serviço do Estado em grandes construções ou quaisquer outras tarefas que demandasse o Estado faraônico. Os escravos com frequência pertenciam ao rei no Egito antigo e, na maioria dos períodos, eram de número pouco significativo frente à massa de camponeses que, de fato, sustentavam a economia do país. Além disso, os escravos egípcios tinham personalidade jurídica, podendo adquirir propriedade e até mesmo se casar com pessoas livres. Definitivamente, a sociedade egípcia não era uma sociedade escravista, apesar do trabalho compulsório ser generalizado mesmo entre os camponeses livres que, de qualquer modo, estavam submetidos à corveia. Na Baixa Mesopotâmia, eram feitos escravos os prisioneiros de guerra, mas numa escala infinitamente menor do que no mundo greco-romano, sendo, nos períodos mais antigos, grande parte dos prisioneiros de sexo masculino sacrificados aos deuses, quando não eram mortos em campo de batalha, sendo transformados ainda em trabalhadores dependentes não escravizados aqueles que não eram mortos. As mulheres escravas, no entanto, eram mais numerosas. Isto indica um limitado papel econômico e social dos escravos na Mesopotâmia devido à dificuldade de um efetivo controle político-militar

14 ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 2004.

sobre grandes massas de cativos de acordo com o grau de desenvolvimento do país, segundo nos informa o historiador Ciro Flamarion Cardoso.¹⁵

A “escravidão por dívidas” e o “hilotismo” configuram-se em duas formas de servidão que predominaram na Antiguidade. E onde se enquadra a escravidão-mercadoria que estamos investigando? O surgimento de uma sociedade escravista é descrito por Finley e por ele é destacada a multiplicidade de situações em que se encontravam os escravos, razão pela qual se opõe à aplicação do conceito de classe social para o escravo antigo, sendo, desse modo, uma classe jurídica, uma propriedade, e este fato era o essencial para Moses Finley. O escravo era uma mercadoria que podia ser comprada e vendida; era um estrangeiro desenraizado, obtido através da guerra, do comércio, da pirataria e encarado como propriedade daquele que o aprisionou e que podia ser alugado, vendido ou libertado, se isso fosse da vontade de seu senhor; a totalidade do poder do senhor sobre o escravo, não dispendo o ser humano escravizado sobre o seu corpo. Nas palavras do próprio Finley:

“Estes três componentes da escravidão – a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder sobre ele e a falta de laços de parentesco – davam ao proprietário, a priori, poderosas vantagens com relação a outras formas de trabalho involuntário: maior controle e flexibilidade no emprego de sua força de trabalho e uma liberdade muito maior na disposição do trabalho indesejado. Como consequência, desenvolveu-se uma hierarquia no seio da população escrava. Basta pensar nas seguintes situações, todas simultâneas: escravos nas minas de ouro e prata da Espanha ou acorrentados nas fazendas da Itália; escravos no serviço público imperial; escravos capatazes e supervisores nos campos; escravos urbanos, que conduziam seus próprios estabelecimentos comerciais e manufatureiros em Roma e em outras cidades da Itália, pelo uso do peculium (. . .). Em outras palavras, os escravos constituíam um tipo dentro da classe mais geral de trabalho involuntário, podendo se dividir em subtipos com sentido próprio. Ou ainda, dito de outra forma, os escravos eram uma classe lógica e uma classe jurídica, mas não, no sentido usual do termo, uma classe social.”¹⁶

A discussão levantada por Finley tem o mérito de expor as diversas situações dos escravos antigos ao contrário das usuais generalizações, que pouco servem para o avanço do conhecimento histórico. Os argumentos contrários à tese apresentada aqui serão expostos

¹⁵CARDOSO, Ciro Flamarion. *Trabalho Compulsório na Antiguidade*, op. cit., p.29.

¹⁶ FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e Ideologia Moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1991, p. 79.

mais adiante no texto. Mas por ora o que nos interessa é entender o funcionamento da sociedade escravista e como ela surge. O trecho a seguir trata das condições para o nascimento de uma economia baseada na escravidão-mercadoria em oposição à “teoria da conquista”, que atribui a origem do sistema escravista em Roma às suas guerras de expansão. O argumento contrário é o seguinte:

“Dito de outra forma, meu argumento é que a demanda precede logicamente a oferta de escravos. Se os romanos aprisionaram várias dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças, no curso das guerras itálicas e púnicas, foi porque existia uma demanda de escravos e não o contrário. A existência de uma demanda suficiente requer, ao menos, três condições necessárias. A primeira, num mundo predominantemente agrário, é a propriedade privada da terra, suficientemente concentrada em algumas mãos para que a força de trabalho permanente necessite de mão-de-obra extrafamiliar. A segunda é um desenvolvimento suficiente dos bens de produção e mercado para a venda (para a presente discussão é irrelevante tratar-se de um mercado distante, um mercado de exportação em sentido vulgar ou de um centro urbano próximo). Hilotas e outras formas de trabalho dependente podem, hipoteticamente, ser empregados em sociedades que não produzem mercadorias, mas não escravos, que devem ser regularmente importados em grande quantidade, e cujo preço precisa ser pago. A terceira condição é negativa: a inexistência de mão-de-obra interna disponível, obrigando os agenciadores de trabalho a recorrer a estrangeiros. Todas as condições devem existir simultaneamente, como em Atenas e outras comunidades gregas no século VI a.C. e em Roma, pelo menos desde o século III a.C.”¹⁷

A tese da conquista pode ser facilmente rebatida. Basta resgatarmos o exemplo mesopotâmico em que os prisioneiros de guerra eram sacrificados aos deuses ou utilizados em outras funções como trabalhadores dependentes, sendo somente uma parte deles escravizados. Já a precedência da demanda pode ser comprovada pela comparação com o caso brasileiro. Caio Prado Júnior chega a conclusões bastante parecidas no que se refere ao estudo do Brasil colonial escravista:

“Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas do Norte, onde se tentaram a princípio outras formas de trabalho, aliás uma semi-escravidão de trabalhadores brancos, os “indentured servants”, a substituição pelo negro não tardou muito. É aliás esta exigência da colonização dos trópicos americanos que explica o renascimento da

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 88-89.

escravidão na civilização ocidental em declínio desde fins do Império Romano, e já quase extinta de todo neste séc.XVI em que se inicia aquela colonização.”¹⁸

Sendo assim, é “a falta de braços” que explica a utilização de mão-de-obra estrangeira na produção. O desenvolvimento do mercado ajuda a explicar a forma de trabalho compulsório – a escravidão-mercadoria. O melhor exemplo da Antiguidade, que corrobora a tese da precedência da demanda e expõe uma situação em que a falta de braços de trabalhadores dependentes torna possível o emprego do escravo-mercadoria como o preferencial é o da Atenas clássica, após as reformas de Sólon, e, com isso, permite-nos compreender qual a influência destas reformas e da principal delas, a abolição da escravidão por dívidas, no surgimento de uma sociedade escravista:

*“No caso da Grécia mais avançada, o século VI a.C., parece ter sido aquele em que as condições acima se reuniram todas. O único caso bem documentado (relativamente, aliás) é o da Ática. Nesta região, há sinais de um aumento da população, de uma concentração da propriedade rural em mãos da aristocracia dos eupátridas, de um progresso da urbanização e da produção para o mercado desde os primeiros séculos da época Arcaica, intensificando-se, porém, quanto mais nos aproximamos do século VI a.C. Em tal contexto, as reformas de Sólon, em 594 a.C., vieram garantir a terceira condição, tornando doravante impossível o recrutamento interno de mão-de-obra dependente. Os camponeses antes escravizados ou reduzidos à servidão por dívidas, tornaram-se na sua maioria cidadãos, voltaram a ser pequenos proprietários e, como hóplitas (soldados da infantaria pesada, organizados em falanges disciplinadas), passaram a constituir a base das forças armadas atenienses. Tais camponeses, escapados fazia pouco tempo da servidão por dívidas, não trabalhariam voluntariamente, em caráter permanente, para os proprietários mais ricos. A situação assim criada, a escravidão – já existente como instituição – intensificou-se, chegando-se então gradualmente a um verdadeiro modo de produção escravista. De fato, dadas as características das forças produtivas vigentes, o surgimento e consolidação da categoria homem livre/pequeno proprietário/cidadão/soldado dependeu do estabelecimento do escravismo.”*¹⁹

18 PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 2004, p. 122. A explicação para o uso da mão-de-obra escrava na América colonial também pode ser encontrada em CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A Afro-América: A escravidão no novo mundo”. In: *Coleção Tudo é História*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982. A utilização do método comparativo, neste caso, possibilita a construção de uma explicação plausível e contribui no sentido de confirmar a tese de Finley acerca da precedência da demanda por mão-de-obra permanente para a produção mercantil para o surgimento de uma sociedade escravista.

19 CARDOSO, op. cit., pp. 40-41.

No caso romano, Sônia Regina Rebel de Araújo localiza o ponto crucial para o desenvolvimento do modo de produção escravista, baseado no escravo-mercadoria, em Roma:

“As condições para a formação do modo de produção escravista estavam maduras, pelo menos, a partir do século IV a.C. quando a Lei Petélia Papíria proibiu a escravização de homens livres e pobres aos credores ricos. Estava criada, assim, a última condição para o surgimento do escravo-mercadoria, já que as outras duas condições – a propriedade privada e concentrada da terra e o aparecimento do mercado a precediam e acompanhavam, pois Roma estava em franco processo de expansão militar.

“A propriedade sobre a terra – uma grande concentração fundiária acompanhou o processo de expansão militar romana sobre a Itália e, após as guerras púnicas, sobre o Mediterrâneo, deslocando camponeses de suas pequenas propriedades familiares. A expansão militar, efetuada às custas dos camponeses expropriados, implicou um imenso número de cativos que, transformados em escravos, foram vendidos para trabalhar nas grandes propriedades territoriais, - o padrão agrário agora está baseado nas villae e latifúndios – já que era necessário o emprego de mão-de-obra suplementar e numerosa nas terras açambarcadas pela classe dominante. Destaco os efeitos da guerra anibálica para explicar o incremento em pouco tempo desse processo: a introdução nos campos italianos e sicilianos de massas impressionantes de cativos, um desenvolvimento sem precedentes da agricultura com base em mão-de-obra escrava; opressão romana no Sul da Itália, especialmente Cápua, pelo apoio que a população deu aos cartagineses.”²⁰

Assim, podemos considerar, com base nos autores citados acima, o modo de produção escravista como uma forma original e específica de apropriação do excedente do trabalho e um tipo específico de trabalho compulsório, sendo bastante restrito a determinadas regiões e delimitado no tempo enquanto modo de produção dominante, mesmo que a escravidão enquanto instituição tenha existido em várias sociedades e épocas de forma relativamente disseminada. E é este último fato a fonte de maiores confusões. A sua difusão deve ser comparada com a sua amplitude e importância política, econômica, cultural e social em cada sociedade onde existiu. Condições específicas geraram o escravismo antigo e o escravismo colonial. A inexistência de mão-de-obra interna disponível, a “falta de braços”, foi um fator preponderante no surgimento das sociedades escravistas. Além disso, a produção escravista está voltada para o mercado. No caso das colônias americanas, esta era uma forma de economia majoritariamente dirigida para o abastecimento do mercado externo.

Schiavone utiliza o método comparativo para examinar o escravismo antigo, à luz das análises e dados de que dispomos sobre a escravidão moderna, justificando ainda a utilização

²⁰ ARAÚJO, op. cit., pp.21-22.

desta metodologia com a premissa de que o pensamento histórico é intrinsecamente analógico.²¹

Em Aldo Schiavone podemos constatar as semelhanças e diferenças entre a escravidão antiga e a escravidão moderna de forma mais nítida. Segundo o autor:

“As escravidões modernas, todas originalmente coloniais – no Brasil, nas ilhas do Caribe e também no Sul dos Estados Unidos – afirmaram-se e consolidaram-se por razões peculiares (a escassez de mão-de-obra no Novo Mundo, a penetração europeia contemporânea ao longo da costa da África ocidental) em cenários rurais relativamente periféricos, senão mesmo marginais, com relação ao centro cada vez mais manufatureiro e industrial da nova economia europeia e atlântica; seus problemas foram sobretudo de compatibilidade com um modo de produção bem mais expansivo e dominante, baseado exclusivamente no trabalho livre.

“Pelo contrário, o sistema escravista romano representou – no tocante aos resultados e à organização – de longe a forma econômica mais avançada e unificada dentre as civilizações antigas: o verdadeiro centro propulsor de toda a economia mediterrânea, e sempre foi, do ponto de vista produtivo, substancialmente sem alternativas, tanto teóricas quanto práticas. (...)”²²

E é justamente esta falta de uma alternativa de sociedade ao modo de produção escravista antigo o fato mais revelador do insucesso das revoltas servis, da decadência e queda do império romano e do sistema escravista e o principal traço distintivo entre o mundo antigo e o mundo moderno. Tratava-se ainda de um mundo onde a mão-de-obra era explorada por mecanismos extra-econômicos, pelo menos a mão-de-obra dependente e que estava subordinada à classe dominante daquela sociedade e localizava-se no centro da produção da riqueza social na Antiguidade. A forma de se obter esta força de trabalho era, outrossim, externa ao sistema produtivo. Schiavone também faz questão de ressaltar que o único mecanismo de auto-alimentação da economia romana era a guerra, a “rapina bélica”. A guerra era, segundo o autor, o mecanismo de sustentação política da economia.²³

21 SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 168.

22 SCHIAVONE, op. cit., p.168.

23 Idem, ibidem, p.122.

A origem do sistema escravista na República romana, baseado no escravo-mercadoria, remonta ao século IV a.C., com a aprovação da Lei Petélia Papíria, que aboliu a escravidão por dívidas a que estavam submetidos os camponeses. Este foi o processo e a legislação equivalentes às reformas de Sólon em Atenas. Tal como no caso ateniense também foi um produto da luta de classes. Os plebeus, em sua luta por direitos políticos e sociais, arrancaram essa conquista e derrotaram os patrícios no que concerne a este tema. A sua vitória não se estendeu a uma participação efetiva dos plebeus, pelo menos não dos plebeus pobres, no poder, que se manteve essencialmente oligárquico. A sua participação e influência políticas, portanto, foram muito limitadas e quase sempre formais. Uma nova aristocracia surgiu daquele processo histórico – a *nobilitas* patrício-plebéia –, cuja ação impediu a democratização efetiva do Estado romano. Em Atenas, os camponeses conquistaram a plena democratização do Estado e ganharam o direito de administrar a justiça e de “comandar” a política através da Assembléia. É evidente que os aristocratas continuaram a controlar o processo político através da manipulação das massas, mas tendo que contar em grande medida com o seu consentimento e fazendo concessões aos trabalhadores. Os homens livres e pobres tinham o seu lugar na república ateniense. O fato de, em Roma, a oligarquia ter mantido o seu poder e grande parte de seus privilégios ajuda a explicar o seu desenvolvimento da maneira como se deu, com a concentração das terras em grandes propriedades nas mãos de uns poucos homens ricos, dando outra forma à escravidão-mercadoria nesta formação econômico-social. Diferentemente de Atenas, onde os proprietários mais importantes tinham algumas dezenas de escravos, aqui se contava aos milhares. Todo o esplendor de Roma deve-se não só ao grau atingido pela amplitude e importância das relações sociais escravistas, mas também à expropriação dos camponeses. As lutas sociais em Roma, protagonizadas pelos homens livres, influenciaram e determinaram as modificações ocorridas no mundo do trabalho e, mais precisamente, nas relações de produção fundamentais daquela sociedade. O escravo, que antes fazia parte da família romana, torna-se mercadoria e passa a ser empregado em um número nunca antes visto com a abolição da servidão por dívidas e a expulsão progressiva dos camponeses de suas terras, com a consequente concentração fundiária em mãos das pessoas ricas, aristocratas ou não (libertos, por exemplo, podiam ser grandes proprietários de terras), e depois do advento do regime imperial, fruto das guerras civis, aliadas ao impacto das grandes revoltas de escravos do período republicano, conquistam os mesmos certos direitos. É inegável que a luta dos homens livres, a luta entre ricos e pobres, estabeleceu os parâmetros

em que a escravidão se conformaria no caso romano. Mas, neste trabalho, o que nos interessa é o protagonismo dos próprios escravos em sua luta por liberdade, nas diversas formas de resistência, esporádica e cotidiana, em maior e menor escala; interessa-nos igualmente como este fato se integra ao todo, ou seja, que papel estes seres humanos coisificados, mercantilizados, reduzidos à servidão, transformados em propriedade privada de outrem, desempenhou no desenrolar dos acontecimentos e na própria ideologia e psicologia da classe dominante.

Géza Alföldy²⁴ explica os mecanismos de funcionamento da sociedade romana primitiva. As mudanças estruturais que se processaram em Roma levaram a que os escravos, antes membros da família romana, se tornassem estranhos em relação aos senhores, sendo agora brutalmente explorados e, em sua maioria, desprovidos de qualquer laço ligando-os à sociedade na qual foram integrados contra a sua vontade. A separação completa que passou a existir entre uns e outros e a crescente diferenciação social gerou um ódio de classe sem precedentes antes, fazendo com que os escravos identificassem uns aos outros enquanto iguais e seus senhores como seus inimigos, criando, se não uma consciência de classe, pelo menos um sentimento de classe.

Na estrutura da sociedade romana arcaica o escravo desempenhava uma função muito distinta da que viria a desempenhar no período de fins da República e início do Principado, auge do sistema escravista em Roma:

“A escravatura só pôde desenvolver-se na organização social patriarcal da época arcaica por lhe ser atribuída uma função na família, núcleo da vida social e econômica. Esta forma patriarcal da escravatura, que conhecemos também na história de outros povos, por exemplo, na história grega por intermédio da epopéia homérica, divergia bastante da escravatura do fim da República e da época imperial. Por um lado, o escravo era considerado propriedade do seu senhor e não tinha direitos pessoais; era objeto de compra e venda e por isso designado não apenas pelo nome de servus mas também pelo de mancipium (“propriedade”); era também menos considerado que o homem livre, como no-lo demonstra uma medida prevista pela Lei das XII Tábuas: quem partisse os ossos a um escravo era obrigado a pagar apenas metade da compensação devida a quem infligisse uma lesão semelhante a um homem livre. Mas, por outro lado, a posição do escravo na família pouco diferia da dos seus elementos. Era, tal como estes, membro a pleno da unidade familiar; fazia a sua vida juntamente com eles e podia manter um contato pessoal estreito com o pater famílias. Estava sujeito ao poder do pai de família – tal como a esposa ou os filhos deste, que o pai podia castigar ou até vender como escravos (nunca mais que três vezes, segundo a Lei das XII Tábuas). A sua função econômica em pouco se diferenciava da dos membros livres da

24 ALFOLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

família, pois para além das suas tarefas como criado trabalhava como agricultor ou pastor na propriedade da família, na companhia dos outros membros “livres”. (...)”²⁵

Desse modo, podemos perceber a mudança que se processou no século II a.C., com o rápido desenvolvimento da escravidão-mercadoria, como consequência da Segunda Guerra Púnica. O caminho já havia sido aberto pela Lei Petélia Papíria e agora apontava-se para a desagregação completa da antiga forma de escravidão. Essas transformações radicais foram a base das rebeliões servis e, em larga medida, das modificações no governo e no Estado romanos. O exercício de comparar a escravatura arcaica com a escravidão-mercadoria, a escravidão com outras formas de trabalho compulsório no Mundo Antigo e a escravidão antiga e a escravidão moderna permite-nos observar em detalhes as razões econômicas das guerras entre senhores e escravos em Roma e os mecanismos de funcionamento do escravismo antigo.

Em Alföldy, vemos a relação que os escravos e seus senhores estabeleciam e o que ocorreu mais tarde com a disseminação da escravidão-mercadoria, rompendo os antigos laços, desestruturando e desfazendo as antigas relações sociais. Nascia agora um novo mundo, que era marcado pela imagem de grandes faixas de terra trabalhadas por verdadeiros exércitos de homens escravizados, trazidos do estrangeiro como prisioneiros de guerra.

É importante destacar que não é ainda o comércio que diferencia o desenvolvimento das sociedades escravistas de Roma e da América. É verdade que o comércio mundial capitalista alcançou proporções inimagináveis na Antiguidade clássica, mas uma circulação mercantil considerável também existiu na Roma antiga. Principalmente, a partir da segunda metade do século II a.C. e os conflitos sociais da República romana, envolvendo a disputa dos Graco com a aristocracia senatorial e a conjuração de Catilina, passando ainda pela guerra social, contexto político e social atravessado pelas maiores revoltas de escravos da Antiguidade, houve um crescimento dos capitais comerciais e da circulação de mercadorias no interior do império e no Mediterrâneo. No entanto, a mentalidade aristocrática, que não privilegiava o reinvestimento, mas sim o consumo daquilo que era produzido, esgotando o produto excedente em ostentação, sendo mais importante para a classe dominante romana a ampliação de seu luxo e poder, através não só de sua riqueza, mas também do status, do que a

²⁵ ALFÖLDY, op. cit., pp. 26-27.

aplicação desses capitais novamente no circuito produtivo. Para Aldo Schiavone é este fato que explica porque a sociedade romana permaneceu uma formação muito mais de “ordens” do que de “classes”²⁶. A lógica do escravismo antigo impunha-se aqui de maneira poderosa. O seu trabalho tinha como função manter e ampliar não só a riqueza econômica, mas também o *status*, o luxo e tudo aquilo que representava o modo de vida da nobreza romana, uma classe de origem guerreira, proprietária de terras com um elevado nível de absenteísmo, tendo a seu serviço administradores escravos, e que vivia para a política e a guerra. Em suma, era uma classe social que via negativamente o trabalho manual. A sociedade romana era profundamente marcada pela difusão da escravidão-mercadoria, pela desvalorização do trabalho e pela ausência de máquinas, que eram, naturalmente, substituídas pelos músculos dos homens e mulheres escravizados. A aristocracia era o modelo daquela sociedade, sendo vista como a melhor classe. E a liberdade aristocrática era o oposto não só do trabalho escravo, mas de qualquer trabalho manual, repetitivo e mecânico por natureza e que podia muito bem ser executado igualmente por escravos. De início, o trabalho das famílias camponesas em suas próprias terras representava a autonomia desses homens, ao contrário do trabalho dos artesãos, voltado para agradar e suprir as necessidades de outrem, que sempre foi mal visto. No entanto, o desenvolvimento do sistema escravista não pode ter deixado de influenciar de forma determinante a mentalidade coletiva de toda a sociedade. Esta é uma diferença fundamental entre os dois modos de produção, apesar de serem ambos baseados na escravidão-mercadoria: aqui o capital comercial não servia de combustível para uma industrialização, esgotando-se em si mesmo; a mão-de-obra escrava funcionava como substituta do baixo nível tecnológico e garantia a ociosidade da aristocracia e a participação política dos cidadãos.

2 – A HISTÓRIA COMO UM CAMPO DE POSSIBILIDADES

A História é, antes de mais nada, possibilidade. É verdade que existem determinações estruturais e que os homens agem de acordo com as circunstâncias em que se encontram, mas eles agem. Os homens fazem a sua história. E se isso implica em possibilidades, também

²⁶ SCHIAVONE, op. cit., p.243.

implica em escolhas. Os indivíduos fazem escolhas a todo momento, mas não é só no plano individual que o espaço para a escolha e a liberdade de ação existe; também as coletividades escolhem. Os grupos sociais escolhem. Os povos escolhem. As classes sociais escolhem. Isso não quer dizer que tanto os grupos sociais quanto os indivíduos não estejam sujeitos a determinações. Mas existe uma margem de manobra. E existem momentos da história que esta margem de manobra é particularmente maior e mais interessante. É quando mais de uma possibilidade se apresenta como viável, dependendo das escolhas dos grupos e das relações de forças em jogo. O período conturbado do final da República romana, com intensas lutas políticas e sociais, com disputas entre as facções políticas da classe dominante e os sucessivos levantes das camadas subalternas da sociedade, configurou-se numa janela histórica em que foi possível lutar e sonhar com a vitória de um projeto alternativo de sociedade e de uma oportunidade de liberdade para muitos. E foi essa janela de oportunidade que se fechou com a vitória do projeto conservador, corporificado na aliança forjada entre o César, o Senado e o Exército, com o respaldo das massas. Esta aliança conservadora e a afirmação desta alternativa societária reconfiguraram o aparato político-administrativo para ajustá-lo às novas necessidades do império mediterrânico e do sistema social baseado na elevada concentração fundiária e na escravidão-mercadoria empregada em larga escala como modelo econômico e social hegemônico. O caminho para uma progressiva democratização do Estado, com o restabelecimento do campesinato-cidadão como o exército da República e a extensão dos direitos de cidadania aos itálicos, não apenas num sentido formal, mas como base política e militar da República, estava, então, vedado.

O cesarismo como alternativa à crise da República e, bem mais tarde, o desmoronamento do Império Romano, com a sua crise final, pela própria crise do escravismo e pelas invasões bárbaras, não foram as únicas alternativas e possibilidades que estiveram colocadas na realidade. A história romana poderia ter tomado outro rumo e aqui este exercício mental de investigar hipóteses que podem de alguma forma iluminar pontos ainda não muito esclarecidos ou complexos de um problema se faz necessário. O curso dos acontecimentos nunca esteve predeterminado. Em algum momento, aquilo que existia enquanto possibilidade torna-se inevitável, mas somente depois de suplantados ou superados os outros projetos históricos em disputa.

Esta solução alternativa é levantada no livro *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*, de Aldo Schiavone, e consiste da defesa da tese de que em fins da República a desagregação do velho bloco aristocrático que comandara a expansão romana

sobre o Mediterrâneo abriu o caminho, naquele momento, para uma “revolução municipal” que desse à luz a um novo “Estado municipal itálico”, com um projeto de organização romano-itálica no centro do império, resultando na plena integração das municipalidades itálicas, fundada na plena participação na política e no poder de maneira efetiva das camadas de cidadãos antigos e novos do território da península.²⁷

A nobreza senatorial não conseguia ver a si mesma como dirigente de um novo Estado municipal itálico, entrincheirando-se na defesa dos seus privilégios. A luta feroz contra os Graco e seu projeto reformista acabou sepultando a República romana para sempre. Do enfrentamento dos Graco com a nobreza senatorial até a Guerra Social esteve colocada uma possibilidade real de renovação democrática e de manutenção do regime republicano, com a limitação da propriedade da terra e do número de escravos na Itália, a restauração do exército romano enquanto uma milícia de cidadãos, a partir da redistribuição das terras públicas, fundação de colônias e ampliação do campesinato itálico e da cidadania romana para todos os italianos, com a antiga glória conferida aos cidadãos romanos comuns, plenos de direitos e participação política, econômica e militar. Com a conquista da cidadania romana pelos itálicos, mesmo após a derrota militar, este processo poderia ter sido retomado e um novo curso na história de Roma seria dado. Mas as conquistas militares de César e Pompeu, com um novo afluxo de escravos, de cerca de um milhão, como nunca antes houvera, a aquisição de novas terras na Gália e novos recursos no Oriente terminaram por enterrar de vez o projeto de democratização da sociedade romano-itálica.

A partir de um determinado momento, a estrada que seguia em frente apresenta uma bifurcação: no jogo de forças políticas e sociais da sociedade romana do período de crise da República os destinos coletivos são decididos. A classe dominante romana decide apostar num caminho que considerou mais seguro. A nobreza senatorial abriu mão de parte de seu antigo poder para seguir usufruindo plenamente de seus privilégios materiais. As sociedades humanas fazem escolhas e as crises são momentos de oportunidade. O regime do Principado apontou para uma estabilidade política e social que mantinha as condições econômicas vigentes. Na medida em que não existiam forças políticas e sociais homogêneas, coesas e consistentes o suficiente para se opor seriamente ao projeto aristocrático de “revolução passiva”, esta alternativa acabou prevalecendo. No entanto, este fato não deve servir para

27 SCHIAVONE, op. cit., pp.251-257.

obscurecer o processo real que existiu para os homens concretos e reais de uma dada época. Os resultados finais desse processo são o produto de uma correlação de forças existente na conjuntura crucial para a definição do futuro daquela sociedade. Resgatar, portanto, as alternativas que estiveram em jogo é dar voz aos vencidos e compreender com maior clareza e em maior profundidade as perspectivas de futuro que fizeram parte do passado. É nessa direção que aponta Schiavone:

“O colapso do quadro aristocrático, somado à consolidação da romanização e da concentração na Itália de uma quantidade de riquezas e de capacidades produtivas e comerciais nunca antes presentes no mundo antigo, estava abrindo uma época de oportunidades sem precedentes. Estava inaugurando-se um daqueles raros e preciosos momentos de criatividade da história, em que as potencialidades acumuladas em uma impetuosa fase expansiva, mesmo já tendo obtido resultados relevantes, ainda não estavam consolidadas de forma definitiva, e podiam tomar direções diversas, também muito distantes entre si. Se algo poderia mudar, era agora: a única ocasião em que os efeitos das dinâmicas postas em movimento poderiam superar os limites do sistema que as havia produzido.”²⁸

É importante ressaltar o trecho em que o autor escreve que “as potencialidades acumuladas em uma impetuosa fase expansiva, mesmo já tendo obtido resultados relevantes, ainda não estavam consolidadas de forma definitiva, e podiam tomar direções diversas”. Chamamos a atenção para esta frase em especial porque nela está contida toda a tese do autor. A História não é composta de fatos predeterminados. Na verdade, ao acumular elementos que apontavam, primeiramente, num sentido, também eram criadas outras alternativas, pois este acúmulo de potencialidades significava igualmente uma liberação de forças sociais. Os camponeses romanos e itálicos e os grupos de proprietários e os setores da elite que estavam fora do centro do poder e de seus privilégios buscavam o seu lugar ao sol, a sua parte do recém-nascido império romano. Na arena da política foi travada uma batalha histórica que exerceria uma influência determinante em todo o desenvolvimento ulterior do Ocidente. Uma luta épica pelo futuro se desencadeou e teve seu primeiro revés para as forças que defendiam um outro progresso, uma estrada alternativa àquela para a qual rumava a sociedade romana, no episódio do assassinato de Tibério Graco. A proposta de Tibério favorecia e fortalecia a longo prazo o Senado, mais do que os senadores romanos podiam suportar. As sucessivas derrotas políticas e militares de um projeto de sociedade que se contrapunha às tendências oligárquicas exclusivistas da aristocracia da *civitas* romana não conseguiram eclipsar o seu

²⁸ SCHIAVONE, op. cit., pp. 254-255.

significado. A solução monárquica suplantou fisicamente os protagonistas e as idéias de uma Itália composta por trabalhadores livres em sua maioria, a predominância da pequena propriedade rural sobre a grande propriedade e um papel político e militar elevado para o campesinato itálico, que foi a base do exército vitorioso que conquistou o Mediterrâneo e formou o maior império da Antiguidade, além de uma conseqüente democratização das instituições políticas do império, aproximando-se mais de Atenas do que do Oriente; mas um império cada vez mais oriental foi se formando em suas estruturas políticas básicas, principalmente a partir do período do regime do Dominato, afastando-se mesmo da monarquia republicana de Augusto, que, apesar de príncipe, governava com o Senado, não mais o Senado da República, é importante destacar; mas a busca do consenso ainda prevalecia sobre a autoridade despótica. As propostas de um Estado camponês ou de um Estado itálico foram sepultadas para sempre, mas nunca esquecidas. O que não foi também determinou a forma como se deram os acontecimentos que culminaram no Principado. E as conquistas, mesmo parciais, das camadas mais baixas da sociedade romana no primeiro século do regime imperial são outra evidência da força do programa democrático na crise republicana, mas que não era capaz de arregimentar setores sociais nem de conquistar a simpatia de uma parcela majoritária do povo para que pudesse derrotar o programa conservador aristocrático:

“No lugar de uma reviravolta municipal capaz de levar a cabo os resultados itálicos da romanização, a crise do século I conduziu, com Augusto, a uma grandiosa estabilização neoaristocrática, que redimensionou a posição da Itália, dissolvendo-a na geometria pluralista e policêntrica de um governo do mundo.”²⁹

O consenso aristocrático tomou forma no regime monárquico. A tendência exclusivista da oligarquia senatorial romana prevaleceu, tendo a nobreza senatorial, porém, de ceder o monopólio do poder político e depositar na figura do César a autoridade que antes era sua. Esta alternativa era a que melhor preservava os privilégios sociais conquistados pela *nobilitas* e promovia o ajuste perfeito das instituições políticas às condições econômicas vigentes, em contraposição à linha reformista que freava, de certo modo, o avanço da economia escravista, mas que oferecia uma alternativa mais interessante para o beco sem saída que se tornou o escravismo antigo, principalmente com o fim do período de maior expansão do Império

²⁹ SCHIAVONE, op. cit., p. 264.

Romano. A catástrofe era, desse modo, adiada, mas de forma alguma contornada e, muito menos, impedida. O problema não era resolvido, mas postergado para que as gerações futuras pagassem o preço da oportunidade perdida. O desmoronamento do Império Romano, a sua crise e a sua queda, estavam absolutamente ligadas à crise do sistema escravista. Mas isso não importava para os grandes proprietários de terras e de escravos que ocupavam as cadeiras do Senado no momento da crise republicana. Eles mantiveram seus rendimentos e seu modo de vida; e isso lhes bastava. Schiavone define o regime instaurado por Augusto como sendo o sistema político que possibilitava o desenvolvimento pleno daquele sistema econômico:

“O ‘milagre’ romano atingia assim a sua plena projeção mundial: o império nunca unificou as economias provinciais, mas construiu uma rede de interdependências e de relações dantes desconhecida. O fracasso em aproveitar a única oportunidade para se desenvolver não provocou a curto prazo qualquer colapso. A paz de Augusto possibilitou, pelo contrário, a plena maturidade do sistema, embora sob um equilíbrio sem perspectivas. A busca da compatibilidade mais favorável entre exploração provincial, produção escravista e expansão comercial não foi uma invenção apenas romana: já tinha tido seu laboratório em Atenas. Mas foram as classes dirigentes do império que estenderam o experimento até a construção da primeira ‘economia-mundo’ de nossa história.”³⁰

Sendo assim, o principado de Augusto serviu para consolidar as tendências centrais que vinham se afirmando desde as Guerras Púnicas, passando pelas conquistas de Júlio César na Gália e de Pompeu no Oriente. A dinâmica da economia apontava para o Estado monárquico como forma de garantir um aparato político-administrativo capaz de arbitrar os diferentes conflitos políticos e sociais e as próprias relações sociais de produção. É isso que, em parte, ajuda a explicar porque, no regime imperial, não ocorreram grandes rebeliões servis como aquelas de fins da República. A nova máquina estatal funcionava como um mecanismo político-ideológico de dominação social e de estabilização política da nova sociedade romana. Os reformistas não contavam com uma base social suficientemente coesa para fazer frente ao bloco aristocrático. A oligarquia senatorial, por seu turno, também não tinha capacidade de manter indefinidamente um sistema político já há muito falido. Em que pese todos os esforços de proeminentes lideranças, como Cícero que combateu Catilina e Júlio César e todos aqueles que, na sua visão, tentavam usurpar o poder do Senado e dar fim à República, e de sua política de “concordia das ordens”, e Sila que restabeleceu durante seu governo o poder do Senado e foi um ardoroso inimigo das lideranças reformistas e democráticas, como Caio Mário, a

³⁰ SCHIAVONE, op. cit., p. 265.

República no século I a.C. não passava de um cadáver insepulto, uma ordem social ultrapassada; era preciso admitir: o antigo regime estava morto. E cada ano que passava era um passo a mais em direção ao abismo. A nobreza patrício-plebéia não teve outra escolha a não ser apoiar-se no príncipe, uma figura acima das “ordens” tradicionais, que unificava senadores e eqüestres, a classe dominante romana e as novas elites itálicas, as municipalidades itálicas, as províncias e a capital do império, o exército e a plebe, uma liderança baseada no poder unipessoal legitimada pelo reconhecimento formal do Senado de sua autoridade e pela delegação plebiscitária das massas de toda a Itália e das províncias do império:

“A genialidade da solução de Augusto consistiu em transformar paradoxalmente as próprias fragilidades das alternativas em pontos de força da estratégia adotada. Se não havia fôlego para um projeto de reformas ancorado em novos protagonistas sociais, exteriores ao bloco aristocrático, o único caminho possível era promover e organizar uma sábia ‘revolução passiva’ dos velhos grupos dirigentes.”³¹

3 – ECONOMIA E POLÍTICA NA ANTIGUIDADE

Os elementos constitutivos de um modo de produção são o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes. A respeito das forças produtivas, os autores Ciro Cardoso e Héctor Pérez destacam:

“(...) De uma maneira mais exata e completa, podemos dizer que as forças produtivas típicas de um modo de produção dado representam a articulação histórica específica entre: o objeto de trabalho (recursos naturais e matérias-primas...) e o meio de trabalho (instrumentos de produção...), que formam de conjunto os meios de produção; e os homens que participam no processo de produção, considerados segundo suas capacidades físicas e mentais. (...)”³²

31 SCHIAVONE, op. cit., p. 268.

32 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ, Héctor. *El Concepto de Clases Sociales*. San José, Costa Rica: Editorial Nueva Década, 1982, p. 20.

Assim, podemos arriscar uma análise, mesmo que sumária, do equipamento tecnológico disponível para os romanos antigos, a dinâmica social, a divisão social do trabalho existente na Antiguidade clássica e o desenvolvimento técnico das sociedades grega e romana.

K. D. White escreve sobre o contexto de invenção, inovação e desenvolvimento técnico do mundo clássico. O autor resgata, em primeiro lugar, a idéia de que a tecnologia não é um fenômeno recente, produto da Revolução Industrial, mas uma parte integrante das sociedades humanas desde o Paleolítico³³. O ser humano é um animal social e todos os progressos biológicos de nossa evolução tornaram o homem um fabricante de máquinas e instrumentos com os quais altera o ambiente ao seu redor. O desenvolvimento de novas técnicas leva ao controle humano do ambiente físico e provoca mudanças e novos problemas para as próprias sociedades humanas, problemas que podem ser resolvidos somente através de mais mudanças técnicas³⁴. Mas a invenção não é a única via pela qual podemos interpretar o desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade. Durante o período clássico, as inovações tecnológicas também circularam pelas diversas regiões, mesmo que não existisse uma globalização como nos dias de hoje, ou como por todo o capitalismo, desde a sua origem, com a integração de mais e mais regiões num mercado mundial. A circulação de informações e técnicas era, sem dúvida, infinitamente mais limitada, mas não devemos desprezar a existência de um “mercado mundial” na região do Mediterrâneo, sob o domínio romano. O caráter dual da economia romana revelava os limites e possibilidades que existiram na Antiguidade clássica. Segundo Schiavone³⁵, a economia romana era um sistema agrário-mercantil de base escravista, que congregava, de um lado, uma economia mercantil desenvolvida, sendo a base da produção para o mercado sempre escravista, e, de outro lado, uma economia natural ou de subsistência, que, estando voltada para o autoconsumo direto dos

33 WHITE, K.D. *Greek and Roman Technology*. Londres: Thames and Hudson Ltd, 1984, p. 6.

34 Idem, *ibidem*, p. 9.

35 SCHIAVONE, *op. cit.*, pp. 100-101.

produtores ou para o comércio local, era quantitativamente superior em todo o império. Este plano da economia romana garantia a sobrevivência da maior parte dos habitantes das províncias e da Itália.

As tecnologias que eram produzidas numa determinada região podiam ser levadas para outras áreas através da migração de inventores e artesãos, assim como através do comércio. Outra maneira de disseminação de novas técnicas foram as guerras de conquista:

“As guerras têm sido desde os primórdios um meio notável pelo qual processos técnicos e técnicas tem sido transferidas de uma área à outra. A transferência podia ter várias formas, dependendo da relação entre os rivais, e os métodos pelos quais o vitorioso consolidava suas conquistas.”³⁶

O caso romano é explicitado pelo referido autor, demonstrando como os romanos apropriaram-se das conquistas intelectuais de outros povos e as propagaram pelas terras mais vastas e empregaram seus preceitos para o aumento da produtividade e progresso da ciência e da qualidade de vida no âmbito de uma rede mais ampla e complexa de países, povos e relações políticas e sociais, promovendo o desenvolvimento técnico, científico, econômico e social no Império Romano. Podemos arriscar-nos a dizer que fazia parte do butim de guerra a conquista de novos conhecimentos e equipamentos. Roma conquistou dos gregos, por exemplo, muito mais do que terras, também sua medicina, sua engenharia, sua arquitetura, sua ciência. Da atual região da França e da Bélgica, os romanos apoderaram-se do conhecimento em metalurgia dos celtas.³⁷

Apesar disso, muito do conhecimento produzido era meramente especulativo. O trabalho manual não era valorizado pela concepção aristocrática de mundo. Cientistas como os que temos hoje e a união entre ciência e tecnologia também não eram comuns. De um lado estava o filósofo e de outro estava o artesão, separados por um imenso abismo social. Este foi um fator muito importante no sentido de limitar os possíveis progressos técnicos na Antiguidade greco-romana avançada (já que o desprezo pelo artesão e pela tecnologia aumentou com o tempo). A maioria absoluta das pessoas vivia de forma simples no campo. As

36 WHITE, op. cit., p.11.

37 Idem, ibidem, pp.11-12.

sociedades antigas eram predominantemente agrárias. A agricultura, que foi a mãe da vida civilizada, sem a qual seria impossível a existência de sociedades complexas e das próprias cidades, por milênios foi o único ou principal meio de vida dos homens e mulheres trabalhadores. Mesmo as aristocracias retiravam a maior parte de sua riqueza e também de seu prestígio de suas terras e de sua posição enquanto proprietários de terras. O paradigma escravista exerceu sua influência no não desenvolvimento da maquinaria e de novos processos de trabalho, além da utilização de outras fontes de energia que não as tradicionais energias animal e humana. O uso da água, como recurso energético, ocorreu na Antiguidade, mas não antes do século I a.C., sendo as fontes de energia mais largamente empregadas, realmente, a força de trabalho humana e a energia dos animais, como o boi, o asno e o cavalo. A energia muscular humana era a principal força produtiva numa sociedade escravista. Além disso, o seu uso era mais versátil, mais facilmente adaptável a cada situação e necessidade. A resistência e a capacidade físicas dos animais eram a vantagem óbvia sobre os homens, sendo mais empregados onde fosse preciso força e um trabalho que se estendesse por mais tempo. Um cavalo do tamanho que era usado no mundo clássico fazia o trabalho de nove homens e uma mula podia realizar o trabalho de cinco homens ou de três homens, carregando uma carga de 140 kg por cerca de oito horas num dia³⁸. Essa comparação é válida na medida em que a maior parte do trabalho era produto destas fontes de energia e porque o escravo era equiparado aos animais, na ideologia como na teoria, e o seu trabalho – o trabalho escravo – era equiparado, na prática, ao trabalho dos animais. A diferença tanto na teoria quanto na prática residia justamente nesta versatilidade da força de trabalho humana, advinda do intelecto humano. Sendo assim, as capacidades físicas e intelectuais humanas permitiam aos escravos executar um variado número de tarefas. Dentre os animais, aquele que ocupava o papel principal no trabalho nas fazendas era o boi. Os cavalos, que simbolizavam o orgulho aristocrático e demandavam um custo maior, necessitando de melhor alimentação, eram utilizados, principalmente, na guerra e nas corridas.

A quantidade elevada de escravos que os romanos tinham à sua disposição, a aquisição do melhor da ciência helenística, com a tradição de idéias e experiências recolhida pela atividade de inúmeros pesquisadores, cientistas, filósofos e intelectuais em geral do Museu de Alexandria e o aparato técnico e de recursos naturais das demais conquistas romanas, desde as

38 WHITE, op. cit., p. 55.

técnicas da metalurgia celta até o volume de terras disponíveis para a produção, além de animais existentes e criados nestas mesmas fazendas, compunham o conjunto de forças produtivas do Império Romano e exprimiam o grau máximo de desenvolvimento econômico alcançado na Antiguidade. A circulação de mercadorias, ideias e técnicas possibilitou que algumas conquistas da ciência, antes restritas a um âmbito local, viessem a assumir um caráter universal. Talvez muitas das descobertas da Antiguidade clássica sequer chegassem a ser conhecidas por nós, se não fosse a sua difusão, fruto da integração de realidades isoladas num império universal. Isto não deve, no entanto, obscurecer os fatores que determinaram os limites tecnológicos do Mundo Antigo, como o pensamento aristocrático e sua noção de liberdade que se distanciava totalmente do trabalho manual e da aplicação da teoria às técnicas que estivessem ligadas à produção, e o paradigma escravista, sendo a escravidão, senão quantitativamente absoluta, pois coexistia na realidade do mundo do trabalho com o trabalho livre e outras formas de trabalho dependente, o paradigma predominante em toda a representação do trabalho manual, no sistema social e mental dos grupos dominantes, influenciando a sociedade como um todo, num desprezo de toda forma de trabalho dependente e na inferiorização do trabalho manual frente o trabalho intelectual e as atividades cívicas da política e da guerra. Se por um lado é errôneo falar em uma ausência de máquinas na Antiguidade grecorromana – tendo havido não só invenções, como também sua difusão através de publicações, migrações, do comércio e da guerra –, temos de encarar um importante obstáculo cultural ao progresso científico no campo da produção e na inovação tecnológica, que, muitas vezes, quando ocorria, era deixada de lado, sem que se utilizassem os recursos necessários para o empreendimento, até pela possibilidade de se contar com uma grande quantidade de força de trabalho humana, com a difusão da escravidão, gerando, ao mesmo tempo, uma recusa ao trabalho dos livres e sua rejeição também no plano mental. Este círculo vicioso representou um sério entrave para o desenvolvimento das forças produtivas. A isso, podemos acrescentar o fato de que a aristocracia, ao contrário da moderna burguesia, não se preocupava em reinvestir a riqueza acumulada, gastando os lucros advindos da produção e do comércio no luxo, nas obras (evergetismo) e nas festas das cidades. Arquimedes foi uma das exceções do Mundo Antigo. Ele utilizou suas invenções contra os romanos, durante as Guerras Púnicas, na defesa da cidade de Siracusa. O poder aristocrático permitiu à humanidade alcançar as mais magníficas produções de que o intelecto humano seria capaz numa sociedade de baixo nível tecnológico, de tipo pré-industrial, mas também significou um entrave para o progresso técnico, na medida em que nutria uma mentalidade marcadamente desinteressada na produção, salvo alguns poucos intelectuais que resolveram se debruçar

sobre o problema da administração dos negócios privados e referentes à organização do trabalho numa unidade produtiva, como Catão, por exemplo. É possível relacionar, também neste caso, a vitória da alternativa aristocrática da monarquia militar com a tomada de uma direção que conduzia inevitavelmente à catástrofe, com a queda do Império Romano no fim do caminho, mas que contou com a falta de estímulo para a inovação durante todo o processo. Se o fim das guerras de conquista representou uma das causas da crise do escravismo antigo, pois era através da guerra, principalmente, que os escravos eram adquiridos no volume requerido pelo regime imperial romano, outra consequência grave que pode ser por nós sugerida, tomando por base o que discutimos anteriormente, é o esgotamento desta forma de avanço econômico e tecnológico por meio de sua difusão ao longo de um território que vai se expandindo por meio da conquista. O fim das guerras de conquista representou também o fim de um modelo de desenvolvimento técnico, econômico e social, fundamentado na guerra. As guerras de rapina sustentavam Roma em sua essência, na dinâmica mais profunda de seu sistema político e econômico. O saque de riquezas, de terras, de escravos e de ciências garantiu a Roma todo o seu esplendor. O término desta onda de saques determinou igualmente o seu declínio. Isso e o pensamento aristocrático, com sua aversão ao trabalho manual, verdadeira fonte das riquezas da Antiguidade, desfrutada pelos senadores, generais e filósofos. Uma revolução municipal que democratizasse a Itália e restabelecesse o campesinato, política e economicamente, que desse um espaço na política para as camadas médias italianas e que restaurasse o papel político e militar da cidadania romana, talvez impedisse o desenvolvimento conservador aristocrático e exercesse uma forte influência num desenvolvimento vigoroso e ininterrupto das forças produtivas rumo à modernidade, sem os empecilhos mentais e sociais vigentes nos últimos séculos da Antiguidade; mas tal opção foi derrotada.

4 – O ECO DAS FONTES

Por meio dos textos dos escritores antigos, podemos penetrar na sua visão de mundo. As obras de Diodoro, Plutarco ou Apiano são marcadas pela ideologia da classe dominante romana. A imagem dos escravos projetada por eles expressa o ponto de vista de sua classe. Isso não invalida, de maneira alguma, o recurso à interpretação e análise destas fontes para a compreensão do fenômeno em questão. Pretendemos exatamente extrair destes textos os

elementos que nos permitam construir uma imagem o mais próxima possível da realidade objetiva. Podemos aproveitar os relatos destes intelectuais orgânicos da aristocracia romana com a finalidade de perceber o impacto que as lutas dos escravos tiveram na psicologia da classe dominante. Este é precisamente o caso do relato de Plutarco que deu origem à nossa hipótese.

A atualidade deste debate e a atração exercida por estas fontes e tema ainda hoje são impressionantes. Os textos bem escritos e que expressam com tanta clareza a história romana na perspectiva da *nobilitas* com certeza fazem ecoar ainda hoje as palavras que chegaram desse modo até nós, oferecendo a oportunidade de se entender um capítulo tão decisivo e extraordinário da história da humanidade. Junto do brado aristocrático pode-se notar ressoar o grito dos milhões de oprimidos, quase inaudível, e, sem dúvida, fragmentado. A imagem dos vencidos aparece desbotada, borrada, mas ainda é possível ver as cores que a compunham e as formas, mesmo desfiguradas, de um quadro permanentemente incompleto.

No que diz respeito aos escritores que produziram os relatos sobre as revoltas da Sicília e de Espártaco, temos que as suas obras foram escritas num momento posterior ao das próprias revoltas. No caso da revolta de Espártaco, os relatos foram produzidos já no período do Principado. Conhecendo os referidos autores (Apiano, Plutarco e Diodoro) é possível entender mais facilmente a forma como os textos foram escritos e o seu conteúdo. Apiano era um grego de Alexandria e um cidadão romano que escreveu seus textos no século II d.C. Plutarco foi outro intelectual grego, de Queroneia, viveu entre a segunda metade do século I d.C e a primeira metade do século II d.C. Ele foi sacerdote de Apolo em Delfos e era de tendência filosófica platonista. Diodoro da Sicília escreveu sobre a revolta de escravos liderada por Euno no século I a.C, um século depois do acontecimento daquela revolta.

Mesmo que não tenha sido a única perspectiva adotada pela classe dominante romana, o paradigma da escravidão natural de Aristóteles tinha a sua força, na medida em que este filósofo produzira uma teoria mais acabada e sistematizada do que qualquer outra. Aristóteles foi um dos maiores filósofos da Grécia antiga, o aluno mais brilhante de Platão e o preceptor de Alexandre, o Grande. Assim como Aristóteles, Catão é outro autor importante para compreendermos uma das visões existentes e possíveis acerca dos escravos e da escravidão na Antiguidade e, por isso, será, mesmo que de forma sumária, exposta a sua visão sobre a melhor maneira de se conduzir de modo lucrativo as fazendas e de como se comandar o trabalho dos escravos, além da percepção dos mesmos como simples mercadorias. Catão (234-149 a.C.) passou sua juventude na fazenda de seu pai em Sabina e escreveu mais tarde

um importante tratado sobre como se conduzir uma fazenda e dirigir o trabalho dos escravos na lavoura – o *De Agri Cultura* – e lutou na Segunda Guerra Púnica. Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que a sua experiência de vida ajudou a moldar a sua concepção sobre os escravos. Estes dois autores apresentam concepções mais rígidas sobre a relação homem livre e escravo, produto de seu tempo – a Grécia do século IV a.C. e a República romana dos séculos III e II a.C.

A nossa hipótese de trabalho, é importante destacar, brotou da própria análise das fontes, especialmente com a leitura do relato de Plutarco, que lançou luz sobre um problema fundamental: os escravos eram desumanizados pela ideologia escravista. Mas em sua luta eles enfrentaram homens livres romanos como iguais, com coragem, inteligência e destreza, qualidades tipicamente humanas. E manifestaram um valor moral elevado, demonstrando que escravos, que eram inferiorizados no discurso oficial e na prática sociais, podiam expressar o melhor daquilo que eram consideradas como virtudes pelos romanos. Foi esta constatação que norteou toda a nossa pesquisa.

Partimos de uma premissa: a de que a ideologia escravista, tal como havia sido formulada por Aristóteles, perdeu sua eficácia enquanto instrumento de dominação dos proprietários sobre os escravos e enquanto instrumento de coesão social. Com isso, as ideias de Sêneca sobre a humanidade dos escravos ganhariam relevo enquanto discurso integrante de uma nova forma de dominação social, como parte do conjunto de novos instrumentos político-ideológicos desenvolvidos pela aristocracia romana, no regime do Principado, para assegurar o seu domínio de classe. Na verdade, a classe dominante romana já expressava anteriormente, em muitos casos, uma visão distinta daquela exposta de maneira rígida pelo discurso aristotélico; e na outra ponta, talvez o discurso estóico tenha sido um dos mais radicais no reconhecimento da humanidade dos escravos – mesmo que não propusesse o fim da escravidão, coisa que não estava colocada na Antiguidade – contando com a adesão de alguns importantes membros da aristocracia romana, mas não todos. De qualquer forma, a eclosão de revoltas de escravos daquela magnitude, na proporção das revoltas de Espártaco e de Euno, não poderiam passar despercebidas. De fato, as rebeliões servis forçaram a classe dominante romana a uma reformulação de sua prática e de seu discurso. Não havia como estes acontecimentos não produzirem uma fissura no paradigma escravista republicano e realçarem ainda mais a ambiguidade do discurso escravista, manifestada de maneira muito clara nos escritos de Plutarco e de Apiano. É, portanto, da pena de Plutarco que nasce a possibilidade de

crítica ao discurso escravista, partindo do próprio discurso de sustentação dessa mesma ideologia. Cito agora o fragmento que nos levou a essas conclusões:

“Esta foi a mais dura batalha de todas. Ele (Crasso) matou doze mil e trezentos, e apenas dois deles foram encontrados com ferimentos nas costas: todos os outros ficaram firmes em seus postos e morreram combatendo os romanos.” (Plutarco, Crasso, Ch.11.3)³⁹

Aqui podemos localizar o impacto do levante de escravos no discurso da classe dominante, a contradição entre o discurso ideológico e a realidade e o quanto estas revoltas colocaram em xeque a própria ideologia escravista, cujo discurso oficial propagava a inferioridade dos escravos frente aos homens livres, uma inferioridade natural. No entanto, Plutarco deixa escapar nesta passagem um comentário que só reforça a nossa opinião sobre o fato de que a classe dominante já percebia a humanidade dos escravos e os próprios homens escravizados passavam a confiar mais em suas capacidades. A justificação ideológica e jurídica da escravidão estava baseada no fato de ser considerado o escravo uma propriedade, o que, sem dúvida, continuou a acontecer ao longo de todo o regime imperial. Além disso, a alegação de uma suposta inferioridade natural daqueles que eram escravos em relação aos homens juridicamente livres funcionava como um importante mecanismo de dominação político-ideológica, que atuava junto com a repressão violenta e permanente sobre todos os homens que eram propriedade de um senhor. Neste sentido, uma situação contraditória em que o escravo era visto – e de fato era – ao mesmo tempo como ser humano e propriedade permaneceu. Mas a manifestação de sua humanidade e de qualidades tão elevadas para o conjunto da sociedade, para além do âmbito individual, naturalmente produziria fissuras no discurso oficial e sua conseqüente reformulação. O fato dos escravos rebeldes terem lutado com uma incontestável coragem e mesmo destemor nesta batalha, tendo apenas dois de mais de doze mil tentado fugir, era uma prova de que a realidade objetiva e a ideologia da classe dominante divergiam uma da outra de tal modo que até os senhores escravistas poderiam duvidar de suas crenças mais firmemente alicerçadas e profundamente enraizadas em seu espírito. Tornava-se impossível, do ponto de vista de um discurso racional, mesmo que

³⁹ Apud WIEDEMANN, *Greek and Roman Slavery*, op. cit. p. 219.

parcial, mesmo que apresentando um ponto de vista de uma classe – sendo este ponto de vista, o da classe dominante e o seu discurso, aquele que coesiona toda a sociedade e tem por objetivo dirigir a ação e o pensamento também das demais classes sociais, legitimando o seu domínio – sustentar a velha concepção aristotélica da escravidão natural, por exemplo. O discurso dominante sofrera uma fissura e era preciso reinventá-lo, reciclá-lo e reafirmar os princípios e pressupostos da *nobilitas* com base em outros instrumentos mentais e categorias teóricas mais eficazes e lógicas nesta nova situação aberta.

A luta de classes na Roma antiga foi, principalmente, a luta entre ricos e pobres, patrícios e plebeus, nobreza versus massas urbanas e camponesas e a luta política entre *optimates* e *populares*, setores divergentes da própria classe dominante, e uma luta que era, em suma, protagonizada pelos homens livres. Apesar disso, a luta de classes entre senhores e escravos não foi inexistente e a Primeira Revolta de Escravos da Sicília inaugura uma nova fase neste conflito social, abre uma nova etapa na luta de classes da Roma antiga. Esta rebelião escrava, ao mesmo tempo, representava o ponto culminante de um processo de resistência e luta que vinha se intensificando, num contexto de cada vez mais instabilidade política e social, sendo, portanto, um dos inúmeros atos que compuseram o epílogo de uma etapa da luta de classes na Roma antiga, durante a fase final do período republicano; e o princípio de uma nova fase de grandes lutas, de grandes revoltas, que iria de 135 a.C. até 71 a.C., entre a primeira metade do século II a.C. e a primeira metade do século I a.C., isto é, num espaço de tempo de mais de sessenta anos. Foram décadas de lutas dos escravos. Agora era a vez dos escravos também obterem conquistas na sociedade romana. Este período das grandes revoltas servis se encerra com a guerra de Espártaco, mas suas consequências irão perdurar e influenciar a estrutura do próprio Império. Mais adiante, trataremos das reformas do Principado, mas a principal vitória foi simbólica. A adoção do discurso estóico por um setor importante da classe dominante nos primeiros séculos do regime imperial e a posição mais moderada dos estóicos frente à escravidão, mais compreensiva e humana em relação aos escravos, bem como a sua pregação de uma relação harmoniosa entre amos e servos, demonstram uma mudança significativa na forma de se encarar o escravo também na esfera pública, tanto por parte do Estado quanto no âmbito da filosofia e, portanto, da ideologia e do meio intelectual. A intelectualidade e a burocracia de Estado admitiam que os escravos deveriam ser respeitados como seres humanos e tratados bem, ressalvando que os mesmos deviam obediência aos seus mestres e proprietários e que qualquer tipo de rebelião seria severamente condenada, assim como o seriam os maus tratos que os escravos viessem a

sofrer. Além disso, mesmo entre aqueles que não eram adeptos do discurso estóico, a distância dos senhores de escravos do período do Principado para o período republicano é bastante nítida. Aliás, a crítica esboçada pelos próprios autores, responsáveis por produzir verdadeiras crônicas daquelas revoltas, aos senhores do tempo das rebeliões servis só seria possível com alguma mudança, nem que fosse uma sutil e mesmo pequena inflexão no sentido de uma outra forma de ver e pensar, distinta da anterior. Mas o que foi realmente significativo foi a mudança no âmbito do Estado. Os proprietários de escravos da Sicília quando da época da revolta de Euno não garantiam o alimento e o vestuário adequados de seus servos, sua propriedade, e o governo nada fazia quanto a isso. Parece que, neste sentido, o príncipe passou a cumprir um papel de árbitro destas relações, no sentido de reconhecer também alguns direitos aos escravos e, deste modo, evitar novas insurreições.

Devemos agora analisar de forma mais minuciosa o significado histórico e social do impacto das grandes revoltas servis de Roma e a maneira como é posto em relevo no relato de Plutarco. Ao entrarmos em contato com o trabalho de Gorender, pudemos perceber conclusões bastante semelhantes com aquelas esboçadas nesta dissertação, no que se refere aos breves comentários feitos pelo historiador citado sobre a escravidão e as revoltas dos escravos em Roma. Ele começa discutindo a contradição inerente à condição escrava, que é ao mesmo tempo *coisa*, por ser uma propriedade, e um ser humano. Os fragmentos a seguir ajudam a esclarecer este problema:

“Na sua condição de propriedade, o escravo é uma coisa, um bem objetivo. Lembrando Aristóteles, consideramos nossa propriedade o que está fora de nós e nos pertence. Nosso corpo, nossas aptidões intelectuais, nossa subjetividade não entram no conceito de nossa propriedade. Mas o escravo, sendo uma propriedade, também possui corpo, aptidões intelectuais, subjetividade – é, em suma, um ser humano. Perderá ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao se coisificar?”⁴⁰

E foram os próprios escravos que expressaram essa contradição na realidade, antes mesmo que isto surgisse na ideologia dominante. Foi a resistência desses homens à escravidão que conquistou para eles, perante os olhos de toda a sociedade, a sua humanidade. A reação era permanente e não somente nos grandes levantes. A fuga, a destruição do equipamento e todas as formas de atingir o nível de produtividade no sentido de sua redução ou de destruição

40 GORENDER, op. cit., p. 63.

ou perda de forças produtivas para o senhor configuravam-se em formas de resistência escrava. Os assassinatos de senhores, embora mais raros, também podiam ocorrer e colocavam para a aristocracia a necessidade de tratá-los não só como coisas, mas também como homens, ao submetê-los, inescapavelmente, a uma legislação penal. O autor contesta a eficácia da ideologia sobre a consciência do escravo que até poderia ver-se tal como o seu proprietário o via, como coisa, como animal, mas não considerava isso o mais provável nem o mais corrente. Sobre isso, Gorender afirma:

“Casos-limite semelhantes eram possíveis, porém não foram o característico do comportamento dos escravos, em todas as épocas. Seu comportamento e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo, pelo ato criminoso. O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra seu senhor à fuga do cativo. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal. Essa espécie de reconhecimento tinha, está claro, alto preço. Os escravos sempre sofreram as penas mais pesadas e infamantes. As mutilações não só foram previstas pelo direito romano como também pelo Código Filipino português e pelas várias legislações penais das colônias americanas, num momento ou noutro, inclusive o Brasil. Mas a pena mais cruel, justamente por ser uma pena, implicava o reconhecimento de que se punia um ser humano.”⁴¹

Desse modo, o reconhecimento da humanidade dos escravos já existia através das suas punições pela legislação penal. Ao responderem por atos criminais, ao serem reconhecidos pelo direito, mesmo que fosse pelo direito penal, respondendo pelos seus atos e não apenas sujeitos àquilo que outros lhe fizessem ou provocassem, ficava evidente a sua humanidade. Futuramente, no regime do Principado, seriam reconhecidos também certos direitos civis e sociais. Mas estes direitos foram conquistados e a admissão pública do seu caráter humano também. O autor destaca este fato no seguinte trecho:

“O escravo conseguiu o reconhecimento como sujeito de delito e também como objeto de delito. Sua vida teve de ser protegida ao menos na letra da lei, julgada assim um bem pessoal e não apenas a qualidade objetiva de coisa semovente. A evolução do direito romano é, neste particular, típica. Durante o período republicano, o senhor romano dispunha da vida do escravo, podendo torturá-lo e matá-lo impunemente ao seu arbítrio (jus vitae et necis). Sêneca, na sua obra Da Ira, contestou o direito de vida e morte sobre o escravo, sendo de supor que o estoicismo haja dado forma ideológica, no seio da classe dominante romana, à repercussão das reações dos próprios escravos, sobretudo os grandes levantes na Sicília e na

41 Idem, ibidem, p. 65.

Itália continental, nos dois últimos séculos da República. Com Antonino Pio, a legislação do Império considerou crime de homicídio a morte, sem justo motivo, do escravo próprio, como já o era a do escravo alheio pela Lei Cornélia. O escravo também ganhou o direito de reclamar a mudança de senhor no caso de sevícias. A legislação imperial proibiu o envio de escravos à arena do circo para combate contra feras.”⁴²

Neste ponto crucial, a opinião de Jacob Gorenader conflui com as nossas constatações. Pretendemos desenvolver esta hipótese junto com uma hipótese teórica em que é analisada a razão essencial para que estas revoltas não tenham se tornado revoluções, pelo menos não no sentido de revoluções sociais. O conceito de revolução tem sido encarado quase somente do ponto de vista da revolução social, mas este não é o único tipo de revolução possível. Em que medida uma ou outra dessas revoltas não se configura numa revolução política, por exemplo? Esmiuçar o problema e desvelar todos os limites e possibilidades que estiveram colocadas para estes homens e as histórias possíveis e como o fato da possibilidade de vitória político-militar destes escravos, mesmo que de forma parcial, influenciou no curso dos acontecimentos. Qual foi a relação dessas rebeliões com o fenômeno do *cesarismo* e o advento do Principado?

Sônia Regina Rebel de Araújo trata do impacto concreto das revoltas da Sicília e de Espártaco sobre a organização política e social de Roma e de sua influência no surgimento do regime *cesarista*:

“(...) o Império foi uma ditadura militar organizada para trazer ordem e pacificação sociais. Tratava-se, então, de exigir moderação dos senhores relativamente aos subalternos, de um lado, e obediência destes aos superiores, inclusive no que concerne a esposas e filhos, daí a Lex Julia De Adulteris Coercendis,(...). Quanto aos escravos, os imperadores, inclusive Augusto, deram-se conta do perigo representado por estes, tanto pelo seu número expressivo, quanto no que tange às revoltas do período republicano. Tentou-se evitar, portanto, que houvesse exacerbação do tratamento conferido aos servos, editando os imperadores, uma série de leis contendo e proibindo abusos e castigos excessivos dos escravos pelos senhores.”⁴³

Isto demonstra de forma patente a relação entre estes movimentos de rebelião armada das classes subalternas e a criação de um Estado árbitro das relações sociais e dos conflitos

⁴² GORENDER, op. cit., p. 66.

⁴³ ARAÚJO, op. cit., pp.160-161.

políticos e sociais. Enfim, um último exemplo de uma leitura das fontes sobre as revoltas feita a partir de uma perspectiva marxista e que enfatiza o papel desses movimentos na mudança ocorrida na mentalidade da classe dominante e na reformulação de seu discurso social pode ser encontrada ainda em Araújo, numa afirmação que se assemelha a de Gorender e corrobora com a hipótese defendida nesta dissertação:

“A dicotomia da visão dos romanos sobre eles – seres humanos e coisas – permeava todas as relações sociais que envolvessem escravos: é uma contradição essencial a este modo de produção, e tal contradição é o fulcro da minha hipótese geral de trabalho.

“E no entanto, os escravos resistiam como podiam, tentando mudar sua posição individual de cativos. Os tipos de resistência variaram muitíssimo de acordo com as circunstâncias, mas quero deixar claro que acredito firmemente que sua resistência atingiu duramente os senhores, em sua crença na inferioridade do escravo e em seu patrimônio também, por motivos diversos – fugas, suicídio de escravos, sabotagem – na ameaça pública que esta resistência sempre representou, com maior ou menor intensidade ao Estado Romano.”⁴⁴

Assim, o eco das fontes chega até nós e o que podemos ouvir de realmente relevante é que aquilo que era afirmado na teoria pelos representantes e intelectuais da nobreza não correspondia exatamente à realidade objetiva, com o reconhecimento da humanidade dos escravos sendo declarado abertamente, mesmo quando os escritos tentavam negá-lo.

Ao contrário dos escritores do período do Principado, durante o período republicano tanto o tratamento conferido na prática aos escravos quanto o discurso ideológico partiam –mesmo havendo exceções– da premissa de que o escravo era semelhante a um animal e sua única função, a única razão de sua existência era proporcionar lucro e bem-estar ao seu amo. Catão era o porta-voz desta tendência dominante na República. O escravo, para ele, era, antes de mais nada, uma propriedade; e um instrumento de produção destinado a retirar do solo a riqueza do proprietário rural. Mas, para isso, a fazenda deveria ter boas condições estruturais de clima, bom solo e numa localização favorável para a comercialização daquilo que é produzido. Uma boa terra e bem trabalhada seria fonte de grande prosperidade ao senhor sempre. O papel a ser cumprido pelo *vilicus* também era fundamental. O que era esperado do capataz foi descrito por Catão para que servisse de modelo para o bom andamento do trabalho na lavoura e para que se assegurasse o cumprimento das tarefas que cabiam aos escravos:

44 ARAÚJO, op. cit., p.196.

“Os deveres do capataz são os seguintes: - Ele deve demonstrar uma boa administração. Os dias de festas (religiosas) devem ser guardados.(...) Ele deve resolver as brigas entre os escravos; e se alguém cometer uma infração ele deve puni-lo apropriadamente de acordo com a falta. Ele deve observar para que os servos estejam bem abastecidos, e para que eles não sofram de frio ou fome. Deixo que os mantenha (aos escravos) ocupados com o seu trabalho. (...)”⁴⁵

E a lista de obrigações do *uillicus* seguem, sempre com o alerta de que deveria estar absolutamente submetido às ordens do senhor, estando apenas a administrar em seu lugar o andamento do trabalho. Na prática, quem conduzia os trabalhadores à plantação, os punia diante das faltas e garantia o sucesso da produção era o capataz. A aristocracia romana era absenteísta e estava muito mais envolvida com os negócios e a vida na cidade, com a política e a guerra do que com as questões puramente econômicas. Na sua ausência, um escravo que estava acima dos outros e que era o seu braço direito, o seu supervisor, cumpria o conjunto de afazeres relativos à terra e aos escravos. Este escravo, no entanto, também precisava ser vigiado e mantido sob a mesma disciplina, sendo este um dever do proprietário. A saúde e bem-estar dos demais servos e o arbitramento das querelas existentes entre eles também eram responsabilidades do capataz.

Em Joly a visão do escravo para Catão é destacada de forma bastante precisa, evidenciando a preponderância do caráter do escravo enquanto propriedade sobre todos os outros aspectos para o referido autor:

“O senhor (pater familias)...quando for informado, deve fazer as contas dos trabalhos e da diárias; se o trabalho não aparece, se o capataz diz que fez o melhor possível, mas os escravos estiveram doentes, fez mau tempo, que alguns escravos fugiram, que fez trabalho obrigatório para o Estado, quando tiver dito todas estas coisas, faça-o voltar às contas dos trabalhos e das diárias... Quando tiver sabido, corretamente, o que deve ainda ser feito, mande-as fazer; checar as contas de prata e trigo e do que foi preparado como forragem, as contas do vinho e do azeite, o que se vendeu, do que se obteve, do que sobrou, do que há ainda à venda, que os empréstimos feitos sejam cobrados; o que sobrou deve ser mostrado; se falta qualquer coisa, compre; se sobrou, venda; os trabalhos a serem arrendados devem ser arrendados; deve deixar por escrito quais trabalhos devem ser feitos por locação e quais não. Examine o gado, faça um leilão: venda o azeite, se o preço for bom, vinho, o trigo que sobrou, os bois velhos, gado em mau estado, lã, couro, carro velho, ferramentas velhas, os escravos velhos ou doentes e tudo o que sobrar, venda; o senhor deve ser um vendedor e não um comprador.” (Catão, De Agri Cultura, 2, 1-7)⁴⁶

45 CATÃO, *De Agri Cultura*, 5, 2, apud HOOPER, op. cit., p.13.

Em primeiro lugar, fica claro que para Catão, em última instância, a responsabilidade pela prosperidade dos negócios é do próprio proprietário. Cabe a ele verificar cada dado, cada trabalho que foi executado ou que deixou de ser executado e porquê. O capataz deve comandar os demais escravos, mas o senhor deve comandar o capataz, que deve a ele total obediência. O senhor deve fiscalizar o trabalho do capataz. O mesmo deve ser cobrado, prestar contas quanto à sua tarefa de supervisão da fazenda e dos servos. Quanto aos escravos que trabalham diretamente na produção, o proprietário deve encará-los como simples mercadorias. Os escravos velhos e doentes devem ser descartados e vendidos. O senhor deve se livrar daqueles servos que não forem mais eficientes e, portanto, lucrativos. Os escravos são comparados no texto às ferramentas e ao gado. Os escravos velhos vêm logo depois das ferramentas velhas e assim como os bois velhos e o gado em mau estado devem ser descartados. É assim que a aristocracia romana do período republicano, ou uma porção importante dela, enxergava aqueles seres humanos escravizados. Eles eram comparados a instrumentos e animais. No texto, eles aparecem ao lado de várias outras mercadorias, ao lado de tudo aquilo que pode ser comprado e vendido. Eles eram parte de um conjunto de coisas que só existiam para dar lucro ao proprietário, para lhe garantir riqueza, e o mesmo deveria fazer de tudo para evitar prejuízos.

Desse modo, podemos perceber que Catão fornecia o modelo de proprietário de terras e intelectual da aristocracia romana de sua época, sob a República. Retomando aquilo que afirmamos no início: serão as grandes revoltas servis que forçarão a classe dominante a rever suas práticas e seu discurso. Como vimos acima, Sêneca nos fornece o exemplo maior do novo discurso social inaugurado no regime imperial, como parte constitutiva de um novo conjunto de mecanismos de controle social, novos mecanismos político-ideológicos de dominação. Assim, a aristocracia reforça o seu domínio de classe como também retoma em sua plenitude a direção da sociedade através do seu ponto de vista de classe, tornando-se não só classe dominante, mas classe dirigente. Entretanto, teve de abrir mão de conduzir diretamente o Estado, que passou a ser dirigido pela figura do César, o imperador, assegurando a paz social.

46 Apud JOLY, op. cit., p.65.

5 – A LANTERNA DA TEORIA

O empirismo lança a ciência histórica num beco sem saída. Somente por meio da lanterna da teoria é que podemos compreender inteiramente um fenômeno. De qualquer modo, sempre olhamos para a realidade com uma lente que é ajustada de acordo com um determinado quadro teórico. Sendo assim, mesmo que nos proclamemos avessos a qualquer teoria ou à elaboração *a priori* de uma hipótese, como condição necessária para a pesquisa, nós sempre encaramos a vida a partir de uma perspectiva, de uma visão de mundo, que não é, de modo algum, individual, determinada pelas fontes ou pelo método simplesmente, mas que é social, de classe, ideológica e embasada ou influenciada por uma teoria, qualquer que seja.

A referência à teoria será permanente em todo este trabalho, permeará cada discussão e fundamentará os problemas levantados em cada capítulo, fornecendo os instrumentos para a sua solução. Abordaremos o conceito de classes sociais e de consciência de classe com a profundidade possível num texto como este, trataremos da conceituação das revoltas que são nosso objeto dentro do paradigma marxista e investigaremos o conceito de revolução. Mas primeiro, devemos começar por definir se os escravos antigos eram ou não uma classe social. Para isso, precisamos definir o que, do ponto de vista do marxismo, aqui adotado, é uma classe social.

Ciro Cardoso, Héctor Pérez e Theotônio dos Santos são os autores que utilizaremos para abrir este debate. Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez apresentam, em seu livro *El concepto de clases sociales*, a definição de classes sociais elaborada por Lênin, segundo a qual as classes sociais são grupos reais, concretos sendo critérios fundamentais para distingui-las: o lugar ocupado num processo de produção dado; a relação entre os meios de produção e o papel na organização social do trabalho, que depende das relações de produção, da divisão social do trabalho e do nível e das formas de desenvolvimento das forças produtivas, podendo-se concluir a partir daí que só tem sentido falar em classes sociais no contexto de modos de produção “historicamente determinados”; outro critério se refere à distribuição, como os meios de obtenção e o volume da parte da riqueza social de que dispõe cada classe; por fim, o conceito de classes sociais aparece como inseparável do conceito de exploração do homem pelo homem.⁴⁷

47 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ, Héctor. *El Concepto de Clases Sociales*, op. cit., pp. 14-15.

Assim, é impossível pensar classes sociais sem relacionar este conceito com o conceito de exploração. A existência de proprietários e de não-proprietários, de dominadores e de dominados, de opressores e oprimidos, de exploradores e de explorados, revela-nos que as classes sempre se constituem numa relação de antagonismo, sendo, por isso, o conceito de classe social indissociável do conceito de luta de classes. Isto significa, por fim, que não podemos falar de classe social de forma isolada. Ao falarmos de classe social estamos sempre falando de uma relação social e de uma relação social de exploração numa determinada relação de produção. As contradições nem sempre se manifestam de forma aberta em grandes lutas e revoluções. No caso dessa pesquisa, trata-se de uma análise das grandes rebeliões de escravos na Roma antiga, mas essa contradição também poderia muito bem ser encontrada nas fugas dos escravos ou mesmo na baixa produtividade no trabalho ou destruição de equipamentos ou o seu mau uso como forma de boicote ou de expressão qualquer de sua rejeição à sua condição de opressão.

Os autores ainda se opõem àqueles estudiosos que, a exemplo de Max Weber, propõem a conceituação da sociedade não num sistema de classes, mas sim de estratificação social, baseada em critérios como *status*, poder político, etc; ou àqueles que diferenciam as sociedades pré-capitalistas da capitalista, afirmando que não havia classes nas sociedades pré-capitalistas e sim castas, estados ou ordens. Os autores explicam que, no marxismo, estes não são conceitos excludentes, por possuírem um *status* teórico diferenciado. No marxismo, a sociedade de classes aparece como produto da desagregação das sociedades comunitárias primitivas. Os diversos tipos de estratificação social que existiram nas sociedades pré-capitalistas sejam castas, estamentos ou ordens, tinham um caráter político, jurídico ou étnico, não sendo de forma alguma alternativo a um sistema de classes baseado nas relações de produção, mas, sim, complementares e relacionados com ele.

O historiador Ciro Flamarion Cardoso, no que diz respeito ao tema da escravidão, defende que os escravos antigos formavam uma classe social⁴⁸. Para Ciro Cardoso, não são

48 CARDOSO, Ciro Flamarion. “Economia e Sociedade Antigas: Conceitos e debates”. In: *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora UNB, 1994, pp. 186-190.

classes sociais apenas aquelas que alcançam a consciência de classe, defendendo, ao contrário, assim como foi definido por Marx e Engels, a existência de classes em si. Além disso, o autor contesta Finley, que argumentava que os escravos não conformavam uma classe social porque havia uma heterogeneidade muito grande entre eles, sendo mais uma categoria jurídica, uma ordem. Para Ciro Cardoso, o fato de um número significativo e mesmo majoritário dos escravos estarem localizados no centro da produção, nas atividades econômicas fundamentais e na base da riqueza daquelas sociedades e da riqueza e da reprodução social das suas classes dominantes, determinando a própria forma e o nível de desenvolvimento técnico daquelas sociedades, sendo a relação fundamental no jogo dialético entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, é um fator determinante para sua classificação enquanto classe social; os escravos existiam numa relação de antagonismo com os seus senhores, que se manifestou de forma bastante esporádica na forma de luta aberta, mas ainda assim importante nas revoltas que são objeto desta pesquisa, e eram a mão-de-obra fixa permanente e que com sua exploração intensiva respondiam pela maior parte da produção da riqueza social. Ainda em resposta ao argumento de Finley, podemos acrescentar a utilização da noção de frações de classe, como forma de explicar a heterogeneidade de situações em que se encontravam os escravos.

Assim, apoiados nas categorias de *classe em si* e *classe para si* em Ciro Cardoso e Theotônio dos Santos, podemos traçar uma definição mais clara sobre o conceito de classe social e porque este conceito é aplicável no caso dos escravos antigos. Vejamos o que Cardoso diz a respeito:

*“Deve-se talvez, neste ponto, levantar uma questão importante: o recuo das interpretações das sociedades antigas como sociedades de classes não se liga unicamente ao uso inadequado de tal conceito no passado; nem se deve só a razões políticas e ideológicas. Terá sido ainda mais influente nesse sentido a presença, no seio do pensamento marxista – desde o próprio Marx –, de uma dicotomia teórica no emprego do conceito, o que terminou levando a uma cisão entre os que só aceitam falar de classes quando se puder detectar uma clara consciência de classe e lutas de caráter político entre as classes (presença de ‘classes para si’ formando um sistema antagônico) e outros que seguem Marx e Engels num emprego mais geral do conceito (constatação da existência de ‘classes em si’ ou determinadas economicamente). Na primeira opção, no pré-capitalismo, unicamente as classes dominantes chegaram a adquirir consciência, o que faz com que só sob o capitalismo contemporâneo encontremos sistemas de classes antagônicas em que também as classes dominadas possam desenvolver uma consciência adequada a seus interesses classistas. Na segunda opção, não haveria inconveniente em estender a análise das classes a toda a história humana pós-tribal, embora admitindo-se consideráveis especificidades aos sistemas pré-capitalistas de classes”*⁴⁹

De maneira ainda mais sistemática e didática, Theotônio dos Santos expõe com detalhe e exatidão o conteúdo destes conceitos:

“Uma classe se define primeiramente pelas relações ou modos de relações que condicionam as possibilidades de ação recíprocas entre os homens, dado um determinado modo de produção. Neste sentido, o conceito de consciência de classe é um conceito puro, quer dizer, abstrato, teórico, não referenciável diretamente a uma ou a algumas consciências empíricas. Neste nível, como vimos, podemos definir a consciência de uma classe como a representação consciente possível de seus interesses num dado modo de produção. Os indivíduos que compõem ou “personificam” estas categorias abstratas, quer dizer, que realizam na prática estas relações, não dispõem em geral dos meios teóricos para representá-las em sua consciência. Representam-nas de modo caótico, assistemático e fragmentário, misturado com as idéias dominantes em sua sociedade ou naquela em que foram educados. A sistematização dessas impressões de um sistema de relações reais na cabeça dos indivíduos forma a psicologia da classe. Na medida em que esta psicologia de classe não expressa a realidade destas relações num setor significativo dos indivíduos que compõem uma classe, pode-se conceituar estes agregados humanos como uma classe em si.

“Contudo, serão uma classe para si numa situação social em que tomem consciência destas relações sob a forma de uma ideologia política que defina claramente as condições reais de sua existência e a contradição entre elas e seus interesses como classe social, bem como lhe proponha os meios de superar esta situação. Neste momento passa a se constituir uma classe para si, quer dizer, uma classe capaz de elaborar um projeto de existência social adequado a seus interesses de classe.”⁵⁰

Cabe, uma vez mais, relacionar esta discussão conceitual com o caso concreto que é o objeto de nosso estudo. Os escravos antigos formavam uma classe na medida em que compartilhavam das mesmas condições de existência, tinham – em sua maioria – a mesma localização na produção e na pirâmide social; ou seja, no seu caso, estavam na base da produção da riqueza social e da reprodução social das classes dominantes, da manutenção e ampliação de sua riqueza, poder e modo de vida. Neste sentido, eram uma classe em si, que chegou a desenvolver *um certo grau de consciência*, pois conseguiu se organizar de forma independente, autônoma em relação à classe dominante, enquanto classe, levando em

49 CARDOSO, Ciro Flamarion. “Economia e Sociedade Antigas: Conceitos e debates”. In: *Sete Olhares sobre a Antiguidade*, op. cit., p. 187.

50 SANTOS, Theotônio. *Conceito de Classes Sociais*. Tradução de Orlando dos Reis. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes S.A., 1983, pp.30-31.

consideração todos os elementos religiosos, culturais e políticos imbricados nessa relação, mas, ainda assim, expressando o seu antagonismo em relação aos senhores e indo para a luta aberta contra os mesmos, mesmo que raramente e de forma concentrada no tempo, em especial nos momentos de crise entre as frações de classe, as ordens e as facções da classe dominante; no entanto, jamais conseguiram desenvolver uma genuína consciência de classe, com um projeto alternativo de sociedade, uma solução para a crise do sistema escravista e sua substituição por outro modo de produção e, nesse sentido, não conformavam uma classe, uma classe para si.

Uma tarefa importante que está colocada para nós é a de relacionar o nível de consciência de classe alcançado pelos escravos antigos e a estrutura social na qual estavam integrados, investigando a consciência possível das classes sociais subalternas na Antiguidade e dos escravos em particular. Isto não significa deduzir inteiramente a consciência de classe da estrutura social. Na verdade, trataremos aqui precisamente da observação dos movimentos reais das classes e do desenvolvimento da luta de classes e em que medida estes movimentos reais confluem ou divergem da construção teórica que a eles se referem. No caso destas revoltas, podemos perceber que em determinados momentos, as classes exploradas ultrapassam os limites estruturais existentes; seus movimentos transbordam as margens da sociedade em questão. Mas no fim, logo deságuam num destino que, se não podemos dizer preestabelecido, pois a sua própria luta demonstrou a inexistência de resultados definidos a priori quando se trata de luta de classes, podemos dizer que era o mais previsível e lógico, tendo em vista os mecanismos, possibilidades e limites delimitados pela sociedade escravista antiga.

Numa tentativa de interpretação das lutas de classes na Antiguidade grecorromana, torna-se útil a utilização dos conceitos de contradição fundamental e contradição principal. A oposição entre senhores e escravos era a contradição fundamental da sociedade romana. No entanto, as lutas políticas ocorridas na República romana foram basicamente entre homens livres. Na medida em que a contradição fundamental de uma sociedade é correspondente ao caráter específico de um determinado modo de produção e que a mesma manifesta-se no nível das forças produtivas, a resistência dos escravos como grupo social a seus senhores coloca limites ao progresso econômico e social e aos rendimentos da aristocracia. Isso porque,

conforme Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet⁵¹ argumentam, os escravos constituem as forças produtivas essenciais no contexto técnico-econômico da Grécia antiga por eles estudada, mas que podemos muito bem aplicar para o período de fins da República romana, pois, tal como o contexto que é o foco dos respectivos autores, aqui também temos uma sociedade em que o emprego da mão-de-obra servil é generalizado (muito mais, na verdade, do que na Grécia clássica) e o progresso técnico, limitado, sendo a escravidão e a sua extensão permanente o principal meio de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, não é difícil compreender a catástrofe romana, quando a expansão do império chega ao seu limite e o afluxo de escravos reduz-se drasticamente. Apesar disso, a contradição principal, ou seja, aquela existente entre os grupos sociais que se confrontaram efetivamente num dado momento da história, foi sempre entre os homens livres e pobres e os grupos aristocráticos dominantes. Para Vernant e Vidal-Naquet, isto tem uma explicação marxista, mas correspondente ao momento histórico analisado, anterior à formulação da teoria marxista e que, portanto, opera com sua própria lógica, a de uma sociedade na qual a oposição propriamente de classes ainda não se manifestava de modo puramente econômico. Se pensarmos no papel que a política e a guerra cumpriam no desenvolvimento econômico e no processo social e técnico na Roma antiga, veremos que é perfeitamente possível uma separação entre as contradições principal e fundamental, não sendo capaz aquela sociedade de apresentar uma saída, uma via alternativa de desenvolvimento, exceto em raros momentos históricos, sem dúvida extraordinários:

*“(...)A oposição entre escravos e seus proprietários jamais aparece como a contradição principal. Nas lutas sociais e políticas durante as quais se enfrentam com tamanha violência os homens daquela época, os escravos jamais aparecem enquanto grupo social homogêneo, jamais agem como uma classe desempenhando um papel próprio na série de conflitos que formam a trama da história das cidades. Esse fato não é surpreendente porque as lutas de classe se travam e desenvolvem num contexto sociopolítico do qual, por definição, os escravos estão excluídos.(...)”*⁵²

51 VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1989, pp. 84-85.

Considerando-se que as contradições de um sistema social podem se situar num mesmo nível ou num nível diferente em uma determinada formação econômico-social, fica bastante claro que, no caso da Antiguidade clássica, trata-se da segunda opção. A estrutura social vigente delimitava as possibilidades da luta dos escravos antigos, sendo impossível uma interpretação marxista nos marcos daquela que é feita acerca das sociedades capitalistas contemporâneas e do papel verdadeiramente revolucionário que o proletariado é capaz de cumprir, no sentido de construir uma nova sociedade, alternativa à velha ordem social:

*“(...) Para se convencer de que a situação no mundo antigo é diferente e de que esse esquema teórico, em sua simplicidade, não se aplica tal como é às sociedades antigas, basta observar que a classe dos escravos não traz nela qualquer nova sociedade. A vitória política dos escravos, se tal hipótese tiver algum sentido, não teria colocado em questão as relações de produção, nem modificado as formas de propriedade. Todos os historiadores concordam em reconhecer que, justamente nos locais onde as revoltas dos escravos assumiram um caráter de luta política ou militar organizada (algo que jamais ocorreu na Grécia), elas continuavam sem perspectivas e não poderiam resultar numa transformação do sistema social de produção. Mas, se não podiam resultar numa mudança da sociedade, é porque as contradições que, desenvolvendo-se em profundidade, opunham as forças produtivas às relações de produção e colocariam em questão sua correspondência necessária, não estavam totalmente expressas no antagonismo dos escravos e de seus proprietários ao nível das lutas sociais e políticas.”*⁵³

6 – A ARMA DO MÉTODO

No caso das sociedades antigas, não dispomos de estatísticas suficientes, as cifras disponíveis são quase sempre, além de poucas, pouco confiáveis, necessitando-se quase sempre de outros métodos e mesmo do apoio de ciências, como a arqueologia, para que

52 VERNANT e VIDAL-NAQUET, op. cit., p.83.

53 Idem, ibidem, p. 69.

possamos ter uma visão mais correta dos fenômenos. Neste trabalho, especificamente, trata-se de um fenômeno que será analisado num período pré-estatístico. Ainda é preciso considerar que na história não dispomos da possibilidade de realizar experiências como nas ciências naturais. A maneira que temos de compensar e possibilitar uma aproximação com o modelo lógico da experiência é através do *método comparativo*. No estudo das sociedades escravistas, isto se torna ainda mais necessário e útil.

O maior perigo, neste método, é o de cometer anacronismos, principalmente quando se comparam sociedades distintas no tempo e no espaço e estruturalmente diferentes. Existe outro problema, que se refere à própria verificação. Na presente pesquisa, o risco de extrapolação daquilo que podemos realmente inferir a respeito dos processos estudados é real, diante da falta de dados, da escassez de fontes. A aferição adequada das fontes disponíveis é condição básica para a realização de um trabalho verdadeiramente científico sobre o tema. Desse modo, será o caráter dos testemunhos conservados e que nos foram legados que determinarão a verificação possível, não se devendo preencher arbitrariamente as lacunas existentes, mas sendo preciso utilizar, no entanto, todos os instrumentos disponíveis para superar os obstáculos impostos por uma documentação insuficiente.

Outro método que deverá ser empregado nesta dissertação é uma contribuição de Lucien Goldmann. Com o seu *método estruturalista genético*, poderemos manejar de maneira mais eficiente os textos dos escritores da classe dominante romana, produtos de uma época, de uma sociedade e da visão de mundo de uma classe, tudo isso na pena de um escritor individual.

A relação dialética entre forças produtivas e relações de produção é fundamental enquanto fator explicativo das transformações sociais, das mudanças e permanências, das possibilidades e limites estruturais. O desenvolvimento das forças produtivas determina a configuração possível das relações de produção. As relações de produção baseadas num determinado regime de propriedade social estabelecem a forma e os limites das forças produtivas de uma sociedade dada. O desenvolvimento das forças produtivas se choca com os limites engendrados pelas relações de propriedade e de exploração. Mas isso não é tudo para o marxismo. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e

as relações de produção determina a luta de classes em sua forma, extensão e intensidade. A luta de classes deve ser entendida como outro fator explicativo fundamental das mudanças sociais, de acordo com a teoria marxista. Pretendemos centrar nossa análise não nas ações e sentimentos individuais, mas nas ações e sentimentos coletivos. Portanto, mesmo quando nossa análise se basear no texto de um escritor individual, não serão as suas opiniões, impressões e sentimentos pessoais o foco, mas sim, as opiniões, impressões e sentimentos da classe a que pertence; é nesse sentido que o método estruturalista genético de Lucien Goldmann é essencial para a nossa pesquisa. Também não queremos realizar uma biografia de Espártaco ou de Euno, mas perceber estas lideranças no contexto histórico e social do qual brotaram e enquanto os elementos de vanguarda e representantes de uma coletividade, de uma classe social. O que importa aqui não é traçar o perfil psicológico de Espártaco ou Crasso, mas dos escravos sublevados e da classe dominante romana, no campo da psicologia social e no estudo das mentalidades coletivas. Sendo assim, vejamos como Goldmann define o método estruturalista genético e sua aplicação:

“Neste ponto, o estruturalismo genético representou uma total mudança de orientação, sendo precisamente a sua hipótese fundamental a de que o caráter coletivo da criação literária provém do fato de as estruturas do universo da obra serem homólogas das estruturas mentais de certos grupos sociais, ou estarem em relação inteligível com elas, ao passo que no plano dos conteúdos, isto é, da criação de universos imaginários regidos por essas estruturas, o escritor possui uma liberdade total. A utilização do aspecto imediato de sua experiência individual para criar esses universos imaginários é, sem dúvida, frequente e possível, mas de maneira alguma essencial, e sua elucidação constitui uma tarefa útil mas secundária da análise literária.”⁵⁴

Analisando atentamente as recomendações metodológicas de Lucien Goldmann e suas hipóteses, podemos perceber o quanto promissor mostra-se o seu método para o estudo das obras literárias produzidas pelos membros da elite romana. Para Goldmann, as obras literárias são uma produção coletiva, uma expressão viva da consciência de classe de uma classe social determinada. A pena pode ser de um indivíduo, mas as palavras, conceitos e

54 GOLDMANN, op. cit., p. 208.

idéias são originadas no seu grupo social. Isto não quer dizer que o indivíduo reflita simplesmente a ideologia de sua classe. Por isso mesmo, é preciso analisar o texto propriamente dito, em todos os seus detalhes, e perceber as particularidades do autor e do conjunto de influências, ou melhor dizendo, tentar ouvir a infinidade de vozes que ecoam em uníssono da boca e da pena do autor individual. Entretanto, deve-se localizar a voz mais forte deste coro. O que prevalece e dá coerência ao texto, possibilitando o entendimento da obra e sua relação com a realidade social em que se insere, é a consciência de classe. Nesse sentido, uma obra literária, científica, política e filosófica sempre é obra de uma classe social.

A obra de Plutarco, da qual extraímos nossa hipótese, é emblemática. Ela reflete toda a ambiguidade da relação da classe de senhores de escravos com seus servos, ao reconhecerem neles homens ou atitudes humanas, ao mesmo tempo em que os tratavam como animais na teoria e na prática. O medo e o desprezo aristocráticos pelos escravos rebeldes também é bastante visível em sua obra. As influências das mudanças políticas, sociais e filosóficas dos primeiros séculos do regime imperial também se fazem presentes. Comparando sua obra com a de Apiano, por exemplo, abordaremos diferenças sensíveis de opinião, enfoque e mesmo divergência ou omissão quanto a fatos mais ou menos relevantes. Mas, no essencial, ambos formam uma unidade, possibilitando-nos uma noção mais ou menos exata dos sentimentos e ideologia da classe dominante romana.

Podemos destacar ainda a síntese apresentada por Sônia Rebel acerca da metodologia de Lucien Goldmann e de sua aplicação no caso concreto dos estudos da escravidão romana, não sendo esta, de modo algum, uma inovação metodológica nossa, mas que cumpre um papel fundamental na comprovação de uma hipótese de trabalho que está inserida numa pesquisa original, que visa a uma hipótese geral sobre o impacto das lutas dos escravos sobre a classe dominante e a sociedade romana de conjunto:

“Os métodos que este enfoque pressupõe consistem, em primeiro lugar, em buscar, através de um recorte do objeto, a apreensão do significado total da obra. Outro procedimento recomendado por Goldmann, perfeitamente útil para o estudo da vida das elites romanas, é o de explicar a gênese do texto, verificando como e em que medida a estrutura descoberta na obra tem um caráter funcional e constitui um comportamento

significativo. Por último, o pressuposto de que compreensão e explicação não são categorias opostas, mas diversas quanto ao corte do objeto, e que cumprem diferentes e importantes funções: a compreensão atua no nível imanente da obra, enquanto a explicação preocupar-se-ia em inserir a obra numa “estrutura englobante”, a da consciência de classe. Assim, a pesquisa deveria situar-se em dois níveis, o do objeto de estudo e o da estrutura englobante, oscilando entre eles.(...)”⁵⁵

Desse modo, situamos este estudo no campo da **História Social**. É uma história social nos seus dois sentidos: tanto no sentido de uma *história total*, ou seja, que articula os diversos níveis que para efeitos de análise decompomos e abstraímos da realidade, quanto enquanto uma especialidade centrada no estudo dos grupos sociais, neste caso específico, das classes sócias e seus conflitos. A seguir, apresentaremos uma citação de Ciro Cardoso sobre o problema da escassez e dos tipos de fontes (quase sempre da classe dominante) no caso dos estudos sobre as classes sociais subalternas e suas lutas e a própria ênfase na investigação dos movimentos sociais e numa história das massas, dos grandes agrupamentos humanos, das coletividades:

“Outro campo principal da história social é constituído pelo estudo dos movimentos sociais. Defrontamo-nos, aqui, com uma história de massas: camponeses, operários, escravos, índios, bandoleiros sociais, etc. História que conhecemos através das explosões de violência. Se a falta de fontes torna, frequentemente, impossível a reconstituição de um movimento de massas dia-a-dia, e se o caráter iletrado de seus membros nos condena a conhecê-los quase só por intermédio de terceiros, há um fato essencial de que dispomos: seus atos. E eles são, no curso da história, uma série de explosões de violência, expressão nevrálgica da luta cotidiana contra a opressão e o domínio social. Apreciemos cuidadosamente o problema das fontes. Até o desenvolvimento do movimento operário e do sindicalismo é quase total a inexistência de documentação de primeira mão. Já mencionamos o caráter iletrado das massas. Embora muitas vezes seus chefes lessem e escrevessem, quase todas as fontes provêm, invariavelmente dos setores dominantes que comandaram a repressão, isto é, do bando contrário.”⁵⁶

55 ARAÚJO, op. cit., pp. 42-43.

56 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ, Héctor. *Os Métodos da História*. Tradução: João Maia. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p. 383.

CONCLUSÃO

A conclusão deste capítulo não pode ir muito além daquilo que já foi exposto acima. Não temos muito a acrescentar a não ser que a apresentação minuciosa de todos os pressupostos, teorias, conceitos e métodos tornará infinitamente mais compreensível o texto nos seus próximos capítulos.

Trataremos, no capítulo seguinte, de situar as grandes revoltas servis de Roma no contexto que as produziu. Por mais que pareça algo desnecessário para aqueles que já conhecem mais a fundo a história de Roma, temos a opinião de que muitas das polêmicas existentes no debate de cada história singular têm sua origem nos métodos, conceitos, paradigmas e mesmo na interpretação das sociedades como um todo e que estas diferenças mais profundas se refletem de forma mais aguda na discussão do objeto de estudo de cada caso, sem que a polêmica se restrinja ao caso em si.

Este capítulo introdutório cumpre o papel de iniciar um diálogo com as fontes e de traçar um caminho para a sua interpretação. Além disso, busca orientar toda a discussão, definindo os conceitos-chave e estabelecendo as linhas gerais da dissertação com uma exposição resumida de cada um dos principais debates e elementos que constituem a realidade estudada e suas interpretações. Os limites e possibilidades daquelas revoltas, a composição social daqueles movimentos, o impacto deles sobre a classe dominante e a sociedade como um todo e a conjuntura histórica em que se desenvolveram as principais rebeliões servis da Roma antiga e de toda a Antiguidade clássica.

CAPÍTULO II

ROMA: O IMPÉRIO DO MEDITERRÂNEO

“Assim, tudo o que Roma tinha de ilustre vivia nos campos e cultivava as terras, tornando-se costume só aí procurar os esteios da república. Sendo esse o estado dos mais dignos patrícios, acabou respeitado por todos; a vida simples e trabalhosa dos camponeses foi preferida à vida ociosa e corrupta dos burgueses de Roma, e não houve quem, infeliz proletário na cidade, não se tornasse, como trabalhador dos campos, cidadão respeitável. Não foi sem motivo, dizia Varrão, que nossos magnânimos ancestrais estabeleceram na aldeia o viveiro desses homens fortes e bravos que os defendiam em tempo de guerra e os nutriam em tempo de paz.” (Rousseau)

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, pretendemos analisar o contexto político e social no qual se deram as revoltas de escravos da Sicília e de Espártaco. É importante destacar que, neste caso, uma análise de conjuntura é imprescindível para que possamos compreender efetivamente os acontecimentos em questão. A Primeira Guerra Servil será analisada nesses marcos, bem como o conjunto de rebeliões servis que se sucederam antes, durante e depois da mesma, encerrando o capítulo com algumas linhas sobre a Segunda Guerra Servil e, novamente, o contexto em que se insere.

As guerras romanas cumpriram um papel não só na formação do império, como também na desagregação da antiga ordem política e social. O período imediatamente posterior às Guerras Púnicas foi marcado por uma intensificação das lutas sociais. A luta política assumiu novos contornos, com o estabelecimento da *uilla* escravista como padrão agrário dominante, com a predominância da mão-de-obra escrava e sua centralidade na determinação do *status* social, do poder político e econômico entre os cidadãos romanos e na produção da riqueza social e reprodução do modo de vida da classe dominante romana. Além disso, a transformação do exército romano de uma milícia de camponeses-cidadãos em um verdadeiro exército profissional, agora leal não à República, mas aos generais, num contexto de intensos conflitos sociais envolvendo na maioria dos casos as classes sociais subalternas, seja como massa de manobra dos aristocratas na luta pelo

poder, seja com suas próprias reivindicações, conformando-se movimentos autônomos da massa escrava.

O mundo romano era o mundo mediterrâneo. O mar interior do Mediterrâneo era o palco das lutas e o prêmio dos vitoriosos era usufruir das riquezas existentes nos territórios banhados por este mar. As civilizações mais avançadas da Antiguidade uniram-se no Império Romano – o Império do Mediterrâneo. Da Grécia ao Egito, tudo é Roma. Um relevo modificado ao longo dos tempos tanto pelas tempestades e erupções vulcânicas quanto pelos passos firmes dos maiores homens do Mundo Antigo, desde Júlio César e Alexandre que por lá cavalgaram até Aristóteles, Demócrito, Sócrates e Arquimedes que caminharam em busca do entendimento das coisas, inovando, renovando, criando. As pirâmides do Egito e as embarcações fenícias e cartaginesas fizeram parte desse mundo. A arquitetura e o comércio floresciam por sobre estas águas e as terras por elas banhadas. Era um mar que representava o próprio temperamento intempestivo dos deuses gregos, com uma beleza que seduz e uma violência que, de tempos em tempos, parecia a fúria do próprio Poseidon. Fernand Braudel⁵⁷ é quem descreve a geografia e o clima da região. No verão, os mares são azuis e calmos e o clima é seco, bem seco. Faz sol. O Mediterrâneo espelha o céu e a luz que enche de alegria os corações humanos. No período de outono-inverno, as chuvas são torrenciais e intermitentes. É a época das constantes tempestades, dos mares de águas escuras e violentas, e de ventos devastadores. A região mediterrânica engloba, por terra, zonas montanhosas e desertos, além de muitas outras variadas paisagens. No espaço líquido, os diversos estreitos, os recortes, dividem o mar Mediterrâneo em regiões autônomas: o mar Egeu, o mar Adriático, o mar Tirreno. O Mediterrâneo sempre foi uma região de intensas trocas comerciais e culturais, navegações, colonizações e guerras de conquista. E tudo isso passou a ser o legado do império que tinha como seu centro aquela que entrou para a História como a Cidade Eterna. Mas se por um lado as massas anônimas que viveram,

⁵⁷ BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1988.

trabalharam, amaram e lutaram nesta região não tiveram os seus nomes inscritos nos anais da História, foram elas que moldaram a geografia política e econômica da região; e seus sonhos e suas lutas são os que serão lembrados nestas páginas.

Por último, daremos ênfase à luta dos irmãos Graco contra a nobreza senatorial, que precipitou uma guerra civil que levaria ao fim da República e abriu um período de grandes possibilidades para os escravos, que souberam aproveitar a dissensão no interior da classe dominante para lutar pela conquista da sua liberdade; e à própria revolta de escravos da Sicília, liderada por Euno. Neste capítulo, percorreremos os passos dos homens que estiveram diante de uma alternativa histórica, de um momento em que aquilo que poderia ser improvável tornar-se-ia possível se a luta do campo democrático liderado pelos Graco fosse vitoriosa e se seus sucessores seguissem o caminho de uma luta conseqüente por reformas, que terminaria quase que inevitavelmente na já mencionada por nós revolução municipal. Mas a luta pelo poder político pessoal e, mais que isso, restrito às altas esferas de uma elite quase que exclusivamente romana, jogou por terra uma oportunidade histórica. Os escravos rebeldes também se elevaram para muito além de sua condição, sonharam o seu sonho coletivamente e manifestaram de forma aberta e violenta o seu humano desejo de libertação do jugo da escravidão. Este é o panorama de uma época em que um futuro alternativo era possível, um tempo em que outros sonhos eram possíveis, outros modelos de sociedade e um curso alternativo no desenvolvimento histórico do Ocidente, em especial. Trata-se do momento decisivo que abriu uma vaga de lutas quase ininterruptas que eram ao mesmo tempo produto e produtoras de uma crise estrutural sem precedentes e a partir de um determinado ponto do desenvolvimento histórico sem retorno. O ponto alto da luta de classes na Antiguidade.

1 – LUTA DE CLASSES NA ANTIGUIDADE

Partimos da premissa de que as sociedades divididas em classes surgem da dissolução das antigas sociedades comunitárias e não somente com o advento do capitalismo. No entanto, a luta de classes na Antiguidade não se dava da mesma maneira que no capitalismo moderno. Em primeiro lugar, a forma da exploração era extra-econômica,

condicionando a consciência possível das classes sociais em luta. Em segundo lugar, as relações de classes revestiam-se de outros elementos ideológicos, jurídicos e religiosos. Lukács foi o intelectual marxista que melhor abordou este tema e suas análises foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. No fragmento a seguir Lukács faz uma síntese clara acerca do tema:

“Resulta do que precede, para as épocas pré-capitalistas e para o comportamento no capitalismo de numerosas camadas sociais cuja vida tem fundamentos econômicos pré-capitalistas, que, pela sua própria natureza, a sua consciência de classe não é capaz, nem de tomar uma forma completamente clara, nem de influenciar conscientemente os acontecimentos históricos.

“Isto, antes de mais, porque é próprio da essência de toda a sociedade pré-capitalista nunca poder revelar com plena clareza (econômica) os interesses de classe; a organização da sociedade dividida em castas, em estados, etc., é tal que, na estrutura econômica objetiva da sociedade, os elementos econômicos se unem inextricavelmente aos elementos políticos, religiosos, etc. Só com a dominação burguesa, cuja vitória significa a supressão da organização em estados, se torna possível uma ordem social em que a estratificação da sociedade tende à pura e exclusiva estratificação em classes. (...)”⁵⁸

Ainda no texto de Lukács, podemos encontrar uma observação pertinente acerca do papel que os elementos extra-econômicos cumprem nas sociedades pré-capitalistas, tendo as formas jurídicas que intervir de forma constitutiva nas conexões econômicas. As categorias jurídicas e econômicas são inseparáveis umas das outras nas formações sociais que antecederam o capitalismo. Isto se evidencia ainda no peso da coerção extra-econômica nas sociedades pré-capitalistas, sendo essencial para o exercício da própria dominação e funcionamento do sistema econômico. Nas palavras do próprio autor:

“(...) O Estado e o aparelho do poder de Estado não são para ela, um meio de impor, se necessário pela violência, os princípios da dominação econômica como acontece com as classes dominantes na sociedade capitalista (como é o caso da colonização moderna); não se trata de uma mediação da dominação econômica da sociedade, é imediatamente a própria dominação. E isto não ocorre apenas quando se

58 LUKÁCS, Georg. “A Consciência de Classe”. In: História e Consciência de Classe. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicação Escorpião, 1974, p. 69.

trata pura e simplesmente de se apoderar de terras, escravos, etc, mas também nas relações “econômicas” ditas pacíficas.”⁵⁹

Desse modo, os interesses econômicos não só se mantêm ocultos pela ideologia dominante, como outros fatores que não o econômico entram em campo na luta, sendo parte integrante do próprio conflito real; não se processam de forma clara lutas entre as classes, manifestando-se como embates entre castas, estados ou ordens dessas sociedades; esses elementos jurídicos que intervêm na estratificação e na hierarquização dessas sociedades e que desempenham um papel de grande relevância na exploração, aparecem igualmente nos momentos da luta de classes nas sociedades antigas. No entanto, o fato desses homens não terem se visto enquanto classe não quer dizer que de fato não o fossem. A exploração estava ali presente, era uma exploração econômica, mas exercida através de mecanismos extra-econômicos. E esta exploração era sentida e por isso combatida, sempre que foi possível, pelos explorados.

Roma foi o maior exemplo da Antiguidade em termos de luta de classes. A sociedade romana, de todas as sociedades antigas, foi a que vivenciou e experimentou as contradições de classe na sua forma mais aguda. As lutas entre patrícios e plebeus, escravos e livres, *optimates* e *populares*, a luta pela reforma agrária, as rebeliões de escravos, as guerras civis, é isso que ocupa maior destaque na história da República romana. E será o exemplo de conflito mais agudo da época da Roma republicana, uma luta entre homens livres, entre ricos e pobres, e facções divergentes da classe dominante, que demandará a nossa análise na presente dissertação. Isto se justifica pelo fato de que foi precisamente este embate violento entre facções políticas distintas dos grandes proprietários que gerou o ambiente propício para a rebelião escrava, tema deste trabalho.

2 – GUERRAS CIVIS EM ROMA

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 70.

Diversos autores denominaram o período que compreende os séculos II e I a.C. como a época da revolução política e social em Roma. A disputa entre os irmãos Graco, os grandes reformadores e tribunos da plebe, que viram fracassar o projeto de um regime mais próximo da democracia ateniense do que de uma República fundamentalmente oligárquica, e a aristocracia senatorial é um marco do início deste processo de crise política e social.

O ano de 133 a.C. é o princípio de um longo e complexo processo que termina com a solução monárquica. Foi este o ano da eleição de Tibério Graco para o cargo de tribuno da plebe. Ele era de uma família plebeia inserida na *nobilitas*. O seu projeto de lei agrária visava garantir os direitos daqueles que fizeram de Roma um grande império e afastar o perigo de revoltas servis diante da multiplicação de escravos nos campos italianos. Ao mesmo tempo em que a sua política era, naquele momento, a proposta mais coerente de estabilização social, contendo o aumento do número de escravos de primeira geração, naturalmente inimigos do governo romano, na produção, e restituindo a dignidade dos camponeses italianos, ao detonar um processo de guerra civil quase ininterrupto até o fim da República, abriu caminho para as mesmas rebeliões de escravos que pretendia evitar com sua política. O período das guerras civis coincide nas datas com as maiores revoltas de escravos ocorridas na República romana. A Primeira Revolta de Escravos da Sicília se deu em 135 a.C. A revolta ainda estava em curso (durou de 135 a 132 a.C.) quando estourou o conflito entre Tibério Graco, o tribuno da plebe, e a oligarquia senatorial, em 133 a.C. Talvez tenha até influenciado a proposição urgente de uma reforma agrária no império. De 133 a 129 a.C. estoura a revolta de Aristônico, na Ásia Menor, outra revolta escrava de grandes dimensões. Seu início se dá paralelamente ao conflito envolvendo Tibério Graco. Desse modo, este que foi um dos momentos de luta mais intensa e feroz entre as frações da classe dominante foi acompanhado de duas grandes rebeliões servis. O tribunato de Caio Graco deu-se em 123-122 a.C., quando ocorreu uma luta acirrada por reforma agrária e outras mudanças no regime republicano. Novos confrontos políticos, agora entre as facções que dividiam a nobreza por grupos de interesses e base social, os *optimates* e os *populares*, aconteceram no período de 103 a 100 a.C. A Segunda Revolta de Escravos da Sicília ocorreu no período de 104 a 101 a.C. Podemos notar que coincidem os levantes de escravos com o período de dissidências no

seio da classe dominante. A ditadura de Sila foi no período de 82 a 79.a.C. De 73 a 71 a.C. estoura a revolta de Espártaco. A dissolução do sistema constitucional de Sila data de 70 a.C., um ano após o esmagamento do exército espartacano. O movimento dos Graco cobriu um período de 133 a 121 a.C. Este período engloba, pelo menos, duas importantes revoltas de escravos, conforme dissemos, perpassando a primeira batalha dos reformistas contra a nobreza senatorial e antecedendo a segunda tentativa de reformas. Ao término destas primeiras batalhas das guerras civis, Roma já passava a contar com um exército profissional no lugar de um exército de cidadãos e afastava qualquer possibilidade de uma reforma agrária ampla, assentando as bases do poder aristocrático de forma segura e estável nas grandes e médias propriedades rurais e no emprego de uma massa de escravos na produção em detrimento do pequeno camponês, levado assim à proletarização (nos termos romanos) do campesinato. A próxima onda de guerras civis romanas terminaria no Principado.

O processo que se iniciara em Roma com o fim das Guerras Púnicas era irrevogável e inalterável; a partir daquele momento, tudo levava a uma concentração cada vez maior de terras, escravos, riqueza e poder nas mãos de uns poucos. Não era possível fazer retroceder a história romana ao ponto em que o exército de cidadãos-camponeses-soldados defendiam a sua cidade-Estado. É claro que as reformas dos Graco poderiam atenuar a situação social e eram, de fato, a melhor forma de salvaguardar a República por mais tempo, por mais que seus contemporâneos não tivessem compreendido desta maneira suas propostas. A derrota de Tibério e Caio Graco condenou, de uma vez por todas, a República romana. O seu destino estava agora selado. Estes reformadores radicais foram os que melhor entenderam o espírito da Constituição republicana romana, em que bases ela se assentava, e, por isso, com a vitória de seus inimigos, que os esmagaram em nome da República, o caminho para uma constituição monárquica estava aberto. Com as reformas de Mário, isto se tornou certo e era só uma questão de tempo até que fosse adotada esta que passava a ser a única opção.

A apropriação do *ager publicus* por possesores ricos em detrimento dos romanos, latinos e italianos mais pobres já vinha sendo combatida desde antes de Tibério Graco. Uma lei agrária proibia a ocupação de mais de 125 hectares de *ager publicus* e o seu uso

para o pasto do gado de particulares também estava limitado, sendo uma lei que estava plenamente em vigor até 167 a.C., quando passa a ser mais sistematicamente desrespeitada pelos grandes proprietários, que tratavam o *ager publicus* como sua propriedade privada, aprofundando o problema e apontando uma dinâmica que tendia a se enraizar na prática e na consciência da classe dominante, trazendo efeitos sociais, com o aumento progressivo do número de escravos na Itália e o empobrecimento e proletarização acelerada dos camponeses nas décadas que antecederam a agitação política de Tibério Graco, tornando esses trinta anos de não aplicação efetiva da lei determinantes para cristalizar a posição aristocrática contra qualquer tipo de reforma que diminuísse seus ganhos imediatos e afetasse de alguma maneira seus interesses privados e individuais. Esta conjuntura de vitórias militares que consolidaram Roma como a grande potência imperial do Mediterrâneo e o processo de enriquecimento de uma nobreza antes guerreira, que se colocava à frente de um exército camponês, de uma infantaria composta de soldados romanos imbuídos da esperança de melhorar de vida, mas também de valores guerreiros e patrióticos, atizou sua ambição e a fez cada vez mais parasitária, distante do próprio local de produção, de onde vinha sua riqueza, absenteísta, utilizando o Senado da República para salvaguardar as posições conquistadas nas relações internacionais, mas também no âmbito interno, reforçando todos os meios de obter ganhos, desrespeitando as leis que não convinham e que no fundo marcavam um outro momento na conjuntura política, econômica e social. Pelo menos por um tempo, Roma não precisaria se preocupar com a invasão de inimigos externos ou mesmo com a possibilidade de algum país, de alguma potência estrangeira ameaçar a sua posição na região mediterrânica. Desde 168 a.C., a Macedônia não era mais uma ameaça. Em 146 a.C., Cartago fora completamente destruída, não representando mais uma séria ameaça desde a Segunda Guerra Púnica. Neste mesmo ano também foi destruída Corinto; a Grécia e a Península Ibérica, na sua maior parte, já estavam ocupadas. Em 148 a.C. a Macedônia tornou-se província romana e a África em 146 a.C., além de territórios da Ásia em 133 a.C. E era desta posição mais segura no plano externo e dos interesses internos em desenvolver a produção escravista em grandes e médias propriedades rurais, altamente lucrativa para a *nobilitas*, que partia a resistência obstinada a qualquer tipo de reforma favorável aos cidadãos populares e aos italianos. Os cidadãos romanos que viviam de seu trabalho, mas

que não tinham laços de dependência pessoal com os nobres, não eram de seu interesse. As contradições sociais aguçaram-se, uma vez mais, só que não era mais uma luta entre uma nobreza de sangue e uma ordem formada pelos cidadãos comuns, ricos ou pobres. A luta entre ricos e pobres em Roma nunca fora tão aberta e declarada. Uma oligarquia composta pelos ricos e proprietários das duas antigas ordens explorava agora todos os recursos do império em seu benefício e relegavam para segundo plano as necessidades dos homens livres e pobres da *nova* Roma. Este era o pano de fundo dos primeiros embates entre reformistas e conservadores no final do regime republicano.

É somente analisando este novo contexto histórico e social que podemos compreender em toda profundidade o caráter revolucionário da proposta de reforma agrária de Tibério Graco. Se observarmos atentamente, não era uma proposta de expropriação dos ricos, mas de limitação legal de sua ação usurpadora do solo italiano, restaurando ao povo romano o direito social, e também político tendo em vista o caráter da cidadania romana ainda nessa época, de posse da terra. De acordo com Ciro Cardoso, o projeto de lei de Tibério Graco estabelecia o seguinte:

“A rogatio Sempronia estabelecia que o ager publicus ocupado acima dos limites que definia seria confiscado e distribuído em lotes inalienáveis de pequeno ou médio porte (talvez 7,5 hectares). O limite tradicional de 125 hectares seria acrescido de uma porção adicional por cada filho (até dois, ao que parece), o que o levaria a 250 hectares no máximo: esta quantidade se transformaria em propriedade privada dos ocupantes atuais.”⁶⁰

O Senado, diante do processo de organização da facção popular, resolveu agir. A *nobilitas* usou o seu poder para pressionar Marco Otávio, outro tribuno da plebe, a utilizar o seu direito de veto para barrar o projeto de reforma agrária de Tibério Graco. O Senado, consultado tardiamente, rejeitou o projeto de Graco. Sendo assim, Tibério apelou

60 CARDOSO, Ciro F. “Sociedade, Crise Política e Discurso Histórico-Literário na Roma Antiga”. In: *Phoenix/UFRJ. Laboratório de História Antiga*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 76.

diretamente para a soberania popular, propondo à *comitia tributa* (a assembleia popular das 35 tribos romanas – 4 urbanas e 31 rurais) a deposição de Marco Otávio. Graco defendeu o direito do povo de revogar os mandatos daqueles magistrados que, eleitos, poderiam ser cassados se agissem contra a coletividade que os elegeu. A argumentação de Tibério baseava-se nas tradições romanas, pois era natural, e mesmo um princípio, que um tribuno da plebe não mantivesse um veto que fosse de encontro com a vontade expressada pela assembleia popular, e que era mesmo obrigação para um tribuno da plebe agir de acordo com o que o povo quisesse. No entanto, a ação de Tibério Graco violava o caráter sacrossanto do tribunato. E não havia exemplos recentes da deposição de um tribuno. Em princípio, a ação de Tibério poderia ser algo que se voltasse contra a própria organização popular, mas, na verdade, o que estava em jogo eram os interesses da oligarquia senatorial frente ao passo acelerado e radical das medidas de Graco. Uma coisa era salvaguardar a integridade da representação popular diante das ameaças e medidas arbitrárias dos órgãos estatais, controlados pela oligarquia; outra coisa completamente diferente era exigir que um representante agisse como tal e levasse adiante forçosamente as proposições discutidas e votadas pela maioria do povo, como um delegado do povo perante o Senado, por ser um porta-voz dos interesses populares. O que Graco fez, em suma, foi radicalizar os aspectos democráticos da organização republicana, no sentido de instituir um critério que tornasse o tribuno um legítimo representante da vontade popular, instrumento importantíssimo num quadro de luta política acirrada em que se encontravam a plebe e a oligarquia. Somente dessa maneira, garantindo, inclusive, a revogabilidade dos mandatos dos magistrados que agissem contra o povo, seria possível barrar a política de intervenção da *nobilitas* na assembleia popular e no tribunato da plebe, ou seja, nas instituições de defesa das reivindicações dos pobres. A longo prazo, porém, tratava-se de uma estratégia duvidosa, já que, há muito, o tribunato da plebe se tornara um degrau possível na carreira política (no caso de ser o candidato patrício, isto era contornado por sua adoção formal por um plebeu). Diante de sua vitória política, Tibério Graco fez aprovar sua lei agrária e foi constituída uma comissão triunviral para a sua aplicação, integrada por ele mesmo, Tibério, pelo seu irmão, Caio Graco e pelo seu sogro, Ápio Cláudio.

Ciro Cardoso⁶¹ relata que o Senado, não podendo barrar a lei como tal (já que os *plebiscita* uma vez aprovados eram válidos mesmo sem aprovação senatorial), tentou boicotar a atuação da comissão votando uma verba insuficiente para a realização dos seus trabalhos; e que, diante da morte de Átalo III, monarca do reino helenístico de Pérgamo que deixara em testamento o seu reino para Roma, Tibério teria feito aprovar uma lei que destinava s rendimentos derivados da nova província, o antigo reino de Pérgamo, para o financiamento da reforma agrária estabelecida pela lei Semprônia. Deste modo, Tibério Graco entrou num terreno que antes era exclusivo do Senado. Os costumes romanos reconheciam o Senado como o órgão responsável pelas finanças, pela política externa e pela diplomacia. A conformação do Império Romano e o estabelecimento de uma economia baseada nas *uillae* e nos latifúndios e na escravidão-mercadoria, numa escala inimaginável até então, vedaram permanentemente o caminho para uma democratização do Estado romano. A via ateniense não se repetiria em solo itálico. A Itália era governada por uma oligarquia solidamente estabelecida, com mecanismos de controle sobre o processo político, de repressão e de controle social infinitamente superiores aos que existiram na Grécia. Nesse sentido, as ações radicalizadas do imperioso tribuno da plebe assustaram a aristocracia, que tratou de se organizar e de se mobilizar contra um inimigo tão perigoso. A tentativa de reeleição de Tibério Graco confirmava os seus temores, não porque pudesse se tornar um rei ao perpetuar-se no poder, coisa que no entanto foi alegada. O que realmente causava temor é que ele pudesse se tornar um Péricles e governar por vários anos, apoiado na assembléia popular e contra os interesses mais imediatos da oligarquia, limitando o seu domínio pleno na economia e na política.

Sendo assim, o pontífice máximo Cipião Nasica invadiu com seus fiéis a assembleia popular, que se reunia naquele momento no Capitólio, mesmo diante da recusa do cônsul que, presente na reunião senatorial que ocorrera nessa ocasião, negara-se a agir ilegalmente; Nasica, com sua atuação ilegal, ceifou a vida de seu primo Tibério Graco. Atacado primeiro por outro tribuno da plebe, ele e mais de trezentos de seus

⁶¹ CARDOSO, Ciro F. “Sociedade, Crise Política e Discurso Histórico-Literário na Roma Antiga”, op. cit., p. 77.

correligionários foram mortos – o que, naturalmente, gerou a ira popular. Por isso, mesmo dando prosseguimento à perseguição da facção de reformistas radicais que se constituía a partir da polarização das lutas sociais entre ricos e pobres, mediante um tribunal especial organizado para condenar à morte por conspiração vários outros partidários de Graco, tendo à frente deste processo os cônsules de 132 a.C. e o próprio Cipião Nasica, o Senado foi obrigado a afastar este último da Itália usando um pretexto e buscou salvaguardar-se nos processos de enfrentamento futuros, aprovando, em 121 a.C., o *Senatus consultum ultimum*, agora no contexto do embate com o seu irmão, Caio Graco.

Apiano (*Guerras Civis, I, 17*) deu bastante destaque a este evento, concluindo ter sido ele uma espécie de pecado original das guerras civis romanas, onde o uso da violência como arma política foi empregado pela própria aristocracia e legitimado por uma parcela da sociedade:

*“Desta forma, Graco, o filho daquele Graco que foi duas vezes cônsul, e de Cornélia, a filha daquele Cipião que abateu a hegemonia cartaginesa, pereceu, enquanto ainda era tribuno, no Capitólio, por causa de um projeto excelente porém perseguido de forma violenta. E este crime odioso, o primeiro que teve lugar na assembléia pública, não ficou isolado, e de quando em quando foi seguido de outros similares. A cidade, ante a morte de Graco, se mostrou dividida entre a dor, de um lado, daqueles que se compadeciam de si mesmos e daqueles, assim como da situação presente, na crença de que já não existia um governo e sim o império da força e da violência, e, de outro lado, a alegria dos que pensavam que tudo havia saído conforme seus desejos. E estas coisas tinham lugar enquanto Aristônico combatia contra os romanos pelo domínio da Ásia”.*⁶²

Esta passagem de Apiano é reveladora. Aqui ele primeiro traça a ascendência de Tibério Graco, filho de Tibério Semprônio Graco, cônsul dos anos 177 e 163 a.C., e de Cornélia, filha de Cipião, o Africano, o general que conduziu Roma à vitória contra Cartago. Ou seja, ele era membro de uma família que gozava de grande prestígio entre o povo romano, enquanto seus representantes frente às injustiças e seus líderes militares mais valorosos contra os inimigos externos, estando entre os seus maiores defensores. A ilegalidade e a falta de legitimidade do assassinato praticado contra Tibério Graco são

⁶² Apiano, *Guerras Civis, I, 17*, apud ROYO, op. cit., p. 38.

ressaltadas por Apiano, que considera este um “crime odioso”. O crime é ainda mais grave se considerado enquanto o primeiro de muitos, tendo inaugurado uma prática política que levaria à degeneração das disputas políticas em luta fratricida. O projeto de Tibério é ainda considerado pelo autor como “um projeto excelente”; se observarmos atentamente a frase final do parágrafo e a razão que levou Apiano a mencionar o fato, compreenderemos melhor o porquê. A revolta de Aristônico ocorria exatamente no momento em que Tibério Graco era assassinado, justamente aquele que queria restaurar a classe camponesa romana e ocupar as terras da Itália com trabalhadores livres, cidadãos e membros naturais da milícia camponesa que era o exército romano da época, o mesmo exército que conquistou com o seu valor o mundo mediterrânico. O perigo das revoltas de escravos ficava evidente para todos aqueles que viviam naqueles dias e presenciavam os acontecimentos daqueles tempos de crise. A divisão no seio da sociedade romana também fica aqui evidente com um setor apoiando a medida extrema, ilegal e violenta, contra um inimigo do poder aristocrático, e um setor que chorava a morte de um de seus líderes e a agonia da própria república. O ataque violento ao programa de reformas que favoreceria a parcela mais desfavorecida da população também foi sentido com tristeza pela maioria do povo.

A respeito da relação entre as revoltas servis e a necessidade da realização de uma reforma agrária pode ser percebida no próprio discurso de Tibério Graco, quando o mesmo lançou o seu projeto, sendo este momento descrito novamente por Apiano:

“(...) Até que Tibério Semprônio Graco, homem ilustre e notável por sua ambição, de grande capacidade oratória e muito conhecido por todos, por todas estas razões, certa vez, pronunciou um discurso solene, enquanto era tribuno da plebe, com relação à raça itálica em tom de reprovação porque um povo muito valente na guerra e unido por laços de sangue se estava esgotando pouco a pouco devido a indigência e a falta de população sem ter sequer a esperança de um remédio. Mostrou seu descontentamento com a horda de escravos por considerá-la inútil para a milícia e jamais digna de confiança para seus donos (...)”⁶³

63 Apiano, *Guerras Civis, I, 9*, apud ROYO, op. cit., pp. 25-26.

O autor exalta a classe camponesa e aborda o problema da escravidão e a substituição dos camponeses nos campos itálicos por estes pouco confiáveis, em sua opinião, elementos sociais:

“(...) o recente descalabro sofrido na Sicília por estes nas mãos de seus escravos por ter aumentado o número de servos pelas exigências da agricultura (...) a guerra sustentada pelos romanos contra eles (os escravos), que não era fácil, mas sim muito prolongada em sua duração e envolvendo diversos tipos de perigos.(...)”⁶⁴

A revolta da Sicília é apresentada como um exemplo negativo e uma das consequências da política econômica aristocrática que privilegiava o emprego de escravos em suas terras. Desse modo, a sua proposta de reforma agrária estava em estreita relação com o movimento de rebeliões servis dos dois últimos séculos da república. O início do movimento dos Graco era um momento particularmente especial, pois marcava o princípio desta vaga de lutas dos escravos contra os seus senhores, em revoltas de grandes proporções, que colocava na ordem do dia o problema da escravidão e a questão da terra, e que medidas deveriam ser tomadas para que o Estado romano pudesse se ajustar às transformações econômicas e sociais que acompanharam a constituição do império romano.

Caio foi o continuador da luta de Tibério Graco e, assim como ele, foi eleito para o cargo de tribuno da plebe. Ele exerceu o tribunato por dois anos sucessivos (123 e 122 a.C.) e desenvolveu um programa de reformas mais amplo, buscando apoio político em diversas camadas sociais. Caio Graco procurou atender aos interesses do proletariado romano e fez aprovar uma lei que garantia “*a distribuição regular de cereais por metade do preço a que eram cotados no mercado*”⁶⁵. Leon Bloch afirma ainda que, antes da lei

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 26.

⁶⁵ BLOCH, Leon. *Lutas Sociais na Roma Antiga*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1956, p. 160.

de Caio Graco, esta era uma medida excepcional aplicada nas épocas de maior carestia e que, ao aprová-la em caráter ordinário, concedia-se ao proletariado parte da riqueza social de Roma, alcançando este proletariado urbano as vantagens que o governo romano obtinha com a exploração das províncias. Já na tentativa de reeleição de Tibério o povo urbano havia cumprido um papel de ponto de apoio de sua política e foi este fato que levou uma facção aristocrática a matá-lo, pois estava obtendo sustentação daquela que era tradicionalmente a reserva eleitoral da *nobilitas*. Caio desde o início procurou ganhar o apoio deste setor, mesmo que suas medidas fortalecessem o êxodo rural de um campesinato empobrecido que, percebendo as facilidades da vida na capital do império, afluía em ritmo crescente e ainda mais acelerado para a cidade.

Além disso, Caio Graco procurou dividir a classe dominante romana. Tentou obter o apoio dos *equestres* concedendo-lhes alguns dos direitos e privilégios antes exclusivos à ordem dos senadores. Uma dessas medidas foi a de “*transferir para os cavaleiros os postos de jurados, até então reservados aos membros do Senado*”⁶⁶. Caio Graco continuou, como fizera seu irmão, a apresentar projetos de lei para serem votados diretamente pela assembleia popular, sem consultar o Senado da República, apoiando-se nas conquistas históricas do povo romano, como a que foi estabelecida pela lei Hortênsia, de 287 a.C., fazendo valer por si a decisão tomada pelo povo em *plebiscitum*. Apesar disso, era usual consultar o Senado e as medidas dos irmãos Graco apontavam para uma radicalização da democracia e da soberania da vontade popular, para um reforço do poder e da legitimidade da assembleia popular em detrimento do Senado. Mas este era um regime essencialmente oligárquico. A *nobilitas* não toleraria ver seu glorioso Senado, fonte de todo o poder e dignidade da República romana, transformar-se num conselho como a *Bulé* de Atenas ou mesmo em algo próximo disso. Na verdade, a oligarquia senatorial era incapaz de tolerar a mínima diminuição do seu controle sobre a política de Estado. A assembleia popular romana não seria a *Eclésia* dos gregos atenienses. O tempo de fazer concessões ao povo havia terminado. E mesmo quando, no regime imperial, importantes concessões referentes aos direitos sociais dos cidadãos do império são feitas,

⁶⁶ BLOCH, op. cit., p. 162.

elas são acompanhadas da progressiva usurpação do poder por uma monarquia aristocrática e burocrática e da diminuição do significado político da cidadania romana.

Caio Graco foi reconhecido como o chefe do colégio de tribunos nos dois anos em que exerceu o cargo e teve sua ação um caráter decisivo nas disputas políticas futuras. Caio tentou conceder aos latinos, que eram os confederados mais próximos de Roma, a cidadania romana em sua plenitude, com todos os direitos garantidos e estabelecidos para os cidadãos romanos, e aos demais itálicos ele pretendia conceder os privilégios até então reservados unicamente aos aliados latinos. As massas romanas rejeitaram tal projeto de Caio Graco, o que lhe custou a perda de parte de sua popularidade. Aproveitando-se desta brecha, a aristocracia tentou, uma vez mais, influenciar diretamente as instituições exclusivas da plebe, utilizando-se do tribuno Marco Lívio Druso para suplantar Graco e minar de vez sua influência sobre as massas populares. Caio tentara resolver o problema da reforma agrária e do acesso à terra para os cidadãos romanos por meio de uma política de colonização de outros territórios. O lugar escolhido por Caio Graco foi o território da velha Cartago, no Norte da África, onde pretendia organizar sua colônia Junônia. Assim, para enterrar a proposta de colonizar a região do Norte da África, Druso propôs que se fundassem doze colônias itálicas, ao invés das colônias fora da Itália propostas por Caio, mesmo que isto trouxesse prejuízos aos confederados. A política de manipulação das massas engendrada pela aristocracia senatorial havia funcionado e, sem se aperceber do ardid, e na ausência de uma comunidade de interesses real entre romanos e confederados, o proletariado preferiu apoiar o projeto de Marco Lívio Druso, pois permaneceria em seu próprio país e não teria de emigrar para terras estranhas de onde se ouviam histórias de tempestades terríveis e animais ferozes, exercendo, assim, os senadores, o controle das massas através do medo difundido deliberadamente para este fim.

Diferentemente da estratégia da aristocracia empregada com Marco Otávio de vetar as medidas populares, agora se tentava ganhar o apoio popular para demagogos escolhidos pela classe dominante para manter as massas sob controle. Ao invés de simplesmente matar o inimigo, a classe dominante romana primeiro o desmoralizava, retirava-lhe o apoio do povo, para que então o pudesse eliminar sem grandes

inconvenientes. O resultado da nova política arquitetada pela aristocracia senatorial é apresentado por Léon Bloch:

“Ao regressar de África, Caio Graco verificou que o seu colega Lívio Druso gozava da confiança do povo. Ao apresentar pela terceira vez a sua candidatura para tribuno, Graco foi derrotado. O Senado, vendo que o seu poderoso inimigo tinha perdido a sua anterior influência sobre as multidões, julgou chegado o momento de iniciar a sua obra de reação. De resto, o momento era extraordinariamente propício, pois tinha sido eleito o cônsul Lúcio Opímio, o vencedor de Fregella, encarnizado inimigo da política dos irmãos Gracos. A luta estalou ao propor-se a supressão da colônia Junónia. As sangrentas cenas que se desenrolaram quando Tibério foi assassinado voltaram a reproduzir-se, mas com muito maior fúria e violência. Morreram muitas centenas de partidários dos Gracos com os dois representantes mais ilustres do partido reformador: Caio Graco e Fúlvio Flaco (121 a. C.).”⁶⁷

Desta vez, a nobreza senatorial cercou-se de artifícios legais para tentar legitimar a sua política violenta de eliminação física de seus inimigos políticos. Parece estar correta a opinião de Apiano: este conflito marcou uma mudança profunda na política romana, sendo um divisor de águas, inclusive na forma que tomaram a partir de então as lutas sociais. Na batalha travada entre a *nobilitas* e o povo, que alcançou um nível de grande radicalidade, enquanto no passado a luta entre patrícios e plebeus levava à quase constituição de um Estado paralelo dos plebeus e em momento algum degenerara de fato para a luta armada – durante toda a disputa entre patrícios e plebeus o que se viu foi uma constante luta política –, agora a *nova* aristocracia romana, nova não só por não ser mais a velha aristocracia patrícia, tendo nascido das lutas entre as duas ordens do início da república, mas porque era agora uma aristocracia senhora de todo o mundo mediterrânico e não apenas de uma cidade-Estado, não estava disposta a fazer quaisquer concessões. Era uma classe dominante que passara a se sustentar do sangue e suor dos milhares de escravos trazidos de outros países como prisioneiros de guerra e da exploração das províncias, nascida das guerras contra Cartago; principalmente, uma aristocracia ainda mais belicista e imperialista. E era o imperialismo romano que matinha o Estado e a aristocracia. Os privilégios sociais conquistados por estes nobres distanciam-nos

⁶⁷ BLOCH, op. cit., p. 166.

enormemente daquela nobreza da sociedade romana arcaica, governante de uma cidade-Estado, como outras tantas cidades-Estado da Itália e do Mediterrâneo. A *nobilitas* patrício-plebeia, em fins do século II a.C., governava um império de estrutura bastante complexa e que contava com uma intensa circulação de mercadorias e uma administração crescentemente sofisticada. No momento da queda do regime republicano, a realidade política e social já estava transformada e o regime imperial foi uma forma de ajustar o aparato de Estado a estas novas estruturas:

*“O mundo mediterrânico unificado por Roma, desde o II e I séculos, não se constituiu numa sociedade global. Podemos falar de unificação política e administrativa de um conjunto de cidades e monarquias de etnias diversas repartidas em várias formas lingüísticas ou culturais, com estruturas sócio-econômicas próprias. Roma permitiu a existência de diversas formas econômicas e sociais adaptadas a realidades regionais, sem transformar a estrutura de produção, como por exemplo no Egito. No entanto, a unidade política levou à formação de um sistema de mercados interlocais e interdependentes generalizando as formas de trabalho e agilizando as atividades mercantis e financeiras. O Império constituiu-se num importante mercado para o escoamento da produção agrícola e inversão de riqueza da aristocracia italiana. A criação dos mecanismos de exploração sistemática através do sistema fiscal canalizou para a Itália os recursos provinciais.”*⁶⁸

E será justamente esta aristocracia italiana, exploradora do restante o império, que irá num futuro ainda relativamente distante derrotar o Oriente na batalha entre Otávio e Marco Antônio, que marcará o fim da República romana. Esta batalha, inclusive, foi o ponto culminante de uma escalada de violência na cena pública romana e na vida política republicana. Mas é importante ressaltar que esta violência era muito mais consequência do que causa. Pode parecer, à leitura de Apiano, que se tratou de pura intransigência da aristocracia. O problema é que, no momento em que os Graco apresentam o seu programa de reformas, é difícil dizer se a nobreza senatorial poderia realmente escolher outro caminho. A vitória dos Graco poderia representar tanto uma democratização do Estado, que iria contra os seus privilégios políticos, econômicos e sociais, quanto um

68 MENDES, Norma Musco. *Roma Republicanana*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988, p. 51.

fortalecimento do poder unipessoal na figura dos tribunos; ou ainda, dos generais, ainda mais cedo do que realmente aconteceu na história romana. Portanto, a *nobilitas* nada mais fez do que se agarrar às posições conquistadas e tentar mantê-las a todo custo. Por outro lado, é verdade que a proposta dos Graco também tinha elementos extremamente positivos, no sentido de evitar o desastre da República, fortalecendo o exército de cidadãos, com um programa que atendesse aos camponeses, aqueles que constituíam as fileiras do exército que conquistou o Mediterrâneo, e impediria ou atrasaria, pelo menos, o seu processo de profissionalização e portanto a criação de laços de lealdade entre os soldados e os generais que se tornaram mais fortes do que aqueles entre os cidadãos e o Estado, talvez porque mais diretos e reais. De qualquer modo, tanto uma proposta quanto a outra eram essencialmente reacionárias. A proposta dos Graco, apesar de atender às reivindicações das massas e aprofundar a democracia, pretendia fazer a história retroceder – e isto não era possível. Talvez as suas propostas fossem, talvez, viáveis num momento anterior, mas no patamar a que havia chegado o desenvolvimento econômico e social de Roma era, no mínimo, improvável que fosse possível restaurar o antigo Estado camponês. Já a política da *nobilitas* era essencialmente conservadora. A nobreza senatorial pretendia congelar o tempo histórico num eterno presente, mantendo indefinidamente sua República, sua economia e seus privilégios e isto também não era possível. Na verdade, a única maneira de manter a economia escravista-mercantil e os seus privilégios de classe era abrir mão de sua República. Somente o poder unipessoal, tão combatido pelos senadores, desde Tibério Graco até Júlio César, seria capaz de fazer as concessões necessárias e instaurar um regime de repressão permanente que mantivesse a paz social. Neste sentido, o primeiro passo no caminho da monarquia foi o próprio *senatus consultum ultimum*:

*“Procurando conter e anular a atuação de Tibério e Caio Graco, o único recurso do Senado foi declarar a República em perigo e autorizar os cônsules a utilizarem o exército para restabelecer a ordem na cidade. O Senado criava, então, uma nova arma: o *senatus consultum ultimum*, ressurreição da antiga ditadura, ou melhor, um golpe de Estado que legalizava o assassinato de cidadãos romanos. Daí em diante, a violência não se desligou mais da vida política de Roma.”⁶⁹*

⁶⁹ MENDES, op. cit., p. 63.

A definição de Norma Musco Mendes do *senatus consultum ultimum* como um verdadeiro golpe de Estado é de grande utilidade, por ajudar-nos a perceber os sucessivos golpes de Estado que levaram a que a República não conservasse, no fim, mais nada de seu conteúdo original, restando apenas uma ditadura militar que mantinha, por tradição, as instituições republicanas. A marcha dos exércitos de Sila sobre Roma, as matanças promovidas por Mário e Sila, a reforma do exército promovida por Caio Mário, com a sua conseqüente profissionalização, os governos de Pompeu, Júlio César e Otávio, foram, todos, passos de ferrenhos adversários políticos que rumavam num mesmo sentido: a constituição de uma monarquia militar. No entanto, a origem disso tudo estava na repressão empreendida pela aristocracia senatorial contra os irmãos Graco.

A partir do desfecho daquela que pode ser considerada a primeira fase das guerras civis, o curso dos acontecimentos parecia apontar para o fim dramático das liberdades republicanas e a impossibilidade de se realizar verdadeiras reformas em prol dos mais pobres. Mesmo as reformas do Principado não se comparam às conquistas da plebe até a lei Hortênsia. A morte de Caio Graco foi um fato emblemático e inaugurou um período de perseguições políticas. Podemos notar a intensificação e a radicalização das lutas políticas e sociais no final do regime republicano. O uso da violência como arma política tornou-se corriqueiro. O recurso ao apoio das massas pelas distintas facções aristocráticas também. A rejeição de Caio Graco para o seu terceiro mandato como tribuno da plebe era o momento que a *nobilitas* estava esperando para executar o seu plano de extermínio dos seus adversários. Bloch informa-nos ainda que cerca de três mil dos partidários de Graco foram estrangulados nos cárceres e que os processos contra os reformistas multiplicavam-se, numa nova onda de perseguições políticas que procurava restabelecer a ordem social e política na República.⁷⁰ A reação brutal da classe dominante era mais um produto da conjuntura de crise social. A repressão do Estado era um mecanismo que tinha por

⁷⁰ BLOCH, op. cit., p. 166.

finalidade conter outras sublevações e tentativas de subversão da ordem. Mas a classe dominante parece ter perdido a oportunidade de manter viva a República romana ao rejeitar as reformas dos Graco, pelo menos por um tempo relativamente maior. Como dissemos acima, eles compreenderam em toda a profundidade o que significava a cidadania romana, qual era a sua essência. Marx tratará deste tema nos *Grundrisse*:

*“(...) parte da terra permanece em poder da comunidade, como tal, separada da dos membros, sob a forma de ager publicus, (terra comum) em suas várias formas. O remanescente é distribuído e cada gleba é romana em virtude de ser propriedade privada, domínio, de um cidadão romano, parcela do laboratório que lhe pertence; reciprocamente, o indivíduo é romano só na medida em que possui este direito soberano sobre parte do solo romano”.*⁷¹

A cidadania romana estava ligada de maneira intrínseca à posse da terra. Os soldados romanos eram camponeses-soldados. O exército da gloriosa Roma era um exército de cidadãos dispostos a defender a sua pátria, a sua terra. O processo de proletarianização dos camponeses empobrecidos, a sua substituição por milhares de escravos que passavam agora a trabalhar nos campos itálicos, os ataques aos seus direitos sociais, conquistados por uma dura luta desenvolvida pela plebe corroíam a Roma republicana, destruíam-na por dentro. A reforma agrária dos irmãos Graco era a única alternativa para talvez reverter a tendência que se confirmou mais tarde com a reforma de Mário, que transformou o exército romano num exército profissional e abriu caminho para a afirmação do poder unipessoal, da lealdade ao general, ao chefe, ao invés da lealdade à República. Os plebeus perdiam assim as posições conquistadas na luta contra os patrícios e ficava aberto o caminho para a deterioração do significado da cidadania romana, conforme Marx afirmara:

“Essência da Plebe Romana, como totalidade de agricultores, como é descrita na sua propriedade quirítária (de cidadãos). Os antigos, unanimemente, consideravam o

71 MARX, Karl. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Introdução de E. Hobsbawn. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1975, p.72.

trabalho da terra como atividade própria de homens livres, uma escola de soldados. Com ela se preserva a antiga estirpe da tribo, que se transforma nas cidades, onde se estabelecem mercadores e artesãos estrangeiros à medida que os nativos emigram atraídos pela esperança de maiores riquezas. De qualquer modo, onde há escravidão, os libertos buscam sua subsistência em tais atividades, muitas vezes acumulando riqueza: por isto, na antiguidade, estas atividades estavam, geralmente, nas mãos deles e, portanto, eram consideradas impróprias para os cidadãos; daí a opinião de que a admissão dos artesãos à cidadania plena seria procedimento arriscado (os gregos, em regra, os excluíaam dela). “A nenhum romano era permitido levar a vida de um pequeno comerciante ou artesão”⁷²

O resultado disso será sentido séculos mais tarde, quando a cidadania romana perderia definitivamente toda a sua importância política. A distinção entre cidadãos e não-cidadãos determinava na República os direitos e privilégios exclusivos da cidadania romana. Mas com o advento do regime monárquico, já no Alto Império, o poder da assembleia popular foi se perdendo progressivamente e, com isso, era retirado o poder do povo romano sobre o governo. Segundo *Ciro Cardoso*⁷³ foi isso que permitiu que a cidadania fosse sendo estendida sem maiores problemas aos provinciais até que, em 212 d.C., o imperador Caracala concedesse a cidadania a todos os habitantes livres do Império Romano, com muito poucas exceções. No reinado do imperador Adriano, no início do século II d.C., surge a distinção formal e depois também legal entre os *honestiores*, a elite rica e privilegiada, e os *humiliores*, a grande massa da população livre, sendo a consequência mais drástica desta nova divisão social sancionada pela lei a possibilidade de se tratar os *humiliores* da maneira que era antes reservada aos escravos, podendo agora os homens livres e pobres do império sofrer penas humilhantes como a flagelação, a tortura nos interrogatórios e o uso arbitrário da força pelas autoridades. A proteção e as garantias de que os cidadãos romanos antes gozavam frente às autoridades governamentais foram perdidas no ponto culminante de um processo que teve início com o empobrecimento e a proletarianização dos camponeses e o retrocesso nos direitos políticos dos plebeus diante da

⁷² Idem, *ibidem*, p. 73.

⁷³ CARDOSO, op. cit., p. 71.

reconfiguração da sociedade e do Estado romanos com a nova relação de forças surgida a partir das Guerras Púnicas e da conquista de todo o Mediterrâneo.

Novamente, é importante dizer que é muito improvável que, independentemente do lado que vencesse, o antigo Estado romano pudesse ser reconstruído, tal como era proposto pelos reformadores. Na verdade, a própria vitória aristocrática e a forma como ela se deu são evidências disso:

“A violenta reação senatorial, os assassinatos de Tibério e Caio e o fracasso dos objetivos que nortearam as Leis Semprônias demonstraram a impossibilidade de reconstrução das bases do Estado camponês romano, destruídas pela nova posição cosmopolita de Roma. A atuação dos Gracos transformou o problema agrário numa questão político-jurídica de interesse dos aristocratas romanos, desviando-se das reais necessidades sócio-econômicas do campesinato.”⁷⁴

As ações dos irmãos Graco tiveram consequências políticas que iam para muito além da conjuntura em que se desenrolaram aqueles eventos. As suas idéias e o seu exemplo não podiam ser destruídos com a mesma facilidade com que se destruíram os seus corpos. Um grupo de adeptos tornou-se o continuador do seu trabalho, tendo tomado o nome de *populares* ou defensores do povo e as medidas propostas por Caio Graco serviram de base para o programa da recém-surgida facção popular. Reagindo a este novo movimento organizado dos reformistas, a facção senatorial passou a autodenominar-se os *optimates*, “os melhores”. No entanto, a luta não era mais entre aqueles que queriam radicalizar a democracia e fazer valer a vontade popular e os defensores de um regime puramente oligárquico; o que estava em jogo, agora, era a disputa pelo controle do poder de Estado. As guerras civis entre *populares* e *optimates* giravam em torno da disputa dos cargos no governo, mas também configuravam um confronto de diferentes concepções sobre qual era a melhor forma de conduzir o Império Romano.

Segundo Norma Mendes, os *Populares* eram aqueles que “*através de programas de reformas buscavam o apoio do povo*” e os *Ótimos (Optimates)* eram os que tinham como

74 MENDES, op. cit., p. 63.

objetivo central “*manter ou restaurar o poder do Senado, associando a existência de um Senado poderoso à manutenção da liberdade republicana*”⁷⁵. Apesar dos programas serem diametralmente opostos, podemos concluir que, no final, chegou-se a um compromisso político: os ideais originais dos reformadores não foram realizados, mas estes mesmos ideais já haviam se perdido muito antes no caminho, no decorrer da própria disputa política durante o regime republicano; entretanto, a distribuição gratuita de cereais à plebe urbana, os benefícios concedidos aos veteranos de guerra e todas aquelas medidas que eram práticas e propostas dos *populares* foram incorporadas pelo Estado imperial; e, por outro lado, a principal instituição republicana – o Senado – se manteve como uma das principais instituições do Estado romano, agora ao lado do príncipe ou imperador, mas pelo menos de início e, em especial, no reinado de Augusto, mantendo ainda o seu prestígio, mesmo que tenha perdido muito de seu poder político efetivo. Instituiu-se, então, uma monarquia militar-burocrática, profundamente aristocrática no cume, mas com uma importante base popular. Um resultado tão complexo só poderia ser fruto de um processo igualmente complexo. O primeiro a dar os passos decisivos para a conformação deste novo Estado foi Mário.

Caio Mário foi o grande representante da facção dos *populares*. Nascido em Arpino, filho de uma modesta família de clientes e servindo desde cedo no exército romano, destacou-se na campanha da Numídia na guerra contra Jugurta, sendo eleito cônsul em 107 a.C., e depois reeleito três vezes consecutivas, de 104 a 102 a.C., mesmo contrariando as tradições romanas, sendo tolerado pelo Senado este que era um de seus maiores inimigos, o líder da facção popular. Em 100 a.C., Mário seria eleito cônsul pela sexta vez. E quem mais poderia ocupar a magistratura máxima romana do que o herói da Guerra Jugurtina, o defensor de Roma contra a invasão dos cimbros e dos teutões, o cônsul do período da Segunda Revolta de Escravos da Sicília? A corrupção e a incapacidade dos generais que provinham da nobreza, tanto na guerra que Roma travou contra Jugurta (111-105 a.C.) quanto nas guerras contra os cimbros e teutões (113-101 a.C.), bem como as dificuldades de Roma nestes tempos, agravada pela rebelião de escravos sicilianos (104-

75 MENDES, op. cit., pp. 63-64.

101 a.C.), diminuíram o prestígio do Senado perante a opinião pública e fortaleceram os líderes populares. Mário contrariou o destino que a ele estava reservado por seu nascimento e alcançou a mais alta magistratura romana durante a República, exercendo-a de forma plena, com o apoio popular, e por um período de tempo relativamente mais longo do que estava estabelecido pelas tradições e pelo que era o funcionamento normal das instituições republicanas romanas, abrindo um precedente para os seus sucessores, num contexto de crescente uso da violência como arma política.

Mário teve um enorme reconhecimento popular pelos seus feitos. Foi-lhe conferido o cognome de “terceiro fundador de Roma”. Os outros dois eram o lendário Rômulo, fundador de Roma, e Marco Fúlio Camilo, o destruidor de Veios (396 a.C.), que reconstruiu Roma depois da invasão dos gauleses (387-386 a.C.). Caio Mário seria o terceiro por ter salvado a capital do novo império dos cimbrós e dos teutões⁷⁶. O perigo de uma invasão de tribos celtas e germânicas à Itália e a memória do trágico episódio da tomada de Roma pelos gauleses, que incendiaram a cidade em cerca de 390 a.C. foram o fator decisivo para que Mário consolidasse o seu poder e realizasse a reforma que mudaria para sempre o curso da história romana:

“(...) A primeira tarefa de Mário era reformar o exército. Pela força das circunstâncias, o exército deixara de ser, na prática, a milícia dos cidadãos, proprietários de terra, que atendiam a uma convocação anual. A milícia se transformou, gradualmente, num exército permanente, porque as províncias exigiam a presença de tal força. A tradição segundo a qual o exército era recrutado exclusivamente entre cidadãos romanos que possuíam terra tornava quase impossível alistar com a necessária rapidez o número de homens necessários.(...) os convocados não desejavam prestar serviço durante anos no exército, sabendo durante todo esse tempo que sua propriedade, na pátria, necessitava de cuidados. Ao mesmo tempo, o número de proprietários decrescia, e a convocação de recrutas recaía repetidas vezes sobre as mesmas famílias, ao passo que a população das cidades e aldeias, que aumentava constantemente, escapava ao serviço militar. Mário realizou suas reformas nos dias sombrios da guerra com os cimbrós e deu fim, para sempre, à concepção de um exército de donos de terras. Convocou o proletariado às armas, atraindo-o com salários e a promessa de uma recompensa em terras, quando o período de serviço expirasse. A antiga milícia transformou-se assim num exército profissional, com voluntários que prestavam longo tempo de serviço.(...)”⁷⁷

⁷⁶ BLOCH, op. cit., p. 171.

O autor continua o texto em que diz que, com esta nova força, Mário defendeu a Itália contra a invasão dos cimbrós e teutões, no ano de 102 a.C., dizimando-os parcialmente no Sul da Gália e no Norte da Itália. Esta era a prova da eficiência do novo exército e de sua necessidade nestes novos tempos, tanto pela ameaça externa, mas, principalmente, pelas mudanças na ordem social da República romana, com o enfraquecimento político do campesinato e dos plebeus como um todo. As medidas dos *populares*, na verdade, não apontavam no sentido da restauração da antiga força do povo romano, mas no sentido do *poder unipessoal*.

A transformação do exército, da antiga milícia de cidadãos num exército de proletários, na prática clientes de um general, foi o saldo final da luta entre Mário e o Senado. Quando Caio Mário foi eleito pela sexta vez cônsul em 100 a.C., fez aprovar com o tribuno Apuleio Saturnino uma lei agrária que concedia terras da recém-conquistada parte do Sul da Gália. Mas já não era mais um projeto como o de Caio ou Tibério Graco. As terras foram concedidas aos veteranos do exército de Mário. Havia, ainda, uma proposta mais ampla de criar colônias nas províncias ocidentais formadas de cidadãos romanos e aliados, romanizando o Ocidente. A oposição aristocrática a este projeto provocou uma nova luta armada entre o Senado e o partido popular. Mário, então, foi, segundo Rostovtzeff, “*obrigado a ajudar o Senado a esmagar a rebelião e a luta de ruas iniciada por Apuleu (Apuleio) e seus partidários.*”⁷⁸

Dez anos depois do esmagamento da rebelião liderada pelos *populares* teve início a chamada Guerra Social (91-89 a.C.). A tentativa de Lívio Druso de aprovar a lei que estendia a cidadania romana a todos os italianos instigou os líderes italianos a travar uma luta sem

77 ROSTOVITZEFF, M. *História de Roma*. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 109.

78 ROSTOVITZEFF, M. *História de Roma*, op. cit., p. 110.

trégua em nome deste direito. Druso foi assassinado e os italianos recorreram à luta armada para conquistar o direito de cidadania. Este foi um conflito de grande impacto na sociedade romana, pois o número de mortes só era comparável ao das Guerras Púnicas. Roma decidiu negociar e os italianos terminaram por conseguir o seu objetivo, que era a cidadania romana. Logo em seguida começava, em 88 a.C., a disputa entre Mário e Sila. E foi o último que, pela primeira vez, marchou com seu exército contra Roma. Iniciava-se a primeira revolução militar da história romana e a cidade era tomada de assalto, culminando no assassinato de líderes da facção democrática e na revogação das novas leis aprovadas por eles. As tropas leais a Sila, reunidas na Campânia, e que de lá partiram e ocuparam a capital, agora seguiam o seu general rumo ao Oriente para saquear o máximo que pudessem. Com sua partida, os democratas reassumiram o controle do governo e iniciaram o primeiro longo reinado de terror, esmagando a resistência do Senado, eliminando seus inimigos às centenas ao serem delatados, ou por suspeita, sem julgamento ou investigação. No regime de terror instituído pelos *populares*, as vítimas foram todos senadores e cavaleiros, membros da aristocracia. O período de massacres durou dois anos (88-87 a.C.) e no ano seguinte, em 86 a.C., Mário e Cina, os líderes da facção popular que estavam à frente do processo foram eleitos cônsules, tendo Caio Mário falecido logo em seguida. Cina comandou o massacre aos aristocratas, utilizando-se, inclusive, de bandos de escravos por ele libertados e que depois foram mortos por um destacamento de soldados gauleses. Foi ele o homem que liderou os carrascos da classe dominante romana. Os democratas não saíram impunes pela ofensa e agressão promovida contra a aristocracia e o seu vingador foi Sila. Ele voltou do Oriente vitorioso e com um rico espólio de guerra. Os italianos estavam do lado dos democratas, mas muitos desertaram no curso da guerra. Milhares de cidadãos romanos e aliados, a maioria samnitas, foram mortos sob as muralhas de Roma. Sila repetiu o exemplo de Mário e marchou sobre a cidade, que foi tomada por suas tropas em 82 a.C. Ele exterminou de modo cruel seus adversários políticos e introduziu outra inovação criada no curso das guerras civis: a medida da “proscrição”. Durante seu governo, listas de vítimas eram divulgadas, sem qualquer julgamento, inquérito e prova de culpa e era oferecida uma recompensa aos seus assassinos, mesmo que fossem escravos ou libertos. Depois da batalha entre Mário e Sila, Roma nunca mais seria a mesma. Os exércitos se transformaram num instrumento político nas mãos dos generais de que dependia a sua remuneração e que os usavam de acordo com os seus interesses pessoais. As tropas que antes

não podiam entrar em Roma, não só penetraram em suas muralhas como marcharam sobre ela e a ocuparam como se fosse a cidade de um inimigo estrangeiro. Os generais comportavam-se como conquistadores de Roma, que passava a ser de quem a tomasse. A tática do terror, a prática da matança em alta escala e da perseguição política, alcançando o mais alto grau ao instituir-se a proscrição, tornaram-se armas corriqueiras na luta política e militar entre os campos opostos.

Sila agiu no sentido de restaurar a antiga ordem republicana e, ao mesmo tempo, impugnar as importantes conquistas sociais obtidas ao longo dos anos. Ele pôs em prática suas reformas sob o título de ditador, escolhido pelo povo por um período ilimitado, o que criou mais um precedente, instituindo-se, assim, o primeiro governo verdadeiramente autocrático desde o fim da monarquia etrusca. A autoridade e o poder do Senado foram restaurados e aumentados. Os senadores voltavam a ter privilégios na administração da justiça, com a absoluta exclusão dos *equestres* do júri dos mais altos tribunais. Os *proletarii* perderam o direito ao cereal barato e os tribunos da plebe passaram a ser severamente censurados, vigiados e controlados, devendo seus projetos ser apresentados ao Senado e por este sancionados antes que fossem submetidos à discussão e aprovação da assembleia popular; os ex-tribunos não podiam mais concorrer às mais altas magistraturas, sendo vedado aos representantes da plebe participar do Senado, governar uma província ou comandar um exército. Cônsules, pretores e todos os demais magistrados estavam absolutamente submetidos ao Senado. Além disso, como forma de evitar que o Senado da República romana fosse ameaçado em seu poder por uma força armada, Sila determinou que todos os soldados que voltassem das províncias para a Itália deveriam depor suas armas e se transformar em civis. A Constituição de Sila era essencialmente aristocrática e recuperava o poder para as mãos da oligarquia senatorial. Foram Pompeu e Crasso, dois antigos partidários de Sila, que enterraram sua Constituição em 70 a.C., pelo direito de serem eleitos cônsules sem permanecerem na cidade, mantendo o seu poder e suas conquistas. Em nome de seus interesses pessoais, eles se aliaram aos democratas para obter um ganho político imediato. Enquanto isso, destacava-se como liderança da facção popular, Júlio César, futuro aliado e depois rival dos dois novos senhores de Roma.

A conspiração de Catilina, em 63 a.C., contra o Estado romano, foi outra crise de importância nesse período de guerras civis. Ele era um membro segregado da antiga nobreza e aglutinava em seu movimento diversas camadas sociais e, mesmo, bandoleiros armados.⁷⁹ Era, pois, um movimento bastante heterogêneo que capitaneava o descontentamento com o regime. Supõe-se que tivesse relativo peso político entre as massas proletárias, enquanto outros autores o apresentam como um movimento que, em outra época, seria denominado *lumpen*. Cícero foi eleito cônsul, como representante do “cartel da ordem”, que consistia no bloco político e social unificado de senadores e cavaleiros, para fazer frente a Catilina e seus correligionários. Quando Catilina parte para a ação, depara-se com o estado de sítio em Roma e seu exército de insurretos é derrotado em Fiésole, perto de Florença, em 62 a.C. Desse movimento participaram de cavaleiros a escravos e bandidos, o que demonstra o grau de descontentamento dos diversos setores sociais com o regime vigente. A insurreição liderada por Catilina aconteceu dez anos depois da revolta de Espártaco. As convulsões sociais e as lutas políticas ocorriam de maneira incessante, como ondas que sucessivamente quebram na praia, de maneira ininterrupta. Todas as tentativas de compromisso falhavam. Todas as tentativas de solução para a crise pela via do combate a um determinado campo e projeto político também. Mesmo a luta política empreendida pelos Gracos, que poderia criar a oportunidade de uma revolução municipal e a constituição de um império itálico não vingou, pois o seu projeto resumia-se a tentar restabelecer o antigo Estado camponês, incorporando, no entanto, os italianos, mas muito mais como parte de uma tática política, diante da necessidade de buscar uma base de apoio contra o Senado romano. Nunca houve um claro projeto verdadeiramente revolucionário. Nem os escravos rebeldes queriam o fim da escravidão enquanto instituição; nem a plebe queria romper com os limites de um Estado centrado na capital Roma e não na Itália, nem os setores que reivindicavam a cidadania romana elaboraram de uma forma mais acabada um projeto de renovação do sistema político e social. Tudo que estava em perspectiva eram os problemas concretos e imediatos e os direitos que podiam ser conquistados nos marcos

⁷⁹ Note-se que, sobretudo na fase final da República, em diversas ocasiões, tanto *optimates* quanto *populares* apelaram para bandos de rua armados, por exemplo quando de processos eleitorais renhidos.

daquele Estado ou o retorno a uma suposta época de ouro de Roma. De qualquer modo, a república já estava agonizante e o Senado não podia cumprir mais qualquer papel dirigente na sociedade romana do século I a.C. Sendo assim, em 60 a.C., Júlio César, Pompeu e Crasso constituíram – informalmente, isto é, sem embasamento legislativo, como um acordo privado entre generais – o Primeiro Triunvirato. César foi, então, eleito cônsul para o ano 59 a.C. e ficou com o governo das Gálias Cisalpina e Transalpina por cinco anos. Ele agia como árbitro das disputas entre Crasso e Pompeu e manteve o quanto pôde o triunvirato, pois de todos era o que menos tinha a ganhar com a retomada do controle político pelo Senado, o que menos tinha influência naquela instância, estando todo o seu poder no exército e no povo e no acordo político que havia estabelecido por cima com os líderes mais proeminentes da república, agindo quase que totalmente por fora do Senado. Com a morte de Crasso, foi só uma questão de tempo até que Pompeu e César se enfrentassem. Pompeu foi eleito como cônsul único, com poderes de ditador, em 52 a.C., para restaurar a ordem social estremecida pelas agitações políticas na cidade. Em 49 a.C., Pompeu rompeu com Júlio César. César, então, atravessou o Rubicão, limite da província sob sua administração com a Itália, e marchou sobre Roma. Pompeu fugiu da Itália e terminou morto na África, assassinado em nome de Ptolomeu XIV, rei do Egito.

O fim do Primeiro Triunvirato teve como consequência final a ditadura de César. Ele foi o chefe supremo do Estado romano de 46 a.C. até 44 a.C. Ao contrário de Mário e Sila, não estabeleceu um regime de terror. Pelo contrário, Júlio César procurou trabalhar com seus adversários, convocando-os a cooperar com o novo governo. Ele não representou um chefe democrata no poder, nem tampouco um representante da velha aristocracia. Caio Mário foi o representante da plebe e do exército de proletários no governo romano, inimigo mortal da aristocracia. Sila restaurou o poder do Senado e era o representante da oligarquia senatorial, sendo não só o líder da classe dominante e de seu domínio, mas da ordem dos senadores em especial. Já Cícero foi o representante da classe dominante em seu conjunto – senadores e equestres –, do “cartel da ordem”, da *nobilitas* patrício-plebéia e das demais classes proprietárias, do império nascido das Guerras Púnicas. Mas Júlio César não pretendia, nem restaurar o poder do Senado, nem reconhecer a soberania da plebe romana. Ele não era mais um líder democrata, mas se apoiava nas massas para administrar o Estado. César acumulou vários cargos, funções e atribuições simultaneamente, foi eleito ditador por um período de dez

nos em 46 a.C. e ditador vitalício em 45 a.C. O Senado passava a se constituir pelos seus partidários e, na prática, funcionava como um conselho. Ele controlava a máquina estatal e todos os seus funcionários, nomeava magistrados e promulgava editos sem discussão pelo Senado. O assassinato de Júlio César não foi capaz de reverter o processo por ele iniciado. O Segundo Triunvirato, formado (desta vez com uma base legal) por Antônio, Otávio e Lépido, deu continuidade ao trabalho de César, dividindo entre seus membros as províncias ocidentais e encarregando-os da reorganização do Estado com poderes ilimitados pelo prazo de cinco anos. Segundo Rostovtzeff⁸⁰, os itens do acordo firmado entre os triúnviros receberam a forma de lei em 27 de novembro de 43 a.C., com a apresentação e a aprovação de um estatuto pelo tribuno Tício. Os três líderes cesarianos retiraram do Senado os frutos que tanto esperavam de sua conspiração bem-sucedida. Mas o seu poder estava para sempre solapado e quando os últimos defensores do sistema oligárquico foram derrotados em 42 a.C., tratava-se apenas de uma questão de tempo até que a disputa entre Marco Antônio, senhor do Oriente e aliado de Cleópatra, e Otávio, o escolhido do Senado, representante do Ocidente, da Itália e de Roma, se definisse para sempre em favor da monarquia. A questão fundamental era quem seria o monarca e quem iria comandar o novo império, Ocidente ou Oriente. Na batalha do Ácio, em 31 a.C., a situação estava decidida em favor da Itália e de Otávio; com a morte de Antônio e Cleópatra, em 30 a.C., e a tomada de Alexandria, capital do Egito, Otávio transformava-se no único senhor do Império Romano, exercendo o seu poder como o Augusto (de 27 a.C. a 14 d.C.). Formava-se uma monarquia militar que não desprezava o Senado, mas tornava-o novamente a instituição na qual estava representada a mais alta nobreza romana, sem, no entanto, o antigo poder que exercera no regime republicano, tendo restaurado unicamente o seu prestígio. O poder efetivo era do *princeps*, do César.

O nascimento do regime dos Césares pode ser datado tanto a partir do governo de Júlio César, de Otávio, futuro imperador Augusto, e até mesmo de Pompeu, havendo em seu governo diversos empreendimentos que poderiam ser considerados precursores do evergetismo dos projetos imperiais, como a construção de teatros e templos. Se observarmos o processo de conjunto, teremos que vários personagens, em várias situações diferentes,

⁸⁰ ROSTOVITZEFF, op. cit., p. 143.

contribuíram para a crise do sistema republicano e construção do sistema imperial de governo. Porém, Beard e Crawford⁸¹ alertam para a mudança fundamental ocorrida com Júlio César: aqui o modelo de regime cesarista aparecia de forma plena e acabada, mas não havia ainda condições de exercer um poder autocrático que dispensasse as tradições republicanas. César avançou rápido demais no projeto monárquico: *“Ele era como um rei; e foi por isso que ele foi assassinado”*⁸². Otávio foi capaz de enxergar isso e chegar a um compromisso político com a nobreza senatorial para ser aceito como seu príncipe:

*“Otávio Augusto fundou a monarquia que seu pai adotivo quis fundar. Seguiu, no entanto, métodos diferentes. Após vencer Marco Antônio na Batalha de Ácio em 31, Otávio percebeu que em sua ação política não poderia menosprezar os sentimentos enraizados no cidadão pela tradição republicana e deveria considerar que aqueles que combateram ao seu lado desejavam, juntamente com a paz, a manutenção de suas prerrogativas e privilégios sócio-econômicos. Daí, a interpretação marxista que vincula o regime político do Principado com a consolidação do modo de produção escravista.”*⁸³

Fábio Duarte Joly⁸⁴ corrobora com análise da estratégia empreendida por Otávio e vai mais longe ao afirmar que o Senado chegava a ser um parceiro importante do imperador no regime do principado. Para este autor, o principado começou sob a égide das armas, mas não se manteve exclusivamente. O Principado estava amparado não só no exército, mas também

81 BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael. *Rome in the Late Republic*. Londres: Gerald Duckworth e Co. Ltd, 1985, p. 84.

82 BEARD e CRAWFORD, op. cit., p. 86.

83 MENDES, op. cit., pp.75-76.

84 JOLY, op. cit., pp. 45-46.

numa parcela significativa da aristocracia romana e da emergente aristocracia das províncias, selando um amplo acordo entre as classes proprietárias e construindo o consenso político em torno do novo governo. Uma combinação de consenso e coerção, de repressão e concessões aos diversos segmentos da sociedade caracterizava o regime instituído por Augusto.

Gramsci foi quem, no campo do marxismo, conceituou o fenômeno do *cesarismo* de maneira detalhada e precisa:

“(...) Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. Quando a força progressista A luta contra a força regressiva B, não só pode ocorrer que A vença B ou B vença A, mas também pode suceder que nem A nem B vençam, porém se debilitem mutuamente, e uma terceira força, C, intervenha de fora, submetendo o que resta de A e de B. Na Itália, depois da morte do Magnífico, sucedeu precisamente isto, como sucedera no mundo antigo com as invasões bárbaras.

“Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução “arbitral”, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck, de cesarismo regressivo. Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações in toto. De resto, o cesarismo é uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica. Pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade “heróica” e representativa. Também o sistema parlamentar criou um mecanismo para tais soluções de compromisso. Os governos “trabalhistas” de Mac Donald eram, num certo grau, soluções dessa natureza; o grau de cesarismo elevou-se quando foi formado o governo com Mac Donald primeiro-ministro e a maioria conservadora.(...)”⁸⁵

As definições gerais de *cesarismo* presentes em Gramsci são importantes para compreendermos o processo que se deu na crise republicana romana. Júlio César era um político democrata, de caráter popular, que governou apoiado nas massas e no exército.

85 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, pp.76-77.

Augusto apoiava-se nos cidadãos italianos, no exército e no Senado e, apesar de ser um representante aristocrático no governo do Principado, agia como árbitro dos conflitos políticos e sociais e fez importantes concessões de direitos sociais às diversas classes que compunham a sociedade romana. O César não é o simples árbitro das classes sociais fundamentais. Ele é produto de um processo histórico específico, de uma relação de forças determinada. Nesse caso, ele também se apóia na burocracia do Estado romano. O corpo de funcionários do império, muitos deles libertos, também era fonte do poder do imperador. Augusto conseguiu pôr fim às lutas intestinas e às guerras civis que dilaceravam o Estado, que destruíam forças produtivas, que exterminavam os melhores membros do exército e da aristocracia, que levavam Roma para o abismo e colocavam em perigo a posição alcançada no Mediterrâneo a duras penas. Uma coisa se mantém de Júlio César a Otávio Augusto: esta era uma monarquia militar, ou uma ditadura militar chefiada por um monarca e isto tem implicações. O controle das forças armadas era fundamental para o exercício efetivo do poder. Esta era a peça fundamental no jogo político. Desde a reforma de Caio Mário, o exército assumira o papel decisivo no domínio político de Roma. Todos os ditadores de Roma no período de crise da república ocuparam a cidade com suas tropas: Mário, Sila, Pompeu e Júlio César. A reorganização do Estado que levou à monarquia teve sua origem no princípio da soberania popular. As primeiras reformas que minaram o poder oligárquico vieram da Assembleia Popular e, embora os cidadãos romanos tenham perdido o seu papel de protagonistas na vida política de Roma, direitos sociais importantes foram conquistados sob a monarquia, concessões que eram impossíveis sob o domínio direto da oligarquia senatorial.

3 – A PRIMEIRA REVOLTA DE ESCRAVOS NA SICÍLIA

As rebeliões escravas precipitaram-se no período de divisão nas classes dominantes da República Romana e de grandes tumultos políticos e sociais. Um elevado número de escravos, muitos deles de primeira geração, capturados durante as vitórias romanas no Mediterrâneo, eram explorados de maneira brutal, sendo tratados de modo cruel e violento. Alegou-se que os senhores de escravos sicilianos sequer garantiam a alimentação dos seus

servos, forçando-os a roubar para assegurar sua sobrevivência. A situação de insuportáveis sofrimentos pelos quais passavam os escravos, quando combinada com uma cisão no interior das elites republicanas, fez explodir a revolta na ilha.

A partir da Primeira Guerra Púnica, a Sicília tornou-se a primeira província romana. Com a Segunda Guerra Púnica, deu-se um novo impulso para a economia da ilha, que constituía um celeiro para Roma. A produção escravista nos latifúndios agrícolas e nas fazendas de gado gerava lucros para os senhores romanos, sicilianos e italianos. Mas essa riqueza produzida devia-se a um exacerbado grau de exploração dos escravos sicilianos, o que gerava descontentamento e criava um ambiente propício para a rebelião. As Guerras Servis da Sicília são marcadas por esta organização do trabalho baseada na superexploração e nos abusos por parte dos proprietários. A Primeira Guerra Servil durou de 135 a.C. a 131 a.C. e a Segunda Guerra Servil, de 104 a.C. a 101 a.C., tendo mobilizado milhares de escravos que organizaram exércitos e formaram quilombos na sua resistência à repressão do exército republicano. Embora a classe dominante não admitisse de forma categórica no seu discurso que estas eram guerras verdadeiras, expressando sempre uma ambiguidade entre guerra verdadeira e falsa guerra por ocorrer contra exércitos de escravos, seres inferiores segundo a ideologia escravista, foram batalhas dramáticas, um embate entre tropas de exércitos inimigos, resultando em alguns momentos em derrotas para a nobreza senatorial e as classes proprietárias, mesmo que o resultado final tenha sido a aniquilação dos rebeldes.

Diversas pequenas revoltas ocorreram no mundo romano antes da Primeira Guerra Servil da Sicília, evidenciando as fragilidades do regime político e social naquele momento, o que exigiria mudanças radicais na organização do aparato político-administrativo para a manutenção da ordem. Somente com o Principado foi possível a estabilização política e social do império romano, sendo a política da nobilitas para a questão escrava no período de fins da República basicamente repressiva; uma política de contenção apenas momentaneamente eficaz. A expansão acelerada de um modo de produção escravista preexistente através das contínuas guerras de conquista romanas na região mediterrânica cobrou seu preço. Se por um lado permitiu um enriquecimento das famílias de grandes proprietárias num grau nunca antes visto na história de Roma, por outro lado essa mesma classe dominante não teve tempo suficiente de elaborar, ou melhor dizendo, de reelaborar os mecanismos de dominação

política, ideológica, administrativa e militar necessárias para um funcionamento adequado das instituições e das relações de produção, de modo a evitar conflitos ou de atenuar o seu alcance e conseqüências danosas para o sistema vigente. Um novo quadro jurídico também seria necessário para as novas exigências sociais e econômicas. A velha administração republicana não era capaz de assegurar a paz social. As revoltas de escravos eram apenas um dos vários sintomas de uma ordem social decadente. As pequenas conspirações que antecederam as grandes insurreições eram o seu prelúdio e já alertavam para os perigos que cercavam uma produção organizada com base num regime de extrema opressão sem uma regulação destas relações por parte do Estado e sem a concessão de certos direitos e benefícios aos escravos explorados, além de uma atenção maior para a vigilância de uma verdadeira massa de escravos hostil aos proprietários romanos, sicilianos e italianos.

A reação da classe dos escravos, em geral escravos de primeira geração que foram reduzidos à condição de mercadoria dentro dos limites do império, sendo, no entanto, livres em seus países de origem, aos tratamentos humilhantes e brutais manifestou-se de forma violenta nos séculos II e I a.C. A classe senhorial respondeu de maneira enérgica, restabelecendo a disciplina no trabalho, mesmo que tivesse que empregar a mais dura repressão, massacrando os escravos rebeldes em banhos de sangue que, em termos econômicos, também eram uma destruição de forças produtivas; entretanto, estas medidas eram necessárias para incutir o medo naqueles escravos que quisessem seguir o exemplo dos revoltosos. O medo é o principal mecanismo de controle social. Através do medo, a classe dominante pode garantir a estabilidade, na verdade, uma certa inércia social, só até certa medida efetiva, mas quase sempre apenas aparente, mas que impõe limites para uma luta aberta por parte dos subalternos, sem sombra de dúvida. Os senhores lançariam mão de toda sorte de atrocidades, torturas e das penas mais severas para que os seus servos fossem reconduzidos ao trabalho para o exercício de suas funções, executando-as docilmente, tentando, inclusive, coibir outras formas de resistência dos escravos como as fugas e os danos aos animais e equipamentos das fazendas.

As terras férteis da Sicília não produziam apenas uma parte importante do alimento da cidade de Roma; elas também temperavam os homens que amedrontariam a classe dominante, por se levantarem do mais profundo da estrutura social, estando em sua base, em seus

alicerces e sendo, por isso mesmo, tão ameaçadores. Ali estavam os braços que aravam as terras do império, o suor que regava esse solo em cada dia de trabalho na lavoura, homens que, como tantos outros, sangravam por Roma. Os escravos gladiadores que sangravam na arena para o divertimento do povo romano rebelaram-se no século seguinte. Nesse sentido, os ventos que sopravam do Sul anunciavam os distúrbios futuros. Seria também do Sul da Itália que viria a revolta de Espártaco, só que do continente e do que era realmente a Itália nos tempos antigos, não de uma província, mesmo que tão próxima quanto a Sicília. Os autores antigos não deixaram de relacionar as duas rebeliões servis vendo a tentativa de fuga de Espártaco para a ilha da Sicília também como uma tentativa de reacender a chama da rebelião escrava naquelas terras.

A revolta dos sabinos em Roma no século III a.C. iniciou uma série de pequenas revoltas escravas que colocaram o governo romano em alerta para o clima de subversão e a possibilidade de sublevação daqueles que eram propriedade da classe senhorial:

“Os prisioneiros sabinos empreendem a fuga, liderados por Ápio Herdônio, invadem casas, conclamam a população pobre a segui-los. Cercam o Capitólio e, enquanto os senadores reunidos discutem se aquele movimento era uma verdadeira revolta, ou um simples motim – questão ideológica típica que a classe dominante elaborou, ao longo da República, acerca das rebeliões de escravos (verdadeira ou falsa guerra?) – Ápio Herdônio conclamava os amotinados à revolta. Este líder acaba aceitando uma negociação com os senadores nos seguintes termos: os sabinos não seriam punidos e poderiam voltar para sua terra, usando para pressioná-los o argumento de que eles, sabinos, eram apoiados pelos volscos e équos, povos itálicos igualmente ameaçados pelos romanos. Sitiados pelo povo romano que, aparentemente, se sentira inseguro pela ameaça representada por estes estrangeiros revoltados, Herdônio e seus mais de quatro mil seguidores são massacrados: alguns foram passados pelo fio da espada, outros crucificados.(...)”⁸⁶

Algumas questões importantes depreendem-se deste trecho, que expõe os principais eventos em torno da revolta dos sabinos. Em primeiro lugar, os escravos rebeldes tentam

⁸⁶ A passagem destacada da Tese de Araújo, op. cit., p. 175, é fundamentada na análise de J. Schmidt sobre o tema e a fonte é Tito Lívio, em sua *História*, 3,15. A sua citação é importante por colocar em relevo elementos que se repetirão nas outras revoltas.

construir uma aliança com o povo pobre da cidade. Em segundo lugar, o objetivo da rebelião era conseguir o retorno destes escravos para sua terra natal. Para isso, os rebeldes alternam o enfrentamento direto, o confronto, com a negociação. Um suposto apoio externo também funcionaria como um elemento a mais na negociação pela libertação coletiva daqueles escravos. Em terceiro lugar, o fato de ser aquela uma revolta de escravos dificulta uma negociação deste tipo, pois como poderia o Senado romano estabelecer qualquer espécie de acordo com homens que eram inferiores, servos estrangeiros? A própria discussão ocorrida entre os senadores sobre a natureza daquele conflito, no momento em que o Capitólio estava cercado e o governo romano ameaçado, põe em evidência esta questão ideológica fundamental da sociedade escravista romana. É importante observar que o povo romano não só não se aliou aos escravos como esmagou os rebeldes, entregando-os ao governo que empreendeu a sua crucificação, pena de morte romana. Alguns conflitos entre cidadãos romanos contavam com a participação de escravos. Algumas revoltas de escravos contavam com a participação de homens livres e pobres da Itália, como foi o caso da revolta de Espártaco. Mas não raras vezes esta aliança não era possível ou era quebrada. Na verdade, não havia uma comunidade de interesses entre os servos de Roma e os cidadãos pobres romanos. Os objetivos limitados dessas insurreições, que expressavam a consciência possível dos escravos antigos, determinavam os limites destas alianças. Questões étnicas e de classe entrelaçavam-se gerando possibilidades e limites para um movimento mais amplo. Os pobres queriam trigo mais barato, no máximo terras dentro da própria Itália. Os escravos queriam voltar para os seus países, isto é, eles queiram sair da Itália. Nunca esteve na ordem do dia a derrubada do governo ou o fim da escravidão. Neste caso, o risco de uma invasão estrangeira ou o simples fato de uma revolta de estrangeiros pôr em perigo as instituições romanas e seu governo foi interpretado pelo povo como uma ameaça para ele mesmo; afinal, os povos que eram derrotados e conquistados tornavam-se escravos dos vencedores, essa era a regra. Desse modo, a rebelião servil parecia ameaçar muito mais do que somente os proprietários e o Senado. Assim, podemos perceber que alianças entre as classes sociais subalternas na Antiguidade eram extremamente difíceis.

O século II a.C. pode ser considerado o século da rebelião escrava na história romana. Muitas e importantes revoltas ocorreram precisamente neste período. A primeira deste ciclo de rebeliões servis do século II foi a revolta escrava no Lácio, no ano de 198 a.C., em Sétia.

Esta conspiração de prisioneiros cartagineses foi traída por dois escravos. Este é um exemplo claro da influência da ideologia da classe dominante no sentido de desagregar e de desarticular um movimento dos subalternos. O pretor de Roma, L. Cornélio Merula, reprimiu e perseguiu os rebelados escondidos nos arredores de Sétia, submetendo-os ao suplício. Também neste caso o único objetivo era o retorno para a pátria. A fuga era a estratégia principal de todos os levantes de escravos.

Em 196 a.C., escravos rurais da Etrúria organizaram-se num exército e ameaçaram Roma. O pretor M. Áulio combateu os escravos rebeldes em campo aberto e os derrotou. Os líderes da rebelião foram crucificados para que servissem de exemplo, sem falar de que eram elementos perigosos, justamente pela sua capacidade de liderança, de mobilização e de organização. Quanto aos seus seguidores, foram devolvidos aos seus amos para que voltassem ao trabalho e continuassem a ser explorados, preservando assim forças produtivas de grande valor como os escravos, num momento em que isto ainda era possível, não necessitando o governo recorrer a uma repressão mais generalizada. Outra revolta de pastores da Apúlia contou com uma repressão muito maior com o massacre de cerca de sete mil escravos rebeldes, sob as ordens do pretor L. Postúmio.⁸⁷

Estes foram os principais antecedentes da Primeira Guerra Servil. Como podemos ver, a insurreição escrava na Sicília ocorreu sob um clima de rebelião geral, como nunca antes na história de Roma e como nunca mais haveria. O contexto de disputa acirrada no interior da classe dominante foi um elemento decisivo para que se pudesse criar a oportunidade de tomada do poder pelos rebeldes, que passaram a controlar a ilha constituindo um novo governo.

As causas da revolta são expostas por um viés moralista nos escritos de Diodoro. No entanto, a sua interpretação não deixa de ter valor na medida em que destaca o regime excessivamente opressivo ao qual estavam submetidos os escravos sicilianos, ao mesmo tempo em que prevalecia uma certa ausência de controle sobre os movimentos e ações dos escravos, sendo, de certa forma, as más ações até mesmo incentivadas, delitos e atos violentos

⁸⁷ ARAÚJO, op. cit., pp. 175-177; Fonte: Tito Lívio, op. cit., XXXII, 29, XXXIII, 36, XXXIX, 29, 8.

pela sobrevivência, juntamente com o descaso das autoridades que ainda não cumpriam as funções reguladoras das relações sociais conforme exerceriam no período imperial:

“Devido à extrema prosperidade das pessoas que desfrutavam dos produtos naturais dessa imensa ilha, quase todos quando ficavam mais ricos se adotavam um padrão de comportamento primeiro luxuoso, depois arrogante e provocador. Em virtude desse comportamento os escravos passavam a ser tratados cada vez pior, e eram correspondentemente cada vez mais alienados de seus proprietários. (...) Os sicilianos que controlavam toda essa riqueza competiam em arrogância, cobiça e injustiça com os italianos. Aqueles italianos que possuíam um lote de escravos tinham acostumado seus pastores a um comportamento irresponsável a tal ponto que, em vez de provê-los com suprimentos, encorajavam-nos a roubar.”⁸⁸

No texto fica bem clara a associação entre os vícios dos escravos com os de seus senhores e como a falta de virtude dos senhores e o descumprimento de seus deveres enquanto proprietários e amos eram fatores geradores de instabilidade na ilha, sendo mesmo a fonte daquele clima de insegurança e de subversão. O fato dos proprietários de escravos da Sicília incentivarem e estimularem os seus servos, inclusive, ao roubo para a garantia mínima de algum alimento e roupas para vestir, contribuía para semear o medo entre os homens livres, principalmente entre as famílias mais abastadas, detentoras de posses que poderiam ser objeto do crime praticado pelos escravos; além disso, foi um dos fatores que desencadearam o levante de homens brutalmente explorados e maltratados, que sob o comando de Euno, ameaçaram a ordem republicana. Diodoro dá um destaque para os pastores que, pelo seu modo de vida, mostraram-se ainda mais propensos ao enfrentamento.

“Deram essa liberdade (de roubar) a homens que devido a seu poder físico eram capazes de pôr em prática qualquer coisa que planejassem fazer, (...) homens que devido à falta de comida eram forçados a empreitadas arriscadas, e isso logo levou a um aumento da taxa de crime. Começaram matando pessoas que estavam viajando só ou em pares, em lugares especialmente afastados. Depois reuniram-se em grupos e atacaram as fazendas (...) à noite, pilhando seus domínios e matando quem resistisse. Eles tornavam-se cada vez mais ousados e a Sicília deixou de ser passagem à noite para os viajantes. (...) Todos os lugares foram atingidos pela violência e roubo e assassinato. Mas pelo fato

88 Diodoro, 24 apud ARAÚJO, op. cit., pp.179-180.

de os pastores estarem acostumados a dormir ao ar livre e estarem equipados como soldados, estavam (não surpreendentemente) cheios de coragem e arrogância.”⁸⁹

Neste fragmento aparece outra razão para a eclosão da Primeira Guerra Servil. Na penúltima frase, Diodoro afirma que os pastores estavam “equipados como soldados”, assim como os escravos gladiadores da revolta de Espártaco. Este parece ser um elemento relevante para o início destas insurreições, isto é, a existência de um grupo de escravos que tivessem à sua disposição armas para começar um conflito que depois estender-se-ia para os demais, em especial os mais explorados – os escravos rurais dos ergástulos.

Vale a pena destacar ainda o fator demográfico como um dos mais importantes para o acontecimento da rebelião escrava da Sicília, havendo muitos escravos de primeira geração na ilha, nutrindo um ódio mortal por aqueles que lhes arrancaram de seus lares para que vivessem sob um regime de extrema opressão e de exploração. Isto criou as condições para uma guerra prolongada e até mesmo a vitória, mesmo que parcial e temporária, dos rebeldes.

“Os escravos que havia na Sicília eram tão numerosos que quem ouvia falar disto não acreditava, pensando que devia se tratar de um exagero.” (Diodoro, fragmentos dos livros XXXIV e XXXV)⁹⁰

Com base nestes fragmentos, podemos traçar, em linhas gerais, os elementos objetivos que contribuíram para uma revolta da magnitude que foi a Primeira Guerra Servil da Sicília. Mesmo para rebeliões e revoluções modernas a questão demográfica parece ser uma variável relevante, principalmente se combinada com a superexploração e

⁸⁹ Diodoro, 28, 29 *apud* ARAÚJO, op. cit., pp. 180-181.

⁹⁰ *Apud* KOVALIOV, S.I. *História de Roma. Tomo II*. Tradução de Marcelo Ravoni. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959, p. 194.

a miséria extrema das camadas sociais mais baixas. Na Sicília, os poucos camponeses viviam também numa situação de muita pobreza, o que influenciou na derrubada do governo da ilha, que não contava com uma base social mais ampla e sólida entre a população livre para resistir à rebelião servil. Além disso, somava-se à grande concentração de escravos um fator agravante desta situação: uma parte considerável dos escravos sicilianos eram provenientes da Síria.⁹¹ Assim, muitos dos servos dos senhores sicilianos compartilhavam uma mesma língua, religião e cultura, facilitando a organização de uma revolta, havendo, desse modo, menos dificuldades na comunicação entre os escravos. O número elevado de homens escravizados trabalhando na ilha permitiu a formação de um verdadeiro exército rebelde e fez explodir uma insurreição, ao contrário das pequenas conspirações que antecederam as Guerras Servis da Sicília.

Todos esses elementos forjaram uma identidade cultural, social e política entre os escravos rebeldes. A grande quantidade de cativos de origem síria, sem dúvida, foi um fator determinante, mas não absoluto. Se por um lado foi possível construir a unidade necessária para empreender o combate, por outro lado não impediu traições no seio dos próprios revoltosos, o que enfraqueceu a resistência frente o exército romano.

“(...) Euno, o chefe da rebelião, era um sírio de Apaméia. Síria da mesma cidade era também sua esposa. Os romanos conseguiram apoderar-se de Tauromenio pela traição de um escravo sírio. Euno chamava aos escravos rebeldes pelo nome de “sírios”, etc.”⁹²

A inexistência de uma consciência de classe entre os escravos antigos foi um dos principais fatores que determinaram a sua derrota. A influência da ideologia dominante sobre os escravos também se provou bastante forte e eficaz. Podemos concluir, assim,

91 KOVALIOV, S.I. *História de Roma. Tomo II*, op. cit., p. 195.

92 Idem, *Ibidem*, p. 195.

que não era somente através da coerção que os senhores exerciam o seu controle sobre os seus servos. A ideologia cumpria uma função desarticuladora das revoltas fundamental. O teórico marxista que melhor desenvolveu o tema foi Antonio Gramsci:

“A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não há dúvida de que na atividade histórica desses grupos há uma tendência à unificação, ainda que seja a níveis provisórios; porém esta tendência se rompe constantemente pela iniciativa dos grupos dirigentes e, portanto, só é possível mostrar sua existência quando se haja consumado o ciclo histórico e sempre que essa conclusão haja sido um êxito. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, inclusive quando se rebelam e se levantam. Na realidade, inclusive quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos se encontram em uma situação de alarma defensivo (...). Por isso, todo indício de iniciativa autônoma dos grupos subalternos tem que ser de inestimável valor para o historiador integral; disto se desprende que uma história assim não se pode tratar mais que monograficamente, e que cada monografia exige um acúmulo enorme de materiais a miúdo difíceis de encontrar.” (C.XXIII; R. 191-193)⁹³

Conforme prosseguimos em nosso estudo, vamos descortinando a dinâmica da luta de classes na Antiguidade. As classes sociais subalternas lutavam em condições deveras desfavoráveis. Mas a luta que empreendiam era significativa e impunha à classe dominante o seu reconhecimento enquanto força beligerante respeitável nos momentos de conflitos de grande envergadura e ameaça real à ordem social vigente. As batalhas empreendidas pelos servos do império ainda implicavam em outra questão, não menos importante para a classe de senhores proprietários de terras e de escravos: o reconhecimento da humanidade daqueles escravos. Infelizmente, para os rebeldes sicilianos, as condições históricas ainda não permitiam o tipo de *fugas-rompimento* que ocorreram na América colonial, isto é, um movimento amplo de *fugas para dentro* onde encontram a dimensão política para a transformação social, em outras palavras, a luta pela mudança do sistema, pela abolição da escravidão.⁹⁴ As fugas-rompimento ocorridas

⁹³GRAMSCI, Antonio. *Antologia II, 1926-1937.*, p. 493.

⁹⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

na Antiguidade foram significativas e insurreições escravas podem ser verificadas, assim como fugas individuais e coletivas de todos os tipos. Mas não existia um movimento político no interior da sociedade escravista romana, que partisse de homens livres ou dos próprios escravos, unindo-os, preferencialmente, sob a bandeira da libertação geral dos escravos e o fim desta forma de trabalho compulsório no Mundo Antigo. Este fator limitador destas revoltas de escravos antigos as colocava num beco sem saída, numa situação em que o fracasso delas tornava-se quase inevitável. É claro que isso acabava gerando situações absolutamente desesperadoras, que, somadas com a falta de confiança nas próprias forças e a falta de uma identidade de classe suficientemente forte, na verdade bastante incipiente, tornavam-se terreno fértil para a influência política e ideológica da classe dirigente e dominante a tal ponto que levava a recorrentes traições e dissensões. As rupturas no interior dos subalternos foram freqüentes e expressavam, sem dúvida, o caráter irresoluto dos combatentes diante de um cenário em que suas alternativas eram pouco promissoras. Isto não quer dizer que não houvesse espaço para escolhas e possibilidades de vitória; escolhas foram feitas, mas os condicionamentos históricos faziam com que os atores políticos quase sempre errassem e nesta condução errática de sua organização e de todo o processo de luta favoreciam o campo adversário em igual ou maior medida que qualquer outra variável de uma guerra, desde o conhecimento da geografia até a vantagem militar.

O principal líder da revolta, Euno, chegou à Sicília no ano de 139 a.C. e seu proprietário era Antígenes que morava na cidade de Enna. A função de Euno era entreter os convidados dos banquetes em que seu senhor participava, ou que promovia. Ele fazia diversas mágicas e truques para divertir os convidados. Assim, a liderança da rebelião partia de um escravo doméstico, que trabalhava como uma espécie de “bobo da corte”. O fato de ser um escravo urbano fazia com que ele tivesse um acesso maior às informações e aos conhecimentos e bens culturais disponíveis e que circulavam naquela sociedade, mesmo com as limitações impostas pela sua posição social. Além disso, por ser um escravo doméstico, gozava de maior liberdade de movimentos, pelo menos se

compararmos com os escravos rurais dos ergástulos, o que lhe permitiu conduzir a agitação que gerou a revolta armada dos servos sicilianos contra os seus amos. Euno era ainda um líder religioso; dizia ele ter contato com a Deusa Síria, Atargatis. Em seus relatos para os escravos, mas também para os convidados dos banquetes, sem que os mesmos encarassem com muita seriedade, ao contrário daqueles da mesma classe de Euno, o futuro líder da rebelião servil dizia que havia se tornado consorte da Deusa Síria em núpcias rituais, identificando-se com o deus solar Haddad, e lançava chamas pela boca, utilizando uma noz e algum combustível, e com estes truques tentava impressionar, principalmente a seus pares, afirmando trazer mensagens da divindade síria. O escravo ainda falava que ia ser rei da ilha e que aqueles que eram agora escravos formariam um reino na Sicília (Diodoro, XXXIV-XXXV). Araújo⁹⁵ reproduz este relato de Diodoro e apresenta os primeiros passos da agitação política dos escravos sicilianos e os motivos que determinaram a escolha de Euno como sua liderança. O aspecto religioso também cumpriu um papel fundamental na escolha de Espártaco como principal liderança da revolta de escravos iniciada no Sul da Itália no século I a.C.

A revolta de escravos da Sicília começou na propriedade de um senhor de escravos chamado Damófilo. Ele era um criador de gado e tratava de forma cruel a seus escravos pastores, os iniciadores da rebelião na ilha. Diodoro, historiador e filósofo grego do século I a.C., de uma época de grandes transformações e de um ambiente marcado por novas teorias e doutrinas, como a dos estóicos. No novo contexto do regime imperial aos escravos eram garantidos certos direitos, juntamente com suas obrigações perante o seu senhor. A partir do reinado de Augusto, os maus tratos, a crueldade excessiva com os servos já era condenada, sendo vista como fonte de tumultos e revoltas. Se dos escravos era exigida a obediência e o trabalho diligente, era exigido dos amos um tratamento justo em relação àqueles que estavam sob suas ordens. É partindo deste ponto de vista que Diodoro condena as ações de Damófilo como perniciosas e o torna responsável pelos acontecimentos que culminaram no levante generalizado dos escravos, bem como eram

95 ARAÚJO, op. cit., p. 182.

igualmente responsáveis todos os senhores de escravos como ele e as autoridades governamentais que nada faziam diante de situação tão anárquica:

“Devido ao seu caráter obstinado e selvagem, não havia um só dia em que esse mesmo Damófilo não torturasse algum de seus escravos sem uma causa justa. Sua esposa Matallis tinha igual prazer nesses castigos insolentes e tratava suas empregadas e aqueles escravos que estavam sob sua jurisdição com grande brutalidade. Em consequência desses castigos humilhantes, desenvolveu-se nos escravos um sentimento de bestas selvagens em relação aos seus amos, e achavam que nada do que pudesse lhes acontecer seria pior do que o mau estado em que se encontravam.” (Diodoro, 37)⁹⁶

A sublevação dos escravos de Damófilo eram, assim, antes de mais nada, responsabilidade dele. Isso não quer dizer que Diodoro considerasse perdoável a ação desses escravos, mas apontava a origem dos males como a brutalidade dos próprios senhores. O ódio que os seus servos acabavam nutrindo por eles manifestava-se nessas terríveis revoltas e criava uma situação de instabilidade social e política indesejável para a classe dominante. Desse modo, os interesses individuais e as ações irresponsáveis de determinados indivíduos da classe senhorial comprometia os interesses coletivos desta mesma classe e tornava frágil o seu domínio. A explosão de rebeldia servil teve início na propriedade de Damófilo e o seu centro de resistência e irradiação na cidade de Enna:

“Pois a Sorte tinha decretado que Enna, a cidadela de toda a ilha, deveria ser seu Estado. Quando ouviram isso, presumiram que o mundo espiritual lhes daria cobertura em sua empreitada e suas emoções estavam tão decididas à rebelião que nada podia retardar seus planos. Então imediatamente libertaram aqueles escravos que estavam acorrentados e reuniram aqueles dos outros que viviam por perto. Em torno de quatrocentos deles reuniram-se em um campo perto de Enna. Fizeram um pacto solene entre si e trocaram um juramento com a força de sacrifícios noturnos, e então armaram-se tão bem quanto a ocasião permitia. Todos apoderaram-se da arma mais efetiva de todas, a fúria, dirigida à destruição do amo e da ama que os tinham humilhado. Euno os comandava. Gritando, encorajando uns aos outros, irromperam na cidade mais ou menos no meio da noite e mataram muitas pessoas.” (Diodoro, 24b)⁹⁷

⁹⁶ *Apud* ARAÚJO, op. cit., pp.183-184.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*, pp. 184-185.

Antes de se lançarem à batalha, os rebeldes consultaram Euno sobre o que os deuses lhe diziam e ele afirmou para seus comandados que a deusa síria lhe falava que o sucesso dependia de uma ação rápida. Além disso, os escravos rebeldes fizeram rituais religiosos de sacrifício para que fossem bem-sucedidos em sua empreitada. Podemos, assim, ver o entrelaçamento entre a religião, a política e a guerra. A religião funcionava para os escravos como um programa e como um elemento fundamental de sua estratégia, na medida em que determinava o momento do combate, influenciava na escolha do líder, ao mesmo tempo líder religioso, político e militar, e apontava o caminho, dando-lhe perspectivas.

Euno foi eleito rei, intitulando-se rei Antíoco, e organizou um conselho formado pelos melhores dentre o exército rebelde, tendo sido um deles um certo escravo grego chamado Aqueu. Mais tarde, tendo o eco da rebelião ressoado em outros cantos da Sicília, alastrando-se para outras cidades a revolta servil, um ex-pirata da Cilícia, Cléão, liderou um movimento nas cercanias de Agrigento, ocupou a cidade e, ao contrário do que esperavam os romanos que era uma disputa de poder entre os dois, colocou-se sob as ordens de Euno, unindo-se a ele. Além destes dois generais, Euno contava ainda com dois pastores como seus lugares-tenentes, Hérmiás e Zêuxis; com isso, o exército rebelde siciliano mostrava-se bastante organizado e com comandantes de grande capacidade à sua frente. Completando a sua corte, a esposa de Euno foi feita rainha e seus súditos foram todos chamados sírios, fossem eles desta nacionalidade ou não, sendo o mais importante neste caso o fato de haver uma tentativa de se construir um reino com uma corte inspirada nas cortes sírias e de uma monarquia de tipo helenística, forjando não só uma unidade militar, mas minimamente uma unidade política e cultural também. O historiador Kovaliov tece um comentário sobre a formação do novo governo encabeçado pelos escravos rebeldes:

“É significativo o fato de que os escravos rebeldes não criaram nenhuma nova forma de autoridade estatal, limitando-se a adotar o sistema da monarquia helênica

oriental que já lhes era conhecido. O nome mesmo de Antíoco, dado a Euno, estava muito difundido na dinastia dos Selêucidas.”⁹⁸

Este fato é de extrema importância, pois mostra até onde os escravos antigos eram capazes de ir em sua luta; não estava colocado nenhum processo de transformação social, não havendo sido sequer a escravidão abolida por completo pelos rebeldes, que mantiveram vivos os senhores que sabiam fazer armas para abastecer o novo exército. A reprodução pura e simples de uma forma de governo já existente buscava ao mesmo tempo legitimidade para o novo governo perante os seus súditos, como também era a única opção vislumbrada pela direção do movimento naquelas circunstâncias e como produto do seu tempo.

Desse modo, podemos concluir que os escravos antigos não eram capazes de realizar uma revolução social. Isto não quer dizer que, mesmo sendo raras, não tenham se insurgido contra os seus senhores numa luta aberta, em verdadeiras guerras, com exércitos e generais. As insurreições escravas, se não ameaçaram o sistema, pelo menos marcaram um avanço de consciência da classe dos escravos e demonstraram a sua capacidade de organização e de mobilização coletivas. No caso da Primeira Guerra Servil, estamos diante de uma insurreição que culminou na tomada do poder na ilha, com a instauração de um novo governo, chefiado pelos ex-escravos. Eles demonstraram grande inteligência, tentando preservar ao máximo as forças produtivas existentes, como a mão-de-obra especializada e as plantações, e evitaram criar um ambiente em que os romanos pudessem obter algum apoio popular, não mexendo com os trabalhadores, agredindo e matando os senhores ricos e proprietários, mas não os homens livres e pobres que habitavam a Sicília:

“O mais notável de tudo isso é que os escravos rebeldes, preocupando-se sabiamente com o futuro, não incendiaram as pequenas vilas e não destruíram nem as coisas nem as provisões conservadas nelas e não molestaram aqueles que continuavam

98 KOVALIOV, op. cit., p.197.

se ocupando do trabalho dos campos, enquanto que o populacho impulsionado pela inveja, que se confundiu com os escravos, lançou-se sobre as aldeias e não somente saqueou as propriedades, como também queimou as vilas.” (Diodoro, fragmentos dos livros XXXIV e XXXV)⁹⁹

Estas últimas passagens colocaram para nós alguns problemas de primeira grandeza. Antes de mais nada, temos que definir o processo político e social que representou essa guerra servil com exatidão. Uma definição incompleta, insuficiente, pode comprometer o conjunto da análise. Assim, partimos da compreensão desta revolta como uma insurreição popular. Entretanto, os escravos não se rebelaram simplesmente; eles derrubaram o antigo poder e assumiram o controle político-administrativo da ilha da Sicília. Este elemento de qualidade superior não foi suficiente, no entanto, para produzir uma nova sociedade. Permaneceram como realidades sociais a escravidão e a monarquia como modelo de regime político, sendo implantado pelos rebeldes após a tomada do poder. Neste momento torna-se incontornável realizar uma análise de cada conceito que se refere a esse problema social e selecionar aqueles que forem aplicáveis e úteis para um melhor entendimento do processo histórico em questão. No campo do marxismo, alguns historiadores e teóricos dedicaram-se a diferenciar insurreições de revoluções e revoluções políticas de revoluções sociais:

“Comecemos dividindo o tema nas suas partes constitutivas. Em primeiro lugar, é necessário recordar que uma revolução não se deve confundir com o triunfo de um levante militar; nem ser reduzida a um dos seus momentos decisivos, a insurreição. A conquista do poder pela força não define uma revolução. A História está repleta de exemplos de putschs e quarteladas que triunfaram, apesar da indiferença e apatia popular; assim como, inversamente, de autênticas revoluções populares que foram derrotadas antes que a hora da insurreição chegasse a acontecer. Estamos diante de fenômenos históricos de natureza diversa.”¹⁰⁰

99 *Apud KOVALIOV, op. cit., p.198.*

100 ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História*. São Paulo:Editora Xamã, 2004, p. 32.

A simples derrubada de um governo não configura um processo revolucionário autêntico; nem mesmo a tomada do poder quando produto da ação de uma minoria. O teórico marxista Leon Trotsky já esboçava as diferenças entre uma insurreição das massas e uma conspiração e uma das questões fundamentais para caracterizar uma revolução política, pelo menos, que é a conquista do poder político de Estado:

*“Derrubar o antigo poder é uma coisa, tomar o poder é outra coisa.”*¹⁰¹

Os traços que distinguem o evento extraordinário que representa uma insurreição do processo extraordinário que representa uma revolução também são abordados por estes dois autores:

*“Tampouco se deve confundir o último ato do drama revolucionário com a revolução. Quando uma insurreição se precipita como a hora decisiva da luta pela derrubada do governo, é porque uma revolução já estava em marcha desafiando o poder e provocando bruscas mudanças nas relações políticas de força entre as classes sociais e, portanto, entre os partidos que pretendem representar seus interesses.”*¹⁰²

*“O mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente em curto espaço de tempo. (...)”*¹⁰³

Sendo assim, nenhuma classe social sai de uma situação subalterna da noite para o dia. E isso é tanto mais difícil no caso das classes sociais subalternas. A insurreição é,

101 TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa. Volume III*. Tradução de E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1978, p. 843.

102 ARCARY, op. cit., p. 32.

103 TROTSKY, *A História da Revolução Russa. Volume I*, op. cit., p.184.

assim, somente o ponto culminante de um processo mais amplo e mais profundo. É verdade que podem existir insurreições que não sejam revoluções, mas parece que estamos diante de um caso específico de revolução e por isso não é fácil a sua análise. O sistema político e social não foi modificado em nada; porém, não podemos ignorar o fato de que uma classe social substituiu outra classe social no poder, não se tratando apenas de um golpe com a mudança dos homens que governam, mas também da categoria de homens que passavam, então, a governar o país. Este tipo específico de revolução é o que chamamos de revolução política:

“(...) revoluções políticas são uma irrupção da mobilização popular; sejam quais forem os seus métodos de luta, que colocam o poder em questão. Entendemos por revolução a aceleração dos ritmos históricos da mudança, pela agudização da luta dos sujeitos sociais. Sem as massas, não se fazem revoluções. Sem a luta pelo poder, não se fazem mudanças. (...)”

“Revoluções políticas são, contudo, diferentes de revoluções sociais, embora todas as revoluções sociais tenham começado como revoluções políticas. Neste nível de análise, é irrelevante o desenlace final dos processos, se vitoriosos ou derrotados, já que estamos focando o nível de tensão social que se traduziu na forma de colapso, pelo menos parcial, da governabilidade do Estado, e em alguma forma – até atomizada, ou mesmo inorgância – de dualidade de poderes. (...)”¹⁰⁴

A partir da análise das fontes e com base no auxílio da teoria marxista e seus conceitos – aqueles que consideramos mais adequados para esta situação histórica determinada, tendo-se, porém, todo o cuidado necessário na sua aplicação, por serem originalmente voltados para o entendimento das sociedades modernas e sua dinâmica, o que não invalida o seu uso naquilo que é o essencial e possível de ser utilizado para as sociedades antigas, como a maioria das elaborações de teóricos marxistas; considerando tudo o que foi dito, podemos concluir que o caso da Primeira Revolta de Escravos da Sicília enquadra-se perfeitamente no conceito de revolução política, conforme fora formulado pelos marxistas que se opunham às teses stalinistas e sua forma de enxergar a História, as sociedades e sua dinâmica.

104 ARCARY, op. cit., pp. 36-37.

Devemos, antes de encerrar essa discussão, apresentar e comentar, mesmo que de maneira breve, o que os antigos entendiam por revolução. Em Aristóteles o conceito aparece de forma coerente e acabada:

*“Tais são as causas gerais das revoluções; tais as suas origens. Vejamos agora por que elas surgem de duas maneiras. Às vezes os cidadãos se revoltam contra o governo, com o fim de mudar em outra forma a constituição estabelecida: por exemplo, a democracia em oligarquia ou a oligarquia em democracia, ou estas em república ou aristocracia, ou reciprocamente. Outras vezes, não é contra a forma estabelecida que se revoltam, mas, consentindo em deixá-la subsistir, os descontentes querem eles próprios governar, como acontece na oligarquia ou na monarquia.”*¹⁰⁵

Nesta passagem, Aristóteles escreve que se trata de uma revolução quando existe uma mudança de regime político, como a passagem de um regime oligárquico para um regime democrático; mas há também uma revolução, para o filósofo, nos casos em que grupos de homens derrubam do poder outros homens que antes governavam dentro de um mesmo regime, sem realizar reformas políticas; há ainda os casos de mudanças em partes da constituição de um Estado. De qualquer modo, são processos turbulentos, tumultos políticos, revoltas e golpes de Estado. Estas foram as revoluções, revoluções políticas todas elas, do tempo de Aristóteles. Ele ainda aborda apenas os conflitos políticos entre homens livres, sejam eles entre os membros das próprias classes dominantes, sejam entre ricos e pobres, mas sempre entre homens livres, nunca entre livres e escravos. No entanto, Aristóteles não viu grandes rebeliões servis, que só existiram no período de fins da república romana, com a consolidação do modo de produção escravista e sua transformação para um sistema qualitativamente superior àquele que existiu em Atenas ou mesmo em Roma no início da república. As condições objetivas, com a concentração de milhares de escravos trabalhando numa mesma região, centenas numa mesma propriedade, muitos deles escravos de primeira geração devido à dinâmica acelerada de crescimento do império, além dos elementos subjetivos, sendo um dos principais a

105 ARISTÓTELES. *A Política*. 15.ed. Tradução: Nestor Silveira Chaves. Introdução: Ivan Lins. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 1988, p. 148.

própria divisão no interior da classe dominante, que levava a conflitos políticos sérios e que, juntamente com as guerras externas, diminuía a capacidade dos proprietários de controlarem seus servos, envolvidos que estavam em lutas intestinas. É importante ressaltar, entretanto, que mesmo nesse período a regra foram as pequenas conspirações, tentativas de fuga e algumas insurreições, sendo o controle de um grupo de escravos sobre toda uma província romana um fato absolutamente excepcional em toda a sua história. Mas o seu acontecimento é mais do que suficiente para que o encaremos da maneira que é devida, como uma revolução política genuína, apesar de sua derrota ao término do confronto militar com o exército romano.

Esta revolução escrava teve um impacto sobre outras comunidades, províncias e propriedades com trabalhadores escravos; somente a destruição do exército rebelde da província da Sicília poria fim à onda de insubordinação desencadeada por esse conflito. Novamente, devemos destacar que a rebelião estourara num momento de grande fragilidade do sistema republicano diante da ameaça que surgia no horizonte à hegemonia política da ordem dos senadores sobre a sociedade romana. A revolta ocorreu no momento em que o pretor nomeado para administrar a ilha ainda não havia chegado para assumir seu cargo:

“(...) Pouco depois o pretor Lucius Hyspaeus chegou de Roma e encontrou-os numa batalha à frente de 8.000 soldados mobilizados na Sicília. Os rebeldes, agora somando 20.000, venceram, e dentro de pouco tempo seu exército cresceu para 200.000 homens. E eles ganharam renome em muitas batalhas com os romanos e cometeram poucos erros. Quando a notícia disto chegou ao exterior, explodiram revoltas de escravos em Roma (onde 150 conspiraram contra o governo), em Atenas (acima de 1.000 envolvidos), em Delos e em muitos outros lugares. Mas os funcionários governamentais logo as suprimiram nos diversos lugares com pronta ação e terríveis torturas como punição, de modo que outros que estavam a ponto de revoltar-se caíram em si. Mas na Sicília o mal continuava aumentando – cidades foram tomadas pelos rebeldes e seus habitantes escravizados, e muitos exércitos foram despedaçados pelos rebeldes -, até que o general romano Rupilius recuperou Tauromenium para os romanos depois de pôr-lhe estreito sítio... (...)” (Diodoro, 18, 19)¹⁰⁶

106 Apud CARDOSO, *Trabalho Compulsório na Antiguidade*, op. cit., p.143.

Neste trecho, podemos sublinhar algumas passagens interessantes. Em primeiro lugar, a revolta da Sicília irradiou-se para outros lugares; o seu exemplo foi seguido por outros escravos que tentaram se rebelar e se libertar. Em segundo lugar, a repressão que se seguiu serviu para incutir o medo nos demais escravos do império, impedindo que ocorressem outras revoltas. Este fato foi de fundamental importância, pois o insucesso das revoltas que eclodiram na esteira da rebelião siciliana e o retrocesso do movimento, marcando um recuo da reação servil contra a opressão romana levaram ao isolamento dos rebeldes da ilha da Sicília e à sua conseqüente derrota. Além disso, ao não conseguir construir uma aliança com outras classes exploradas e oprimidas no interior da própria província, os escravos sicilianos estavam fadados ao fracasso. Somente com a adesão dos homens livres e pobres ao exército rebelde ou com o seu apoio, pelo menos, somado a uma onda de revoltas vitoriosas ou, no mínimo, de magnitude igual àquela que tomava a ilha ao Sul da Itália, que enfraquecessem o exército romano poderiam garantir o sucesso do movimento liderado por Euno. Talvez os escravos pudessem sonhar com um governo autônomo relativamente estável e livre do domínio romano, se este cenário alternativo tivesse se dado. No entanto, os escravos antigos não queriam transformar a sociedade; não tinham um projeto de reformas políticas e sociais conseqüente e, com isso, colocavam os outros grupos sociais subalternos desde o princípio de fora de sua luta, pois em nada melhoraria as suas vidas um movimento vitorioso que fosse encabeçado por escravos. Como os escravos não eram uma classe para si e não possuíam uma organização que ultrapassasse o nível local (as revoltas tinham um caráter local, restritas a um espaço físico, limitadas a uma região qualquer, não havendo unidade entre os vários processos), não foi possível articular um amplo movimento pela libertação dos escravos ou uma frente de resistência contra a opressão romana; a lógica que regia cada revolta de escravos era do cada um por si, sendo lutas fragmentadas por natureza. Assim, mesmo sendo possível forjar a unidade entre os escravos de um mesmo senhor, numa mesma propriedade, ou de uma mesma região ou província, esse caráter local mostrava-se uma barreira intransponível no processo de enfrentamento com a classe senhorial romana, itálica e siciliana. Esta divisão existente entre os próprios escravos, que, não só não tinham uma consciência de classe, como também os meios de comunicação e transporte que possibilitassem materialmente esta articulação maior entre os servos das distintas

províncias, facilitou a repressão. Desse modo, os romanos puderam enfrentar cada movimento separadamente. Outro elemento importante presente no texto é a ênfase posta pelo autor no controle de diversas cidades da Sicília pelos escravos rebeldes e na escravização de seus habitantes; ou seja, os ex-escravos, uma vez no poder, passavam, então, a escravizar. O paradigma escravista não era contestado, sendo, muito pelo contrário, incorporado pelos revoltosos, quando confrontados com a realidade da administração pública e da gestão econômica da ilha. A reprodução dos pressupostos da sociedade escravista romana pelos rebeldes é um sintoma do beco sem saída das sociedades antigas. Diante da inexistência de uma alternativa societária, da impossibilidade de uma solução revolucionária para o escravismo antigo, os movimentos de resistência tendiam a operar com as mesmas idéias, reformulando-as, talvez, com base em outras tradições, locais ou estrangeiras, mas, de qualquer modo, conservadora e sem uma perspectiva transformadora. Cada um queria se libertar da sua opressão e não acabar com a opressão geral. Cada escravo queria a sua liberdade, o que não implicava, necessariamente, no fim da escravidão. É claro que, mesmo assim, a demonstração de força dos escravos sicilianos que, segundo Diodoro, tomaram cidades e despedaçaram exércitos, servia para pôr em xeque a justificação teórica do escravismo; buscar a justificativa para a escravidão numa suposta inferioridade dos escravos tornava-se mais difícil, diante do exemplo fornecido pelas rebeliões servis. Não havia contra-argumento mais forte às teses do escravo como ser inferior ou da guerra servil como falsa guerra do que a capacidade de iniciativa, organização, mobilização e coragem dos servos do império.

A fase final da guerra foi marcada pela contra-ofensiva romana:

“Cidades e suas populações inteiras foram capturadas e muitos exércitos foram destruídos pelos insurgentes, até que o governador romano Rupilius recapturou Taormina (Tauromênio) para os romanos. Ele tinha sitiado a cidade tão efetivamente que condições de terrível e extrema fome tinham sido impostas aos insurgentes – tanto que eles começaram a comer suas crianças, depois suas mulheres, e no fim eles nem mesmo hesitaram em comer uns aos outros.”¹⁰⁷

107 Diodoro, 20 *apud* WIEDEMANN, op. cit., pp. 206-207.

O cerco à cidade de Tauromênio, diz-se, levou os escravos, no desespero e diante de uma fome extrema, à prática do canibalismo. A redução destes escravos a um estado tão bestial pode ser interpretada como um produto da guerra, como é apresentado no início do fragmento, sendo o resultado da arte romana da guerra e da eficiência de um grande general em sufocar uma rebelião e forçar o inimigo à rendição; mas também pode ser encarada como uma forma de manchar a imagem dos escravos rebeldes que, frente às dificuldades da guerra, rendem-se aos instintos animais, aos instintos mais primitivos da pura sobrevivência e isso transparece quando o autor retrata os revoltosos devorando primeiro suas próprias crianças, seguidas pelas mulheres, ou seja, os mais frágeis e depois uns aos outros sem nem mesmo hesitar.

O contra-ataque das tropas republicanas à ofensiva rebelde sobre as cidades sicilianas e o exército romano mostrou a força da organização militar de Roma. O isolamento do reino dos escravos sicilianos impediu que o mesmo fosse capaz de resistir por muito tempo à força de um império inteiro mais bem estruturado, sólido e de dimensões superiores, tanto em termos de extensão territorial quanto populacionais, tendo mais homens recrutáveis à sua disposição para uma guerra mais longa, se fosse o caso, generais mais bem treinados e experimentados em campanhas militares para ganhar uma guerra mais rapidamente, conforme demonstrara Rupílio.

O reinado de Euno teve seu fim com a ação brutal e eficaz da máquina de guerra romana. A ausência de um programa mais consistente permitiu que os escravos cedessem mais facilmente ao desespero, sendo, em alguns casos, levados a trair seus companheiros na esperança de obter o perdão de seus senhores e de acabar com aquele suplício. A explicação de Gramsci para a desagregação dos movimentos dos subalternos como um produto da ação da ideologia dominante nas cabeças de cada membro da classe explorada aplica-se aqui em sua inteireza e fornece um modelo explicativo para os processos de traição e de divisão de todas as revoltas de escravos da Roma antiga. Isso não impediu que muitos lutassem bravamente e tivessem uma morte heróica em batalha. As duas situações aparecem no fragmento a seguir:

“Foi nesta ocasião que o irmão de Cléão, Comano, foi capturado, tentando escapar da cidade sitiada. No fim o sírio Serapião traiu a cidadela e o governador foi capaz de trazer sob seu controle todos os fugitivos na cidade. Ele os torturou e depois os atirou de um penhasco. De lá ele foi para Enna, a qual ele sitiou da mesma maneira; ele forçou os rebeldes a ver que suas esperanças tinham chegado a um beco sem saída. Seu comandante Cléão veio para fora da cidade e lutou heroicamente com uns poucos homens até que os romanos foram capazes de mostrar o seu cadáver coberto de feridas. Esta cidade também foi capturada através da traição, até porque ela não poderia ter sido tomada nem pelo mais poderoso exército. Euno levou sua escolta de uns mil homens e fugiu de uma forma covarde para uma região onde havia muitos penhascos. Mas os homens com ele perceberam que eles não poderiam evitar seu destino, pois que o governador (cônsul) Rupilius já estava indo na direção deles, e eles decapitaram uns aos outros com suas espadas. O fazedor de milagres Euno, o rei que tinha fugido por sua covardia, foi arrastado para fora das cavernas onde ele estava se escondendo com quatro serviçais – um cozinheiro, um padeiro, um homem que o massageava no banho e um quarto que costumava entretê-lo quando ele estava bebendo. Ele foi posto sob custódia; seu corpo foi comido por uma multidão de piolhos, e ele terminou os seus dias em Morgantina na maneira apropriada por sua vilania. Em seguida, Rupilius marchou através de toda Sicília com uns poucos soldados selecionados e libertou-a de todo vestígio de bandos de bandidos mais cedo que o esperado.”¹⁰⁸

Nesta passagem que retrata o desfecho da rebelião, Diodoro apresenta Euno, o líder da revolta escrava, como um covarde. A mesma condenação que o autor despeja sobre os senhores que maltratavam os seus servos é dirigida a Euno por incitar os demais escravos à revolta. Senhores cruéis e escravos insubordinados eram igualmente repreendidos pelo discurso histórico, político e moral dos historiadores e filósofos do regime imperial. Com o intuito de reforçar o caráter vil de Euno, Diodoro ressaltou o fato do líder dos escravos ter fugido e se escondido, levando-se consigo serviçais que representavam o status e o luxo da posição de rei que ocupava; mas, como diz o autor, seria ele um rei de segunda categoria, um rei covarde, o único tipo de monarca que um escravo poderia ser. A situação deplorável em que ele se encontrava quando foi capturado e a maneira como morreu, maltrapilho, na prisão, colocavam ainda mais em relevo aquilo que seria, para Diodoro, o único destino possível e justo para alguém que inflasse os servos contra os seus amos.

108 Diodoro, 20-23 *apud* WIEDEMANN, op. cit., p. 207.

A ilha havia sido tomada por bandidos, segundo o que consta do texto, mas pode ser que muitos destes bandidos fossem os próprios escravos rebeldes, sendo equiparada a insurreição escrava ao banditismo. É evidente que os tumultos que ocorriam na Sicília iam para além da rebelião servil, pois os homens livres e pobres da província também se aproveitaram da situação para saquear, sendo, portanto, possível que nem todos os ditos bandidos propriamente escravos; no entanto, isto não anula o fato de que era intenção do autor equiparar os rebeldes a bandidos e que a revolta em si criou uma conjuntura favorável para atos de banditismo, na medida em que provocou a desordem na ilha da Sicília.

No início do fragmento, Diodoro aponta tanto os atos de bravura quanto os atos de traição. Comano e Cléão lutaram e morreram bravamente. Serapião traiu os seus companheiros, cedendo ao desespero, e permitiu que as tropas romanas entrassem na cidade de Tauromênio. O mesmo ocorreu na cidade de Enna, quando outro escravo traiu o movimento também. Os rebeldes foram torturados. O desespero levou os habitantes de Tauromênio ao canibalismo, devido à fome, conforme fora apresentado na passagem anterior, e os escravos da escolta de Euno que fugiram de Enna, suicidaram-se, decapitando uns aos outros, com medo dos suplícios que teriam de suportar caso fossem feitos prisioneiros. A contradição da natureza do escravo e da escravidão e as ambigüidades do discurso da classe dominante transparecem neste texto. Coragem e covardia caminham juntas. Exemplos de grandes homens e de grandes líderes lado a lado dos exemplos de vilania e de imoralidade. De qualquer modo, o mesmo é projetado sobre os senhores, sendo Damófilo o maior exemplo de um mau senhor. Tanto o levante dos escravos quanto a crueldade dos amos sicilianos são considerados nefastos. O discurso ideológico que norteia a pena de Diodoro e que configura o conteúdo político e moral de seus escritos é o que aponta na direção da harmonia entre senhores e escravos e na responsabilidade das autoridades na regulação destas relações, bem como na virtude necessária à classe dominante para bem administrar a propriedade e seus servos. Em relação aos escravos, reivindica-se para eles um tratamento justo e humano, exigindo-se apenas o seu trabalho disciplinado e sua obediência aos seus amos e às leis. Este discurso, naturalmente, refletia a nova situação social vigente no regime do Principado. O Estado

passaria agora a arbitrar as relações sociais entre amos e servos, evitando novos conflitos dessa dimensão.

Quando a revolta da Sicília chegou ao fim, depois que Rupílio liquidou com os últimos focos de resistência, os escravos rebeldes foram reintegrados à produção. As execuções em massa foram canceladas, porque havia uma necessidade de braços na ilha e como boa parte dos trabalhadores eram escravos, devido à concentração enorme de mão-de-obra servil na província, os ex-rebeldes tornavam imprescindíveis para economia siciliana naquele momento. Os proprietários tiveram que admitir os escravos capturados por Rupílio durante a repressão à revolta e a tranqüilidade foi novamente devolvida à região, pelo menos por ora.

É importante salientar o fato monumental que representou o levante de escravos da Sicília. A Primeira Guerra Servil foi antecedida por várias pequenas conspirações e rebeliões, marcada por outras revoltas que ocorreram enquanto transcorria o conflito na ilha, e num espaço de tempo relativamente curto, outras rebeliões servis expressivas se sucederam a ela. Um exemplo é a revolta de Aristônico. Esta rebelião servil aconteceu nos anos de 132 a 130 a.C. na Ásia Menor. Com a morte do rei Átalo III, rei do reino de Pérgamo, em 133 a.C., o reino foi entregue por ele em testamento ao povo romano. A agitação dos escravos e o descontentamento dos pobres do campo e da cidade do reino de Pérgamo transformavam-no num barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento. Aproveitando-se deste momento conturbado, Aristônico, filho de Eumenes II - também pai de Átalo - com uma cortesã de Éfeso reclamou para si o trono de Pérgamo. Mas para conquistar o reino ele teria que se apoiar nos elementos descontentes, chamando os escravos a se libertarem, diante da difícil empreitada, aumentando assim os seus exércitos. Quanto ao programa dos rebeldes, Kovaliov aponta, como sendo bastante provável, o culto da divindade solar, de importância na Ásia e na Síria, como base religiosa e ideológica dos seguidores de Aristônico. Kovaliov escreve que os revoltosos tinham um programa social utopista de criação do “Estado do Sol”, o reino da liberdade e da igualdade, no qual não existiriam nem ricos nem pobres, nem escravos nem senhores.¹⁰⁹ O que há de mais relevante na breve exposição e análise deste historiador é o

¹⁰⁹ KOVALIOV, op. cit., p. 201.

peso mais expressivo da população livre na revolta, participando ativamente dela, mais do que nos outros casos; não pretendemos aqui esmiuçar esta rebelião, na tentativa de nos atermos ao nosso recorte, que é o estudo da Primeira Revolta de Escravos da Sicília e a Revolta de Espártaco, mas uma exposição, mesmo que sumária, assim como aquela que fizemos em relação às rebeliões servis que antecederam a da Sicília, faz-se necessária para a compreensão do conjunto e um entendimento mais preciso do problema. Portanto, sem que aprofundemos a discussão com a análise das fontes, basta-nos apenas aquilo que já vem sendo tratado pela historiografia. Ainda em Kovaliov, encontramos o destaque dado à participação mais significativa de homens livres e pobres nesta revolta servil:

“No movimento de Aristônico nota-se ainda um fato característico: a participação de estratos da população livre foi, segundo parece, muito maior que em outros casos análogos. Isto se explica não só pelo caráter social, como também “nacional” anti-romano do movimento, o que trouxe para o seu lado não só os escravos e os pobres, mas também os estratos médios.”¹¹⁰

O exército romano também teve aqui importantes derrotas militares. O cônsul de 131 a.C., Publio Licínio Crasso, caiu prisioneiro e foi morto pelos rebeldes. Somente em 130 a.C., tendo o cônsul Marco Perpena à frente das legiões romanas, Aristônico foi vencido numa grande batalha. Os últimos focos de rebelião foram debelados pelo sucessor de Perpena, Manio Aquilio, em 129 a.C. O reino de Pérgamo foi, então, transformado na província romana da Ásia.

4 – SICÍLIA REBELDE

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 202.

A ilha da Sicília foi o palco das grandes guerras servis do século II a.C. Depois da repressão à primeira rebelião servil, liderada por Euno, a situação permaneceu relativamente calma por algumas décadas, cerca de trinta anos, mas passado esse tempo, estava a província novamente em ebulição e o fantasma da insurreição escrava pairava, uma vez mais, sobre as cabeças dos ricos proprietários.

As revoltas servis da Sicília continuariam a assombrar a classe dominante romana por muitos anos após seu fim, aparecendo durante a revolta de Espártaco o medo de que sua fuga para o Sul, em direção à ilha, pudesse reacender a chama da rebelião naquele que se mostrou o solo mais fértil para a luta contra os senhores e o Estado escravista.

Além da revolta de Aristônico, uma série de levantes de escravos ocorreu na Itália entre a primeira e a segunda guerra servil, sendo a primeira delas em Nucéria; a segunda próxima a Cápua, com dezenas de escravos rebelados; e a terceira, envolvendo um jovem equestre, Títio Vétio, que se endividou para comprar uma escrava por quem se apaixonara e matou os credores.¹¹¹ Assim, podemos concluir que a situação de instabilidade não havia desaparecido, sendo apenas uma questão de tempo para que, numa conjuntura favorável, um novo levante de grandes proporções ameaçasse a ordem e a propriedade romanas.

A oportunidade surgiu durante a guerra entre os romanos e os cimbros. Um momento excepcional, uma conjuntura extraordinária, marcada por uma guerra externa, foi necessária para que uma nova insurreição eclodisse; por mais que já despontasse no horizonte a possibilidade de uma guerra servil no contexto de insubordinação dos escravos da Itália, o fato da aristocracia romana estar envolvida numa guerra difícil com outro povo, demandando todas as suas energias, homens e esforços, com suas atenções voltadas para fora, enquanto dentro das fronteiras do império fervilhava o descontentamento e a revolta, foi decisivo. Era o consulado de Caio Mário, que lutou na guerra contra Jugurta e venceu os cimbros e teutões, sendo o grande líder romano, uma liderança popular e um hábil general, que empreendeu a reforma militar que transformou

111 ARAÚJO, op. cit., p. 191.

a antiga milícia de cidadãos num verdadeiro exército profissional, alterando para sempre o jogo político em Roma, tornando o comando do exército fundamental para o comando político da República. O poder unipessoal materializava-se na figura do general, com suas tropas leais, o embrião do futuro imperador, o príncipe, que extrairia o seu poder do exército, do apoio das massas e do acordo com o Senado. A República passava por um momento de grandes mudanças precisamente quando explodiu a Segunda Guerra Servil da Sicília. Diante da falta de soldados para enfrentar os inimigos cimbrós, os romanos tiveram de libertar escravos para lutar como soldados de Roma, situação somente possível devido a uma necessidade extrema e mesmo desesperadora. O governador da Sicília, L. Nerva ordenou, então, que os cativos bitúnios de origem fossem libertados para que pudessem servir na guerra. Os demais escravos da ilha solicitaram ao governador que fossem também alforriados, mas Nerva voltou atrás em seu decreto diante da pressão política exercida pelos proprietários de terras e de escravos da Sicília e foi isto que instaurou o clima de revolta na província. A indecisão das classes proprietárias, sua divisão quanto ao que fazer perante uma circunstância perigosa, indicava uma fragilidade que podia ser percebida e explorada pelos subalternos.

Em 104 a.C. começa a rebelião escrava. Uma primeira revolta ocorreu próxima a Helicéia e foi liderada por um escravo chamado Vário, que tinha sob seu comando cerca de trinta escravos rurais. Eles mataram seus amos à noite, enquanto eles dormiam e fugindo, conseguindo reunir, nesse momento, cerca de cento e vinte escravos. Licinius Nerva recorreu a um escravo bandido chamado Gaio Titínio para que ele se infiltrasse no movimento e os traísse; reaparece nesta passagem a traição de um escravo como sendo determinante para a derrota da revolta servil. Na revolta de Euno, a cidade de Enna só pôde ser conquistada por que um escravo entregou os seus companheiros, pois do contrário é bem provável que o sítio tivesse se estendido por muito mais tempo, no mínimo. Sendo assim, a maioria das rebeliões não foi derrotada pela força, tendo caído cidades e “quilombos” por causa do desespero de indivíduos no interior da coletividade, o que evidenciava não um fenômeno individual, até por ser recorrente, mas um sintoma, uma expressão da ausência de uma ideologia organicamente constituída, de uma consciência de classe. Mas o clima de insurreição estava instaurado e se espalhou por vários lugares, Heráclea, Enna, e alguns escravos refugiaram-se no monte Capriano. Após

infligir uma amarga derrota à guarnição de Enna, os rebeldes já somavam mais de seis mil e representavam o pesadelo vivo dos proprietários sicilianos, o retorno do reinado dos servos sobre seus amos, um reino de terror para qualquer aristocrata da época, uma completa inversão da ordem das coisas, e num contexto em que Roma travava uma dura batalha contra uma ameaça estrangeira. No entanto, desta vez os escravos rebeldes não chegaram tão longe. Eles não conseguiram tomar o controle de toda a ilha, como na primeira guerra servil.

Os rebeldes vitoriosos escolheram o seu rei, tal como se dera na rebelião liderada por Euno, que se intitulou rei Antíoco. Na Segunda Guerra Servil, o escravo eleito para chefiar a rebelião foi Sálvio, também um adivinho, sendo um líder político e religioso, além de militar. Segundo Diodoro (4.1-8), Sálvio ordenou que as cidades fossem evitadas e dividiu o exército em três seções, com seus respectivos comandantes, avançando sobre Morgantina, libertando escravos e aumentando os seus efetivos, ao mesmo tempo em que desmoralizava e, portanto, enfraquecia política e militarmente o governador da província. No entanto, a orientação geral era para que a rebelião permanecesse no meio rural, na opinião de Araújo¹¹² por serem as cidades centros de poder das autoridades locais. As dificuldades que estavam colocadas para a conquista das áreas urbanas impunham ao agora Rei Trifão uma política mais prudente. Devemos lembrar ainda que partiram das cidades as traições ao movimento comandado por Antíoco e Cléon, estando os escravos urbanos mais suscetíveis ao controle ideológico da classe senhorial. A fase vitoriosa da guerra para os escravos repetiu o ocorrido na primeira fase da primeira revolta de escravos: outro escravo cilício liderou um movimento paralelo em outra parte da ilha e se uniu posteriormente ao exército rebelde mais bem organizado, pondo-se sob o comando do líder do maior movimento de resistência escrava da Sicília. No caso da segunda revolta, Atênio uniu-se a Sálvio. O novo general do escravo intitulado Rei Trifão também era um homem dotado de poderes sobrenaturais, sendo um astrólogo e, assim, alguém que predizia o futuro. Sálvio/Trifão montou, assim como Euno/Antíoco, uma corte de

¹¹²ARAÚJO, op. cit., p. 193.

tipo helenístico.¹¹³ Um dos fatos mais importantes desta revolta talvez tenha sido a tomada de Triocala, que marcou o tipo de rebelião que estamos caracterizando. Triocala era uma fortaleza natural, e lá os escravos rebeldes formaram uma espécie de quilombo. Como era uma região de terras férteis e água abundante, os revoltosos não passariam pelas mesmas dificuldades de seus antecessores, os seguidores de Euno, que sofreram pela fome durante o sítio às cidades promovido pelo exército romano na repressão ao levante. Araújo¹¹⁴ resume o relato de Diodoro (7.1-4) e aponta para a formação de um conselho de homens destacados pela inteligência, numa organização política tipicamente aristocrática, e de um rei ex-escravo que vivia num palácio fortificado, dando audiências coroado e usando trajes luxuosos romanos, um signo de ostentação, típico da realeza e da nobreza, mas que não condizia com a situação desesperadora que enfrentavam. Por mais que sua fortaleza parecesse inexpugnável, Roma não descansaria até debelar o movimento rebelde. Se por um lado os seguidores de Sálvio aprenderam com a derrota de Euno e não despenderam energias e recursos para tomar cidades, nem ficaram encurralados em lugares que não poderiam fornecer víveres por períodos longos de sítio, talvez tenham menosprezado os romanos ao considerarem-se tão seguros aquilombados em Triocala. Nesse sentido, Espártaco parece ter sido o líder mais consciente ao apontar para a fuga para a fora da Itália, como a única maneira de escapar da escravidão ou da morte. De qualquer modo, o estabelecimento de um tipo de quilombo caracteriza esta revolta como uma *fuga para fora*; não só os escravos rebeldes não queriam abolir a escravidão, como sequer era de seu interesse assumir o controle de toda Sicília. A fuga é, para João José Reis, a principal forma de resistência escrava e, no presente caso que estamos examinando, dos conceitos utilizados por este historiador, o que podemos tomar

113 Idem, *ibidem*, p. 193.

114 Idem, *ibidem*, p. 194.

de empréstimo é o de fugas para fora, pois nunca esteve colocada a abolição da escravatura para as sociedades antigas, isto é, *fugas para dentro*.¹¹⁵

Entretanto, o caráter quase inexpugnável da fortaleza de Triocala não impediu o trágico fim de mais essa rebelião servil. As dissensões entre os escravos, como as discordâncias entre Atênio e Trifão que levaram a que a posição do primeiro fosse vitoriosa, quando defendeu a luta aberta contra as tropas romanas que foram enviadas contra eles em 103 a.C., comandadas por Lúcio Licínio Lúculo, que matou Trifão e milhares de outros rebeldes em batalha campal. Mesmo com as vitórias obtidas por Atênio no ano de 102 a.C. sobre o comandante romano – Caio Servílio – sua sorte estava para mudar. A reeleição de Mário para o consulado pela quinta vez serviu para reorganizar o exército e a elite política romana, que nomeou Mânio Aquílio como comandante em chefe para a Sicília. Aquílio matou Atênio e acabou com os últimos focos de resistência no interior da ilha, estando estes remanescentes sob o comando de um escravo chamado Sátiro¹¹⁶. Segundo Diodoro, há duas versões para o fim deste conflito:

“(…) Ele (Aquílio) não puniu os escravos imediatamente, mas enviou-os a Roma e eles foram forçados lá a combater feras selvagens (na arena). Alguns escritores afirmam que eles terminaram suas vidas de uma maneira particularmente gloriosa; ao invés de combater as bestas, eles mataram uns aos outros num altar público, e Sátiro matou ele mesmo o último homem e depois heroicamente cometeu suicídio depois de todos os outros. A guerra servil na Sicília durou por volta de quatro anos e teve este desfecho dramático.”¹¹⁷

115 REIS, op. cit., pp.71-72.

116ARAÚJO, op. cit., p. 194.

117 Diodoro, 10.2-3 *apud* WIEDEMANN, op. cit., p. 215.

Sendo assim, o destino dos últimos rebeldes pode ter sido parecido com aquele dos escravos da escolta de Euno que se suicidaram ou uma morte indigna pelas mãos dos romanos como a punição que recaiu sobre os espartacanos, que foram crucificados. Seja pela crucificação, seja pela morte na arena com as feras, a punição era extremamente severa. No fragmento transparece uma visão positiva da hipótese de suicídio coletivo, sendo vista até mesmo como honrosa e heróica a postura de Sátiro, que se suicidou por último, sem fraquejar. Esta é uma visão muito comum entre os estóicos que consideravam que o suicídio poderia ser uma morte digna, se a alternativa a ele era uma morte indigna pelas mãos de outro ou uma vida indigna, imposta pelas circunstâncias, pelos outros ou por si mesmo. Nesse sentido, tanto Diodoro quanto os outros escritores aos quais ele se refere refletem esta concepção comum nos círculos aristocráticos do regime do Principado.

A Sicília rebelde foi silenciada. A repressão violenta que se abateu sobre as duas revoltas servis serviu para aplacar a insubordinação dos escravos da ilha, impondo-lhes a obediência através do medo. Seriam necessárias mais três décadas para que estourasse outra grande revolta de escravos, agora no coração do império, bem na Península Itálica, sob a liderança de um escravo gladiador chamado Espártaco. A revolta começara em Cápua, no Sul da Itália. Do Sul partiram os grandes movimentos de resistência escrava à opressão romana; por isso, a tentativa de fuga para o sul, para a Sicília, pretendida pelo comandante do exército de escravos da Itália, aterrorizou os membros da classe dominante romana. O fantasma da rebelião servil da Sicília era o pesadelo da aristocracia italiana, romana e siciliana. Euno foi o primeiro Prometeu dos escravos do império; aprisionado, como o herói mítico que fora acorrentado, terminou seus dias. Espártaco, assim como Trifão e Atênio, morreria em batalha e seria mais uma assombração do passado que os escritores do regime imperial tentariam exorcizar, mostrando a tragédia de suas vidas, sem deixar de reconhecer, no entanto, que em seus atos de coragem e nos seus planos engenhosos manifestava-se a sua humanidade.

CONCLUSÃO

As lutas entre patrícios e plebeus deram origem a uma nova aristocracia, formada por patrícios e plebeus ricos, na verdade, uma oligarquia que se tornaria cada vez mais insensível às necessidades dos pobres de Roma. As vitórias dos plebeus lhes renderam instituições que serviram como base de apoio para a luta contra os oligarcas. O tribunato da plebe e a Assembléia Popular foram, bastante mais tarde, os instrumentos dos líderes democráticos durante as guerras civis.

O grau de radicalização atingido pela luta dos plebeus levou à quase dualidade de poderes na República romana, com a constituição de um quase governo paralelo ao governo da Roma Patrícia. O nível de organização e de mobilização alcançado pela plebe fez com que a antiga nobreza de sangue cedesse e buscasse o acordo com os seus membros privilegiados. As leis aprovadas durante este período de agitação dos plebeus apontou no sentido da democratização do Estado até o ponto estabelecido pelos próprios plebeus ricos. O compromisso firmado entre as classes proprietárias consolidou o regime republicano em sua forma oligárquica.

As Guerras Púnicas transformaram Roma de uma cidade-Estado num verdadeiro império; no entanto, as instituições da *civitas* não foram abandonadas. O recém-criado Império Romano tinha à sua frente uma classe de grandes proprietários de terras e de escravos, donos de latifúndios e de milhares de escravos que empregavam como mão-de-obra em suas fazendas. Este processo levou à expropriação dos camponeses, diante do seu empobrecimento, das guerras constantes, culminando na sua proletarização. A Lei Petélia Papíria aboliu a escravização por dívidas dos cidadãos romanos, mas abriu também o caminho para o surgimento do modo de produção escravista baseado na escravidão-mercadoria, destruindo a antiga escravatura primitiva, empregando-se agora milhares de escravos de primeira geração, capturados em sua terra natal, feitos prisioneiros de guerra e submetidos a um tratamento brutal. A classe dominante do novo Império Romano e da nova República, nova em sua configuração social, não podia mais fazer certas concessões sem abrir mão de seus privilégios e isto precipitou as guerras civis que geraram a crise da República e o seu fim com o advento do Principado.

A luta iniciada por Tibério Graco foi continuada por seu irmão, Caio Graco, e apesar da derrota do seu projeto de reforma agrária, o que encerrou qualquer possibilidade, mesmo que remota, de restaurar a antiga cidadania romana e o exército de cidadãos de Roma, teve sérias consequências para o desenvolvimento das lutas políticas e sociais posteriores. A derrota dos irmãos Gracos deixou como única alternativa para o exército romano seguir forte o suficiente para enfrentar seus inimigos externos, tornar-se um exército profissional. Esta reforma realizada por Caio Mário detonou um processo que, com a intensificação das lutas entre *populares* e *optimates*, culminaria no *cesarismo*. O desrespeito às leis e tradições no curso da luta entre as frações da classe dominante corroeu o Estado republicano até o ponto em que suas instituições não atendiam mais aos imperativos da nova conjuntura política e social.

As grandes revoltas de escravos da Roma republicana se deram num momento em que a classe dominante estava envolvida em guerras civis e guerras externas, criando um ambiente de convulsão social permanente por quase dois séculos e gerando a oportunidade de revolta e fuga para massas imensas de homens e mulheres escravizados.

Na Primeira Guerra Servil, Euno liderou, junto com Cléão, um verdadeiro exército de escravos, motivados inicialmente à revolta pelos maus tratos de seus senhores. Neste primeiro movimento de resistência escrava, os rebeldes conseguiram assumir o controle de toda a ilha, organizando um governo semelhante às monarquias helênicas, sendo Euno eleito rei e tendo sido formada uma corte. Neste, assim como em nenhum outro movimento, foi empreendida uma mudança radical da estrutura social. Os ex-escravos escravizaram seus antigos senhores, reproduzindo as mesmas práticas econômicas do império. Mas a derrubada de um governo do poder, com a subida de outro, com uma reorganização do Estado, com a substituição de uma classe por outra na gestão desse mesmo Estado configura, no mínimo, este movimento revolucionário, mesmo que se trate de uma revolução política apenas. É de vital importância destacar ainda as traições ocorridas no curso da revolta. As cidades que caíram nas mãos do exército romano foram por meio da traição de escravos do interior das próprias cidades. Desse modo, podemos dizer que não havia uma consciência de classe, sendo a influência ideológica da classe dominante poderosa ao ponto de desagregar os rebeldes e enfraquecer suas fileiras, levando a rupturas e deserções. Além disso, a falta de um programa coerente, que

apresentasse uma alternativa societária levava, inevitavelmente, a que escravos, motivados pelo desespero de uma situação sem perspectiva, se rendessem e entregassem os seus companheiros. É interessante analisar no discurso de Diodoro a sua condenação tanto aos senhores cruéis como Damófilo quanto aos escravos que incitassem os outros à desobediência como Euno. A grande concentração de escravos de primeira geração e de um mesmo grupo étnico possibilitou que a revolta fosse mais facilmente organizada e assumisse a dimensão que teve. As divisões no interior da classe dominante, em especial a disputa entre Tibério Graco e a oligarquia senatorial, dificultaram a repressão ao movimento rebelde, que obteve algumas vitórias sobre o exército romano.

Algumas revoltas de escravos antecederam a revolta da Sicília. Durante a mesma ocorreram vários pequenos levantes e conspirações de escravos, que seguiam o exemplo dos escravos sicilianos. Entre a primeira e a segunda guerra servis, outras pequenas rebeliões de escravos também eclodiram. Logo depois da revolta liderada por Euno, na Ásia Menor, eclodira uma revolta de escravos liderada por um homem chamado Aristônico. Todas essas revoltas de escravos num curto espaço de tempo evidenciavam uma situação extremamente complexa, de grandes transformações, pela qual passava a república romana. As crises políticas e as guerras externas, que criavam uma conjuntura favorável, somavam-se ao processo de consolidação do modo de produção escravista, com a sua expansão, no modelo da escravidão-mercadoria, de uma maneira nunca antes vista, com milhares de escravos sendo integrados à produção, cativos trazidos de várias partes do mundo mediterrânico, uma realidade econômica e social que se confrontava com um sistema político que não atendia mais às exigências de seu tempo.

A Segunda Guerra Servil, então, ocorre na Sicília e é marcada pelos mesmos elementos da primeira insurreição, sendo que, neste caso, não há tomada do poder político de Estado na ilha, tendo sido da preferência dos escravos a constituição de uma espécie de quilombo em Triocala, uma fortaleza natural, que representava a sua fuga para fora, a organização de uma comunidade à parte, garantindo a liberdade para os rebeldes e corrigindo alguns erros da insurreição liderada por Euno, na qual os escravos rebeldes tiveram o seu movimento sufocado pela fome nas cidades sitiadas. Em Triocala havia abundância de suprimentos, terras e água e a tática do sítio dificilmente daria certo com eles, assim como a

tentativa de retirá-los de lá à força. Para a derrota desta segunda rebelião foram fundamentais os erros táticos no curso da luta, sendo muitos motivados pelas dissensões no interior do movimento.

O resultado destas insurreições foi a morte de milhares de escravos, tendo sido todas elas, invariavelmente, esmagadas. Porém, o que elas puseram em relevo foi a capacidade de organização e luta de homens que em teoria eram considerados inferiores e que eram mantidos sob a mais rígida vigilância para que não pudessem se levantar, mas que mesmo assim o fizeram. A maioria deles eram escravos rurais e aqueles que tinham acesso a armas, a informações e maior liberdade de movimentos foram suas lideranças. Os líderes eram ao mesmo tempo chefes políticos, militares e religiosos e a religião funcionava como um programa para esses movimentos. Sem dúvida, o período de crise da república foi marcado pelas disputas entre os grandes generais romanos pelo espólio de guerra que era Roma. Mas está gravado para sempre na história o papel que estas revoltas tiveram na vida social e no imaginário das classes dominantes que passaram a temer os servos e aquilo que eles eram capazes de realizar, conforme podemos ver nos escritos que perduram até os dias de hoje.

O enfoque dado para as revoltas servis do século II a.C. concedeu preferência à sua ligação com o contexto mais geral da crise republicana. No que se refere à revolta de Espártaco, pretendemos inseri-la no universo da resistência escrava, enumerando as formas de resistência possíveis e relacionando-a com as duas guerras servis que a antecederam. A mais ameaçadora de todas as rebeliões de escravos para a aristocracia romana foi também o último suspiro de uma etapa marcada por grandes insurreições, o último capítulo de uma jornada, o encerramento de uma vaga de lutas que inaugurava também um novo período mais marcado pela conciliação e pelas concessões feitas aos escravos, como forma de evitar conflitos dessa monta. Euno mostrou que era possível que um bando de escravos governasse uma província inteira. Espártaco ensinou que a fuga para a liberdade era realmente possível e quase a realizou, sendo vencido pelas amarras de seu tempo, que levaram o seu exército a se fragmentar e a hesitar quando deveria se mostrar resolutivo. Mas é importante frisar que, a cada revolta, os novos rebeldes que surgiam aprendiam com os erros do passado e davam um passo adiante. Não podemos exigir dos homens aquilo que eles jamais poderiam ter sido. Tudo que podemos e devemos fazer é investigar e expor aquilo que eles fizeram e o que poderiam ter

feito realmente, os caminhos possíveis, as alternativas e escolhas que existiram na realidade concreta.

CAPÍTULO III

A REBELIÃO ESCRAVA E O SONHO POSSÍVEL DE LIBERDADE

“O combate é de todas coisas pai, de todas rei, a uns manifestou como deuses, a outros como homens; de uns fez escravos, de outros livres.” (Heráclito)

INTRODUÇÃO

A partir da análise dos dois primeiros capítulos, podemos concluir que as grandes rebeliões servis aconteceram numa conjuntura excepcional e de grandes transformações; era também uma conjuntura de intensos conflitos entre as frações da classe dominante, o que criou as condições necessárias para que ocorressem revoltas bem-sucedidas. Na medida em que os *de cima* não entravam em acordo sobre que alternativa adotar para solucionar a crise da República e do sistema escravista, agora modificado, baseado na escravidão-mercadoria em larga escala e de uso extensivo em grandes propriedades de terras, a possibilidade de lutar pela liberdade colocou-se na ordem do dia para os escravos de Roma.

Euno e Espártaco foram as principais lideranças das mais importantes revoltas de escravos que desafiaram Roma. Os escravos eram submetidos a jornadas de trabalho extenuantes e tratados frequentemente de forma cruel por seus senhores. Os escravos sicilianos tinham que roubar se quisessem vestir-se e alimentar-se. Além disso, sofriam violências físicas de seus senhores de maneira recorrente. Tanto na revolta de escravos da Sicília quanto na revolta de Espártaco os escravos rurais foram a maioria dos exércitos. A vanguarda dos exércitos rebeldes era formada pelos escravos que tinham acesso a armas, que gozavam de uma liberdade maior de movimentos ou que tinham algum tipo de treinamento

militar, como os pastores e os gladiadores. Euno e Espártaco foram líderes políticos, militares e religiosos, sendo escolhidos por este conjunto de qualidades.

Na revolta de Espártaco, mais do que em qualquer outra, a possibilidade de se obter a liberdade esteve no horizonte. As fragilidades na organização dos escravos, as dissidências levando por vezes ao fracionamento das tropas, os limites de sua consciência, a influência da ideologia dominante e os erros táticos do exército rebelde foram determinantes para que os escravos espartacanos não tenham sido bem-sucedidos em sua fuga. Mas ela era de realização possível, tanto pelo norte quanto pelo sul da Itália, em direção à ilha da Sicília. Fatores estruturais, sem dúvida, mas elementos conjunturais e da ordem dos eventos impediram a concretização dos planos de Espártaco. Isto levanta a questão das possibilidades existentes nos marcos de uma dada estrutura social e de uma determinada época histórica. Uma revolução social e a construção de uma sociedade alternativa, livre da escravidão, com a abolição da escravatura ainda na Antiguidade eram impossíveis. Não o era, porém, uma fuga coletiva de um exército de escravos rebeldes. O sonho de Espártaco foi o plano mais sóbrio e consequente de todos os líderes de revoltas servis da Roma antiga.

A resistência escrava sempre existiu nas mais variadas formas, mas assumiu uma outra feição na medida em que a república entrou em crise, uma crise política de grandes proporções, que acabou gerando uma verdadeira crise institucional, em vários momentos, mas de modo permanente, estrutural e irreversível, justamente no período mais próximo da revolta de Espártaco, assumindo o seu caráter mais dramático no momento posterior, marcado pela conjuração de Catilina, a luta entre Pompeu e Júlio César, a ditadura de César, a luta entre Marco Antônio e Otávio e a vitória do último, enterrando de uma vez por todas a República romana. Com isso, grandes insurreições escravas ocorreram nos períodos de crise institucional, havendo sempre uma curta trégua entre as facções da classe dominante para reprimir os levantes dos subalternos, e diante da vitória de um agrupamento político sobre o outro. Durante a vigência desses movimentos insurrecionais e momentos de crise social e política, com a combinação de guerras civis e guerras servis, o *paradigma escravista republicano* esteve também em crise e a fissura provocada no arcabouço teórico da classe dominante, colocando em descrédito o seu discurso oficial, tal como ele se apresentava, não podendo os senhores, nas fazendas ou no Senado, tratar aquelas rebeliões como atos de

banditismo, nem verdadeiras guerras como casos de polícia. Tal foi o resultado destas ações e acontecimentos extraordinários.

A insurreição iniciada pelos gladiadores de Cápua gerou terror entre as altas esferas da sociedade romana e os homens livres e ricos da República temiam por suas propriedades e por suas vidas e também pelo mau exemplo que um exército de escravos fugidos, que saqueavam a Itália e rumavam triunfantes para fora da península, poderia representar. Os ricos proprietários romanos agiram enquanto classe na repressão ao movimento espartacano. Este será o centro de nossa discussão neste último capítulo sobre as revoltas servis do período republicano.

1 – AS FORMAS DE RESISTÊNCIA ESCRAVA

Partimos, nesta pesquisa, da premissa de que a resistência dos escravos à sua condição de servidão, em todas as sociedades escravistas, seja no mundo greco-romano, seja no Novo Mundo, foi permanente. É um fato indissociável da escravidão a rebelião contra a mesma. Esta afirmação pode parecer absurda se virmos que estatisticamente foram poucas as grandes revoltas de escravos em todas as épocas e lugares, salvo algumas exceções. No entanto, não se trata aqui de limitar o conceito de resistência somente aos grandes eventos. Muito pelo contrário. Devemos encarar a realidade tal como ela se apresentava para os homens concretos e reais de um determinado contexto social e histórico. Hoje em dia, quando os trabalhadores organizam uma greve, eles têm que fazer reuniões, assembléias, organizar comandos de greve, discutir entre si qual é a melhor estratégia, contar com as dissidências no interior de seus movimentos, enquanto enfrentam a repressão policial, dos patrões e do Estado das mais variadas maneiras. Resumindo de modo muito sumário já podemos perceber as imensas dificuldades com as quais se deparam todos os movimentos de trabalhadores, todos os movimentos dos subalternos, ainda em nosso tempo. Agora, imaginemos as possibilidades de organização de uma rebelião ou mesmo de um movimento reivindicatório numa sociedade escravista, na qual os escravos não tinham direitos políticos e de cidadania, sofriam violências

de forma sistemática e permanente, podiam ser torturados por seus senhores e pelo Estado e mortos também; um regime no qual eram introduzidas divisões pela própria classe dominante que iam para além da ideologia, como a cultura diversificada de vários povos e, principalmente, o aspecto da língua, fundamental para a comunicação e consequente organização das pessoas por uma questão em comum, sendo parte da estratégia dos senhores misturar escravos dos mais variados povos numa mesma unidade de produção. Uma parcela importante dos escravos, como os escravos que trabalhavam nas lavouras, ficavam trancafiados e eram acorrentados; os gladiadores lutavam na arena uns com os outros pela própria vida; os escravos domésticos eram monitorados e controlados diretamente pelos seus amos. É fácil compreender porque foram tão raras as revoltas na maioria das vezes. Porém, isso não é o mais importante. O que há de mais significativo é que, apesar de todos esses limites, impedimentos e dificuldades, mesmo assim, quando a oportunidade se deu, rebeliões servis eclodiram e aterrorizaram os proprietários de escravos. O extraordinário não é que tenham sido tão poucas, mas o seu contrário, o fato de que elas expressaram em diversos casos uma superação dos limites estruturais para uma mobilização dos escravos enquanto classe. E também puderam expressar que um descontentamento, uma reação, um rechaço à condição servil já eram esboçados antes mesmo das grandes insurreições e que muitas outras formas de resistência cotidiana ocorriam justamente por essa negação a uma situação de privação da liberdade e de exploração desmedida e violência institucionalizada contra aqueles que eram encarados como propriedade.

Keith Bradley¹¹⁸ elabora os argumentos em que se baseiam essas afirmações e traça um paralelo interessante entre a escravidão na Roma antiga e a escravidão no Novo Mundo, bem como entre as formas de resistência e o seu alcance em ambos os casos. Desse modo, o referido autor apresenta a forma adequada de se trabalhar comparativamente no caso dos estudos sobre sociedades escravistas. Analisando, em primeiro lugar, as principais revoltas ocorridas na América colonial e na Roma republicana, podemos perceber as semelhanças e diferenças mais marcantes que, naturalmente, expressam-se de maneira mais nítida nas

118 BRADLEY, Keith. *Esclavitud y Sociedad em Roma*. Tradução: Fina Marfà. Barcelona: Ediciones Península S.A., 1998.

situações mais extremas. Bradley advoga a ideia de que a resistência dos escravos era permanente, não sendo de maneira nenhuma harmoniosa a relação entre senhores e escravos, mesmo quando da conquista de certos direitos:

*“A possibilidade de que os escravos romanos tentaram de vez em quando reduzir os rigores da escravidão ou escapar de sua condição se entende simplesmente em termos de natureza humana, especialmente se considerarmos o fato suficientemente documentado de que os prisioneiros de guerra da antiguidade romana preferiam suicidar-se que se submeter aos horrores da captura. Os dados sobre as sublevações são decisivos. Assim, no ano 73 a.C., para dar o exemplo mais conhecido, o gladiador Espártaco liderou uma revolta de uns setenta escravos de uma escola de gladiadores de Cápua e durante pelo menos dois anos vagaram pela Itália com um grande exército, derrotando a uma série de legiões romanas e pondo em perigo a cidade de Roma. Depois de um tempo, Espártaco foi vencido, porém a insurreição que liderou demonstra a vontade dos escravos para empreender uma ação positiva contra a escravidão e também é uma prova do medo ancestral e a desconfiança perpétua dos proprietários para com seus escravos.”*¹¹⁹

A questão fundamental é que sempre que os escravos tiveram a oportunidade de se rebelar o fizeram. Partir do exemplo mais extremado da insurreição de modo algum invalida o que dissemos logo acima, apenas ilustra até onde os servos estavam dispostos a ir para recuperar sua liberdade. No caso da revolta de Espártaco, que será o tema central deste capítulo, o medo que ela provoca na classe dominante romana põe em relevo o sentimento de desconfiança e profundo temor que senhores nutrem em relação aos seus escravos e o ódio que os mesmos têm para com os seus amos. O parágrafo de Bradley acima reproduzido começa com uma forma de resistência que não é de mesmo tipo da insurreição, expondo o fato de que em muitos casos os prisioneiros de guerra preferiam suicidar-se a serem reduzidos à condição servil. O suicídio, assim, aparece como uma dentre as várias formas de resistência existentes e uma forma não menos importante e eficaz, se considerarmos que um escravo era comprado e, portanto, o seu senhor despendia dinheiro para obtê-lo; e que, pelo simples fato de ser uma importante força produtiva, a sua destruição pela morte era uma perda de um recurso importantíssimo para

¹¹⁹ BRADLEY, op. cit., p. 137.

a economia, a perda de um fator de produção essencial para o próprio funcionamento desse tipo de sociedade.

O reduzido número de rebeliões de grande amplitude pode criar uma falsa impressão de que reinou a calma nas sociedades escravistas, em especial na Antiguidade, ou mesmo a aceitação pelos escravos de sua condição, seja pelo convencimento seja pelo medo. Um erro, sem dúvida. Na verdade, os escravos enfrentaram os seus proprietários da maneira que puderam, levando-se em consideração os imensos desafios a superar em sociedades marcadas pela repressão permanente e por um controle quase absoluto desses mesmos escravos. Bradley alerta para um possível equívoco diante da ausência de grandes revoltas depois daquela liderada por Espártaco, fazendo-se necessário encarar o conjunto de ações cotidianas dos escravos como parte do enfrentamento aos excessos dos senhores e da rejeição a uma situação de extrema opressão como essa. A confusão aumenta quando são exageradas as próprias possibilidades de luta aberta contra a escravidão na América colonial e se compara com Roma ou Grécia. A Revolução Haitiana foi um caso excepcional que não se repetiu nem mesmo nas décadas posteriores a esse evento. A regra geral é a realização de pequenas conspirações, fugas individuais e sabotagens. Ações que visavam expressar o protesto do escravo frente àquela situação em que se encontrava, não se tratando na maioria dos casos de atos revolucionários, nem mesmo nos casos de grandes insurreições, exceto a revolução escrava de Saint-Domingue. O trecho em que o autor enfatiza esses elementos é a parte central que embasa toda a sua tese:

“No entanto, seja numa grande escala ou num nível mais reduzido, como a conspiração do ano 24 d.C. organizada no sul da Itália por um antigo membro da guarda pretoriana, as revoltas de escravos foram muito escassas depois de Espártaco, pelo que muitos estudiosos tem considerado que não havia nenhum motivo para se sublevar. A principal falha desta tese é supor falsamente que a revolta era a única via de que dispunham os escravos e que, em sua ausência, reinava a calma. No Novo Mundo, as revoltas de escravos foram particularmente virulentas no Caribe, porém no Brasil ou nos Estados Unidos, como em Roma, foram pouco freqüentes. Na realidade, não se presencia uma revolta parecida com a de Espártaco até princípios do século XIX, quando o

*movimento de escravos liderado em Santo Domingo por Toussaint L'Ouverture cria o moderno Estado do Haiti. (...)*¹²⁰

A relevância do trabalho de Bradley reside no fato de que ele nos ajuda a dissipar a ilusão de que a ocorrência de insurreições escravas na América tenha sido tão infinitamente superior como se poderia supor. A realidade é que revoltas como a de Espártaco e do Haiti são eventos extraordinários e que ultrapassam os limites estruturais vigentes impulsionados por conjunturas igualmente excepcionais, tornando-os únicos, num contexto em que as dificuldades de organização de levantes desse tipo, diante dos riscos de traição e do medo dos castigos que certamente recaem sobre os escravos rebeldes que, porventura, sejam derrotados em sua luta, fazem da revolta aberta a menos adotada pelos escravos, o que não significa que o sentimento de rebelião não seja permanente. Mesmo que não fossem tão espetaculares, as demais formas de luta empreendidas pelos escravos causavam sérios prejuízos ao sistema social que dependia desta força de trabalho, sendo um fator de crise importante para o regime escravista:

*“Estas formas iam desde atos violentos, como ataques suicidas ou mortais sobre os proprietários de escravos (muitas vezes provocados por um tratamento excessivamente brutal), a ações como mentir, fraudar e roubar; fingir estar doente, trabalhar a um ritmo deliberadamente lento ou recorrer a pequenas sabotagens para indicar que não cooperariam com seu proprietário no trabalho diário, que lhe causariam desconfortos constantes e que fariam o que estivesse ao seu alcance para mitigar a opressão. A médio prazo, existia a fuga, prática frequente para tomar uma pausa temporária ou com a esperança de escapar da escravidão para sempre. (...)*¹²¹

120 BRADLEY, op. cit., pp.137-138. Ver o relato sobre a Revolução Haitiana, na perspectiva de uma revolução escrava associada às revoluções burguesas européias, no excelente livro de C.L.R. James, *Os Jacobinos Negros*.

121 Idem, ibidem, p.138.

Os escravos fugidos muitas vezes dirigiam-se ou formavam comunidades rebeldes independentes em localidades geograficamente remotas que aqui no Brasil ficaram conhecidas como quilombos, também comuns na Jamaica e no Suriname. Como vimos no segundo capítulo, o mesmo também ocorria na Roma antiga, como na Segunda Revolta da Sicília, em que os escravos rebeldes formaram uma espécie de quilombo, em uma localidade isolada, mas com provisões, fontes de água e alimento, e uma organização política e social completamente independente do Estado escravista romano. A fuga era a principal forma de resistência dos escravos, sendo em geral individual, mas muitas vezes também coletiva e com a formação de comunidades. As outras formas de luta também são retratadas no trecho acima de Bradley. Uma passagem interessante é aquela que se refere à redução do ritmo de trabalho. Muitas vezes o sistema escravista foi apresentado como sendo menos produtivo do que o seu substituto nos tempos modernos – o capitalismo, baseado no que os liberais denominaram trabalho livre. Uma das causas da baixa produtividade do trabalho escravo talvez resida na resistência cotidiana dos próprios escravos à escravidão. Este é um elemento importantíssimo, pois, ao longo dos anos, contribuía para jogar mais água no moinho da crise do regime escravista em todas as sociedades nele baseadas, apontando um protagonismo dos próprios escravos no colapso do modo de produção escravista, antigo e colonial, junto com outros fatores de ordem política, econômica e social, mas evidenciando que não foram somente fatores externos os que levaram o escravismo em todas as sociedades à sua crise final.¹²²

Com relação à produtividade do trabalho, Genovese argumenta ser baixa a produtividade do trabalho escravo. Devemos lembrar, no entanto, que o autor aborda uma formação econômico-social específica. Na opinião do autor, a escravidão e o sistema de plantation levaram a métodos agrícolas que esgotaram o solo. Em sua análise, Genovese

122 As formas de resistência dos escravos, numa análise comparativa entre escravidão antiga e escravidão moderna, podem ser encontradas em REIS, J. J., op. cit., e BRADLEY, K., op. cit. Sobre a hipótese de uma baixa produtividade da produção escravista ver GENOVESE, Eugene. “A Economia política da escravidão”. In: *Coleção América: Economia e Sociedade*. Tradução de Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Editora Pallas S.A., 1976.

está comparando o progresso econômico e tecnológico do Norte capitalista com o Sul escravista num contexto diferente daquele que é o objeto de nosso estudo, estando esta sociedade escravista específica inserida num mercado mundial e se relacionando com um mercado capitalista, numa relação assimétrica, de clara desvantagem para a sociedade do Sul dos Estados Unidos.¹²³

A análise do Sul escravista nos permite perceber com detalhe e segurança os limites para o desenvolvimento das forças produtivas num modo de produção escravo pela comparação com o Norte capitalista e seu desenvolvimento. Os escravos estavam sujeitos a uma opressão brutal, não tinham em geral muitos incentivos e estavam inseridos num contexto de exploração extra-econômica do trabalho, em que a apropriação do excedente se dava através da coerção. A monocultura era outro fator limitador do progresso técnico e do aumento da produtividade, com o conseqüente esgotamento do solo. A exploração brutal e a dieta pobre a que os escravos estavam submetidos deixavam-lhes exauridos, limitando sua produtividade e sua capacidade de reprodução da mão-de-obra de forma natural. Diante das limitações existentes para a reprodução natural da força de trabalho, a mesma era garantida pela compra, através do tráfico de escravos e, no caso romano principalmente, por meio da guerra com o aprisionamento dos vencidos e sua posterior escravização. As relações de produção e as forças produtivas em cada estrutura social articulam-se de uma maneira específica determinando assim os limites e possibilidades de cada sociedade.

Sendo assim, considerando que a produtividade do trabalho em sociedades escravistas fosse realmente baixa, pelo menos em comparação com os padrões atuais, e retomando o nosso argumento acerca da resistência escrava, pode ser que somente em parte isto se devesse a limitações concernentes ao desenvolvimento das forças produtivas, encarando-as do ponto de vista da técnica e da organização da produção propriamente dita, sendo a outra parte referente a uma expressão do “não quero” dos escravos, de uma forma de diminuir os lucros de seus senhores e o ritmo de sua exploração.

¹²³ GENOVESE, op. cit., pp. 30-31.

O assassinato dos senhores pelos seus escravos também aparece na passagem do texto de Bradley e expõe um medo dos proprietários de perderem as vidas nas mãos de seus servos. É isto que explica que as sociedades escravistas e que as relações escravistas sejam marcadas pela violência. A violência generalizada e sistemática serve para garantir a obediência pelo medo e é por isso que os escravos que assassinavam seus amos recebiam uma punição exemplar, bem como aqueles que não socorressem seus senhores, sendo, assim, executados juntamente com aqueles que praticaram o grave delito.

Um caso emblemático ocorreu durante o governo de Nero (54-68 d.C.), no ano 61 d.C., quando um escravo, por uma disputa amorosa com o seu senhor ou por ter sua liberdade negada após um preço já combinado, matou o prefeito da cidade de Roma, Pedânio Secundo, em sua casa, sendo, portanto, um exemplo clássico de descumprimento de um acordo, de uma falha no “trato”, na negociação entre senhor e escravo, culminando, então, no conflito. Negociação e conflito caminhavam juntos nas relações escravistas e na medida em que o senhor desconsiderava as demandas de seus escravos, excedia-se nos castigos ou não cumpria com o que havia sido estabelecido anteriormente, os escravos tendiam a se rebelar. Uma questão legal e social importante é que na casa havia quatrocentos escravos e, de acordo com um decreto senatorial da época de Augusto, todos os escravos da casa deviam ser executados pelo crime cometido unicamente por um deles, pois os demais servos tinham por dever proteger o seu amo. No entanto, o elevado número de escravos a serem executados sem que sequer tenham tido participação no crime gerou uma comoção social e a plebe romana revoltou-se contra essa possibilidade, que estava sendo discutida no Senado. A plebe teve de ser contida pela força das armas. Tácito narra este acontecimento e sua opinião é bastante severa no que tange aos escravos, defendendo a resolução final do Senado e do imperador pela execução de todos, e alertando para a crise que este fato representou, inclusive por se tratar de um representante do governo e membro da elite romana:

“O Prefeito da Cidade, Lucius Pedanius Secundus, foi morto por um dos seus próprios escravos.... Seja como for, de acordo com um costume antigo, todos os escravos que vivessem sob o mesmo teto deveriam ser executados. Mas uma multidão de manifestantes logo se reuniu nesta ocasião, numa tentativa de salvar tantas vidas inocentes. A coisa quase se transformou numa revolta, e a casa do Senado foi cercada. No próprio Senado, alguns tinham um forte sentimento contra uma severidade excessiva, mas a maioria se manifestou contra qualquer mudança. Tal foi o caso de Gaius Cassius

Longinus, que quando chegou a sua vez falou assim: "... Um ex-cônsul foi morto em sua própria casa pela traição de um escravo, que ninguém denunciou... Então, deixem-nos impunes, mas se o Prefeito da Cidade não tem segurança, quem a tem? Pedanius Secundus tinha quatrocentos escravos e estes não foram suficientes para salvá-lo; quem pode, então, sentir-se em segurança? ..." (...) Prevaleceu a opinião favorável a que se decretasse a execução. Mas a decisão não podia ser aplicada, pois uma grande multidão se reuniu carregando tochas e armando-se com pedras, e conseguiu interromper a execução. Então o imperador publicou um édito censurando o povo, e quando os condenados estavam sendo conduzidos para a morte, fez com que todo o caminho estivesse guardado por um destacamento de soldados."¹²⁴

No relato de Tácito transparece o medo da rebelião escrava pela classe senhorial. Além disso, a solidariedade da plebe para com os escravos inocentes que seriam injustamente executados, gerando uma revolta popular, tornou necessário o uso do aparato repressivo também sobre os homens livres e pobres de Roma. Os senadores e o imperador não poderiam ser benevolentes nesse caso, pois temiam que isto servisse de exemplo para que em outras casas, de outras autoridades romanas e proprietários, os assassinatos dos mesmos se sucedessem, havendo a cumplicidade dos demais servos com aquele responsável pelo crime, na medida em que foram afrouxadas as punições para os escravos que não defendessem com a vida os seus donos e não denunciasses os seus pares nas situações de subversão, em especial naqueles atos de rebeldia que resultassem na morte dos seus amos. A desconfiança dos proprietários em relação aos seus escravos também aparece em Tácito, que previne ser melhor punir injustamente inocentes do que deixar os maus impunes, sendo a coerção essencial para o respeito à hierarquia, tal como no exército a prática da dizimação era utilizada para disciplinar as tropas diante de atos de covardia e desrespeito às ordens. No que se refere aos escravos isto é ainda mais importante, pois somente através do medo populações de estrangeiros arrancados de suas terras para serem explorados da maneira mais brutal poderiam ser controladas. Nesse sentido, a ação do Senado e do imperador Nero visou, acima de tudo, reafirmar a ordem social e política da Roma aristocrática e escravista, servindo os quatrocentos escravos

124 Tácito, *Anais*, XIV, 42-45 apud CARDOSO, op. cit., p. 144-145.

executados de aviso para que todos os escravos do império entendessem qual era o seu lugar e que as leis seriam aplicadas em todo o seu rigor para a manutenção da ordem:

“Um varão consular é morto em sua casa por um escravo: não houve quem denunciasse ou impedisse a perpetração do crime, sabido, como é, que por um senatus consultum é cominado o suplício a toda a família. Se decretardes a impunidade, quem se julgará defendido por sua própria dignidade, quando esta não valeu ao prefeito de Roma? Que número de escravos será suficiente se quatrocentos não bastaram para proteger a vida de Pedânio Secundo?... Muitos indícios antecedem aos crimes. Caso os escravos denunciem, podemos ser poucos dentre muitos, todos eles estando inquietos; enfim, se tivermos que perder a vida, os culpados não ficarão impunes. Nossos antepassados não confiavam na lealdade dos escravos, ainda mesmo dos nascidos em suas propriedades e em suas casas, criados no afeto de seus senhores. Hoje que temos em nossas famílias servis pessoas de nações diversas, de vários ritos, de religiões diferentes ou de nenhuma, só o medo pode ser coerção para esse entulho. Objetar-se-á que muitos morrerão inocentes. Sim, mas quando se dizima um exército e cada décimo soldado é castigado, a sorte cai também sobre os valorosos. Todos os grandes exemplos trazem consigo alguma iniquidade contra indivíduos, porém esta redunde em utilidade pública”.

125

Analisando em maior detalhe o discurso atribuído a Cássio, que também reflete as preocupações do historiador Tácito, podemos perceber que era fundamental para a classe senhorial romana não só incutir o medo nos escravos, como também transformar a todos em traidores de seus pares e em servos leais, obrigando-os a denunciar outros escravos que praticassem algum crime contra o proprietário, a propriedade do mesmo ou o Estado. Desse modo, os escravos cúmplices dos seus deviam ser punidos e os que delatassem escravos rebeldes recompensados. Talvez isto tenha motivado os escravos que traíram o exército rebelde de Euno na Primeira Guerra Servil ocorrida na Sicília. A forma como os escravos são descritos no texto também impressiona e demonstra a razão pela qual a coerção era o elemento preponderante na relação senhor e escravo. O medo funcionava como o principal mecanismo de controle social neste contexto, pois, de acordo com o texto: *“só o medo pode ser coerção para esse entulho (os escravos)”*. A heterogeneidade dos escravos criava dificuldades para a construção de laços de solidariedade mútuas,

muitas das vezes, e para a sua organização e mobilização política, mas também dificultava as possibilidades de controle ideológico, pois se não havia uma comunidade de interesses no interior da classe dos escravos, com uma diversidade étnica e religiosa bastante grande, muito menos, deles com os senhores. Mesmo com os escravos mais íntimos era impossível a construção de qualquer tipo de identificação e os laços de afeto não eram suficientes para a construção de laços de confiança, pois mesmo os servos mais próximos e que cresceram na casa do senhor, diante de uma ofensa ou da oportunidade da fuga não hesitariam em matar o seu amo. Ainda sobre esse trecho, ele apresenta um problema que é a necessidade do Estado e o interesse público dever sobrepor-se aos interesses individuais, sendo, portanto, lícito matar inocentes se for para preservar a ordem pública. Quanto a isto nenhuma concessão deveria ser feita, nem para a plebe, nem para os escravos, nem para aqueles que no Senado tentavam um consenso com as classes não-proprietárias, como forma de garantir a estabilidade. Na opinião do historiador e do senador que teria proferido o discurso relatado,¹²⁶ a manutenção da estabilidade política e da ordem social vigentes só poderia ser conquistada por meio da repressão àqueles que demonstraram desprezo para com as leis e instituições romanas diante do assassinio de um homem da posição de Pedânio, pondo em risco a segurança de todos os donos de escravos, criando uma situação de instabilidade nas relações escravistas, até que a autoridade do senhor sobre o escravo fosse realmente restabelecida, com a demonstração pública das consequências desastrosas de um crime dessa magnitude para aquele que o pratica e alertando a todos os servos de Roma que a cumplicidade com atos desse tipo não seria tolerada e seria severamente punida. Somente assim os membros da classe senhorial romana poderiam dormir tranquilos em suas casas, livres do temor de perderem a vida a qualquer momento na segurança ou suposta segurança de seus lares. E somente desse modo poderia ser contida a insubordinação escrava que poderia se alastrar para a

¹²⁶Convém lembrar que os discursos atribuídos a personagens históricos, desde os primeiros historiadores gregos, eram um recurso retórico dos autores, que tratavam de imaginar o que, pela lógica da situação, *poderia* ter sido dito na ocasião descrita; não havia, na Antiguidade, arquivos públicos que preservassem discursos políticos, se bem que alguns autores, como Cícero, tratassem de torná-los conhecidos também por escrito. Em alguns casos, uma memória oral poderia ter sido preservada e passada adiante, de parte dos que, presentes, ouviram o discurso de fato proferido e dele se lembravam em linhas gerais; ignoramos, porém, na maioria dos casos, o alcance real deste fato.

produção e quem sabe que consequências graves teria. Vale a pena salientar que a revolta de Espártaco tinha ocorrido não fazia nem um século e que a classe dominante romana teve de promover uma crucificação em massa dos escravos rebeldes sobreviventes para que o clima de revolta entre os escravos desaparecesse diante do terror sentido perante uma punição que implicava um sofrimento terrível, uma cena horrenda que fez da estrada que vai de Cápua a Roma um aviso bem claro para que os escravos que por ela passassem pensassem duas vezes antes de se rebelarem. E esta foi a última grande insurreição de escravos da Roma antiga. Quem sabe que resultados poderiam ter a complacência do Senado com o crime perpetrado contra o prefeito de Roma? Na verdade, a classe dominante agiu com um profundo realismo político, fazendo logo todo o mal de uma vez e impedindo que os escravos se tornassem confiantes e encarassem a preservação das vidas dos inocentes como sinal de fraqueza dos seus senhores, ainda mais depois da pressão popular contra a execução, e se generalizasse a resistência escrava nas suas formas mais agudas e violentas.

Por fim, vale destacar novamente a importância das revoltas de escravos e de sua ocorrência. Trubulsi¹²⁷, ao tratar da raridade dessas revoltas aponta para algumas de suas causas: as grandes concentrações de escravos eram evitadas, os escravos de origens diferentes eram misturados em dosagens próprias, para que desse modo se retardasse a comunicação e organização da resistência por causa da diversidade de línguas, costumes e religiões; no entanto, este autor ressalta a importância das grandes revoltas de escravos por terem questionado, mesmo que provisoriamente, o mundo elitista e hierárquico, tal como ele se apresentava na realidade objetiva e na ideologia dominante; apontando, ao mesmo tempo, as suas limitações, como o fato de nunca terem proposto uma abolição da escravidão e uma alternativa de sociedade ao escravismo. O autor apresenta em seu estudo a conclusão de que a tomada de consciência era difícil e as revoltas raras; raras,

127 TRABULSI, José Antônio Dabdab. “Quando os Excluídos Contam: Escravos, Cidadãos e a Mobilização Política na Grécia”. In: *Ensaio sobre a Mobilização Política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

mas concentradas no tempo. Esta última parte é de extrema importância para o nosso estudo. O fato de que todas as grandes insurreições de escravos tenham ocorrido num curto espaço de tempo, num período de cerca de um século, e que várias outras pequenas revoltas e conspirações tenham se dado nos séculos II e I a.C., mais do que em qualquer outro período da história romana, demonstra que o momento histórico que é o nosso objeto de estudo foi parte de uma época de grandes transformações e possibilidades.

2 – O TRATAMENTO CONFERIDO AOS ESCRAVOS NO MUNDO ROMANO

Os escravos foram trazidos para Roma de todas as partes do mundo mediterrâneo. Eles eram o resultado de suas vitórias militares, parte de suas conquistas. O predomínio romano no Mediterrâneo garantia o seu esplendor com a escravização de homens de todos os povos, a obtenção pela rapina das melhores terras e o direcionamento da maior parte dos recursos financeiros, das reservas alimentares e das riquezas produzidas para o centro do império, mediante impostos. A escravidão e a guerra estavam intrinsecamente ligadas, de forma indissociável, no processo de construção do Império Romano. A maioria dos escravos estava constituída, no auge republicano, justamente, pelos prisioneiros de guerra feitos durante as sucessivas guerras pelas quais Roma adicionou gradualmente outros países mediterrânicos ao seu império.¹²⁸

Um número considerável de prisioneiros de guerra foram tornados escravos no período republicano. Michael Massey e Paul Moreland apontam uma estimativa aproximada de prisioneiros feitos nas principais guerras travadas por Roma no período da República que marcou a sua ascensão ao patamar de superpotência do Mediterrâneo, sem

¹²⁸ MASSEY, Michael e MORELAND, Paul. *Slavery in Ancient Rome*. Londres: MacMillan Education Ltd, 1978.

rival no mundo antigo a partir de então. Na Macedônia, em 197 a.C., foram cerca de 5000 prisioneiros; na Ilíria, em 177 a.C., cinco mil ou mais; na Sardenha, em 177 a.C., 80000 foram mortos ou capturados; no Epiro, em 167 a.C., 150000; em Cartago, no ano 146 a.C., 50-60000; na guerra contra os teutões e os cimbros, em 102-101 a.C., foram feitos cerca de 140000 prisioneiros; e nos nove anos de campanha de Júlio César na Gália (58-49 a.C.) cerca de um milhão de prisioneiros de guerra, podendo ser bem menos, no entanto, algo em torno de 150000, um número ainda assim bastante expressivo.¹²⁹ Estes homens capturados seriam os braços a arar as terras itálicas, a principal força produtiva do novo império, e seres humanos transformados em propriedade dos romanos. O Mediterrâneo foi, assim, uma região que produzia novos escravos para os mercados de Roma a cada nova batalha que era travada entre a cidade mais importante da Itália e os demais países do Ocidente e do Oriente, da Europa, da África e da Ásia, trazendo homens e mulheres de vários povos, de vários costumes, de várias culturas e religiões. Desse modo, o escravismo antigo alcançou o seu pleno desenvolvimento sob a égide do Império Romano, durante o domínio romano sobre as terras que tinham os seus litorais banhados pelo mar Mediterrâneo.

O tratamento dado aos escravos era brutal e desumanizador. Eles eram tratados como coisas, como propriedades. Os escravos não tinham direitos nem cidadania, sendo aos mesmos vedados o exercício do voto e o serviço militar. Eles estavam sujeitos a punições severas como o aprisionamento nos ergástulos e a execução por um delito qualquer, de acordo com a vontade e o julgamento de seu senhor. De acordo com os autores acima citados, os romanos não acreditavam que a escravidão fosse errada, pois era prática universal da época.¹³⁰ Os povos escravizados também não consideravam a escravidão errada em si mesma, e, por isso, em todas as rebeliões servis, os rebeldes tentaram acabar somente com a sua própria servidão e não com o trabalho escravo em

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p.10

¹³⁰ MASSEY; MORELAND, *op. cit.*, p. 26.

geral; não foram lutas para abolir um sistema econômico-social ou para substituí-lo por outro, mas *fugas para fora*, fosse com o objetivo de retornar à terra natal, fosse para formar comunidades independentes ou Estados paralelos, reproduzindo, porém, as relações escravistas na sua própria organização social.

Os escravos eram muito explorados e tinham uma vida duríssima, mas uma coisa era certa: os escravos rurais tinham uma vida ainda mais dura e muito mais horas de trabalho.

*“A vida na fazenda era, em geral, muito mais dura para um escravo que a vida na cidade. Ele tinha um longo dia – nove a quinze horas com um intervalo no meio. (...) Dias de folga na fazenda eram menos frequentes que na cidade; e não podemos ter certeza de quantos dias de folga um escravo recebia.”*¹³¹

Desse modo, podemos entender porque a maioria dos soldados dos exércitos de escravos rebeldes, tanto de Euno quanto de Espártaco, eram escravos rurais. A vida no campo era mais difícil, os escravos trabalhavam mais e sofriam mais castigos e torturas. Apesar disso, os seus senhores tinham por obrigação garantir-lhes roupas e alimentos, minimamente, e quando isso não ocorria de maneira adequada revoltas como a da Sicília podiam eclodir, tendo como estopim o mais básico que é a subsistência. De qualquer modo, em geral, os escravos rurais foram menos alimentados e vestidos menos adequadamente. O modo de vida dos escravos dos ergástulos era um dos piores possíveis para um ser humano escravizado e forçado a trabalhar para os senhores de terras romanos, itálicos e sicilianos no período da República. Os escravos que desagradavam ao seu senhor ou ao capataz da fazenda eram mantidos acorrentados durante a noite no *ergastulum*, prisão comum à maior parte das fazendas romanas de certa importância durante muito tempo. Uma outra diferença existente entre os escravos urbanos e os escravos rurais, além do regime de trabalho mais flexível dos primeiros e relações mais amenas, se é possível dizer tal coisa de uma relação escravista, era a premiação dada aos escravos urbanos que caíam na graça de seu senhor na forma de dinheiro, o chamado

131 Idem, *ibidem*, pp. 27-28.

peculium, com o qual eles podiam comprar sua liberdade a partir de um valor estipulado pelo amo e acordado entre as partes, após um certo período de servidão, sendo algo mais raro nas relações no campo, aparecendo neste caso, como o mais habitual a promoção dos melhores escravos a cargos de trabalho mais leve e prestigioso, implicando também mais responsabilidade e ao mesmo tempo mais privilégios, como a função de *uillicus* ou capataz. Os capatazes administravam as propriedades rurais na ausência dos senhores e deviam-lhes total obediência e lealdade, exercendo a função de dirigir e controlar os demais escravos, coordenando a produção, resolvendo os possíveis problemas e, principalmente, garantindo o lucro dos proprietários.

O trabalho nas minas também era dos mais sofridos para aqueles que acabavam escravizados, sendo forçados ao trabalho extenuante. Diodoro da Sicília descreve o trabalho nas minas e o sofrimento dos escravos que tinham por sorte cumprir esta tarefa até o fim dos seus dias:

“Os escravos que trabalhavam nas minas produziam aos seus senhores vastos e incríveis lucros, mas ao mesmo tempo eles desgastavam os seus corpos nas escavações subterrâneas tanto de dia quanto de noite. Muitos deles morrem por causa das péssimas condições que eles tem de enfrentar. Não há pausa ou intervalo de descanso em seu trabalho. Eles são forçados pelos golpes dos capatazes a suportar o seu terrível destino e suas vidas se esvaem deste modo miserável. Ainda alguns deles, por conta de sua força física e mental, conseguem suportar seu tormento por um longo tempo. A morte é preferível para eles que prolongar o seu sofrimento.” (Diodoro da Sicília, 5, 38,1)¹³²

Assim, podemos ver que os supervisores açoitavam os escravos que trabalhavam na mineração para que eles mantivessem o ritmo de trabalho e conseqüentemente a produtividade, possibilitando que os seus senhores auferissem os mais altos lucros com as escavações nas minas. A taxa de lucro do senhor era a taxa de mortalidade dos escravos. Eles morriam devido às péssimas condições de trabalho e de vida e os que sobreviviam mais tempo, por sua constituição física, saúde e resistência desejavam a morte e os que

132 *Apud* MASSEY; MORELAND, op. cit., p. 33.

preferiam a vida, mesmo naquelas condições, na perspectiva de um estóico, tal como Diodoro da Sicília, talvez devessem preferir a morte, pois seria uma libertação de uma vida tão indigna e de tão elevado sofrimento, mais do que um ser humano deve suportar. O discurso de Diodoro não apenas descreve a situação de um escravo das minas, e é uma boa e bastante útil descrição para o perfeito entendimento do modo de vida e trabalho desses homens, como também se compadece de sua condição, evidenciando o caráter humano desses escravos, que, por mais que fossem encarados como animais, a vida real colocava a nu o que a ideologia tentava camuflar e mesmo inverter, uma realidade palpável e concreta de homens que sofriam castigos tão duros ou até mais que os animais, mas que tinham rostos humanos, vozes humanas, corpos humanos, por mais que de tão surrados, marcados com ferro em brasa, pintados de sangue pela força do chicote, tanto quanto um asno ou um cavalo, ainda assim eram demasiadamente humanos para que nenhuma compaixão fosse demonstrada para com esses homens, pelo menos aos olhos de um estóico. Vimos que Diodoro não condenava a escravidão enquanto instituição e censurava os escravos rebeldes, defendendo que os mesmos fossem obedientes aos seus amos, mas também vimos que o autor via com maus olhos a ganância e a crueldade dos senhores, sendo contrário a qualquer excesso e desumanidade desmedida, ainda que se tratasse de homens teoricamente reificados.

Araújo enfatiza em seu trabalho a necessidade que os romanos tinham de controlar os escravos pelo medo. Este temor advinha dos castigos físicos que os escravos porventura pudessem sofrer, mas também do controle absoluto que os amos tinham sobre os corpos dos servos, sobre o seu trabalho e o produto do seu trabalho. Pudemos ver acima como era na produção, em especial na lavoura e na mineração, mas a interferência dos proprietários na vida sexual dos escravos e as torturas sofridas tanto para discipliná-los quanto um fator de distinção dos mesmos em relação aos homens livres marcavam de forma traumática a vida do escravo.

A tortura de escravos nos tribunais era um fato rotineiro da vida social romana e estava estabelecido em lei a partir do regime do Principado. Uma lei de Augusto estabelecia o princípio da tortura dos escravos no tribunal, como forma de arrancar uma

confissão daquilo que se supunha que ele soubesse acerca de um crime que ocorresse na residência do seu amo:

“Já que não era possível ordenar que um escravo fosse torturado para testemunhar contra seu próprio senhor, Augusto ordenou que cada vez que surgisse a necessidade de algo assim, o escravo fosse vendido ao tesouro público ou a ele mesmo (ou seja, ao imperador pessoalmente), de modo que pudesse ser interrogado, não sendo já propriedade do acusado. Algumas pessoas manifestaram oposição a isso, pois a mudança de proprietário estaria tornando a lei sem sentido, enquanto outras argumentaram que era essencial, pois muita gente estava organizando conspirações contra o imperador e contra as autoridades devido àquela provisão legal.” (Dião Cássio Coceiano, LV, 5)¹³³

Os escravos eram vendidos em leilões nos mercados e sofriam todos os tipos de abusos, inclusive de abusos sexuais antes mesmo que um senhor romano os comprassem. A violência física e sexual era uma realidade do cotidiano da vida de um escravo e ia desde a venda como prostitutas ou prostitutas para bordéis até a castração. De qualquer modo, o seu terror começava ainda nas mãos do traficante:

“Não por acaso, a figura do traficante – temido e desprezado – era muito mal vista na Antiguidade, particularmente entre os romanos, embora os proprietários precisassem muitíssimo da mercadoria humana por eles fornecida. Como seu objetivo imediato era obter um lucro máximo, os negociantes infundiam o medo porque abusavam dos cativos em seu poder: estes eram vendidos nus; tinham seus defeitos maquiados para enganar os compradores, por exemplo, embranqueciam os pés dos cativos para mascarar sua origem; obrigavam-nos a portar placas no pescoço anunciando suas qualidades. Os traficantes de eunucos eram especialmente temidos, pela violência que cometiam, mas a demanda por eunucos fez com que a prática da castração dos escravos continuasse mesmo depois do período Adrianino.”¹³⁴

133 CARDOSO, op. cit., p. 131.

134 ARAÚJO, op. cit., p.154.

No governo do imperador Adriano a castração dos escravos havia sido proibida dentro dos limites do império, mas eunucos continuaram a ser vendidos e os sofrimentos dos escravos continuaram a existir de todas as formas, toda sorte de abusos e violências. As punições aos escravos eram severas, sendo o trabalho nas minas um dos castigos aplicados aos que cometiam alguma falta ou delito. A maneira como os escravos eram tratados no mundo romano assemelhava-se ao modo como se trata um animal de carga e, de fato, a classe senhorial enxergava os seus servos como propriedades suas cuja existência tinha apenas um sentido e objetivo: produzir mais e mais lucros para os romanos.

3 – A REVOLTA DE ESPÁRTACO

A revolta de Espártaco é a rebelião servil mais famosa de toda a Antiguidade e que mais influenciou a cultura ocidental contemporânea na releitura feita sobre aquele movimento e na tentativa de torná-lo parte da cadeia que une as lutas de todos os explorados e oprimidos na História. Entre o mito e a realidade existe um abismo imenso e o processo real que buscamos investigar chega aos nossos dias pela pluma dos intelectuais da elite romana. O levante dos gladiadores da escola de Cápua gerou uma revolta popular muito mais ampla e desafiou os poderes constituídos numa jornada desesperada pela realização do sonho de liberdade. A maior fuga coletiva de escravos da História merece um lugar especial na investigação histórica e uma interpretação que parta do ponto de vista das classes subalternas. Partindo da historiografia marxista mais consistente, pretendemos redesenhar a insurreição escrava que teve início no Sul da Itália e que percorreu toda a península, aterrorizando a classe dominante romana, forjando uma aliança com camponeses pobres e escravos de etnias diversas.

As grandes revoltas de escravos da Antiguidade principiaram por motivos locais, mas, devido à conjuntura extremamente favorável, rapidamente se generalizaram em verdadeiras guerras contra o governo de Roma. A guerra civil que colocava em polos

opostos *optimates* e *populares* e agora mais ainda os principais generais na disputa pelo poder, somada às guerras externas, como a que se deu contra Sertório na Espanha e Mitrídates na Ásia Menor, eram os elementos mais explosivos de um contexto político e social que impulsionava os escravos à revolta aberta, além das razões econômicas subjacentes e constitutivas deste processo, com um elevado grau de exploração dos escravos e o desenvolvimento acelerado do modo de produção escravista, bem como a sua consolidação nos moldes de uma grande produção escravista voltada para o mercado.

A vida de um escravo gladiador era a de uma existência miserável, de um ser humano que vivia para a morte e que esperava a sua morte todos os dias; matar para sobreviver e sobreviver para continuar matando. Um cartaz publicitário pintado em uma parede em Pompéia, cidade destruída por uma erupção do Vesúvio em 79 d.C., conservando assim vários vestígios daquela época, hoje vestígios arqueológicos fundamentais para o nosso conhecimento acerca do passado romano, anuncia combates de gladiadores durante cinco dias do mês de março, contando o referido espetáculo com feras. O divertimento romano de assistir gladiadores lutando entre si para preservar a própria vida e, ao mesmo tempo, tentando escapar de serem estraçalhados pelas bestas selvagens reduzia estes escravos a um patamar dos mais inferiores daquela sociedade e semeava em seus corações o ódio contra Roma:

“Vinte pares de gladiadores pertencentes a Decimus Lucretius Satrius Valens, flâmine perpétuo de Nero César filho de Augusto e dez pares de gladiadores pertencentes a Decimus Lucretius Valens filho combaterão em Pompéia nos dias seis, cinco, quatro, três e na véspera dos idos de abril. Haverá uma caça conforme às regras, e toldos.

*Aemilius Celer escreveu isto sozinho à luz da lua.”*¹³⁵

O modo de vida de um escravo gladiador é retratado em maior detalhe em Massey e Moreland:

135 CARDOSO, op. cit., p.135.

“Estes escravos eram mantidos e treinados em escolas de gladiadores que pertenciam quer por particulares ou pelo imperador. (Spartacus pertencia à escola de Lentulus Batiatus em Cápua.) (...). Enquanto estivessem nas escolas eles estavam sob a supervisão de um instrutor (lanista), que normalmente era um ex-gladiador mesmo. Eles foram obrigados a treinar duro na preparação de suas aparições públicas em que havia sempre a perspectiva de ter de matar o seu adversário ou serem mortos eles mesmos. No entanto, eles recebiam nutrição alimentar com uma dieta básica de cevada e feijão. A atenção à saúde também foi fornecido.(..) “Gladiadores eram alojados em quartéis e mantidos sob rigorosa vigilância. Havia penas severas por deserção, e flagelações e as cadeias foram punições regulares. Os corpos de seis presos foram encontrados acorrentados no quartel em Pompéia.”¹³⁶

No entanto, assim como acontecia com todos os demais escravos, entre os gladiadores também existiam aqueles que poderiam gozar de alguns privilégios e apesar de ser uma função que se situava entre as mais baixas na sociedade romana, alguns escravos gladiadores tornaram-se até mesmo famosos por serem bons combatentes na arena, conquistando, assim, a admiração do povo. Eles também eram objeto de desejo para muitas mulheres da aristocracia romana, que podiam dispor, naturalmente, dos mesmos, enquanto escravos que eram, para relações sexuais:

“O destino da maioria dos gladiadores não era algo bonito, mas alguns que tiveram êxito e agradaram a multidão ganhando grande popularidade - tanto para si quanto para seus proprietários. Eles poderiam ganhar a sua "espada de madeira" e liberdade - e talvez se tornar instrutores. Alguns até lutaram voluntariamente, como um Publius Ostorius em Pompéia, que venceu 51 vitórias. (...) Uma inscrição em Pompéia registrou que Celadus, um gladiador que lutou como um trácio, era conhecido como "o galã das meninas", e durante a erupção do Vesúvio, uma mulher rica morreu enquanto visitava o quartel dos gladiadores.”¹³⁷

Podemos constatar que era possível tornar-se um liberto, mesmo sendo gladiador, mas uma vida tão incerta e quase sempre tão curta, não devia fazer com que os escravos julgassem a melhor atitude a espera, preferindo talvez a fuga ou o suicídio. De qualquer modo, mesmo uma fuga, para que fosse bem-sucedida, era tarefa árdua e difícil, impelindo os escravos à espera, mais pela falta de alternativa do que por um conformismo ou aceitação de sua condição. O certo é que quando a oportunidade surgiu,

136 MASSEY;MORELAND, op. Cit., pp. 36-37.

137 Idem, ibidem, p. 37.

um levante de gladiadores ocorreu em Cápua, com consequências desastrosas para os romanos. O começo da revolta é descrito por Apiano e já levanta, no primeiro parágrafo, importantes discussões:

“Ao mesmo tempo, na Itália, entre os gladiadores que treinavam para o espetáculo em Cápua, Espártaco, um homem da Trácia que havia servido certa vez como soldado com os romanos e que, por ter sido feito prisioneiro e vendido, encontrava-se entre os gladiadores, persuadiu a uns setenta de seus companheiros a lutar por sua liberdade ao invés de divertir os espectadores. Eles dominaram os guardas e fugiram, armando-se com clavas e adagas de algumas pessoas nas estradas e refugiaram-se no Monte Vesúvio. Ali deu acolhida a muitos escravos fugitivos e a alguns camponeses livres e saqueou os arredores, tendo como lugares-tenentes aos gladiadores Enomau e Crixo. Por repartir o botim em partes iguais, teve logo uma grande quantidade de homens.”
(Apiano, *As Guerras Civis*, XIV, 116)¹³⁸

A partir do fragmento do texto de Apiano, podemos perceber, primeiramente, que ele justifica o talento e capacidade de Espártaco pelo fato do mesmo ter lutado no exército romano. Isto explicaria porque um escravo seria capaz de liderar uma rebelião que derrotaria generais romanos ao longo das batalhas. A sua posição de liderança é apresentada desde o primeiro momento. A revolta começou como algo isolado e os escravos rebeldes se armaram e se refugiaram no Monte Vesúvio, ou seja, numa posição geograficamente favorável e organizando-se de maneira a escapar ao controle das autoridades romanas, iniciando a sua luta como uma fuga com a formação de um tipo de quilombo, estratégia comum aos movimentos de escravos rebeldes. Espártaco dividia o resultado dos saques de forma igualitária entre todos os membros da comunidade e isto serviu para atrair cada vez mais recrutas para o seu movimento, dentre eles escravos fugidos e camponeses livres e pobres, formando um exército que contava não só com escravos, mas também com homens livres, que buscavam a alternativa de uma vida melhor. Assim como na revolta da Sicília que começou com os escravos que tinham acesso a armas, como os pastores, aqui também o acesso a armas e um treinamento no seu uso possibilitaram os seus primeiros sucessos e colocaram este segmento, nesse caso

138 *Apud* ROYO, op. cit., pp. 148-149.

os gladiadores, no comando de um exército formado, em sua maioria, por trabalhadores dos campos, principalmente pelos escravos rurais.

A região na qual os escravos tinham se aquilombado – o Monte Vesúvio – avizinhava-se de Pompeia, a mesma cidade que teve conservado o cartaz sobre um espetáculo de gladiadores, apresentado acima, e esta região do Sul da Itália, que englobava Cápua, onde teve início a rebelião e também a cidade que foi ocupada por Roma pela sua aliança com Aníbal durante a Segunda Guerra Púnica, era rica e próspera, com terras férteis utilizadas na produção de vinho, azeite e de trigo para exportação, sendo, portanto, estratégica do ponto de vista econômico, por um lado, e uma grande reserva de soldados em potencial para o exército rebelde, tendo como agravante um imenso número de escravos de primeira geração. Além disso, os espartacanos fugiram para o Vesúvio, que era uma fortaleza natural inacessível e inexpugnável, tal como fizeram os escravos sicilianos na Segunda Guerra Servil em Triocala, constituindo uma importante base de operações para os revoltosos e um refúgio relativamente seguro para os fugitivos dos ergástulos e da morte na arena, além dos pobres da Península Itálica.

O relato de Plutarco sobre o princípio do levante dos gladiadores não difere muito do relato de Apiano, mas demonstra uma sensibilidade distinta, no mínimo, uma ênfase maior em outros aspectos. Por exemplo, nos escritos de Plutarco aparece a observação importante de que os escravos não tinham sido detidos e condenados ao combate na arena por suas más ações, tal como passou a acontecer no período em que o autor escreve, isto é, o início do regime do Principado, como forma de punição, havendo aqui uma concepção de escravidão justa e injusta, colocando parte da responsabilidade pela revolta, assim como Diodoro fez em relação à revolta da Sicília, como sendo dos próprios senhores de escravos. A injustiça e a crueldade excessiva para com os servos eram igualmente condenadas por ambos os autores:

“A guerra de Espártaco, sua eclosão foi assim. Um certo Lêntulo Vátia, mantinha gladiadores em Cápua, em sua maior parte gauleses ou trácios; a causa de sua detenção não eram suas más ações, e sim, a injustiça de seu comprador; que os forçava a combater na arena. Duzentos deles resolveram fugir; mas foram denunciados. Os primeiros a saber da delação se adiantaram e, em número de setenta e oito, armados

com facas de cozinha e espetos roubados de um restaurante, deixaram Cápua.”
(Plutarco, Crasso, 8)¹³⁹

Algumas coisas chamam a atenção no relato de Plutarco. Em primeiro lugar, havia uma variedade de grupos étnicos entre os rebeldes, o que, em tese, serviria para impedir a organização e a eclosão de revoltas. Mas também podemos notar que havia, ao mesmo tempo, um predomínio de determinados grupos, no texto acima, dos gauleses e dos trácios. Em segundo lugar, o fato do autor ter destacado a injustiça da detenção dos escravos, que eram obrigados a lutar na arena, apresenta uma explicação para o acontecimento do levante, dessa maneira, senão justificável, pelo menos não de todo condenável e com uma parcela de culpa bastante grande dos próprios amos. Em terceiro lugar, houve uma delação, como em tantos outros processos de rebeliões servis, sendo uma constante as denúncias e as traições. Por último, os rebeldes espartacanos conseguiram escapar, mesmo que precariamente armados, mas num número menor do que o do começo da conspiração, precisamente pelas dificuldades de organização das revoltas escravas.

Em Apiano, desde o primeiro momento, Espártaco havia assumido a liderança daquele movimento, persuadindo os seus companheiros a lutar. Plutarco enxerga o processo por um prisma diferente, enfatizando o papel que os aspectos religiosos e culturais tiveram na escolha de Espártaco como líder, assim como os demais chefes do exército de escravos, Crixo e Enomau, e o papel de sua companheira, exercendo importante influência, na medida em que tinha dons sobrenaturais, sendo sacerdotisa de Dionísio, um deus subversivo, que libertava os escravos e as mulheres de todo tipo de prisão, fossem as correntes e os ergástulos, fosse o gineceu. Aqui os aspectos político e militar relacionam-se com os aspectos étnicos e religiosos de maneira complexa, permitindo-nos compreender com maior clareza como se organizavam as classes subalternas nas sociedades pré-capitalistas em sua luta. No relato de Apiano, o fato de Espártaco ter sido um soldado romano e conhecer o que havia de mais avançado em

139 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 214.

estratégia militar no mundo antigo – a estratégia de guerra romana –, bem como a sua capacidade oratória, foram os elementos decisivos para que ele assumisse a dianteira das tropas rebeldes e conquistasse a posição de chefe, consolidando-a mais tarde com sua generosidade e justiça na distribuição do saque. Em Plutarco, além dos dons mágicos, elemento também presente nas lideranças das duas revoltas de escravos da Sicília, Espártaco aparece como um líder inteligente, forte e sábio e alguém que “valia mais do que a sua sorte” e que “era mais grego do que a sua origem”, ou seja, Espártaco era escravo e gladiador por um mero acaso, pois, pelo seu talento e capacidades, ele deveria ocupar, ainda que fosse como escravo, uma posição de escravo doméstico ou qualquer outra função mais suave e mais prestigiosa, dentro daquilo que eram as possibilidades e perspectivas de melhores condições e de *status* na vida de um escravo no mundo romano. Assim, para Plutarco, havia destinos mais adequados para cada tipo de escravo de acordo com as suas habilidades:

“Depois de ocupar uma posição naturalmente forte, elegeram três chefes, o primeiro dos quais foi Espártaco, um trácio de raça nômade. Ele não era só inteligente e forte: pela sabedoria e pela moderação, ele valia mais do que a sua sorte e era mais grego do que a sua origem. Diz-se que, da primeira vez que o conduziram a Roma para vendê-lo, viu em sonho uma serpente enrolada em torno de seu rosto. A mulher de Espártaco, sua compatriota, que era advinha e sujeita a transportes inspirados por Dionisos, explicou-lhe que se tratava de um presságio importante: o de um poder grande e terrível que lhe traria um fim infeliz.” (Plutarco, Crasso, 8)¹⁴⁰

Nesta, assim como nas demais revoltas servis, a precedência de um determinado elemento da revolta enquanto chefe de todo o exército se deu pelo aspecto religioso, configurando-se como um fator comum às três grandes guerras servis da Roma antiga. O casal místico dava maior confiança aos rebeldes pela relação com os deuses e com o sobrenatural e a possibilidade de prever os eventos e de invocar os deuses para o sucesso, sendo capazes, na visão dos escravos e dos homens livres e pobres que aderiram à revolta, de conduzi-los à vitória, com o apoio dos deuses salvadores – Dionísio e Sabázio

140 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 215.

(deus filho de Júpiter e pai de Dionísio, sendo a visão da serpente ligada ao culto sabazista, oriundo da Trácia). A liderança simbólica e efetiva do gladiador trácio, casado com uma sacerdotisa de Dionísio, provinha da sua capacidade, mas também das crenças populares da época, que o habilitavam, mais do que a qualquer outro, a ser o chefe principal do exército rebelde.

No texto de Plutarco aparece o nome do *lanista*, o dono da escola de gladiadores, como Lântulo Vátia, mas a maioria dos historiadores concorda que o seu nome é Cn. Lântulo Baciato. O ódio que os escravos nutriam em relação a amos desse tipo é evidente. Na escola de gladiadores os escravos eram treinados para combater até a morte na arena; esta era a vida desgraçada que o *lanista* oferecia àqueles homens que eram sua propriedade. A rebelião, que começou como uma revolta local contra um determinado senhor, assim como ocorrera com Damófilo, na Sicília, transformou-se numa *fuga-rompimento* ou numa *fuga para fora*, com os escravos fugitivos aquilombando-se no Vesúvio. O crescimento do exército rebelde generalizou a insurreição de escravos por toda Itália, levando diversos escravos rurais a apostarem numa fuga coletiva para fora da península. Apesar do impacto desta revolta, não podemos classificá-la como uma revolução. Os espartacanos não pretendiam abolir a escravidão, então, não se tratava de uma revolução social. Eles também não derrubaram o governo de Roma, nem formaram um novo governo, mesmo que com um regime político-social idêntico, tomando o poder político de Estado, como fizeram os sicilianos na rebelião liderada por Euno, e, sendo assim, não podemos classificar esta insurreição como uma revolução política. Assim, de acordo com o paradigma marxista, que é o que norteia esta pesquisa, não é possível afirmar que se tratou de um verdadeiro processo revolucionário, mas foi realmente uma revolta popular e uma luta de classes que colocou senhores e escravos em campos opostos numa verdadeira guerra. Tratou-se de uma luta social e política que representou um marco na Antiguidade clássica e uma das maiores insurreições de escravos da História, e em verdade a maior delas até a Revolução Haitiana.

Tratamos nesta dissertação do tema das classes sociais e do porquê de considerarmos os escravos antigos uma classe. É importante aqui elucidarmos o importante aspecto da luta de classes, tema que já foi parcialmente abordado no segundo

capítulo, pelo menos no plano mais teórico. Interessa-nos salientar que a luta dos espartacanos foi efetivamente uma luta política (se bem que não fosse, como já afirmamos, uma *revolução* política); e que seus objetivos, embora os possamos considerar limitados de uma perspectiva moderna, representavam a política possível naquele momento histórico e eles chegaram mais longe do que nenhum outro naquela estrutura social e contexto político e cultural. Parece-nos também exagerado considerarmos que somente os homens livres empreenderam uma luta efetiva e significativa na Antiguidade. Na verdade, as classes subalternas, em geral, nas formações sociais pré-capitalistas, sempre que puderam, levantaram-se contra a sua situação de exploração e de opressão, impactando a sociedade e, principalmente, ameaçando o *status quo*, o domínio de classe vigente e seu nível de riqueza social e prestígio político. João José Reis fornece-nos uma interpretação política das lutas sociais das camadas socialmente exploradas do período anterior ao capitalismo:

*“A política tem sido considerada o universo dos homens livres das sociedades modernas. Os rebeldes que fizeram seus movimentos em contextos pré-industriais ou pré-capitalistas ganharam a denominação de rebeldes primitivos e seus movimentos foram chamados de pré-políticos. Essa terminologia de inspiração evolucionista, elaborada com certo cuidado por Eric Hobsbawn, já foi habilmente criticada por nossos antropólogos e historiadores. Eles colocaram as peças no lugar certo: não se trata de uma questão de “pré” ou “pós”, trata-se do diferente. Os “rebeldes primitivos” faziam a política que podiam fazer face aos recursos com que contavam, a sociedade em que viviam e as limitações estruturais e conjunturais que enfrentavam.”*¹⁴¹

Ainda segundo João José Reis, as fugas-rompimento representaram o “não quero” dos escravos, a sua inconformidade com o cativo, o seu protesto político frente à ordem social vigente, rompendo ou não com a lógica escravista, no sentido da constituição de um projeto abolicionista ou coisa do tipo, mas pelo simples fato de se rebelarem, o que, por si só, já evidenciava uma ruptura com o paradigma ideológico existente, mesmo que parcial, mas sempre forçando a uma reelaboração teórica ou a um aumento da repressão como mecanismo de controle social; neste caso, tal como Reis

141 REIS, op. cit., p. 99.

chamou de paradigma ideológico colonial aos valores da sociedade escravista brasileira que funcionavam como o principal mecanismo dificultador das fugas, cuja crítica permitiu a fuga para dentro dos escravos da colônia e, enfim, a abolição, os escravos antigos romperam em sua ação com o que chamaremos de *paradigma ideológico republicano* ou *paradigma escravista republicano*, gerando mudanças significativas na organização jurídica, política e ideológico no período posterior. Com isso, mesmo que não se trate de uma revolução ou que não tenha exercido uma influência direta nas principais transformações que marcaram a passagem da República para o Principado, a revolta de Espártaco assume lugar de destaque, dentre todas as revoltas servis, por ter provocado uma fissura no discurso ideológico vigente e influenciado decididamente na mudança de paradigma em relação à escravidão, bem como cumprindo um papel talvez mais que secundário, na verdade, exercendo uma influência indireta no surgimento do Principado, na medida em que levantes desta magnitude colocavam em risco todo o sistema, mesmo que não fosse sua intenção destruí-lo. Em Araújo, temos uma discussão sobre o impacto material desta revolta:

*“Note-se que a fuga de escravos, principalmente em grande escala como foi o caso, trazia grandes prejuízos para os senhores, não só pela perda do capital investido no escravo fugitivo, mas pelo decréscimo na produção que isto significava.”*¹⁴²

Sendo assim, os prejuízos econômicos eram bastante significativos, representando uma severa perda de forças produtivas e uma diminuição do nível de produtividade e, conseqüentemente, de lucratividade também. A perda de capital investido, a diminuição da taxa de lucro e a destruição de forças produtivas que se manifestava na necessária repressão ao levante abalavam profundamente os alicerces das relações de produção no império e, por conseguinte, do próprio sistema político de Roma. O exemplo dado pelos espartacanos não era bom, pois estimulava outros escravos a fazerem o mesmo. Durante a

142 ARAÚJO, *Religião, Política e Revolta de Escravos: o caso de Espártaco*. Niterói: CEIA/Depto.História da UFF, 2006. p. 25.

revolta liderada por Euno na ilha da Sicília, várias outras rebeliões servis eclodiram. Imaginem só se o exército espartacano tivesse alcançado o seu objetivo e realizado a incrível fuga para fora da Itália? Quantas outras fugas em massa de escravos não teriam havido em sequência? É isso que explica a dura repressão ao movimento com a crucificação de seis mil prisioneiros, ainda que isso significasse destruir forças produtivas, pois preservava o futuro.

Plutarco segue o relato, começando pelo sentido de tudo aquilo que tinha relação com os escravos e do quanto era visto como indigno tanto para os senhores quanto para os próprios escravos, ao mesmo tempo em que expõe as vitórias espetaculares do exército de Espártaco, nas primeiras batalhas da guerra servil:

“De início, os fugitivos repeliram os soldados enviados de Cápua contra eles e, apoderando-se de uma certa quantidade de armas de guerra, substituíram por elas suas armas de gladiadores, rejeitadas com desprezo como desonrosas e bárbaras. Em seguida, o Pretor Clódio foi enviado de Roma contra eles com três mil homens, vindo assediá-los. Eles ocupavam então uma montanha [o Vesúvio] da qual os romanos controlavam a única passagem, um desfiladeiro; o resto não passava de rochedos lisos e a pique. Mas, no cume, crescia em abundância uma vinha selvagem. Os homens de Espártaco cortaram, pois, os sarmentos que pudessem servir-lhe; e, entrelaçando-os, fizeram com eles escadas tão longas e fortes que, presas no alto, iam ao longo do rochedo até o chão. Desceram todos assim em completa segurança, com exceção de um: esse velava sobre as armas, e as jogou para os outros lá embaixo, descendo em seguida por último. Os romanos não sabiam disto. Os gladiadores cercando-os, aterrorizaram-nos pelo caráter súbito do movimento e os puseram em fuga, apossando-se do acampamento. Muitos dentre os boiadeiros e pastores do país se juntaram a eles. Eram homens trabalhadores e ágeis. Alguns foram armados; outros foram empregados como exploradores ou como infantaria leve.” (Plutarco, Crasso, 9)¹⁴³

O autor afirma que, logo que puderam, os escravos rebeldes trocaram suas armas de gladiadores pelas armas do exército romano, por considerarem as primeiras indignas, “desonrosas e bárbaras”. Com certeza, isto deve ter ocorrido; evidencia unicamente que a ideologia dominante também exercia influência sobre os escravos que, assim como seus amos, enxergavam tudo que se relacionava com a escravidão como inferior e bárbaro;

143 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 11.

mas talvez as armas apreendidas fossem vistas também como armas melhores e mais eficientes para os combates numa guerra. Além disso, a cada vitória do exército espartacano, os rebeldes pegavam as armas das tropas derrotadas para se abastecer de armamentos de forma contínua. No texto fica claro que os romanos subestimaram os escravos rebeldes e que os espartacanos utilizaram táticas de guerrilha, como escaramuças, para vencer os seus inimigos em combate, obtendo sempre uma vantagem numa luta assimétrica entre um exército profissional de uma grande potência e uma tropa rebelde com poucos recursos. Outro fato interessante é que, neste trecho, Plutarco chama a todos os escravos que atacaram os soldados romanos de gladiadores, que era o segmento que detinha a liderança das tropas rebeldes. O autor escreve que os romanos foram pegos desprevenidos, estavam despreparados, e ficaram aterrorizados com o ataque surpresa engendrado por Espártaco e seus comandantes. Diante do sucesso dos revoltosos, homens livres se uniram a eles e assumiram diversas funções, dentre elas também a de combater. Plutarco descreve um exército extremamente organizado. Trabalhadores rurais, como boiadeiros e pastores, foram os livres que se juntaram a Espártaco. Dentre os pastores é possível que existissem escravos pastores também e, assim como se deu com os livres, entre os escravos os rurais também foram a maioria a afluir para a revolta. Neste trecho também fica nítida a engenhosidade de Espártaco frente às adversidades.

Apiano aborda como os senadores romanos encaravam aquela revolta e que foi o menosprezo das principais autoridades republicanas àquele movimento que levou os primeiros exércitos mandados à derrota:

“Varínio Glaber foi mandado contra ele primeiro, e depois Públio Valério, não com exércitos regulares, mas sim com forças arregimentadas às pressas e ao acaso, pois os romanos não a consideravam ainda uma guerra, mas sim uma razzia, algo como um surto de roubos. Eles atacaram Espártaco e foram vencidos. Espártaco capturou até o cavalo de Varínio; o próprio general romano escapou por pouco de ser capturado por um gladiador. Depois disto, um número ainda maior de pessoas agregou-se a Espártaco, até que seu exército contasse com cerca de 70000 homens. Para estes, ele fabricou armas e reuniu armamentos, enquanto Roma mandara os cônsules com duas legiões.”(Apiano, XIV, 116)¹⁴⁴

144 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 32.

O governo romano considerou, no início, a revolta de Espártaco como mais uma fuga de escravos e seus atos como atos de banditismo, mas encontrou nos espartacanos um verdadeiro exército e em Espártaco um verdadeiro general; e, após as sucessivas derrotas, constatou tratar-se de uma verdadeira guerra. Roma foi humilhada quando o seu pretor Varínio foi vencido e teve seu cavalo tomado por Espártaco – líder da rebelião servil. O exército rebelde cresceu até o número impressionante de setenta mil homens e se organizou para o fabrico e pilhagem de armamentos para abastecer as tropas. Ao desprezarem o perigo real que a guerra servil representava, tratando-a como um simples motim, os romanos semearam o seu fracasso e deram aos escravos tempo para se fortalecerem e consolidarem uma posição mais sólida, tornando-se um polo de atração para todos os descontentes das camadas sociais mais desfavorecidas.

Neste ponto da revolta, no relato de Plutarco, aparecem os objetivos de Espártaco na condução do movimento e que na opinião do referido autor parece ser o mais sensato, que era a fuga para fora da Itália, inicialmente pelo norte, surgindo no processo um importante obstáculo que era, segundo a interpretação de Plutarco, a indisciplina de seus soldados:

“Ele era, agora, importante e temível, mas não se deixava enganar: não acreditando poder vencer o poderio de Roma, tratou de conduzir seu exército em direção aos Alpes, que em sua opinião todos deveriam atravessar para em seguida cada um voltar para sua casa, uns na Trácia, outros na Gália. Mas seus soldados, encorajados por seu número, e temerários, não o escutavam; devastavam a Itália, onde se espalharam. Por conseguinte, já não eram mais a indignidade e a vergonha de ter de combater a sedição que contrariavam o Senado; doravante, o medo e o sentimento do perigo o decidiram a enviar ao mesmo tempo os dois cônsules, como se se tratasse de uma das guerras mais difíceis e mais graves da História. Um dos cônsules, Gêlio, caiu de surpresa sobre os germanos, que, com presunção e orgulho, formavam um grupo separado, e os destruiu completamente; o outro, Lêntulo, à frente de grandes contingentes, cercou Espártaco. Mas este marchou diretamente ao encontro do inimigo, dando combate no qual venceu os suboficiais de Lêntulo e capturou todo o material. Quando, a seguir, se dirigia em marchas forçadas para os Alpes, Cássio, o pretor da Gália Cisalpina, à frente de dez mil soldados, barrou-lhe a passagem. Ocorreu a batalha: Cássio foi derrotado, perdeu muitos dos seus e teve pessoalmente dificuldades de escapar.” (Plutarco, Crasso, 9)¹⁴⁵

Espártaco não pensava em tomar a cidade de Roma. Ele queria conduzir seus comandados para fora da península, mas havia outras lideranças e homens livres e pobres que lucravam com os saques, e não pretendiam abandonar sua terra natal, além de escravos que talvez tenham se entusiasmado com as pilhagens e a garantia de sobrevivência numa comunidade auto-suficiente. As divisões no interior do exército rebelde, apontadas como motivadas pelo orgulho e arrogância, mas estando de fato ligadas às diferenças étnicas, que tornavam cada bloco étnico leal e organicamente unido em torno de uma liderança do seu grupo, o que se somava às eventuais divergências quanto à melhor estratégia no curso da luta dificultavam o avanço do exército com um objetivo único. De qualquer modo, foi um fator decisivo no enfraquecimento dos escravos rebeldes, facilitando as coisas para o exército romano, que podia lutar separadamente com cada grupo dissidente. A classe dominante romana também passou a sentir temor diante das vitórias do exército espartacano e de uma das guerras mais difíceis e graves da História de Roma, segundo as palavras do próprio Plutarco, que reconhecia, nesse momento, tratar-se de uma guerra verdadeira e que exerceu influência sobre o modo de pensar e agir da classe senhorial frente os escravos rebelados. A indecisão no exército rebelde e suas discordâncias levaram a que o momento de uma fuga segura pelo norte fosse perdido, permitindo que os romanos se reorganizassem e bloqueassem o seu caminho. No entanto, a onda de vitórias de Espártaco ainda não havia cessado e, uma vez mais, os generais romanos foram vencidos pelos insurretos.

Apiano retrata a relação do movimento liderado por Espártaco com as cidades e os escravos urbanos, que não afluíram para a revolta, mostrando um controle (inclusive ideológico) maior sobre este segmento dos escravos de Roma, além do fato do próprio Espártaco ter procurado evitar as cidades, ao que parece, tendo em vista os exemplos anteriores, sendo o maior deles a Primeira Revolta de Escravos da Sicília, que teve as cidades ocupadas tomadas pelos romanos devido à traição de escravos urbanos. Ele também escreve sobre o crescimento do movimento e uma suposta mudança de planos de Espártaco que teria pretendido marchar sobre Roma, deixando de fazê-lo na medida em

145 Idem, *ibidem*, pp. 11-12

que suas tropas não eram capazes de ser bem-sucedidas na empreitada, na opinião do autor por serem formadas pela “ralé”. Rituais de sacrifício foram realizados em honra a Crixo morto pelos romanos, mostrando a consideração que tinha para com o seu companheiro, mesmo depois do mesmo ter rompido com o exército principal comandado pelo próprio Espártaco. O sacrifício de soldados romanos aparecia como uma forma de encorajar os seus, honrar os mortos e talvez amedrontar os inimigos. O relato de Apiano é bastante direto e focado nos aspectos militares do conflito. Nesta primeira fase da revolta, a sorte estava do lado dos espartacanos que impuseram amargas derrotas a Roma:

“Uma delas, [das legiões] derrotou Crixo com 30000 homens próximo ao Monte Gargano, dois terços dos quais sucumbiram junto com ele. Espártaco tentou abrir caminho através dos Apeninos em direção aos Alpes e à região da Gália, mas um dos cônsules antecipou-se e impediu sua fuga, enquanto o outro mantinha sua retaguarda sob controle. Ele voltou-se contra eles um após o outro e derrotou-os um por um. Eles bateram em retirada, de modo confuso, em várias direções. Espártaco sacrificou trezentos prisioneiros romanos ao espírito de Crixo, e marchou sobre Roma com 120000 homens da infantaria; tendo queimado todo o material sem utilidade, matou todos os prisioneiros e abateu seus animais de carga, a fim de executar prontamente seu movimento. Muitos desertores ofereceram-se a ele, embora ele não os aceitasse. Os cônsules novamente encontraram-no na região do Piceno. Aqui havia sido travada outra grande batalha e houve, também uma outra grande derrota dos romanos. Espártaco mudou sua intenção de marchar sobre Roma. Ele ainda não se considerava pronto para este tipo de luta, já que sua força total não estava armada adequadamente, pois nenhuma cidade juntou-se a ele, mas somente os escravos, desertores e a ralé. No entanto, ele ocupou as montanhas ao redor de Túrio e tomou a própria cidade. Ele proibiu que os mercadores trouxessem ouro e prata, e não permitiu que seus próprios homens os adquirissem, mas comprou grande quantidade de ferro e bronze e não interferiu com aqueles que negociassem com tais artigos. Abastecido em abundância com material dessa procedência, seus homens proveram-se de muitas armas e fizeram pilhagens freqüentes por um tempo. Quando eles, em seguida, travaram combate com os romanos, novamente foram vitoriosos, e voltaram carregados com espólios.”(Apiano, As Guerras civis, XIV, 117)¹⁴⁶

Apiano apresenta um Espártaco extremamente pragmático. Ele executava os prisioneiros porque não tinha como tomar conta deles em sua fuga, como vigiá-los, e não poderia libertá-los, pois eles se juntariam novamente ao exército romano. Destruía e

146 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 32.

deixava para trás tudo que não fosse essencial. Ele abatia os animais de carga e queimava o material que não podia levar, provavelmente, para não deixá-los para as tropas inimigas. Os saques eram uma forma de garantir o abastecimento de seu exército. Ele permitia o comércio que era de seu interesse para equipar as suas tropas. Espártaco rejeitava tudo que fosse supérfluo, mesmo as riquezas como prata e ouro, preferindo, ao invés disso, adquirir bronze e ferro para a fabricação de armas para fazer a guerra. Os espólios de guerra conquistados nas batalhas ou nos saques às regiões que ocupavam eram a forma principal de fornecimento de suprimentos para os revoltosos. Esta sobriedade de Espártaco garantiu por algum tempo a sua vitória, mas a sorte da guerra começou a mudar com a entrada em cena de um importante personagem desta história trágica, que cumpriu um papel decisivo para que os romanos retomassem posições perdidas e avançassem sobre o exército de escravos. Este homem era Crasso.

“Esta guerra, tão terrível para os romanos (embora ridicularizada e desprezada de início, como sendo meramente obra de gladiadores), já durava três anos. Quando chegou a época de eleger novos pretores, todos estavam temerosos, e ninguém ofereceu-se como candidato, até que Licínio Crasso, um homem reconhecido entre os romanos por nascimento e riqueza, assumiu a pretoria e marchou contra Espártaco com seis novas legiões. Quando chegou a seu destino, recebeu também as duas legiões dos cônsules, que ele dizimou por sorte, devido à má conduta deles em várias batalhas. Alguns dizem que Crasso, também, tendo comprometido na batalha todo seu exército, e tendo sido derrotado, dizimou todo o exército e não se desencorajou pelo seu número, mas destruiu aproximadamente 4000 deles. De qualquer modo que fosse, quando ele demonstrou, uma vez, que ele era mais perigoso para eles [soldados] do que o inimigo, dominou dez mil espartacanos, que estavam acampados em algum lugar em uma posição isolada, e matou dois terços deles. Ele, então, marchou ousadamente contra o próprio Espártaco, vencendo-o em uma batalha brilhante, e perseguiu suas forças em fuga até o mar, onde eles tentaram atravessar para a Sicília. Ele alcançou-os e cercou-os com fosso, um muro e paliçada.” (Apiano, As Guerras civis, XIV, 118)¹⁴⁷

A grande virada no conflito para um cenário mais favorável aos romanos deu-se efetivamente quando Licínio Crasso assumiu o comando das legiões que marchariam contra Espártaco. Os soldados romanos que se mostraram indignos e covardes foram severamente punidos com o castigo da dizimação, em desuso na época, mas que foi

147 *Apud* ARAÚJO, op. cit., pp. 32-33.

considerado pelo general romano como necessário para restabelecer a disciplina em suas fileiras. Segundo Apiano, os soldados passaram a temer mais a Crasso do que aos espartacanos, o que serviu para “encorajá-los” a lutar com todas as forças, sem recuar, impondo, assim, aos rebeldes importantes e sucessivas derrotas. Quatro mil soldados romanos foram sorteados para serem executados de forma exemplar para que servissem de aviso aos demais. Plutarco também escreve sobre a aplicação deste castigo, e informa-nos que o sorteio se deu entre aqueles que haviam manifestado mais medo e que esta forma de punição era marcada pela humilhação, por ser uma morte desonrosa. Tanto em Apiano quanto em Plutarco este é o momento em que Espártaco muda seus planos e tenta escapar da península pelo sul, rumo à Sicília:

“Quanto aos quinhentos que haviam manifestado mais medo, ele os repartiu em cinquenta grupos de dez, em cada um dos quais fez morrer um homem designado por sorteio. Castigo tradicional há muitas gerações. E, com efeito, a vergonha se liga a esse gênero de morte, muitos detalhes do qual, apavorantes e sinistros, agravam a execução, efetuada à vista de todos. Assim corrigindo seus homens, Ele os comandou na direção do inimigo. Espártaco, porém, se retirara em direção ao mar pela Lucânia. Achando no estreito barcos de piratas cilícios, ele decidiu tentar um golpe na Sicília, lançando dois mil homens à ilha para ali reacender a guerra servil, que, extinta havia pouco tempo, só tinha necessidade de umas fagulhas para voltar a arder. Mas os cilícios, após fazer acordo com ele e receber gratificações, o enganaram, partindo sozinhos.” (Plutarco, Crasso, 10)¹⁴⁸

Neste fragmento, podemos notar que para os romanos estes eventos não estavam desconectados. Eles viam total relação entre as guerras servis e a memória das revoltas da Sicília e de seu impacto ainda estava presente no momento em que eclodiu a revolta de Espártaco. Plutarco afirma que apenas algumas fagulhas bastariam para reacender a guerra servil na ilha da Sicília. Isto quer dizer que a situação ainda era delicada e que o controle sobre os trabalhadores escravos, mesmo depois da repressão à Segunda Guerra Servil, era muito débil e que as condições que geraram as duas revoltas anteriores não haviam se alterado substancialmente. O autor afirma que Espártaco pretendia dar um

148 Idem, ibidem, p.12.

golpe de Estado na Sicília, remetendo ao que ocorrera na primeira rebelião servil, quando Euno deu um golpe e assumiu o controle do governo da ilha. Assim, para os dois autores, as condições na província ao sul seriam mais favoráveis e permitiriam aos espartacanos resistir mais tempo. A traição dos piratas cilícios foi decisiva para que o plano de Espártaco malograsse. Os rebeldes estavam, agora, encurralados. As tropas de Crasso avançavam sobre eles, tendo atrás de si o seu general com a espada e o chicote para forçá-los a lutar, retirando-lhes o medo do exército de escravos, através do medo que lhes inculcava pelos castigos severos que os aguardavam em caso de deserção. Antes de Licínio Crasso passar ao comando dos exércitos romanos, vimos nos relatos sobre várias deserções e de como estes desertores tentaram, inclusive, passar para o outro lado, sendo, no entanto, recusados pelos escravos. O novo general era ao mesmo tempo estrategista e carrasco, um comandante com amplos poderes para uma situação de extremo perigo. O aumento no efetivo de soldados, com um número de legiões muito superior ao que fora designado pelo Senado no princípio, também demonstrou o medo crescente dos senadores diante daquela guerra que acontecia na própria Itália.

O general dos escravos também tentava maneiras de incentivar os seus soldados a lutarem com todas as forças, conscientizando-os do terrível destino que teriam caso fossem vencidos:

“Ele também crucificou um prisioneiro romano no espaço entre os dois exércitos para mostrar a seus próprios homens o destino que os aguardava, caso não vencessem.” (Apiano, As Guerras Civis, XIV, 119)¹⁴⁹

A morte pela cruz não viria das mãos de Espártaco, naturalmente, como a punição aos romanos que partiu das mãos de Crasso, mas sim de Roma; demonstrando de maneira bastante “pedagógica”, o líder escravo expunha de forma quase profética o futuro que teriam e porque deveriam travar uma luta desesperada pela sua liberdade e por suas vidas.

149 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 33.

Ele já havia sacrificado prisioneiros romanos antes em ritual e honra a Crixo e agora executava de modo exemplar um soldado romano. Diferentemente da rebelião conduzida por Euno, Espártaco não parece ter feito escravos, executando de diversas formas os seus prisioneiros. O seu exército também não se firmou numa posição geográfica fixa por muito tempo, como acontecera nas revoltas anteriores. Este era um exército em marcha permanente e quase ininterrupta e uma comunidade móvel de homens e mulheres pobres e ex-escravos. Uma nação errante de desvalidos. Em circunstâncias assim não era interessante ou prudente ter cativos. A ação educativa para os soldados rebeldes foi uma tentativa desesperada de abrir-lhes os olhos para a gravidade da situação. Tanto as ações de um general quanto de outro revelavam que circunstâncias desesperadas pediam medidas desesperadas e os dois apostaram todas as fichas em vencer o conflito ou, no caso de Espártaco, fugir da Península Itálica o mais rápido possível. Mas nem todos os esforços do líder gladiador foram suficientes para evitar as constantes dissidências entre os escravos. Uma das batalhas mais sangrentas, retratadas em cores vivas por Plutarco, foi justamente o enfrentamento e conseqüente massacre de uma dessas tropas dissidentes do exército espartacano pelas tropas de Crasso:

“Decidiu, pois, atacar logo os dissidentes, que formavam bandos separados e eram comandados por C. Ganício e por Casto. Para tanto, enviou seis mil homens para que ocupassem um posto alto, com ordem de dissimular o seu avanço. Eles, de fato, se esforçaram por passar despercebidos cobrindo os seus elmos [para que não refletisse o sol, traíndo seus movimentos]; mas, vistos por duas mulheres que simpatizavam com os inimigos, estariam perdidos sem o pronto aparecimento de Crasso, que deu início ao mais violento de todos os combates, no qual matou doze mil e trezentos homens, dos quais só dois, verificou-se, foram feridos por trás; todos os outros ficaram firmes em seus postos e morreram combatendo os romanos.” (Plutarco, Crasso, 11)¹⁵⁰

Os romanos aproveitaram-se todas as vezes das divisões existentes entre os rebeldes e souberam enfraquecê-los, eliminando fisicamente cada grupo em separado. Um certo espontaneísmo presente nesse movimento também serviu para imprimir-lhe um

150 *Apud* ARAÚJO, op. cit., pp.12-13.

caráter vacilante, oscilando o tempo todo em sua estratégia. Um fator positivo, entretanto, era o seu dinamismo. Na medida em que o exército romano eliminava seus líderes, outras lideranças surgiam do próprio processo de luta, como se deu com a morte de Crixo e Enomau, assumindo Ganício e Casto posições de comando. Novos generais eram forjados no calor das batalhas para chefiar o movimento rebelde. Espártaco seguia como sua liderança principal, mas tinha de enfrentar constantes rupturas e, às vezes, era vencido pela opinião da maioria na hora de decidir a melhor estratégia. Mas o que era apontado como um elemento negativo pelos autores romanos evidenciava, ao mesmo tempo, ser aquele um movimento dinâmico e democrático, diferente da concepção romana da guerra, onde o general determinava, ou parecia ser assim nos relatos relativos a esse processo político e militar em especial, de forma irrevogável as táticas e estratégias de batalha. Assim como o produto dos saques era distribuído de maneira igualitária entre todos, as decisões também pareciam ter um caráter coletivo nessa revolta popular, havendo algo como assembléias, sendo necessário ao líder do movimento convencer os seus liderados, não pela coerção, mas pela oratória. É significativo que apenas dois escravos tenham tentado fugir do campo de batalha e que a maioria absoluta tenha permanecido defendendo os seus postos na luta contra as tropas de Crasso, o que foi reconhecido pelo autor, demonstrando que valores como a coragem não eram exceção, algo que poderia se manifestar em alguns elementos apenas, que por mero acaso teriam se tornado escravos e sido designados para funções mais rebaixadas como a de gladiador, tal como ocorrera com Espártaco; este fragmento deixa claro que esta coragem excepcional podia se manifestar nas massas de escravos rebeldes também. Além disso, aqui aparecem mulheres, que participavam da revolta também, que apoiavam o movimento.

Pouco antes da batalha final, Espártaco derrotou Quinto, que era um dos generais de Crasso, e o questor Escrofa, tornando os rebeldes confiantes novamente, o que influenciou decisivamente nos passos seguintes do exército espartacano:

“Este sucesso foi a perdição de Espártaco, por tornar arrogantes os escravos fugitivos, já que não procuravam oferecer o combate frontal e deixaram de obedecer aos chefes. Pior ainda: já tendo encetado a marcha, eles cercaram tais chefes, em armas, e

forçaram-nos a dar marcha-a-ré, a conduzi-los, através da Lucânia, ao encontro dos romanos.”(Plutarco, Crasso, II)¹⁵¹

Assim, na passagem seguinte, Plutarco reconcilia-se com a ideologia escravista e apresenta não só os soldados rebeldes como arrogantes e indisciplinados, realizando um motim contra o seu general, mas Espártaco também aparece nesse trecho como um comandante que não consegue disciplinar suas tropas, ter autoridade sobre elas, tal como Crasso tivera com as suas. Um falso exército chefiado por um falso general numa falsa guerra. Isto é o que sintetiza o que representa este fragmento, o seu sentido mais profundo. A ambiguidade da classe dominante romana frente à escravidão permeia todo o texto e depois de expor as vitórias dos escravos, sua capacidade de organização e de mobilização e as qualidades pessoais de seu maior líder – Espártaco – no fim, retoma a noção tradicional de inferioridade dos escravos em relação aos homens livres e ao exército e à aristocracia romana. De qualquer modo, uma confissão pública de que esta havia sido uma das maiores guerras da história romana é significativo, bem como a passagem em que relata o espírito de luta dos escravos rebeldes na batalha mais sangrenta de todo o conflito. Novamente, não se trata aqui de uma revisão completa de toda a teoria escravista, mas de assimilar mais contradições ao interior do discurso, dando-lhe novos contornos, e expondo a diferença fundamental entre a construção ideológica da classe dominante, a sua visão de mundo, imposta ao conjunto da sociedade, e a realidade objetiva em toda a sua complexidade.

O conflito chega ao fim com um desfecho trágico para os espartacanos:

“... Crasso tentou de todas as maneiras dar combate a Espártaco para que Pompeu não pudesse colher a glória da guerra. O próprio Espártaco, pensando antecipar-se a Pompeu, convidou Crasso a entender-se com ele. Quando suas propostas foram rejeitadas com desprezo, ele resolveu arriscar uma batalha, e como sua cavalaria havia chegado, avançou com todo o seu exército através das linhas do exército que lhe fazia cerco, e avançou para Brundisium com Crasso perseguindo. Quando Espártaco soube que Lúculo acabara de chegar a Brundisium da sua vitória contra Mitrídates,

151 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p.13.

perdeu toda esperança e trouxe suas forças, que eram então muito numerosas ainda, para perto das de Crasso. A batalha foi longa e sangrenta, como era de se esperar de tantos milhares de homens desesperados. Espártaco foi ferido na coxa por uma lança e ajoelhou-se, segurando seu escudo à sua frente e lutando assim contra seus atacantes até que ele e a grande massa dos que com ele estavam foram cercados e mortos. O resto de seu exército entrou em pânico e foi massacrado maciçamente. Tão grande foi a matança que se tornou impossível contar os mortos. Os romanos perderam mais ou menos mil homens. O corpo de Espártaco não foi achado. Muitos dos seus homens fugiram do campo de batalha para as montanhas, onde os seguiu Crasso. Eles se dividiram em quatro grupos, e continuaram a lutar até que todos pereceram, com exceção de seis mil que foram capturados e crucificados ao longo de toda a estrada de Cápua a Roma.”
(Apiano, *As Guerras Civis*, XIV, 120)¹⁵²

Apiano fala de uma batalha difícil, na qual muitos romanos morreram, e que o próprio Espártaco lutou até a morte, assim como aqueles que com ele estavam. O corpo do líder do exército espartacano nunca foi encontrado. Antes do confronto direto, ele tentou todos os tipos de escaramuças e subterfúgios, buscando até mesmo um entendimento com Crasso, propondo um acordo, que foi pelo general romano rejeitado com desprezo, por se tratar das propostas de um escravo e não de um verdadeiro general, de um exército de escravos fugitivos e não do exército de outra nação, não sendo possível nem digno firmar tratados com tropas como as de Espártaco. Os rebeldes foram cercados por três generais – Crasso, Pompeu e Lúculo – e suas respectivas legiões. Os escravos sobreviventes, ao serem capturados, sofreram o destino para o qual Espártaco os havia alertado: foram crucificados. A crucificação em massa se deu ao longo da estrada que ia de Cápua, cidade onde se iniciou a revolta, a Roma, a capital do império, para servir de exemplo para todos os escravos da Itália e de todo o Império Romano, para mostrar o que acontece com aqueles que desafiam a ordem estabelecida, com os escravos fugitivos e rebeldes, com aqueles que ameaçam a segurança dos cidadãos romanos e suas propriedades. O relato de Apiano teve como centro as operações militares ocorridas durante toda a guerra servil. E no final de seu texto, ao contrário do que buscou Plutarco, ele apresenta uma batalha sangrenta, na qual os dois lados lutaram bravamente, apesar de mencionar o fato dos rebeldes terem entrado em pânico depois da morte de seu líder. Já Plutarco tenta reafirmar o discurso escravista, enfatizando a covardia dos escravos nesse

¹⁵² *Apud* CARDOSO, op. cit., pp. 143-144.

combate, mesmo que em muitas passagens tenha exaltado de alguma forma a combatividade dos espartacanos. No geral, os dois autores manifestaram a ambiguidade presente na relação escravista, por ser o escravo ao mesmo tempo um ser humano e uma propriedade. Porém, por ter sido a expressão mais elevada da rebelião servil na Antiguidade, pelo efeito que exerceu sobre a psicologia das classes dominantes, pela gravidade da mesma durante todo o período em que transcorreu e pelo que representaria o seu eventual sucesso, algo muito mais extraordinário do que qualquer outra revolta, pois poderia ter sido a maior fuga em massa de escravos da História, e quase foi, e por ter tomado consciência disso há tempo, a aristocracia romana colocou a serviço da aniquilação dos espartacanos tudo o que tinham a seu dispor, com várias legiões e seus melhores generais. Por todos esses fatores, Apiano e Plutarco não puderam ignorar a capacidade daquilo que para eles era a “ralé”. Os espartacanos mostraram espírito de luta, coragem e organização e seu líder, Espártaco, um excepcional talento militar, além de características pessoais incomuns para um escravo, pelo menos segundo a ideologia. Ao serem encurralados em Brundisium, os escravos rebeldes lutaram com a coragem do desespero e conseguiram abater mil soldados romanos. Um feito incrível, quando tudo já estava perdido, e a possibilidade de vitória já havia desvanecido e só o que restava era a morte no campo de batalha, os revoltosos levaram muitos inimigos com eles.

A grandiosidade deste acontecimento, sem dúvida, acabou por influenciar também os historiadores modernos, principalmente os de orientação marxista, mas foi da historiografia stalinista que partiu a tese da revolução escrava contra os senhores, enxergando na insurreição liderada por Espártaco, parte de uma história construída a priori, na qual todas as épocas e eventos se encaixavam num esquema geral e os que não se encaixavam, deviam ser revistos para que pudessem se enquadrar nessa fórmula. Aqui interessa-nos perceber as semelhanças e diferenças entre as duas principais revoltas – de Euno e de Espártaco – e a comparação entre a escravidão antiga e a escravidão moderna, de modo que a segunda cumpra a função de iluminar a primeira naquilo que for possível e relevante. Diferentemente do que foi realizado pela historiografia stalinista que pretendeu atrelar totalmente e diretamente este, como outros estudos, aos objetivos políticos da URSS, o que se quer é buscar uma interpretação que simplesmente permita que a voz dos escravos e uma versão que parta do seu ponto de vista possam aparecer

diante do fato de que todos os textos foram produzidos pela classe dominante. Para isso, tendo em vista a sua importância e alcance, não podemos ignorar o tratamento dado pela historiografia soviética ao tema, nem deixar de formular uma crítica consistente à mesma.

4 – A REVOLTA DE ESPÁRTACO NA HISTORIOGRAFIA SOVIÉTICA

O caso de Espártaco esteve bastante em voga na União Soviética, diferentemente dos outros líderes de revoltas de escravos ou de todas as outras personalidades da Antiguidade. Espártaco, ao contrário de Euno ou Sálvio-Trifão, tornou-se parte de uma mitologia revolucionária e da história de mártires da União Soviética. Apesar dessa vantagem, ele sofreu das abruptas mudanças de curso na escrita e no pensamento histórico soviético.¹⁵³ Entre o início da Revolução Russa de 1917 e os anos de 1930 houve uma coexistência pacífica entre os historiadores marxistas e não marxistas na Rússia e a literatura ocidental sobre o assunto era de livre acesso para os leitores; porém, na medida em que a luta política se acentuava no interior da jovem república socialista e crescia o autoritarismo governamental, especialmente a partir da ascensão de Stálin nos anos 20 como principal chefe político de um Estado que se burocratizava mais a cada dia, a intervenção estatal sobre a produção intelectual aumentava e as ciências e as artes passavam a obedecer aos critérios e servir aos propósitos do governo. A teoria dos cinco estágios da história humana desenvolvida por Stálin foi responsável por fazer surgir nos estudos soviéticos acerca da revolta de Espártaco a teoria da “revolução em duas fases”, sendo o levante de Espártaco uma primeira revolução contra o sistema escravista, que foi completada por uma revolução de escravos, camponeses e invasores germanos, que terminaria por destruir o Império Romano e implantar o feudalismo na Europa Ocidental

153 RUBINSOHN, W. Z. *Spartacus' Uprising and Soviet Historical Writing*. Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 1.

a partir do século V d.C. Desse modo, Roma teve sua derrocada pela via revolucionária, tendo os escravos antigos como protagonistas dessa revolução.¹⁵⁴

O contexto político dos expurgos stalinistas na União Soviética dos anos 30 produziu uma historiografia totalmente alinhada com o dogmatismo que marcou o que foi denominado de marxismo-leninismo por Stálin. Misulin foi um dos intelectuais que representou esta tendência. Ele era membro do PCUS desde 1927, co-editor do único periódico especializado em História Antiga da União Soviética, o V. D. I., e se tornou Diretor da Seção de História Antiga do Instituto Histórico da Academia de Ciências, em 1938, obtendo o seu Doutorado em 1943. Ele publicou três artigos e dois livros sobre a revolta de Espártaco e ganhou notoriedade por estes trabalhos na URSS.¹⁵⁵

O mais importante é que Misulin escreveu uma história das rebeliões de escravos da Roma antiga que estava em consonância com os dogmas do Estado soviético:

*“(...) durante a revolta de Espártaco, a auto-consciência dos escravos tornou-se sólida o bastante para uma tentativa de auto-libertação.(...) A consequência da revolução de Espártaco era que “a classe dos proprietários de escravos, cujo domínio foi minado pela revolução, foi agora forçada a aceitar uma ditadura militar sem disfarces. Isto intensificou a luta de classes e levou a uma nova revolução de escravos e camponeses, que nos quarto e quinto séculos finalmente liquidou a economia baseada no domínio dos donos de escravos”.*¹⁵⁶

154 ARAÚJO, *A Visão dos Letrados sobre Rebeliões de Escravos no Mundo Romano: Uma Abordagem Semiótica de Fontes Literárias*, op. cit., pp. 234-235.

155 RUBINSOHN, op. cit., p.7.

156 Misulin, 1936^a, p.98 , *apud* RUBINSOHN, op. cit., pp.7-8.

A interpretação histórica de Misulin estava impregnada de conteúdo político-ideológico e traçava um paralelo com questões modernas e caras ao Partido, no sentido de construir uma análise que dava justificação teórica ao combate empreendido pela maioria da sua direção aos seus opositores. Assim, Espártaco teria sido o verdadeiro “líder do proletariado” e o “Grande Líder”, que teve seus planos derrotados pela indisciplina da “pequena burguesia”, representada pelos homens livres e pobres e pelos “extremistas de esquerda” Crixo, Enomau, Ganício e Casto, que poderiam ser identificados com os “trotskistas” da oposição de esquerda.¹⁵⁷

A crítica às posições de Misulin partiu de Kovalev (Kovaliov), uma das mais surpreendentes, por ser este autor um dos representantes da “revolução em duas etapas”. Neste historiador, a “frente única” entre escravos, colonos e bárbaros para derrubar o império aparece como parte de seu esquema, que excluía a revolta de Espártaco como parte dessa revolução que efetuou a passagem da sociedade escravista para o feudalismo. Em Kovalev, o levante de Espártaco foi uma insurreição revolucionária, mas não uma verdadeira revolução, pois não teria alterado o modo de produção, com a passagem do poder político das mãos de uma classe social para outra.¹⁵⁸ Ainda se pode dizer de Kovalev que ele datou corretamente a revolta de Espártaco (73-71 a.C.) e também a situou mais realisticamente em relação à futura transição ao feudalismo.¹⁵⁹

No texto de Rubinsohn, é citado ainda outro autor – Utchenko. Ele formula a crítica à historiografia soviética do período stalinista. Para o historiador seria possível até

¹⁵⁷ RUBINSOHN, op. cit., p. 8.

¹⁵⁸ ARAÚJO, op. cit., pp. 237-239.

¹⁵⁹ RUBINSOHN, op. cit., p. 12.

mesmo falar de uma transição revolucionária da República para o Principado, mas tendo como centro o conflito entre os homens livres:

*“O conceito de revolução pode ser aplicado ao movimento dos Graco até a Guerra Social. Para Utchenko isso, e não a revolta de Spartacus, foi a "fase mais elevada" da Revolução Romana. Desta forma os camponeses italianos, não os escravos, tornaram-se a vanguarda da revolução, que chegou ao fim antes da revolta de Spartacus (...)”*¹⁶⁰

Assim, Utchenko faz um balanço historiográfico e suas teses suplantam as do período do governo de Stálin.

A historiografia soviética, devido à intervenção estatal na produção artística e científica, foi marcada por equívocos imensos. No entanto, é importante destacar o fato de que, pelo menos nesse caso, os historiadores soviéticos cumpriram o papel de realçar a grandeza do acontecimento que foi a revolta de Espártaco, assim como os autores antigos – Plutarco e Apiano – a enxergavam, tendo errado, entretanto, ao tentar enquadrar as rebeliões servis nas polêmicas do presente de forma arbitrária, ao invés de perceber o que estava realmente nela contido, que já era bastante significativo do ponto de vista histórico e da luta de classes na História.

5 – O IMPACTO DAS REBELIÕES SERVIS NA VISÃO DE MUNDO E NA POLÍTICA DA CLASSE DOMINANTE ROMANA

Uma noção mais rígida em relação aos escravos presente em Catão ou na teoria da escravidão natural de Aristóteles, que foi o grande paradigma escravista da Antiguidade, foi posta em xeque pela eclosão das revoltas servis dos séculos II e I a.C. e a forma com que as mesmas se desenvolveram, ameaçando o modo de vida e as propriedades romanas.

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p.13.

O fim da República não representou apenas o fim de um regime político, mas também de uma forma específica de fazer política, necessitando-se de novos mecanismos político-ideológicos e de um novo aparato jurídico-repressivo, numa combinação de concessões e punições.

Analisando os textos de Plutarco e de Apiano, percebemos o impacto das revoltas de Euno e de Espártaco na consciência e na psicologia das classes dominantes. O reconhecimento das qualidades mais elevadas em exércitos de escravos mostrava que algo havia mudado, que eventos tão grandiosos não poderiam deixar de imprimir nos espíritos dos homens dos anos subsequentes uma nova visão de mundo. Em pólos opostos na interpretação sobre a escravidão na Antiguidade, Aristóteles e Sêneca, este último o principal conselheiro de Nero, fazendo parte da corte no regime do Principado, influenciando, sem dúvida, importantes autoridades e membros da aristocracia com sua filosofia estoíca. Entre estes dois extremos estão as elaborações de Catão, de Diodoro, de Plutarco e de Apiano. Mas abordar primeiro estas duas posições quase antagônicas (talvez só concordem com o fato de que nem Aristóteles nem Sêneca propunham a abolição da escravidão), permite-nos vislumbrar as principais formas de enxergar o problema que existiram no mundo greco-romano e as realidades históricas que elas refletem:

“Qualquer ser humano que, por natureza, pertença não a si mesmo mas a outro é, por natureza, escravo; e um ser humano pertence a outro sempre que fizer parte da propriedade, ou seja, uma parte da propriedade que é um instrumento para a ação de seu senhor.” (Aristóteles, Política 1254 a 4-18)¹⁶¹

Aqui é a apresentada a coisificação absoluta dos escravos e a justificativa *natural* da escravidão. E Aristóteles segue em sua *Política* explicando as diferenças entre os que por natureza são senhores e os que por natureza são escravos:

¹⁶¹Apud GARNSEY, Peter. *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. (Coletânea de documentos). Nova Iorque. Cambridge University. Press, 1996, p.108.

“A natureza distinguiu os corpos do escravo e do seu senhor, fazendo o primeiro forte para o trabalho servil e o segundo esguio e, se bem que não útil para o trabalho físico, útil para as ocupações de cidadão. Contudo, o contrário muitas vezes acontece – isto é, escravos que tenham corpos de homens livres e homens livres que tenham as almas apenas”. (Aristóteles, Política 1254 b 28-34)¹⁶²

Por último, o filósofo justifica a escravidão como instituição e considera justa a escravização de homens que sejam por natureza escravos:

“A arte da guerra é uma forma natural de aquisição de propriedade, na qual está incluída a caçada; e que esse modo deve ser usado contra as bestas selvagens e contra os homens que, por natureza, devem ser governados, mas se recusam a isso; porque esse é o tipo de guerra que é justo por natureza”. (Aristóteles, Política 1254 b 20-5)¹⁶³

Em oposição à teoria da escravidão natural de Aristóteles, os estóicos pregavam que “cada bom homem é livre, e cada mau homem é um escravo”, tendo se popularizado bastante essa tese no século I d.C, durante o Alto Império. O reconhecimento da humanidade dos escravos era parte integrante desse discurso:

“Eles são escravos”, as pessoas declaram. Não, eles são homens. “Escravos”. Não, eles são despreziosos amigos. “Escravos”. Não, eles são seus camaradas-escravos, se refletir que a fortuna tem direitos iguais tanto sobre escravos como sobre homens livres.” (Sêneca, Epistulae 47.I, IO (cf.17)¹⁶⁴

¹⁶² Idem, ibidem, p.108.

¹⁶³ Idem, ibidem, p.112.

¹⁶⁴ Sêneca, Epistulae 47.I, IO (cf.17), idem, ibidem, p. 67.

Os estóicos reconheciam a humanidade dos escravos e pregavam uma relação harmônica entre eles e seus senhores. Isso não quer dizer que os estóicos fossem antiescravistas. Eles defendiam a escravidão, não propunham a abolição desta instituição. Mas entendiam, e isso fica evidente nos escritos de Sêneca, que deveriam ser coibidos os excessos, devendo-se tratar os escravos de forma humana, mas exigir que cumprissem o seu papel. Na verdade, seria uma relação harmônica, de companheirismo, mas onde cada um cumpriria a sua função, ocuparia o seu lugar na sociedade, assumindo uma postura humilde, no entanto, pois para os estóicos o fato de alguém se encontrar na condição de escravo não queria dizer que não fosse um homem livre em sua alma. As noções de liberdade e escravidão obedeciam aqui muito mais a um caráter moralista, tinha a ver com virtude e com ser ou não ser escravo de suas paixões, como é apontado no fragmento a seguir:

*“É um erro de quem acredita que a condição do escravo penetra em todo o ser do homem. A melhor parte dele é isenta disso. Apenas o corpo está à disposição do senhor. A mente, no entanto, é seu próprio senhor. (Sêneca, De beneficiis 3.20.1)”*¹⁶⁵

Nesse caso, fica claro que o desenvolvimento histórico, com a manifestação violenta das contradições sociais e com a progressiva expansão e consolidação do modo de produção escravista, havendo escravos de todos os tipos e relacionando-se no meio público e privado de forma cada vez mais intensa, em especial, na vida romana, ápice do desenvolvimento da sociedade escravista no mundo antigo; desconsiderar o papel que estas revoltas podem ter jogado na constituição de um novo paradigma sobre a escravidão.

Além das mudanças no campo simbólico, uma legislação a favor dos escravos também foi conquistada como produto de suas lutas, dentro da nova concepção de Estado gerida com a constituição do Principado, buscando-se evitar novas rebeliões¹⁶⁶:

¹⁶⁵ *Apud* GARNSEY, op. cit., p. 66.

1 – O imperador Domiciano fez aprovar a proibição da castração e o preço dos eunucos continuavam nas mãos de escravos concessionários controlados oficialmente;

2 – O imperador Adriano restringiu o uso da tortura para extrair informações de escravos; com Adriano, quando um dono de escravos era assassinado somente os escravos que estivessem no local no momento do crime eram interrogados; foi proibida a venda de um escravo – sem razão – para uma escola de gladiadores ou para um bordel; as prisões dos escravos – os ergástulos – foram abolidos.

Estas foram algumas leis aprovadas no regime imperial, que significaram concessões aos escravos e que, como podemos ver, estão ligadas a demandas importantes, ligadas ao controle da vida sexual, pelo menos nos seus aspectos mais brutais como a venda para bordéis e a castração, a vida de gladiador passou a ser uma forma de punição exclusivamente, os ergástulos foram proibidos, a tortura nos interrogatórios e a punição e interrogatório a escravos de um determinado senhor que fosse assassinado passaram a ser limitadas também, representando um ganho para os escravos em geral, mas também a determinados segmentos que foram pivôs das mais importantes revoltas, como os gladiadores e os escravos rurais, e também refletiram os graves acontecimentos ocorridos já no Principado como o assassinato do prefeito de Roma sob o governo de Nero, que resultou num massacre de diversos escravos, gerando uma comoção social.

6 – EUNO E ESPÁRTACO: O PROMETEU ESCRAVO

Nos relatos de Diodoro, Plutarco e Apiano é dado, no geral, um tratamento diferenciado na análise de Euno e de Espártaco, tanto enquanto líderes das revoltas quanto como seres humanos, sendo enfatizadas as qualidades morais do último e a covardia do primeiro.

No caso de Euno, ele é praticamente difamado por Diodoro, que o apresenta como um homem covarde e enganador. Como líder de uma revolta de escravos, para a ideologia dominante, Euno só poderia ser um homem do tipo mais vil, um bandido. O exemplo de escravo bom era aquele que obedecia disciplinadamente o seu amo. Ele foge para uma caverna junto com os seus servos pessoais. Ele contava histórias fantásticas para os senhores que faziam parte do grupo de relações de seu amo e depois para os seus comandados, durante a rebelião, sendo visto como um farsante. As qualidades de Euno não são destacadas no texto de Diodoro. Ele é um dos alvos principais de sua condenação moral.

No caso de Espártaco parece ter sido diferente. Ele não só tem seu valor reconhecido, como é exaltado em relação aos demais escravos. Talvez isso tenha se dado desse modo, porque os dados disponíveis eram claros demais em favor de Espártaco. Porém, ele era reconhecido como um grande homem e um grande general, mas de um exército de homens sem valor, de seres da pior espécie, vis, escravos. Ele não podia ser considerado diretamente inferior. Três homens, principalmente, aterrorizaram Roma em toda a sua história, graças às suas qualidades pessoais de líderes, e impuseram amargas derrotas aos romanos, amedrontando-os: Aníbal, Espártaco e Espártaco. Os romanos não tinham como considerar Espártaco inferior sem inferiorizarem a si mesmos; além disso, ele poderia sempre ser apresentado como uma exceção. A ideologia escravista incorporava a ideia de que certos homens que não fossem escravos poderiam cair na servidão por algum acaso da vida, tal como se deu com o grande filósofo Platão, e, ao que parece, como era apresentado o próprio Espártaco, alguém que “valia mais do que a sua sorte”. Criar um abismo moral entre o comandante e suas tropas era o único recurso que os ideólogos da nobreza senatorial tinham para diminuir sua importância. E o fizeram em vários momentos, ao retratarem o exército de escravos como indisciplinado, o oposto do exército romano de homens livres e cidadãos. É claro que, com isso, Espártaco, em certa medida, apesar de sua coragem e inteligência, também aparecia como um mau general, que não sabia disciplinar e conduzir as suas tropas.

Plutarco, ao relatar a batalha final entre Crasso e Espártaco, homens que deixam a impressão, a partir desta leitura, de terem sido vítimas do destino. Espártaco abandonado

por seus soldados e Crasso injustiçado por Roma, que não soube reconhecer toda a sua grandeza:

“(...) Espártaco, vendo que não havia outro jeito, alinhou todo o seu exército. Logo de início, quando lhe levaram o seu cavalo, puxou a sua espada, dizendo: “ – Se eu vencer, terei muitos bons cavalos, os dos inimigos; se for vencido, já não precisarei de cavalos.” Degolou, então o cavalo. Tentou, a seguir, abrir caminho até Crasso, desafiando armas e feridas. Não o atingiu, mas matou dois centuriões que o haviam atacado. Por fim, enquanto seus soldados fugiam, ficando sozinho e cercado por grande número de romanos, foi trespassado de golpes enquanto continuava a defender-se. Crasso havia feito mudar a fortuna, dirigira bem as operações e arriscara a própria vida. Mesmo assim, o sucesso não deixou de aumentar a glória de Pompeu, pois os rebeldes escapados do combate – e havia cinco mil deles! – chocaram-se com suas tropas e foram mortos, o que permitiu que escrevesse ao Senado: “Crasso venceu os escravos fugitivos ostensivamente; quanto a mim, cortei as raízes da guerra.” Concluindo: Pompeu celebrou um brilhante triunfo sobre Sertório e a Espanha. Enquanto Crasso nem tentou solicitar o grande triunfo. Longe disto! Acreditava que celebrar até mesmo o triunfo a pé, chamado de ovação, após uma guerra servil, seria vil e indigno.” (Plutarco, Crasso, 11)¹⁶⁷

Sendo assim, os soldados do exército espartacano, além de indisciplinados, eram covardes e deixaram o seu general ser trucidado pelo inimigo. Mas, no fim, Plutarco não deixa de traçar o perfil de dois grandes homens, como demonstra o seu texto. Crasso, que havia arriscado a vida e a carreira, pois se tivesse sido derrotado por um exército de escravos seria humilhado, não gozou de nenhuma grande honraria por ter preservado nada menos que o modo de vida romano e os alicerces de seu império. É significativo, no entanto, o fato dele mesmo não querer um triunfo, pois considerava, nas palavras de Plutarco, uma guerra servil algo inferior e indigno.

Novamente, torna-se relevante ir além das opiniões que refletem as fontes, posições de classe, sem dúvida. É de extrema importância que os escravos antigos tenham se levantado de tal maneira contra a escravidão, ainda que não propusessem a sua abolição. A revolta de Espártaco foi uma insurreição e uma fuga coletiva, uma fuga insurrecional, portanto, mas que tinha como objetivo final garantir a todos os escravos

167 *Apud* ARAÚJO, op. cit., p. 13.

fugitivos um destino individual de homens livres. Isso é assim porque, segundo Araújo (2006, p.25), que se baseia neste ponto em Yvon Garlan, ainda que os prisioneiros trácios, germanos e gauleses, que tomaram parte nesta revolta, caíssem na escravidão coletivamente, em especial por meio da guerra, o seu destino no cativeiro era individual, pois eram vendidos para donos individuais. Assim, o destino do escravo é sempre um destino individual, ao contrário de outras formas de servidão coletivas da Antiguidade.

Na revolta liderada por Euno, falamos aqui em revolução unicamente por um elemento distintivo de todas as demais rebeliões de escravos da Roma antiga, mesmo a de Espártaco, que foi a tomada do poder político de Estado e o estabelecimento de um novo governo pelos rebeldes sicilianos. Para uma definição de revolução política pouco importa se o Estado siciliano continuou a ter escravos ou se o tipo de governo instituído não foi uma forma “revolucionária”, mas um modelo de regime político já conhecido; o que importa é que houve a derrubada de um governo e a constituição de um novo governo por outra classe social. O fato disto não ter evoluído para uma revolução social ou que sequer pudesse evoluir para isso devido aos limites estruturais do mundo antigo para um projeto que precisou de séculos de desenvolvimento social, econômico, filosófico e cultural para que pudesse germinar não invalida o feito realizado pelos escravos sicilianos. Também não podemos classificar como um simples golpe, porque não foi um golpe político dado por uma minoria ou que apenas trocou os homens que ocupavam os cargos governamentais; houve aqui um genuíno movimento de massas, uma insurreição, que não se esgotou em si mesma, que não formou simplesmente uma comunidade independente à parte, como um quilombo, assim como se deu na Segunda Revolta da Sicília, e que não foi uma fuga, representando sim uma fuga da sua própria escravidão, mas não em termos territoriais como a revolta de Espártaco, o que deixa para nós apenas a alternativa de reconhecer que este foi um dos momentos em que uma classe subalterna economicamente explorada na Antiguidade realizou de fato uma revolução, não tendo homens livres como protagonistas, mas como homens sujeitos a um trabalho compulsório e reduzidos juridicamente à condição de propriedade. Isto em nada se confunde com a análise da historiografia soviética, de inspiração stalinista, também criticada neste trabalho, que via nestas revoltas de conjunto como revoluções, num sentido geral, e como parte da revolução não só política, mas econômica e social que

levou ao fim do Império Romano, sendo parte de um amplo movimento articulado com homens livres e pobres do império e os chamados povos bárbaros. É sabido que sequer uma parte significativa de homens livres da Itália e da Sicília aderiram a estas revoltas; além disso, as próprias rebeliões não eram articuladas e coordenadas entre si; eram, todas elas, movimentos isolados. O seu caráter parcial, local e por interesses diretos e imediatos foi a maior limitação de todas essas revoltas e a maior prova de que os escravos não se enxergavam enquanto classe, não desenvolveram uma genuína consciência de classe, nem se propunham a suplantar o regime escravista pela via da revolução. O isolamento desses diversos movimentos, junto com as traições, serviu para facilitar a sua repressão e já preparavam desde o início a sua derrota. Mas não podemos exigir dos escravos antigos aquilo que mesmo para os escravos das colônias nos Tempos Modernos era uma tarefa que dependia de uma conjuntura absolutamente extraordinária, como a que se deu em Saint-Domingue, estando o movimento de escravos que culminou na Revolução Haitiana, ligado ao contexto interno explosivo da colônia, mas também à revolução burguesa na França, sua Metrópole. Se eles nunca se propuseram a destruir o sistema escravista pela revolução, ao menos destronaram os seus antigos senhores e assumiram o seu lugar, ainda que por um breve momento. Assim ao se encerrar o primeiro ensaio geral da luta dos escravos, os rebeldes sicilianos organizaram um Estado, preservando as forças produtivas da ilha para o funcionamento da economia e constituindo um governo e um exército para cuidar da administração pública e da defesa frente ao contra-ataque romano, que viria recuperar sua província pela força das armas.

No subtítulo acima, evocamos o mito de Prometeu. Na história contada por Hesíodo em *Os trabalhos e os dias* e na *Teogonia*¹⁶⁸, Prometeu rouba de Zeus o fogo, dádiva divina, e o entrega os homens; foi Prometeu também que ensinou aos homens as artes, as ciências e tudo o que se relacionava aos conhecimentos e ao trabalho que nos

168 HESÍODO. *Os Trabalhos e os Dias*. Introdução, tradução e comentários: Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda, 1991; *Teogonia – a origem dos deuses*. Tradução: Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda., 1992.

fazem humanos e nos diferenciam dos outros animais. Os escravos eram equiparados pelo discurso ideológico greco-romano a animais e a instrumentos de trabalho, ferramentas que falavam. A humanidade perdida no discurso vigente e também em sua prática social, a cada castigo sofrido, a cada noite dormida no ergástulo, a cada combate na arena com as feras era recuperada na própria experiência de sua luta, que os escravos de Roma empreenderam pela sua liberdade, e que ao conseguir obter vitórias sobre os romanos também era recuperada no discurso social, dando maior relevo às qualidades propriamente humanas daqueles que caíram na escravidão. Euno e Espártaco foram as lideranças produzidas por aquela conjuntura política, econômica e social, os indivíduos mais conscientes e capazes para conduzir aos seus pares para a fuga da vida de servidão que levavam. O processo de luta e de organização gerava uma nova realidade, na qual os rebeldes passavam por um processo de “desalienação” progressiva, ainda que limitada, ao se libertarem da exploração e da reificação de forma mais completa para alguns, inclusive do ponto de vista da classe dominante, como era o caso de Espártaco, mas para todos eles, em especial na revolta que percorreu a Itália entre 73-71 a.C., no interior de sua comunidade todos eram livres e iguais e isso já era o maior grau de liberdade que se poderia alcançar entre os grupos subalternos na Antiguidade. A alusão ao mito de Prometeu, parte da cultura grega, helênica, e ocidental, como definição do significado de humanidade frente à realidade da escravidão pode servir-nos como forma de perceber o ímpeto humano à liberdade, ao conhecimento e à criação, que se manifesta até naqueles que mais são privados disso. Também podemos ver em Euno e Espártaco, que convenceram seus companheiros a iniciar uma luta que se tornou depois muito maior do que todos eles e muito maior do que imaginavam, mas que apontava desde o princípio um norte, seja a constituição de uma corte com um chefe escravo como rei, seja pela marcha para a liberdade na terra natal, encarnando, assim, aquele que de uma faísca incendeia os pilares do domínio aristocrático, despertando na consciência a necessidade de passar da passividade ou da resistência passiva para a revolta aberta, impelidos também pela própria necessidade objetiva, imposta pela realidade concreta, incontornável e criadora, ao mesmo tempo, de uma oportunidade ímpar.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, analisamos a revolta de Espártaco e o seu impacto sobre a sociedade romana. Assim como as revoltas anteriores, aqui não se tratou de uma revolução social, mas de uma fuga insurrecional que implicava em sérios danos à economia italiana e uma contestação prática da ideologia escravista, representando um duro golpe no paradigma escravista republicano e no discurso acerca da inferioridade dos escravos, sendo a referida construção teórica posta em xeque, refutada de maneira patente pelos eventos inigualáveis dessa conjuntura extraordinária de crise da República. Se não podemos falar na substituição de uma visão de mundo que percebia os escravos como seres inferiores, podemos, ao menos, dizer que essas revoltas produziram uma fissura no paradigma ideológico vigente, que tinha suas bases na teoria da escravidão natural de Aristóteles e no discurso escravista dos intelectuais romanos, como Catão.

Devemos destacar que se a crise e queda do Império foram acompanhadas pela crise do escravismo antigo, a crise da República foi acompanhada de seu florescimento, da sua implantação em ritmo acelerado, gerando mudanças sociais profundas, abalando as velhas estruturas da república oligárquica. Na medida em que não existia um aparelho burocrático em todos os seus aspectos – político, jurídico, administrativo e militar – totalmente adequado para regular essa nova economia e as novas relações sociais que com ela se desenvolviam, a eclosão de uma série de conflitos que marcaram os séculos II e I a.C., sendo o último século da República marcado pelos mais graves confrontos entre os cidadãos romanos da classe dominante, especialmente, os romanos e seus aliados e os senhores e seus escravos. O Principado foi, então, um ajuste político-administrativo que correspondia às transformações econômico-sociais do período em que explodiram a revolta de Espártaco, a Guerra Social e a Conjuração de Catilina. Desse modo, as grandes revoltas de escravos acabaram tendo uma influência importante sobre o fim da república e surgimento do Principado, senão de maneira direta e decisiva, pelo menos de uma maneira indireta, como forma de contenção daqueles que eram a principal força produtiva da economia romana.

No entanto, o maior impacto dessas revoltas se deu no campo simbólico. O reconhecimento da humanidade dos escravos de forma mais direta e clara na literatura romana, ainda que oscilando o tempo todo, manifestando a ambiguidade das relações escravistas e a necessária reificação dos seres humanos escravizados para o funcionamento de uma sociedade escravista, e a exposição por parte dos autores do regime imperial das qualidades mais elevadas demonstradas pelos escravos antigos em sua luta desesperada por liberdade são, sem sombra de dúvida, a maior conquista destas rebeliões para aqueles que viveram na escravidão depois do seu acontecimento até os dias de hoje, sendo, de fato, a sua maior vitória para a História.

CONCLUSÃO

A esmagadora maioria dos escravos era composta pelos escravos rurais, que serão a base dos exércitos de escravos rebeldes, que tiveram como vanguarda de seu movimento os setores que tinham acesso a armas, como pastores e gladiadores. A participação de alguns escravos de tipo urbano e de escravos domésticos na liderança das revoltas, como Espártaco e Euno – um gladiador e um escravo doméstico – respectivamente, forneceu a estes movimentos os quadros que necessitavam para sua direção. A capacidade de Espártaco na estratégia é justificada por Apiano por sua participação no exército romano, inclusive, por mais que esta afirmação pareça muito mais uma forma de justificar e explicar, de acordo com a ideologia escravista, como um escravo poderia ser um general melhor que muitos dos melhores generais romanos. Apesar da situação extrema de opressão sob a qual viviam os escravos, as condições para a organização de uma revolta eram muito difíceis, pois os escravos viviam sob forte vigilância, acorrentados e com pouca oportunidade de comunicação. Nas cidades existiam muitas das condições objetivas favoráveis para a organização de uma revolta, como maior mobilidade, liberdade de movimentos, facilidade para a comunicação e acesso a bens culturais importantes, conhecimentos, elementos que influenciam na organização e na construção de um programa mais coerente para um movimento e sua articulação; no entanto, as melhores condições de vida e a expectativa de uma vida melhor e da própria obtenção da liberdade não motivavam os escravos a arriscar tudo em uma revolta, o que poria sob risco as chances pacíficas de se obter a liberdade, por meio da emancipação; ou seja, onde havia algumas das condições objetivas – dizemos algumas

porque também não há dúvida de que os instrumentos da repressão direta (armada ou judiciária) estivessem mais concentrados nas zonas urbanas –, não havia condições subjetivas (cidade) e onde havia condições subjetivas, não havia condições objetivas (campo). Somente quando as condições objetivas e subjetivas se encontraram e numa conjuntura extremamente favorável é que as grandes revoltas de escravos de fato ocorreram.

Os escravos antigos não tinham organizações perenes, como sindicatos ou partidos, como o proletariado moderno, ou mesmo instituições e organizações políticas como as criadas pelos plebeus. Cada luta começava do zero. Eles não tinham também intelectuais orgânicos que formulassem uma teoria e um programa revolucionários. Não existia, portanto, a possibilidade histórica de chegarem à consciência de classe e, por conseguinte, ao programa político da revolução social. Sendo assim, os escravos que se levantaram na Roma antiga desenvolveram um certo grau de consciência que poderia ser classificado como uma identidade de classe ou um sentimento de classe, que se confundia com todas as influências culturais e religiosas que configuravam a psicologia de classe dos escravos rebeldes. Analisando a relação dos escravos na estrutura socioeconômica a que estavam ligados e observando o que foi a regra geral em toda a história romana em que o modo de produção escravista foi dominante, podemos encará-los como uma classe que não era classe, ou seja, uma classe em si e não uma classe para si, enquanto um grupo social que se organizava politicamente na sociedade. Marx desenvolveu este argumento na análise dos camponeses franceses do século XIX, mas isto pode ser seguramente estendido para a maioria dos casos das classes sociais subalternas nas sociedades pré-capitalistas:

“Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao

lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados.(...)"¹⁶⁹

No entanto, esta definição que se enquadra perfeitamente no caso dos escravos antigos ao longo de sua história, em linhas gerais, parece não dar conta do caráter dinâmico e processual da realidade se observada em seus detalhes, em especial nos momentos explosivos da luta de classes como este que objeto de nosso estudo. Como dizer que os escravos não se organizavam politicamente diante de insurreições que forjaram exércitos e levaram à formação de comunidades independentes? É certo que os escravos faziam política todo o tempo, a política do possível, evidentemente, em cada forma de resistência, mesmo individual e cotidiana, ou até quando tentavam a via do acordo, trabalhando bem ou juntando dinheiro para obter sua alforria, negociando com o seu senhor melhores condições de trabalho, etc. Mas vimos que as revoltas eram desarticuladas entre si e isto demonstra, de fato, uma ausência de uma organização em termos territoriais mais amplos, sendo rebeliões locais, que, dependendo do seu desenvolvimento, podiam estender-se para além da região onde haviam se iniciado. Porém, neste nível regional elas chegavam a um grau de organização relativamente elevado. Portanto, é preciso considerar outras definições presentes em outros teóricos marxistas que auxiliam esta análise. Lênin foi quem desenvolveu, originalmente, o conceito de *lampejos de consciência*, que as classes subalternas eram capazes de ter por

169 MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: *Os Pensadores*. Seleção por José Arthur Giannotti. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974, pp. 402-403.

si mesmas e iniciarem um movimento espontâneo em torno de suas reivindicações. Quando Lênin escreveu sobre isso, estava discorrendo sobre o movimento operário russo nas suas primeiras ações de luta contra os patrões; por isso, o mais importante aqui é extrairmos o conceito e percebermos a fecundidade do mesmo para o nosso estudo:

“(...) Houve, na Rússia, greves nas décadas de 1870 e 1880 (e mesmo na primeira metade do século XIX), que foram acompanhadas da destruição “espontânea” de máquinas etc. Comparadas a esses “tumultos”, as greves após 1890 poderiam mesmo ser qualificadas de “conscientes”, tal foi o progresso do movimento operário nesse intervalo. Isto nos mostra que o “elemento espontâneo”, no fundo, não é senão a forma embrionária consciente. Os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência: os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva, e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades. Era, portanto, mais uma manifestação de desespero e de vingança que de luta. As greves após 1890 mostram-nos melhor os lampejos de consciência: formulam-se reivindicações precisas, procura-se prever o momento favorável, discutem-se certos casos e exemplos de outras localidades etc. Se os tumultos constituíam simplesmente a revolta dos oprimidos, as greves sistemáticas já eram o embrião – mas, nada além do embrião – da luta de classe. Tomadas em si mesmas, essas greves constituíam uma luta sindical, mas não ainda social-democrata: marcavam o despertar do antagonismo entre operários e patrões; porém, os operários não tinham, e não podiam ter, consciência da oposição irreduzível e de seus interesses com toda a ordem política e social existente, isto é, a consciência social-democrata. Nesse sentido, as greves após 1890, apesar do imenso progresso que representaram em relação aos “tumultos”, continuavam a ser um movimento essencialmente espontâneo.”¹⁷⁰

Nesta passagem, o movimento que faz a consciência da classe assume um caráter dinâmico. Para o autor, o elemento “espontâneo” (e é o próprio autor que coloca entre aspas o termo), que pode ser percebido desde as manifestações individuais, na sabotagem aos equipamentos de trabalho e para aquele que é explorado também de opressão e de exploração, já é uma forma embrionária consciente que, mesmo nos tumultos mais simples, já se traduz um “certo despertar da consciência”. Aqui também aparece a idéia de sentimento, quando se fala que a classe passa a “sentir a necessidade de uma resistência coletiva”, rompendo “deliberadamente com a submissão servil às

¹⁷⁰ V.I. Lênin. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1988, p. 24.

autoridades”, o que pode ser visto na revolta da Sicília, quando os escravos do proprietário Damófilo se rebelar e matam o seu senhor, ou na revolta de Espártaco, quando estoura o levante dos gladiadores na escola de Cápua. Ao se iniciarem revoltas, fosse para negociar ou talvez mesmo no caso de uma ruptura limitada e parcial, inaugurava-se um novo momento que era “o despertar do antagonismo”, mostrando melhor os “lampejos de consciência”. Ainda nesse caso, não se trata para Lênin de uma luta de classe, sendo apenas o seu embrião, o germe de uma verdadeira luta política. Neste ponto é importante frisar que as rebeliões servis simbolizaram a forma mais extrema da luta de classes empreendida por uma classe socialmente explorada e submetida à exploração extra-econômica das classes dominantes. Isto é assim porque não podemos exigir das classes exploradas sempre o “programa máximo”, sendo realizada por elas a luta política possível e efetiva num dado sistema econômico-social. O sentir da classe mencionado foi fundamental para instrumentalizar os revoltosos em seus levantes, não com um programa científico, mas com as informações, paradigmas, idéias de liberdade que se manifestavam através do pensamento religioso, por exemplo, no culto a Dionísio. O “não quero” destes escravos também teve importante significado político, na medida em que rompia com aquilo que era o cerne do paradigma escravista e abalava a estabilidade do seu regime político-social, ao pôr em xeque a sua dominação de classe por meio da revolta aberta e mais do que isso com objetivos políticos claros, que não conduziam, naquela realidade histórica, à abolição da escravidão. Raymond Williams desenvolve o tema relação entre as classes e as realidades objetivas em que se inserem e o conceito de estruturas de sentimento das classes que responde de modo mais satisfatório aos problemas teóricos de nossa análise:

“Tais modificações podem ser definidas como modificações nas estruturas de sentimento. O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão de mundo” e “ideologia”. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas. Uma definição alternativa seriam as estruturas de experiências: num certo sentido, a melhor palavra, a mais ampla, mas com a dificuldade de que um

dos seus sentidos tem o tempo verbal do passado que é o obstáculo mais importante ao reconhecimento da área da experiência social que está sendo definida. Falamos de elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emergentes, relacionadoras e dominantes, e na verdade suas hierarquias específicas. Essas são, com frequência, mais reconhecíveis numa fase posterior, quando foram (como ocorre muitas vezes) formalizadas, classificadas e em muitos casos incorporadas às instituições e formações. Mas já a essa altura o caso é diferente: uma nova estrutura de sentimento já terá começado a se formar, no verdadeiro presente social.”¹⁷¹

No trecho citado surge a idéia de experiência. Isto para nós é relevante, pois percebemos ao longo do estudo que, conforme os escravos faziam a sua experiência no curso das lutas e acumulavam experiências mesmo com as lutas anteriores, avançavam no sentido de criar novas possibilidades. Uma análise simplesmente estruturalista enxergaria os escravos antigos no contexto econômico do mundo antigo e daí abstrairia os resultados, ou seja, a consciência de classe ou a não consciência de classe desses homens e mulheres pelas condições históricas vigentes. O defeito deste tipo de análise é que ela ignora que a realidade também é possibilidade. A pergunta que fizemos acima evidencia isso: e se os espartacanos tivessem conseguido escapar do jugo romano e fugir da Península Itálica? Isto não era de maneira nenhuma impossível, ao contrário, o exército liderado por Espártaco quase saiu da Itália tanto pelo norte quanto pelo sul, para a Sicília, havendo nesse caso o peso do espontaneísmo próprio dessas revoltas, com a chamada indisciplina dos soldados rebeldes pelos autores antigos, mas também fatores absolutamente contingenciais, que poderiam ocorrer em qualquer luta política, mesmo

¹⁷¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988, pp.134-135.

nos dias de hoje, em qualquer guerra, como o fato de Espártaco ter sido traído pelos piratas cilícios ou alguns dos percalços que sofreu e que impediram sua fuga pelo norte também. Quando se inicia um conflito, não se sabe exatamente, *a priori*, quem irá vencer. Naturalmente, os escravos antigos tinham muito contra eles, devido aos limites estruturais estabelecidos e já por nós discutidos. Mas não podemos creditar tudo a forças históricas invisíveis e achar que resolveremos todos os problemas com uma análise meramente estrutural. A oportunidade existiu e o sonho de liberdade daqueles escravos realmente existiu, não na forma de uma libertação geral, mas a conquista da liberdade através daquela que foi a mais espetacular fuga coletiva da História. Não pretendemos rejeitar, de modo algum, a relação entre a consciência possível de uma classe e a estrutura social. Na verdade é exatamente o oposto; devemos tentar compreender a consciência possível, relacionando-a também com a experiência social e como determinadas conjunturas abrem uma janela histórica que permite que os atores políticos produzam novas alternativas, transbordando as margens mais ou menos estreitas de uma dada formação econômico-social. Lucien Goldmann define consciência real e consciência possível e através dessas definições poderemos traçar a relação dialética existente entre ambas e como isso se traduz em momentos em que as oportunidades geradas pela dinâmica social podem alargar o campo de possibilidades antes delimitado:

“A consciência real resulta de múltiplos obstáculos e desvios que os diferentes fatores da realidade empírica opõem e infligem à realização dessa consciência possível. Assim como é essencial para compreender a realidade social não mergulhar e não confundir a ação do grupo social essencial, a classe, na infinita variedade e multiplicidade das ações de outros grupos e até dos fatores cósmicos, também é essencial separar a consciência possível duma classe de sua consciência real num certo momento da história, resultante das limitações e dos desvios que as ações dos outros grupos sociais assim como os fatores naturais e cósmicos inflige a essa consciência de classe.

O homem se define por suas possibilidades, por sua tendência para a comunidade com outros homens e para o equilíbrio com a natureza. A comunidade autêntica e a verdade universal exprimem essas possibilidades por longuíssimo período da história; a “classe por si” (oposta à classe em si), o máximo de consciência possível, exprimem possibilidades no plano do pensamento e da ação numa estrutura social dada. (...)”¹⁷²

172 GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e J. Arthur Giannotti. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 99.

Comparando as principais revoltas servis – de Euno e de Espártaco – vemos que ambas superaram o que poderíamos considerar como os limites históricos estabelecidos, ou será que apenas superaram na realidade prática os nossos limites teóricos ao nos depararmos com um contexto que sempre, de alguma maneira, classificamos com base em pressupostos modernos, das expectativas que fazemos do que seria o ideal de consciência e o máximo possível dessas lutas? Euno liderou uma revolução política resultante de uma verdadeira revolta de escravos, numa época em que só quem fazia revoluções políticas eram os homens livres. Espártaco superou o paradigma escravista ao não escravizar a outros, liderando um movimento de libertos, de homens livres que queriam manter sua liberdade conquistada de forma perene, e que continha um certo igualitarismo que se manifestava nos debates sobre os rumos da revolta e na divisão dos saques; ao desafiar diretamente o poder romano e chefiar o maior movimento de escravos fugitivos que já existiu, demarcou para a História qual foi a real consciência possível dos escravos antigos. Se por um lado eles nunca desenvolveram uma genuína consciência de classe, por outro eles chegaram a uma consciência política e uma identidade social, que transcendia as diferenças étnicas, que por mais que permanecessem e se manifestassem nas disputas políticas existentes no interior desses movimentos, não impediam a organização de todos aqueles que sofriam a mesma exploração.

De um historiador soviético, apesar de todos os vícios da historiografia produzida no período stalinista na URSS, podemos destacar as causas gerais que impediram que aqueles movimentos de escravos fossem vitoriosos:

“(...) Apesar do seu grande desenvolvimento foi esmagado (o movimento de Espártaco), como foram as rebeliões de escravos anteriores. As causas do fracasso são encontradas tanto nas condições histórico-objetivas, como na esfera das subjetivas de classe. Dissemos que qualquer movimento revolucionário que ocorre na fase de desenvolvimento de uma estrutura socioeconômica particular não pode se tornar uma revolução. Embora na terceira década do século, o sistema político romano já estivesse convulsionado, a sociedade escravista em geral ainda estava em estado de florescimento: ainda faltavam alguns séculos para o seu declínio. Assim, o movimento de Espártaco,

como todas as outras rebeliões de escravos da época, estava condenado historicamente ao fracasso.” ¹⁷³

Embora partindo da perspectiva que de fato seria possível uma revolução político-social seguida ou conjuntamente com uma revolução econômico-social dirigida pelos escravos em aliança com outros grupos sociais, defendendo que o mesmo teria ocorrido quando da queda do Império Romano, não podemos desconsiderar a observação relevante feita no que tange ao período de rebeliões servis que estamos estudando de que um fator essencial que levou à derrota destes movimentos é que eles se deram num momento de florescimento da sociedade escravista romana, isto é, justamente no período de implantação do modo de produção escravista enquanto um modo de produção estruturado e consolidando-se como o dominante no império, em especial na Sicília e na Itália, precisamente onde ocorreram as maiores revoltas de escravos da Roma antiga. Assim, condições objetivas e subjetivas somadas foram fatores limitadores não só de uma revolução, impossível nesses casos nos termos em que pensavam os historiadores soviéticos, como também do sucesso de atos insurrecionais simplesmente e que pretendiam a fuga do império e nada mais. Na verdade, as insurreições de escravos, embora não tenham servido para libertar os escravos que delas participaram ativamente, contribuíram para as modificações ocorridas em Roma no século I a.C. e jogaram um papel na conjuntura política e econômica de fins do regime republicano.

Kovaliov aponta também o impacto direto na economia representado pela revolta de Espártaco:

“No entanto, mesmo que a rebelião de 73-71 tenha sido sufocada, ela desferiu um golpe na economia escravista da Itália. Como consequência da rebelião, a Itália tinha perdido nada menos que 100.000 escravos, os campos foram devastados e muitas cidades destruídas.” ¹⁷⁴

173 KOVALIOV, op. cit., p. 296.

Em Araújo, as consequências políticas e ideológicas aparecem com maior destaque:

“A revolta de escravos liderada por Espártaco e a Guerra Social sinalizaram para as classes dominantes que o sistema escravista e, inclusive, as relações com outros segmentos sociais – os italianos, os homens livres e pobres – deveria, para ser mantido, sofrer alguns ajustes: os populares deveriam receber mais atenção a seus reclamos, daí a política imperial de “panis et circenses”; os escravos deveriam ser mais controlados, cerceados em seus movimentos, de modo a evitar revoltas, mas, por outro lado, a sanha dos senhores deveria ser coibida pelo Estado para que não houvesse exacerbação de ânimos e, conseqüentemente, rebeliões; os italianos deveriam ter suas reivindicações atendidas, e serem integrados, e foram atendidos antes mesmo do Principado. (...)”¹⁷⁵

Na mitologia grega, Prometeu deu o fogo aos homens e os libertou de sua condição de animalidade: puderam os mesmos, a partir daí, criar e interferir no mundo ao seu redor. Prometeu deu aos homens o conhecimento e a chama da esperança. A luta dos escravos sicilianos e espartacanos parecem confirmar essa característica presente naquilo que costumamos chamar *humanidade*. Ao enfrentarem a República romana, os escravos antigos provaram que não eram instrumentos, que não eram animais; gritaram, então, para o mundo: “Sim, somos homens!”.

174 KOVALIOV, op. cit., p. 297.

175 ARAÚJO, op. cit., p. 206.

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

FONTES

APIANO. *História de Roma II: Guerras Civiles (libros I e II)*. Tradução e notas de Antonio Sancho Royo. Madri: Editorial Gredos S.A., 1985.

ARISTÓTELES. *A Política*. 15.ed. Tradução: Nestor Silveira Chaves. Introdução: Ivan Lins. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Trabalho Compulsório na Antiguidade*. (Coletânea de documentos). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CATÃO. *De Agri Cultura*. Tradução de William Davis Hooper. Londres: William Heinemann Ltd., 1979.

GARNSEY, Peter. *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. (Coletânea de documentos). Nova Iorque. Cambridge University. Press, 1996.

PLUTARCO. Vies Parallèles. Trad. de Bernard Lатарus. Paris, Garnier, 1950. Tomo II, pp. 49-55. Traduzido por Ciro F. Cardoso.

WIEDEMANN, Thomas. *Greek and Roman Slavery*. (Coletânea de documentos). Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1981.

Bibliografia

ALFOLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Tradução de Beatriz Sidou. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 2004.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel. *A Visão dos Letrados sobre Rebeliões de Escravos no Mundo Romano: Uma Abordagem Semiótica de Fontes Literárias. Volume I*. 1999. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1999.

_____. *Religião, Política e Revolta de Escravos: o caso de Espártaco*. Niterói: CEIA/Depto.História da UFF, 2006.

ARCARY, Valério. *As Esquinas Perigosas da História*. São Paulo: Editora Xamã, 2004.

BEARD, Mary; CRAWFORD, Michael. *Rome in the Late Republic*. Londres: Gerald Duckworth e Co. Ltd, 1985.

BLOCH, Leon. *Lutas Sociais na Roma Antiga*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1956.

BRADLEY, Keith. *Esclavidão y Sociedad em Roma*. Tradução: Fina Marfã. Barcelona: Ediciones Península S.A., 1998.

BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1988.

BRITO, Orsely Guimarães Ferreira. *Heráclito, o Pensador do Logos*. Niterói: Cadernos do ICHF N° 07, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “A Afro-América: A escravidão no novo mundo”. In: *Coleção Tudo é História*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982.

_____. “Economia e Sociedade Antigas: Conceitos e debates”. In: *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora UNB, 1994.

_____. “Sociedade, Crise Política e Discurso Histórico-Literário na Roma Antiga”. In: *Phoênix/UFRJ*. Laboratório de História Antiga. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ, Héctor. *El Concepto de Clases Sociales*. San José, Costa Rica: Editorial Nueva Década, 1982.

_____. *Os Métodos da História*. Tradução: João Maia. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e Ideologia Moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1991.

GENOVESE, Eugene. “A Economia política da escravidão”. In: *Coleção América: Economia e Sociedade*. Tradução de Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Editora Pallas S.A., 1976.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e J. Arthur Giannotti. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. *A Sociologia do Romance*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1976.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Antología*. Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristán. Cidade do México: Siglo XXI, 1970.

HESÍODO. *Os Trabalhos e os Dias*. Introdução, tradução e comentários: Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda, 1991.

_____. *Teogonia – a origem dos deuses*. Tradução: Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda., 1992.

JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros*. Tradução: Afonso Teixeira Filho. São Paulo. Boitempo Editorial, 2000.

JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

KOVALIOV, S.I. *História de Roma. Tomo II*. Tradução de Marcelo Ravoni. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.

LUKÁCS, Georg. “A Consciência de Classe”. In: *História e Consciência de Classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicação Escorpião, 1974.

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Os Pensadores*. Seleção por José Arthur Giannotti. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

_____. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Introdução de E. Hobsbawn. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1975.

MASSEY, Michael e MORELAND, Paul. *Slavery in Ancient Rome*. Londres: MacMillan Education Ltd, 1978.

- MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.
- PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 2004.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social”. In: *Os Pensadores*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999.
- RUBINSOHN, W. Z. *Spartacus' Uprising and Soviet Historical Writing*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- SANTOS, Theotônio. *Conceito de Classes Sociais*. Tradução de Orlando dos Reis. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes S.A., 1983.
- SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2005.
- TRABULSI, José Antônio Dabdab. “Quando os Excluídos Contam: Escravos, Cidadãos e a Mobilização Política na Grécia”. In: *Ensaio sobre a Mobilização Política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa. Volume I*. Tradução de E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1978.
- VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga*. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- V.I. Lênin. *Que Fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- WHITE, K.D. *Greek and Roman Technology*. Londres: Thames and Hudson Ltd, 1984.

